

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CAIO DE SOUZA TEDESCO

**NÃO SE NASCE HOMEM, TORNA-SE:  
A EMERGÊNCIA DAS TRANSMASCULINIDADES E O ESPAÇO BIOGRÁFICO DE  
JOÃO WALTER NERY (1950-1988)**

Porto Alegre

2022

CAIO DE SOUZA TEDESCO

**NÃO SE NASCE HOMEM, TORNA-SE:  
A EMERGÊNCIA DAS TRANSMASCULINIDADES E O ESPAÇO BIOGRÁFICO DE  
JOÃO WALTER NERY (1950-1988)**

**Linha de Pesquisa:** Relações Sociais de Dominação e Resistência

Dissertação de Mestrado em História apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt

Porto Alegre

2022

## CIP - Catalogação na Publicação

Tedesco, Caio de Souza

Não se nasce homem, torna-se: a emergência das transmasculinidades e o espaço biográfico de João Walter Nery (1950-1988) / Caio de Souza Tedesco. -- 2022.

216 f.

Orientador: Benito Bisso Schmidt.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. História LGBT. 2. Transmasculinidades. 3. Autobiografias. 4. Espaço Biográfico. 5. Transgeneridade. I. Schmidt, Benito Bisso, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**Caio de Souza Tedesco**

**NÃO SE NASCE HOMEM, TORNA-SE:  
A EMERGÊNCIA DAS TRANSMASCULINIDADES E O ESPAÇO BIOGRÁFICO DE  
JOÃO WALTER NERY (1950-1988)**

Dissertação de Mestrado em História apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 24 de maio de 2022

Resultado: Aprovado com louvor.

BANCA EXAMINADORA:

---

Benito Bisso Schmidt  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Durval Muniz de Albuquerque Junior  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

---

Juno Nedel Mendes de Aguiar  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

---

Leocádia Aparecida Chaves  
Universidade de Brasília (UnB)

---

Rodrigo de Azevedo Weimer  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)



## AGRADECIMENTOS

Realizar o curso de mestrado em História em meio a uma pandemia, investigando uma temática tão próxima a mim, me obrigou a olhar cada vez mais para dentro. Acessei memórias de um subterrâneo profundo da minha mente, me curei de uma depressão que durava mais de dez anos e cheguei, finalmente, à conclusão da minha transição de gênero ao passar pela cirurgia de mastectomia. A pesquisa, a escrita, as disciplinas do mestrado... Tudo foi desafiador e, provavelmente, já seria sem a pandemia do coronavírus, mas atravessar esse percurso diante de medos paralisantes, da solidão de quarentenar sozinho por alguns períodos e de sucumbir a uma crise depressiva tornaram essa travessia mais tortuosa.

Felizmente, sou um sujeito de sorte. Estive acompanhado, presencial e virtualmente, de afetos que me proporcionaram colo, acolhimento, leveza, escuta, espaço para espalhar e curar. A própria Pós-Graduação, ao longo do tempo, acabou se mostrando uma luz do outro lado do rio, pois, durante as aulas das disciplinas *Feminismos descolonizados: pensadoras indígenas latino-americanas*, ministrada pela professora Magali Mendes de Menezes, e *História das Masculinidades*, ministrada pelos professores Benito Bisso Schmidt e Rodrigo de Azevedo Weimer, mergulhei em leituras e debates que propiciaram mudanças subjetivas imprescindíveis a mim.

Visto que a transfobia, o cissexismo e a cisheteronormatividade geram sofrimentos psicológicos profundos, tais espaços de escuta, diálogo e fala, viabilizaram uma reconciliação comigo mesmo ao aproximar-me de histórias, teorias e perspectivas nas quais eu sou considerado um sujeito possível, legítimo e humano. Não é como se eu não soubesse disso, mas eu passei mais de dez anos não me sentindo digno de estar vivo, desumanizando a mim mesmo por ter introjetado desumanizações provenientes desse sistema perverso. Assim, em abril de 2021, me dei conta de que já havia estabelecido uma relação saudável comigo e que já tinha me (re)humanizado, finalmente me senti digno de estar vivo e de assim permanecer, digno de viver para além de sobreviver.

Por isso, meus agradecimentos extrapolam a possibilidade de ter realizado uma pesquisa de mestrado. Agradeço, primeiro, pela reconciliação comigo a todas, todes e todos envolvidos e, nas linhas abaixo, agradecerei com mais atenção algumas pessoas que fazem da vida desse homem aqui, de corpo indócil, mas cada vez mais e mais doce.

\*\*\*

Primeiro, agradeço a minha mãe, Dilva, por todo incentivo, cuidado, carinho, paciência, amor, exemplo e pelas nossas trocas. O orgulho e a sorte que eu sinto em ser teu filho são difíceis de explicar em palavras. Tu me ensinou a ter coragem em perseguir meus sonhos e a ser o mais autêntico e verdadeiro comigo mesmo possível. Tu me ensinou a ser gentil e tratar a todos da mesma maneira, independente de classe, raça, gênero ou qualquer outra coisa. Tu me ensinou a respeitar o próprio riso, a celebrar a vida, a (se) amar sem medo e a ser persistente na busca por momentos felizes. Como gosto de dizer, o trecho "respeito muito minhas lágrimas, mas ainda mais minha risada", da música Vaca Profana, foi feito para ti. Afinal, tu se fez assim, projetando tua voz ousada de mulher que escolheu ser feliz.

Agradeço, também, com um carinho e um amor que não cabem dentro de mim, a minha irmã mais velha, Renata, que me tira do sério e, ao mesmo tempo, me compreende como ninguém. Afinal, tu trocou minhas fraldas, me alfabetizou, aturou minhas traquinagens, gravou os "filmes" que "eu produzi" ("roteiro", "direção", "atuação" e muitas folhas, lápis de cor e bagunça pelos quartos), acolheu meus choros e momentos de irritação e, dois anos antes de eu mesmo me aceitar, em 2015, fez questão de me dizer que tudo bem eu ser trans, seríamos nós contra o mundo se necessário. Rê, "you think that you know my heart, and you probably do, so I am all my ways with you"<sup>1</sup>.

Ainda, agradeço, *in memoriam*, ao meu pai, José. Habitam em mim, a lacuna e a memória de ti<sup>2</sup>, Zezinho. Não foram poucas as vezes que tu me visitaste em sonhos com palavras tranquilizadoras para me oferecer. Que sorte a minha ter na tua ausência-presença tamanho acolhimento e, para sempre, a certeza de que por ti fui muito amado.

\*\*\*

Aos meus amigos, amigas e amigues, eu queria dizer que vocês moram no meu coração e que sou imensamente grato pelos nossos encontros, das cervejas, vinhos, cafés, conversas, risos e choros divididos em vídeo-chamadas, por mensagem e/ou presencialmente, na cidade baixa, no paulista e até na serra. Compartilhar a vida com vocês me traz muita alegria. Nas linhas abaixo, farei agradecimentos em especial para algumas amigues.

Rafa, meu velho amigo desde o princípio, estranho seria não me apaixonar por ti, não é mesmo? Afinal, tu é meu pilar e meu farol. Gracias por remar junto comigo para el otro lado

---

<sup>1</sup>“Você acha que conhece meu coração, e provavelmente conhece. Por isso eu sou de todos os meus jeitos contigo”, é uma paráfrase de um trecho da música *Beautiful Thing*, da cantora estadunidense Grace VanderWaal. A canção foi criada em homenagem a sua irmã mais velha (PARRIS, 2021).

<sup>2</sup> Paráfrase de “Um poema para Zezinho”, de minha autoria. Disponível em: <<https://pensantesfragmentos.wordpress.com/2022/05/06/um-poema-para-zezinho/>>.

del río, donde el tiempo esta después y la ternura ya no necesita gritar, porque es la banda sonora de un nuevo hábitat. Me inspiro muito em ti na minha construção de mim, obrigado por ser referência. Te admiro y te amo, levado.

Luana, minha *bromance*, aquela que morou comigo no primeiro mês de pandemia, aguentou minhas neuroses e que é minha parceira de karaokê desde Marília Mendonça até *My Chemical Romance*. Muito obrigado, Lu, pisciana doce e esquecida, por tudo, por ser maravilhoso compartilhar a vida boa contigo e, quando ela azeda, transformar ela no mais doce possível de novo. Não é porque já moramos juntos, mas contigo eu me sinto em casa, e por isso sou grato. Te amo demais.

Kênia, Levy e Luísa também foram fundamentais para realizar essa travessia. Kênia, eu tenho um orgulho imenso de poder dizer que sou teu amigo, de sermos alicerce e alavanca um para o outro, essa amizade rara é sucesso. Levy, minha bicha-butch preferide: obrigado por seguir costurando caminhos afetivos comigo, *transformando* paisagens catastróficas em obras de arte. Luísa, te agradeço pelo desparafusamento, cumplicidade, cuidado e amor.

Raíssa, Gabrielle e Ana são minhas inimigas do fim preferidas. À Raíssa, agradeço pelas leituras e escutas cuidadosas e generosas, pelas infundáveis conversas sobre teoria, gênero, sexualidade, afeto e militância, pela construção em conjunto de lugares melhores, em nós mesmos e no mundo, para habitarmos. À Gabrielle, agradeço pelo riso, pela dança, pela literatura, pelos sossegos desassossegados, pela militância em conjunto e por trazer poesia, música, boemia e vida à minha existência, eu te amo com todo meu coração há dez anos, minha tartaruginha. À Ana, agradeço, em especial, pelo caos ordenador, pela jardinagem de brotos de narciso bem-cuidados, por dividir comigo um espaço-tempo muito louco e fazer da loucura escopo para uma vida mais vivível, agradável e sã. Eu amo construir outros mundos possíveis com vocês, eu amo vocês.

Ao Morgan, ao Ricardo e à Priscila, agradeço, antes de qualquer coisa, por compartilharem comigo uma jornada de transgressão de gênero. Eu admiro muito cada um de vocês e, através dos nossos encontros, descubro mais sobre mim ao mesmo tempo em que alimento coragem para seguir reexistindo. Vocês são lares e, simultaneamente, companheiros e companheira de batalhas contra o sistema. Eu sou imensamente grato por transgredirmos em conjunto. Todo meu amor e admiração a vocês, meu nenê, meu viado e minha paola bracho.

\*\*\*

No que concerne ao âmbito acadêmico, inicio agradecendo a minha querida amiga Natalia, inspiração e referência para mim há cerca de nove anos. Natalia, infelizmente nesses

tempos pandêmicos não pude pegar caronas contigo, muito menos tomar café e conversar pessoalmente sobre história, gênero e a vida em geral. Tu bem sabes da importância que tu tens na minha vida e o quanto sou grato por todos os aprendizados e todas as nossas trocas. Além de ter sido minha primeira orientadora e a professora-pesquisadora que me apresentou os Estudos de Gênero, tu foi escuta e acolhimento, esteve comigo nas tantas vezes que precisei de ajuda, até mesmo quando eu sequer sabia que necessitava, afinal, tu foi uma das pessoas que me ajudou a enxergar que eu sou um sujeito possível e merecedor de existir. Além disso, é uma grande *boa surpresa* do destino que compartilhamos tanto em comum, como o gosto por Star Wars, Beatles e a capacidade de imaginar um mundo no qual a rebelião vença o império.

Agradeço com muito carinho ao meu orientador, Benito. E eu sei que é de praxe agradecer ao orientador<sup>3</sup>, mas quero destacar que minha gratidão ao Benito vai para além de uma relação mais comum de orientador-orientando. Assim como a Natalia, o Benito também foi uma pessoa que me impulsionou a compreender e aceitar a mim mesmo. Para exemplificar, compartilho aqui um sonho que tive durante meu processo de aceitação enquanto homem trans: eu estava dentro de um *closet*, acompanhado de Cole, um personagem de *The Fosters*, uma série que eu costumava assistir em 2017. Não por acaso, Cole é um homem trans e, também não por acaso, ele me pegou pela mão e me tirou de dentro do *closet*. Ao sairmos, fomos parar em uma sala ampla, na qual havia uma mesa com cadeiras ao redor e vários homens sentados, conversando e rindo. Um desses homens era o Benito.

Hoje eu entendo: ao redor daquela mesa estavam os homens que, com o passar do tempo, me mostraram que é possível ser homem e não exercer uma masculinidade agressiva, que há masculinidadeS, no plural, e que eu poderia me permitir ser quem eu sou sem culpa. Ou seja, aqueles homens formavam, em meu inconsciente, um conjunto de exemplos, de modelos de masculinidade, que me inspiram na minha autoconstituição.

Dessa forma, Benito, te agradeço pelo que tu fez por mim sem nem saber, de me mostrar que é possível exercer masculinidades positivas. Evidentemente, também te agradeço por tudo que tu faz de maneira consciente nessa relação orientador-orientando — que também é de amizade. Obrigado por transgredir a história comigo e por sempre me incentivar, apoiar e ensinar. Obrigado por jamais me fazer sentir inferior ou incapaz ao apontar incongruências no processo de pesquisa ou escrita, pelo contrário, tu sempre me mostrou que posso ir além e me indicou o caminho para me aprimorar. Por toda tua generosidade e gentileza, muito obrigado.

---

<sup>3</sup> Assim como eu sei que ele não gosta desse "E" logo depois do ponto, mas uma das minhas formas de expressar carinho é com pequenas implicâncias, pois aprendi com ele a ser uma bicha debochada.

Agradeço a todas e todos colegas do GENHI, o Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Gênero do IFCH/UFRGS, e do CLOSE, o Centro de Referência da História LGBTQIAP+ do Rio Grande do Sul. Através dos nossos encontros, diálogos, estudos e construções coletivas, tenho construído a mim enquanto historiador, professor e sujeito.

Agradeço aos meus colegas-amigues cuja afetividade foi propulsora para dar continuidade ao mestrado: Lauri, minha grande inspiração e amiga querida, com a qual eu tenho a honra de fazer muitas histórias de *transgressão* de gênero; Vini, que desde o início esteve comigo, desde o nosso primeiro grupo de estudos para a seleção de mestrado; Mozart, com quem tenho dividido a grande loucura que é transenviadescer a historiografia; Fabrício, por termos construirmos pontes de incentivo e carinho entre nossas distâncias.

Ainda, agradeço imensamente à Grê, de quem me aproximei com maior intensidade nesse período e que admiro e amo há quase dez anos; amiga, se eu sou teu escudo, saibas que tu é um dos meus melhores colos — e minha rainha, sempre, óbvio. Por fim & em especial, agradeço às minhas amigas e amigo: Grê (sim, de novo), Hariagi, Thamirez e Gabriel, por encararem a aventura da Representação Discente comigo, por todas as nossas trocas e aprendizados, da seriedade das reuniões às descontrações em bar-chat e bar real.

É imprescindível, também, agradecer ao Programa de Pós-Graduação em História e seu corpo docente; e, também, ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e os trabalhadores e trabalhadoras, técnicos, analistas, terceirizados e bolsistas que mantém a Educação Universitária Pública de pé. Firme, erguida, resistente. Ademais, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, pelo financiamento desta pesquisa, sem o qual nada teria sido possível.

Também agradeço imensamente a Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Juno Nedel Mendes Aguiar, Leocádia Aparecida Chaves e Rodrigo de Azevedo Weimer pela generosidade em aceitarem compor a banca avaliadora desta dissertação. Admiro com intensidade vocês e os seus trabalhos, cada um(a/e), à sua maneira, é brilhante, e me sinto honrado em contar com as suas leituras, sugestões e críticas.

\*\*\*

No Instituto Estadual de Educação Pereira Coruja, em Taquari (RS), eu dei alguns dos meus primeiros passos, quando minha mãe lecionava lá e me levava junto ao trabalho. Também foi lá que estudei quase todo meu Ensino Fundamental. Já no Colégio Estadual Florinda Tubino Sampaio, em Porto Alegre (RS) eu saí debaixo da saia da minha mãe e percorri uma trajetória escolar longe do panóptico familiar e interiorano gaúcho, me assumi

uma bicha-sapatão com o Levy e, também, cursei todo o Ensino Médio. À Rede Pública de Educação Básica, professoras(es), funcionárias(os), terceirizadas(os) e alunes(as/os), toda a minha admiração. Para aquelas e aqueles com quem compartilhei esses espaços e contribuíram em minha formação: muito obrigado. Em especial, à minha querida amiga Rejane, da filosofia para a vida.

No que concerne à Educação, também agradeço ao Coletivo pela Educação Popular TransENEM e à ONGEP. O primeiro, por ser abrigo antes mesmo de eu ter nome, e por ter me feito professor e parte de uma comunidade de aprendizado. O segundo, pois sem a Educação Popular promovida pela ONGEP eu jamais estaria trilhando passos acadêmicos.

\*\*\*

Agradeço ao Coletivo Homens Trans em Ação por lutarmos e reexistirmos juntos por visibilidade e direitos para a comunidade transmasculina. Agradeço à comunidade transmasculina em geral pela nossa construção afetiva e politizada. Em especial, obrigado aos meus amigos e referências: Ali, Blue, Caio (meu xará), Caru, Gabz, Giulian, Ian, Juno, Lau, Levy, Lino, Morgan, Paulo, Phelipe, Ricardo, Shay, Silas, Thales, Vincent e Zu.

\*\*\*

Agradeço à Júlia, mais uma vez, pela escuta e pelo vínculo de respeito, confiança e cuidado, por me auxiliar a ouvir Caio clamando para sair da camisa de força em que eu mesmo — devido ao sistema, à cisgeneridade compulsória — havia o/me colocado. Obrigado por defender a despatologização e, junto comigo, encontrar a saída para uma vida saudável justamente naquilo que era considerado mais insano em mim — Eu.

\*\*\*

Agradeço com enorme admiração e respeito a Sheila Salewski, museóloga, intelectual, transfeminista, defensora da democracia e dos direitos humanos e, também, a pessoa com a qual João Walter Nery compartilhou mais de duas décadas. Obrigado por acompanhar e incentivar esta pesquisa desde o início. Espero com todo coração que faça jus a memória do querido João.

Por fim, e jamais menos importante, agradeço *in memoriam* a João Walter Nery, por fazer da vida luta. Por chutar a porta com força. Por compartilhar, através da tua história, força para sermos quem somos.

*A trama de João*

*na sua escrita de si  
ele teceu, também, a mim  
costurou caminhos possíveis para trilhar  
mostrou que acerto de pessoa  
é se escutar, acolher e afirmar*

*desacreditando em dado destino  
apostou, em desatino  
na busca pelo direito de ser  
com coragem em existir  
fez da palavra-ação  
propulsor de sua criação*

*em solitário autoforjar  
teceu fios de esperança  
linha por linha  
página por página  
através de retalhos e lembranças  
confeccionou tessitura  
às nossas andanças*

*da solidão à solidariedade  
do que há de solitude  
na cumplicidade  
tramar a si e compartilhar  
em seu processo de tornar-se Eu  
espaço conquistar  
para que outres como ele  
possam, finalmente, se nomear*

*por um mundo mais democrático e humano  
Para que todes nós, monstruosos hermanos  
Possamos transviadamente envelhecer  
Apreciar os prazeres da vida,  
sem nunca termos que abdicar de ser*

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo investigar a constituição de si de João Walter Nery através do campo de possibilidades que permitiu seu autoforjar como transhomem, bem como da produção de seu espaço biográfico, a partir de uma perspectiva *queer*, transfeminista, interseccional e decolonial. Com recorte temporal entre os anos 1950-1988, faz-se recuos e avanços que corroboram com a análise. Desse modo, primeiro busca-se historicizar os conceitos de cisgeneridade, transexualidade, gênero, sexo, sexualidade, “ser homem”, “ser mulher”, masculinidade(s) e feminilidade(s), sobretudo no escopo dos regimes biopolíticos disciplinar e farmacopornográfico, para compreender a formação sócio-histórica da matriz cisheterossexual, branca e moderno-colonial de gênero. A partir disso, as transgressões de gênero que criam fissuras nesses sistemas de gênero/sexo e desejo se tornam o foco da análise, a fim de proporcionar um entendimento da relação entre percursos biográficos, campo de possibilidades e relações de poder historicamente engendradas. Posteriormente, a pesquisa concentra-se na investigação das produções de si de João Walter Nery através da análise de seu espaço biográfico, elaborado entre 1977 e 1988, e das suas aproximações com a sua identidade de gênero. Para tanto, foram examinadas como fontes a primeira autobiografia de Nery, *Erro de Pessoa: João ou Joana? — O depoimento de um transexual brasileiro que, nascido mulher, finalmente se realizou como homem*, publicada em 1984 pela Editora Record, do Rio de Janeiro, duas entrevistas que cedeu em 1985 (para a *Folha de São Paulo* e para a TV Manchete) e, também, o capítulo *A anatomia não é o destino* de sua autoria, publicado no livro *O Destino* (MASCARENHAS et al, 1988). Nas considerações finais, encontrar-se-ão reflexões acerca do significado de “ser homem” e, também, sobre a produção historicamente situada das subjetividades — com foco no que concerne às relações de gênero — e a elaboração de espaços biográficos transgressores.

**Palavras-chave:** História LGBT; Transmasculinidades; Autobiografias; Espaço Biográfico; Transgeneridade.



## ABSTRACT

The present study aims to investigate the constitution of João Walter Nery through the field of possibilities that allowed his self-forging as a transman, as well as the production of his biographical space, from a queer, transfeminist, intersectional and decolonial perspective. Although the temporal delimitation is 1950-1988, in this research retreats and advances are made to corroborate with the analysis. Thus, first, we seek to historicize the concepts of cisgenderism, transsexuality, gender, sex, sexuality, “being a man”, “being a woman”, masculinity(ies) and femininity(ies), especially in the scope of the disciplinary and pharmacopornographic biopolitical regimes, to understand the socio-historical formation of the cisheterosexual, white and modern-colonial gender matrix. From this, the gender transgressions that create fissures in these systems of gender/sex and desire become the focus of the analysis, in order to provide an understanding of the relationship between biographical paths, field of possibilities and historically engendered power relations. Subsequently, the research focuses on the investigation of João Walter Nery's productions of himself through the analysis of his biographical space, elaborated between 1977 and 1988, and his approximations with his gender identity. In order to do so, the historical sources are Nery's first autobiography, *Erro de Pessoa: João ou Joana? — O depoimento de um transexual brasileiro que, nascido mulher, finalmente se realizou como homem*, published in 1984 by Editora Record, in Rio de Janeiro, two interviews that he gave in 1985 (to *Folha de São Paulo* and TV Manchete) and, also, the chapter *A anatomia não é o destino* of his authorship, published in the book *O Destino* (MASCARENHAS et al, 1988). In the final considerations, reflections will be found on the meaning of “being a man” and also on the historically situated production of subjectivities — focusing on gender relations — and the elaboration of transgressive biographical spaces.

**Keywords:** LGBT History; Transmasculinities; Autobiographies; Biographical Space; Transgender.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Maria Quitéria Transsapatão - Ilustração Digital - Tali Boy - p. 32

Figura 02: Capa e contracapa de Erro de Pessoa (João W. Nery, 1984) - p. 43

Figura 03: João Walter Nery, com seis meses, em 1950 - p. 118

Figura 04: João Walter Nery (criança sentada, primeira da esquerda para a direita) e família em meados dos anos 1950 - p. 119

Figura 05: João Walter Nery na fazenda do avô, Cupira (PE), com nove anos (1959) - p. 120

Figura 06: pôster de João Walter Nery saltando em 1964 - p. 121

Figura 07: João Walter Nery no Festival da Canção em 1968 - p. 122

Figura 08: João Walter Nery aos 34 anos (1984) em Vila Velha (ES) - p. 186

Figura 09: Capa de Erro de Pessoa (João W. Nery, 1984) - p. 188

Figura 10: Contracapa de Erro de Pessoa (João W. Nery, 1984) - p. 189

Figura 11: Matéria “João, o homem que nasceu Joana” de Paulo Markun para a *Folha de São Paulo* em abril de 1985 - p. 193

Figura 12: Entrevista cedida por João Walter Nery à jornalista Solange Bastos, sua irmã, para a TV Manchete em março de 1985 - p. 194

Figura 13: João Walter Nery e Buck Angel na Conferência Internacional SSEXBBOX, São Paulo, em novembro de 2015 - p. 200.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
Encontrando um Eu através da descoberta de um Nós.....	19
Reflexões sobre história e produções de subjetividades numa perspectiva teórica transfeminista e queer.....	22
História, gênero e sexualidade sob uma ótica transmasculina e transfeminista.....	25
Masculinidades e a fabricação do mito do “homem de verdade”.....	28
Historiografia brasileira e transmasculinidades: desafios e possibilidades para uma operação historiográfica que transgrida a cisnormatividade.....	30
Historiografia, (auto)biografia, espaço biográfico e suas transgressões.....	39
João Walter Nery e Erro de Pessoa — uma breve apresentação.....	41
<b>1. A invenção do CISTema: historicizando a cisgeneridade e a transexualidade.....</b>	<b>47</b>
1.1. Fragmentos de uma genealogia da normatização da cisgeneridade.....	48
1.2. A emergência da transexualidade na Era Farmacopornográfica.....	56
1.3. O regime biopolítico disciplinar à brasileira: a fundação do sistema cisheteronormativo nos Brasil.....	66
1.4. Fabricando fissuras no sistema: a transgeneridade como prática de libertação de si..	81
<b>2. Fabricando fissuras na tecitura da História: sujeitos, comunidades e movimentos sociais que transgrediram sistemas.....</b>	<b>82</b>
2.1. Transgressões de gênero no regime biopolítico disciplinar.....	83
2.1.1. Female husbands e outros homens com vagina: histórias de transgressão de gênero na Grã-Bretanha e Estados Unidos da América.....	84
2.1.2. Brasileiros e brasileiras desobedientes: palavras, navalhas e existências transviadas.....	93
2.2. Reinvenção do gênero na Era Farmacopornográfica: múltiplas mobilizações pelo direito de viver.....	103
2.2.1. Do Fenômeno Transexual à Nação Transgênera: movimentos, comunidades e sujeitos lgbT+ nos Estados Unidos.....	104
2.2.2. Transgressões de gênero no Brasil farmacopornográfico das décadas de 1950 a 1980.....	111
<b>3. Acerto de pessoa com coragem em existir: o espaço biográfico de João Walter Nery (1977-1984).....</b>	<b>121</b>
3.1. “Lembrei emocionado do garotinho ressabiado e acuado que eu era”: a infância e a adolescência de João Walter Nery em seu espaço biográfico.....	127
3.2. Do alucinatório nunca de se ver-ter ao início do (re)nascimento: “Jô” assumindo uma identidade social masculina.....	137
3.3. Produzindo um passado para si ou reencontrando-se consigo? A (auto)biografia do menino João.....	152
<b>4. A autobiografia das metamorfoses: produções de si de João Walter Nery (1977-1988).....</b>	<b>154</b>
4.1. A saída do labirinto através do laboratório das cobaias: as narrativas de João Walter Nery sobre a luta para se enxergar.....	154
4.2. Tornando o sonho realidade: João Walter Nery relata suas metamorfoses.....	170
4.3. A fabricação do falo: falocentrismo e cisnormatividade em Erro de Pessoa.....	184

4.4. A fabricação da fala transgressora: o espaço biográfico de João Walter Nery e os direitos trans.....	191
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>201</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>204</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>205</b>

## INTRODUÇÃO

A história situa-se nessa articulação: por um lado, ela ocupa-se de um presente que pretende ser diferente; ela confirma uma inovação fundadora, um novo começo. Por outro, em um discurso, ela exprime a necessidade de situar-se em relação ao que, no presente, ainda dá testemunho de algo mais antigo, rebelde e resistente ao presente. (CERTEAU, 2011, p. 177)

Existe uma angústia que, acredito, é compartilhada por boa parte das pessoas trans<sup>4</sup> da minha geração e das gerações anteriores. Ela é alimentada pela aflição de não ter referências durante a infância e a adolescência. É uma sensação estranha de não compreender que sua existência é possível, apesar de já ser e já existir. É, também, a angústia de se deparar com discursos estigmatizantes e desumanizadores sobre pessoas de gênero inconforme<sup>5</sup> (BEEMYN, 2014). Não é à toa que esta investigação nasceu de uma angústia mobilizadora — a pretensa falta de passados, promovida por um presente que assassina nossas possibilidades de futuro.

Por tal motivo, quando Michel de Certeau (2011) fala sobre o rebelde que resiste ao presente, me questiono: será que rebeldes somos nós, transgêneros ou a manutenção de uma ordem social que busca aniquilar nossas existências?

Tanto a reiteração da cisgeneridade como norma através do tempo quanto nossa teimosia em seguir vivendo, brotando como ervas daninhas permanentemente arrancadas pelas mãos do sistema<sup>6</sup>, são efeitos do passado. O primeiro, de uma ficção de passado que quer produzir um presente genocida; o segundo, a rebeldia de um presente que quer criar seu passado e, através dele, fabricar um espaço criativo para se ter futuro.

\*\*\*

---

<sup>4</sup> A fim de facilitar a leitura, utilizarei “trans”, com frequência, como um termo guarda-chuva que abrange homens, mulheres e pessoas não-binárias que sejam transexuais, transgêneros e/ou travestis.

<sup>5</sup> “Pessoas de gênero inconforme” é uma maneira de conceitualizar o desenvolvimento de identidades e performances de gênero que não estão em consonância com a cisheteronormatividade imposta pelo sistema de gênero moderno/colonial (a exemplo das pessoas Espírito-Duplo, provenientes dos povos originários norte-americanos, e de pessoas trans). Genny Beemyn, historiadora trans não-binária estadunidense, propõe o uso do conceito em seu livro *Transgender History in the United States* (História Transgênera nos Estados Unidos), de 2014, tendo em vista que há experiências e sujeitos que transgrediram as regras de gênero da cisheteronormatividade em passados longínquos nos quais os conceitos de transgeneridade, transexualidade, entre outros, não haviam sido criados. Evidentemente, esse conceito é útil quando buscamos apresentar a pluralidade de possibilidades de vivenciar gênero e sexualidade através do tempo e do espaço, contudo, numa perspectiva transfeminista decolonial, o mais adequado, ao meu ver, é buscar a denominação que cada cultura, grupo social e/ou sujeito utiliza para si.

<sup>6</sup> Inspirado em Viviane Vergueiro Simakawa (2015), escrevo sistema com C — sistema — , e palavras derivadas, como sistemático — sistemático — , por exemplo, para fazer alusão à cisheteronormatividade como um sistema de gênero/sexo desejo que estrutura as relações e modos de subjetivação em termos de gênero em nossa sociedade.

Introduzo esta dissertação, primeiro, elucidando a pesquisa que me propus a realizar. Posteriormente, irei realizar uma série de reflexões teórico-metodológicas que fundamentam este trabalho, divididas em tópicos temáticos. Por fim, apresentarei o “personagem principal” desta história e sua primeira autobiografia: João Walter Nery e *Erro de Pessoa: Joana ou João?*, que data de 1984.

A minha proposta inicial era realizar uma pesquisa bastante abrangente, que concernia em compreender a emersão das transmasculinidades no Brasil através do *espaço biográfico* (ARFUCH, 2010) de João W. Nery. O “personagem”, que foi considerado — e considerou-se — o *transhomem pioneiro* do Brasil, trata-se do primeiro homem transexual endossexual<sup>7</sup> a: se hormonizar com testosterona sintética, realizar cirurgias de transição de gênero e escrever e publicar uma autobiografia sobre seu processo de transição no país. Além disso, com a publicação de sua segunda autobiografia, denominada *Viagem Solitária: memórias de um transexual trinta anos depois* (2011), conquistou ampla visibilidade para a sua história e para as transmasculinidades (MARANHÃO FILHO; NERY, 2013; FREITAS, 2014; GASPODINI; NERY, 2014; TEDESCO, 2020).

Contudo, ao longo do processo de investigação e aprofundamento das leituras teórico-metodológicas e em meio a um turbilhão de reflexões, percebi que para compreender o espaço biográfico de Nery, seria necessário apreender, antes, o *campo de possibilidades* (VELHO, 1999) através do qual ele se autoforjou como homem. Desse modo, parto do conceito mencionado, campo de possibilidades, criado por Gilberto Velho, para investigar a maneira pela qual a biografia de Nery foi atravessada e atravessou processos sócio-históricos, tendo em vista que tal conceito proporciona um entendimento de projetos, inclusive individuais, como produtos-produtores de seus tempos, imbricados e influenciados pelas relações de poder que hierarquizam nossa sociedade.

Assim, no decorrer do curso de mestrado, remodelei a análise. Assim, primeiro, investigo a formação do campo de possibilidades que permitiu com que Nery realizasse seu processo de transição da forma como se sucedeu. Posteriormente, analiso sua produção de si enquanto transhomem através do seu espaço biográfico, delimitado entre os anos 1950 e 1988.

No **primeiro capítulo**, *A invenção do CIStema: historicizando cisgeneridade e transexualidade*, realizo uma contextualização histórica das relações de gênero em âmbito internacional e nacional, abarcando Europa, Estados Unidos e Brasil, para iniciar a compreensão acerca da formação do campo de possibilidades através do qual o João Walter

---

<sup>7</sup> Endossexual é o sujeito que nasce com os cromossomos XX ou XY, não sendo intersexual (XXY, por exemplo) (VIEIRA, 2021)

Nery pôde se tornar o *transhomem pioneiro*. É um desafio ao qual me propus e reconheço a impossibilidade de desenvolvê-lo de forma aprofundada nesta dissertação. Ainda assim, inspirado em Michel Foucault (2006) e Judith Butler (2019) considero imprescindível discutir como um “Outro inviável” se torna um “Eu” possível, ou, ainda, um “Outro” possível que tensiona a matriz cisheteronormativa pela pluralização das possibilidades de ser. Por conseguinte, primeiro abordarei *fragmentos de uma genealogia da normatização da cisgeneridade*, buscando tecer, como o título indica, através de fragmentos históricos, reflexões acerca das configurações e reconfigurações do sistema cisheteronormativo promovido pela branquitude. Discorrerei sobre a criação de concepções de “sujeito”, “Eu” e “Outro” e a produção de hierarquizações e desumanizações ciscolonialistas, através de Michel Foucault (2006; 2013a; 2013b), Thomas Laqueur (2001), Viviane Vergueiro Simakawa (2015), Maria Lugones (2008), entre outras autorias. Após, abordarei o surgimento dos termos “travesti” e “transexual” no seio do *regime biopolítico farmacopornográfico* (PRECIADO, 2018), levando em consideração “como ser trans se torna um modo de subjetivação possível” — mesmo que patologizado e ainda sob o estigma da desumanização. Ademais, também desenvolverei uma narrativa das relações de gênero no Brasil e as transformações geradas pela urbanização, modernização e industrialização no final do século XIX e início do século XX, a fim de compreender a constituição da cisheteronormatividade, através da biopolítica disciplinar, no país.

O **segundo capítulo**, denominado *Fabricando fissuras na tecitura da História: sujeitos, comunidades e movimentos sociais que transgrediram sistemas*, abarcará a continuidade da contextualização histórica iniciada no capítulo antecedente. Assim, a fim de apreender o campo de possibilidades no qual se autoforja João Walter Nery, discorrerei sobre as relações de gênero no Brasil e nos Estados Unidos, durante os séculos XVIII, XIX e XX, com foco em história trans e movimento LGBTQIAP+. Assim, enquanto no primeiro capítulo as normatizações e patologizações foram historicizadas, nesta parte tratarei das resistências individuais e organizadas, buscando localizar essas histórias em uma ampla disputa acerca de gênero e sexualidade no século passado.

No **terceiro capítulo**, intitulado *Acerto de pessoa com coragem de existir: o espaço biográfico de João Walter Nery (1977-1984)*, dou início à elaboração de uma narrativa sobre a produção de si de João Walter Nery a partir do seu espaço biográfico pertinente às décadas de 1970 e 1980. Neste primeiro momento, analiso a Parte I de *Erro de Pessoa*, na qual encontram-se relatos acerca da infância, adolescência e juventude de Nery. Meu objetivo é investigar a autobiografia de Nery como produto e produtora do autor, bem como um

acontecimento histórico em si. Dessa maneira, interessa-me analisar os significados sobre gênero, sexo, sexualidade, masculinidades, feminilidades, “ser homem” e “ser mulher” (re)elaborados por Nery. Ainda, interesse-me em examinar sua produção de si diante dessa escrita, considerando que tal produção ocorre de forma historicamente situada e a partir da relação do “Eu-inaugural” e do sujeito diante do escopo sócio-histórico no qual está inserido.

Por fim, no **quarto capítulo**, *A autobiografia das metamorfoses: produções de si de João Walter Nery (1977-1988)*, finalizo a análise de Erro de Pessoa com base na investigação das Partes II e III da obra. Com intentos similares aos do capítulo anterior, o que se distingue nesse é que a narrativa de Nery está voltada, nos capítulos analisados, para o seu processo de transição física — ou seja, hormonização e procedimentos cirúrgicos. Desse modo, abordarei a historicidade da produção de subjetividades que desenvolvem desejos de transformação corporal na *Era Farmacopornográfica* (PRECIADO, 2018), tanto em sujeitos cis quanto em sujeitos trans, mas com foco na análise de como as biografias trans percorrem esse campo de possibilidades nas décadas de 1970 e 1980. Finalizo o capítulo com uma discussão acerca do espaço biográfico de Nery como biopotente para a produção de efeitos de verdade tensionadores do regime de exceção cisheteronormativador.

Concluo essa dissertação com uma breve reflexão sobre produções de si, masculinidades, significados de “ser homem” e transgressões de gênero, com base nas discussões anteriores e foco no espaço biográfico de João Walter Nery.

### **Encontrando um Eu através da descoberta de um Nós**

No segundo semestre de 2016, enquanto cursava Licenciatura em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tive a oportunidade de fazer a disciplina Seminário *Gênero, Sexualidade e Dissidentes Sexuais - o que @s historiador@s tem a dizer sobre isso?*, ministrada pelo meu orientador, prof. Dr. Benito Bisso Schmidt. Em uma das aulas, assistimos um documentário, no qual vi João Walter Nery pela primeira vez. Emocionado, chorei, sem compreender se aquele choro era de alívio, angústia ou ambos os sentimentos. Eu entendi, entretanto, que enxergar, ouvir e me permitir ser afetado por Nery, fez emergir em mim algo que há anos eu vinha reprimindo: parte de mim, a minha própria identidade de gênero. A partir de então, no que condiz a minha vida pessoal, iniciei meu processo de transição; em relação à academia, se tornou difícil, cada vez mais, não questionar a cisnormatividade dentro da historiografia.



Todavia, o percurso da minha procura por parte de mim, eu já havia iniciado anteriormente. No curso de História, comecei a me aproximar dos Estudos de Gênero desde o primeiro semestre, em 2013, realizando disciplinas da História e da Antropologia sobre gênero, sexualidade e feminismos, bem como voltando os estudos em outras cadeiras para o campo, sempre que possível. Ainda, no final de 2015 descobri que um Coletivo de Educação Popular voltado para as pessoas trans tinha sido criado em Porto Alegre, cidade onde resido desde 2009. Dessa forma, iniciei minha experiência enquanto professor de História em tal coletivo, o TransENEM<sup>8</sup>.

Além disso, também tive a oportunidade de ser orientado pela professora Natalia Pietra Mendez na Iniciação Científica e na Iniciação à Docência. Primeiro, pude pesquisar Historiografia Escolar e Estudos de Gênero, através da pesquisa *Um campo em construção: história das mulheres, gender history e as encruzilhadas entre a historiografia acadêmica e escolar (1980-1990)*, entre os anos de 2015 e 2016. Já através do Subprojeto de História do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) na Escola Estadual Coronel Afonso Emílio Massot participei da Oficina de Gênero, durante o ano letivo de 2017, que ocorreu junto a turmas do terceiro ano do Ensino Médio e objetivou articular as relações entre o ensino de história e estudos de gênero (BORBA et al, 2018).

Enquanto na trajetória acadêmica eu buscava aprender tudo que podia sobre gênero e sexualidade, na minha vida pessoal iniciei a análise. Encontrei a psicanalista que me auxiliou a me reconectar comigo mesmo, me libertar da *cisgeneridade compulsória*<sup>9</sup> que leva todas as pessoas trans, nessa sociedade historicamente *cissexista* e *cisnormativa* (SIMAKAWA, 2015), a se “alienarem de si” a fim de sobreviver, considerando o estigma que carregamos e o campo de possibilidades (VELHO, 1999) em que existimos, por vivermos no país que mais mata pessoas transexuais e travestis no mundo, face mais visível da violência cotidiana que nos atinge (BENEVIDES, 2022).

Dessa forma, entendi que meu interesse maior nos Estudos de Gênero, articulado com a História, era compreender a mim mesmo, me achar, me permitir realizar uma constituição de mim mais próxima do meu Eu-inaugural e, por fim, ter uma história para mim. No entanto, faço questão de destacar o que irei desenvolver ao longo dessa escrita: apesar desse movimento subjetivo de busca pelo “si mesmo”, nada disso é apenas sobre mim, mas sobre

---

<sup>8</sup> O Coletivo pela Educação Popular TransENEM foi fundado em abril de 2016, vincula-se desde agosto do mesmo ano ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Porto Alegre (IFRS-POA), através do qual promove o Programa TransENEM, no qual são oferecidas aulas pré-ENEM, pré-vestibular e pré-ENCCEJA para estudantes LGBTQIAP+, com foco em atender a população trans (TEDESCO e ALMEIDA, 2021).

<sup>9</sup> Inspirado na célebre intelectual feminista Monique Wittig (1993), que elaborou o conceito de “heterossexualidade compulsória”, afirmo que a cisgeneridade também é compulsória.

ser trans em um mundo cisnormativo, ou seja, diz respeito a uma coletividade a qual sou pertencente. Reitero, a partir de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2012) e Leonor Arfuch (2010), que compreendo que seja intrínseca a relação entre história e subjetividades. Pois, assim como Arfuch está considerando a relação entre discursos (no caso, biográficos) e as constituições de si e a trama de intersubjetividades, Albuquerque Júnior nos coloca diante da articulação entre historiografia e a produção de subjetividades. Nas palavras desse último:

A história implica o aprendizado da alteridade, o aprendizado da possibilidade da existência de outras formas de sermos humanos, o aprendizado da viabilidade de outras maneiras de se comportar, da existência de outros valores, de outras ideias, de outros costumes que não aqueles dos homens e mulheres contemporâneos. A história permite o aprendizado da tolerância para com o diferente, com o estranho, com o distinto, com o distante, com o estrangeiro. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 12)

Por isso, torna-se evidente para mim, tanto pela via do embasamento teórico quanto pela via da experiência pessoal, as transformações subjetivas que as narrativas (históricas, literárias, autobiográficas etc; via escrita, oralidade, áudio, visual ou audiovisual) podem proporcionar. Acredito, também, que toda a exposição de minha trajetória reafirma o que Donna Haraway (1995) aponta ao elaborar o conceito de *saberes localizados*: a produção de conhecimento é sempre localizada, sempre está relacionada às nossas subjetividades e também aos nossos ideais políticos. No caso da minha trajetória, se torna visível a necessidade de se vivenciar — comumente compartilhada por pessoas trans — e, também, através das leituras, das palestras, das pesquisas, das experiências iniciais de prática docente, o encontro do meu Eu através da descoberta de um Nós.

Dessa maneira, o escopo teórico-metodológico do qual venho me aproximando desde a graduação é pós-estruturalista, *queer* e transfeminista. Aproximo-me, também, de intelectuais negras feministas e latino-americanas que trabalham com perspectivas interseccionais e decoloniais. Sendo assim, tomo como base para as minhas reflexões, para além das autorias já mencionadas, Guacira Lopes Louro, Judith Butler, Paul Beatriz Preciado, Patricia Hill Collins, Rita Segato, entre outras. Logo, a partir de tudo que expus, referenciais teórico-metodológicos, perspectivas teórico-políticas e minha própria história de vida, torna-se evidente a impossibilidade de não passar a questionar a cisnormatividade na produção historiográfica.

## **Reflexões sobre história e produções de subjetividades numa perspectiva teórica transfeminista e *queer***

A relação entre passados trans e a historicidade da cisnormatividade é intrínseca. Acredito, firmemente, que para realizar uma historiografia trans, é necessário historicizar gênero e sexualidade compreendendo a transgeneridade e a cisgeneridade como relacionais e, também, como constructos sócio-históricos. Porém, para isso é preciso deixar de associar a transgeneridade estritamente a determinadas modificações corporais<sup>10</sup> e compreendê-la através de uma ótica decolonial e transfeminista, ou seja, com maior complexidade, sofisticação e desde olhares transgêneros e transgressores: a transgeneridade trata-se de um modo de subjetivação em termos de gênero na contemporaneidade, tal qual a cisgeneridade. Trata-se de constituir uma identidade de gênero, em nossa sociedade cisnormativa, em desacordo com tais normas.

Por identidade de gênero — ou, ainda, “identidade de gênero autopercebida” —, busco me referir à “estrutura primária” ou “instauradora” do Eu<sup>11</sup> na primeira infância no que concerne às relações de gênero (BUTLER, 2021). Decidi utilizar o termo “identidade de gênero” tendo em vista sua profusão nos movimentos sociais trans. Todavia, é relevante assinalar que, por “identidade”, não me refiro a uma homogeneização e/ou essencialização dos processos subjetivos de um sujeito, como se houvesse uma linearidade, uma “ordem teleológica-ontológica” biográfica que parte “da identidade”. Compreendo que há fragmentações, complexificações, bem como algo de “inatingível” no Eu — o inconsciente —, cujas práticas de produção e narrativas de si buscam organizá-lo (o Eu) de forma coerente a fim de lhe proporcionar, além de coerência, estabilidade (HALL, 2000; ARFUCH, 2010; BUTLER, 2019;2021).

Dessa maneira, é relevante considerar, ao pensar em histórias das relações de gênero, as relações entre história e produção de subjetividades. Como Judith Butler (2021) coloca, a

---

<sup>10</sup> Por cishetero-branco-centrada, refiro-me aos corpos que são considerados “normais” (brancos, cisgêneros, heterossexuais, endossexuais, magros e sem deficiência), que servem de modelo de normalidade e saúde para quaisquer outras corporeidades; bem como pela construção sócio-histórica dessa matriz por corpos e mentes cismasculinas brancas, em sua maioria do eixo Estados Unidos-Europa. Intelectuais trans, como Letícia Nascimento (2021) e Paul Preciado (2018), criticam a associação de “ser trans” com “mudar o corpo” de forma anticisnormativa e transgressora. Nascimento, por exemplo, questiona: por quê denominamos uma cirurgia de neovulvoplastia de “redesignação sexual” e não pelo seu nome científico? Enquanto Preciado provoca: por quê a vagina, o pênis e os peitorais são genericados e erotizados e outras partes do corpo, como os braços não?

<sup>11</sup> Inspirado em Judith Butler (2021), irei referir-me a esse fenômeno através dos seguintes termos ao longo desta dissertação: “estrutura primária do Eu”, “Eu-inaugural”, “Eu-primeiro”, “estrutura constituinte do si-mesmo” e similares, alternando Eu e si-mesmo como sinônimos, bem como “primário”, “primeiro”, “inaugural” e similares, a fim de tecer uma escrita mais fluida e não repetitiva.

constituição de si ocorre em um sistema de valores e normas sociais que, por sua vez, são elaboradas ao longo da história. Segundo a autora,

Esse trabalho sobre si mesmo, esse ato de circunscrição, acontece no contexto de um conjunto de normas que precede e excede o sujeito. Investidas de poder e obstinação, essas normas estabelecem os limites do que será considerado uma formação inteligível do sujeito dentro de determinado esquema histórico das coisas. Não há criação de si (*poiesis*) fora de um modo de subjetivação (*assujettissement*) e, portanto, não há criação de si fora das normas que orquestram as formas possíveis que o sujeito deve assumir. (BUTLER, 2021, p. 29)

Ou seja, o “si mesmo”, o “Eu”, precisa de um escopo cultural, social e histórico para se formar, para “se fazer existente”. Todavia, engana-se quem acredita que a constituição primária de si ocorre de maneira voluntária. Quando Judith Butler fala em constituição do si-mesmo inaugural, a autora refere-se à produção de subjetividade formadora do “Eu” na primeira infância, em uma fase na qual não há uma consciência de si, da qual escapa-nos a lembrança do que nos faz “sermos quem somos”, de modo que é impossível relatar nossos processos de constituição de nós mesmos, pois “o que atravessa de maneira sincrônica esse campo da ontologia é a condição pré-ontológica de uma passividade para a qual é impossível converter-se ao seu oposto” (BUTLER, 2021, p. 116). Com base nisso, resalto a impossibilidade de acessar as memórias de constituição do si-mesmo e, sobretudo, a impossibilidade de *converter-se em seu oposto*, ou seja, deixar de ser quem se é.

Desse modo, quando penso em processos de produção de si, também considero as aproximações e afastamentos que o sujeito faz em relação a este “Eu-inaugural”. Tal relação consigo é marcada pela historicidade e pelas relações sociais, pois esta estrutura primária do si-mesmo pode emergir do inconsciente para o consciente ou ser reprimida em níveis variados, de maneiras diferentes, particulares a cada indivíduo. Esses processos subjetivos de relação consigo — do tornar-se sujeito em meio a aproximações e afastamentos do Eu-primário —, estão relacionados aos percursos biográficos que a pessoa engendra, atravessados e constituídos por relações de poder e hierarquizações sócio-históricas (BUTLER, 2019; 2021; CUNHA, 2021).

Logo, quando utilizo expressões como “tornar-se quem se é”, por exemplo, ao referir-me a trajetórias de pessoas de gênero inconforme, busco fazer alusão ao processo de aproximação do sujeito com seu Eu-inaugural em termos de gênero, aquilo que comumente chamamos de “aceitar nossa identidade de gênero”. Percebo que, para nós transgêneros, deixar de reprimir aquilo que socialmente é considerado abominável em nossas subjetividades permite com que "nos tornemos" sujeitos que se encontram com quem "são".

Repito, com isso não quero dizer que há uma "essência verdadeira" com a qual nascemos e que devemos buscar dentro de nós para "tornarmo-nos Eus verdadeiros". O que quero dizer é mais complexo, pois compreendo que não há uma disposição natural para a formação subjetiva deste Eu-inaugural, mas sim que todos os processos de subjetivação são historicamente situados, inclusive aqueles engendrados na primeira infância. A diferença, entretanto, no que condiz à gênero, é que a identidade de gênero funciona como uma espécie de "marca primária" que nos aproxima ou afasta de feminilidades, masculinidades, sentidos de ser homem, mulher, ambos ou nenhum (BUTLER, 2019; 2021; CUNHA, 2021).

Dessa forma, independente do corpo, toda criança vai produzir sua identidade de gênero na primeira infância a partir do sistema gênero/sexo e desejo, através de identificações e desidentificações. Todavia, do momento em que toma consciência do olhar do Outro sobre si, aprende que esse processo de subjetivação é ou não é legitimado perante as normas sociais (BUTLER, 2019; 2021).

Contudo, assim como a anatomia não é o destino<sup>12</sup>, tampouco essa estrutura primária do Eu é o suficiente para caracterizar o sujeito de uma forma plena — inclusive, não seria a falta, a fragmentação, a incompletude, a incoerência, que melhor nos caracteriza? Afinal, todes estamos em constante transformação, em constante contato com as disputas discursivas sobre gênero, em constantes (des)identificações, e a maneira como as pessoas produzem a si mesmas, a partir da percepção (limitada) de si e através da relação Eu-Outro, ou seja, como se afirmam socialmente, faz-se pertinente para pensar nas biografias e nas construções de identidades coletivas (BUTLER, 2019; 2021).

Ainda assim, penso ser extremamente importante para compreendermos gênero, sexualidade e para a elaboração de uma historiografia acerca das relações de gênero, que essa estruturação primária subjetiva permanece como espinha dorsal do sujeito, e sempre escapará do inconsciente para o consciente, seja como sintoma, seja como acolhimento de si. Por fim, reitero que tanto pessoas cisgêneras quanto pessoas transgêneras passam por processos de subjetivação de si, desenvolvem uma identidade de gênero e que, na contemporaneidade, não existe processo transexualizador, o que existem são tecnologias de produção de si farmacopornográficas que pessoas de modo geral utilizam (PRECIADO, 2018). A grande diferença, nesse sentido, está nas construções sócio-históricas das normatividades no que concerne à gênero/sexo e sexualidade.

---

<sup>12</sup> Aqui faço alusão ao texto "A anatomia não é o destino", publicado por João Walter Nery em 1988 no livro de autoria coletiva "Destino", sobre o qual discorrerei ao longo deste trabalho.

A partir do exposto, questiono: o que ocorre quando nos generificamos como o Outro? Ou, complementando, como o Outro que não deveria existir? Afinal, é isso que ocorre com pessoas trans, processo materializado na patologização das transidentidades e no genocídio promovido contra a população trans no Brasil (CARNEIRO, 2005; JESUS, 2013; AGUIAR, 2020).

É diante destas questões que nasce essa dissertação de mestrado, pois já me vi destituído de mim de muitas maneiras. Já não tive nome, já não tive documentação, já não tive passado, já não soube que poderia existir — não de forma que meu “si-mesmo” pudesse “encontrar-se comigo” na minha autoconstituição. Porém, como contarei nas páginas abaixo, no decorrer da história encontrei referências, encontrei passados e (re)encontrei, também, a mim. Dessa forma, a partir daqui passarei não somente com meu corpo indócil, mas com minha escrita e análise indóceis, inspirado sobretudo em outras pessoas trans intelectuais e pesquisadoras, que carregam consigo o signo da transgressão e a responsabilidade social e política de produzir conhecimento para e pela vida.

### **História, gênero e sexualidade sob uma ótica transmasculina e transfeminista**

Além de compreender que a história é produzida de maneira situada, também partilho do entendimento de que seu discurso é potente tanto para corroborar com a ordem social vigente, quanto para subvertê-la (HARAWAY, 1995; CERTEAU, 1982; 2011; LOURO, 2007). Assim, interpreto que é necessário e possível, através da historiografia, colaborar para desconstruir o sistema gênero/sexo e desejo contemporâneo, ou seja, a cisheteronormatividade.

No que concerne à historiografia, é a partir da noção de que a história é elaborada por meio de uma *operação historiográfica* (CERTEAU, 1982) que engendro tais reflexões. Tal conceito, subdividido em três, nos permite analisar o contexto sócio-histórico através do qual uma temática, determinadas metodologias, certas fontes, referenciais teóricos, entre outras questões, passam a ser consideradas possíveis de serem pesquisadas e/ou utilizadas na produção historiográfica, sendo esta a primeira parte da operação, denominada *lugar social da história*. Além disso, as segunda e terceira partes, a *prática historiográfica* e a *escrita da história*, nos convidam a entender e examinar o processo de investigação que engendra subsídios para o tecimento das narrativas históricas. Ou seja, é possível questionar quais documentos, objetos, métodos, referenciais, por exemplo, foram transformados em “fontes

históricas” durante a pesquisa e, posteriormente, analisar o discurso criado a partir dessa e refletir sobre sua função social. Ainda, é pertinente ressaltar que em *A escrita da História* (1982), Certeau também trata da responsabilidade do ofício de historiadoras/ies/es, colocando a história como possível agente de transformação na fronteira temporal entre passado e futuro, isto é, a maneira como concebemos o passado modifica a forma como projetamos o futuro enquanto sociedade.

Desse modo, considerando a desumanização que recai sobre pessoas LGBTQIAP+, sobretudo mulheres trans e travestis negras — exemplificado, infelizmente e assombrosamente, no elevado índice de transfeminicídios no Brasil (BENEVIDES, 2022) —, entendo que não só é possível, mas que é uma responsabilidade do ofício de historiador(a/e) historicizar gênero, sexo e sexualidade a fim de combater a LGBTfobia, o machismo e, sob um viés interseccional, corroborar com o combate ao racismo e outros sistemas de hierarquização e dominação sociais constituídos e constantemente atualizados historicamente.

No que condiz à gênero, sexo e sexualidade, por sua vez, como venho elaborando, compartilho da concepção de que são constructos sócio-históricos, bem como elementos constitutivos das relações de poder em nossa sociedade que, na contemporaneidade, (re)produzem-se de forma cisheteronormativa (BUTLER, 2015; 2019; SCOTT, 1995). A cisheteronormatividade, por sua vez, compreendo como uma das ficções mais poderosas de nossa sociedade: a fantasia de que a heterossexualidade e a cisgeneridade são as únicas performances de desejo e gênero naturais e normais (BUTLER, 2015; SIMAKAWA, 2015; PRECIADO, 2018).

Essa ficção histórica de gênero é costurada através do tecido da *ciscolonialidade* (SIMAKAWA, 2015) e da intersecção entre classe, raça, geração, sexualidade e diversidade corporal, que atravessam e constituem as relações de poder. Dessa maneira, em uma perspectiva transfeminista, interseccional e decolonial, entendo que a generificação dos corpos é um fenômeno sócio-histórico advindo do processo colonial que produz significados e materialidades corporais binárias e cisnormativas (homem = pênis, mulher = vagina), hierárquicas em termos de gênero (homem superior, mulher inferior) e em termos de racialização (homens e mulheres brancos = humanizados; homens e mulheres negros e indígenas = desumanizados). Ademais, compreendo que a manutenção das hierarquizações moderno-coloniais, ou, ainda, da matriz cishetero-branca de poder, se dá através da (re)produção de variados discursos (em disputa ou em ressonância) midiáticos, institucionais, jurídicos, biomédicos, entre outros (LUGONES, 2008; 2014; BUTLER, 2015, 2019; COLLINS, 2015; SIMAKAWA, 2015; OYEWÙMÍ, 2021; SEGATO, 2021).

No concernente ao conceito de *performance de gênero*, entendo que esteja atrelado a *práticas de produção de si* (GOMES, 2004) que efetuamos através de nossos corpos, expressões e discursos relacionados à gênero/sexo e desejo. Ainda, concebo que as performances de gênero ocorrem através do fenômeno da *citacionalidade*, elucidado por Judith Butler (2019) como a produção de si através de repetições que têm no passado referências para a elaboração de modelos no presente. Aqui, o termo “passado” é amplo, considerando as relações do si-mesmo com as figuras parentais, familiares e, também, com modelos de gênero (re)produzidos historicamente (BUTLER, 2015; 2019).

Com base no exposto, questiono: quais corpos, vidas, expressões e desejos são considerados legítimos, naturais, saudáveis e *vivíveis* (BUTLER, 2019; 2020)? Afinal, a própria manutenção (ou re-produção) do sistema é evidente nas corporeidades, nos processos de materialização do gênero nos corpos, a exemplo da coerção de gênero cisnormativa no nascimento, tanto quando bebês endossexuais são designados como meninos ou meninas ao nascer, por causa de suas genitálias; quanto quando recém-nascidos intersexuais passam por interferências médicas a fim de enquadrá-los no sistema binário de gênero (FAUSTO-STERLING, 2006).

Contudo, mas não tão curiosamente assim, a cisgeneridade segue sendo retratada como atemporal e natural, enquanto a transgeneridade é marcada na história como uma forma fabricada de vivenciar uma identidade de gênero que provém do regime biopolítico farmacopornográfico (PRECIADO, 2018), através das tecnologias criadas e difundidas, sobretudo após Segunda Guerra Mundial. Logo, é de se questionar: não estamos todos dentro do mesmo sistema amplo de gênero? Por que as práticas de produção de si em relação a gênero de pessoas trans são consideradas artificiais e as de pessoas cisgêneras naturais? O silicone de uma mulher cisgênera é menos artificial que o de uma mulher trans? Injetar testosterona para aumentar massa muscular é natural sendo cisgênero, mas aplicar esse mesmo hormônio, sendo trans (independente do efeito desejado), é artificial? Não estão tanto as pessoas cis quanto as pessoas trans produzindo a si mesmas?

É óbvio (ou deveria ser) que sim. Entretanto, a cisgeneridade “passa” por neutra ao ser naturalizada e normatizada, ou seja, através da cisnormatividade. É a partir desta estruturação hierárquica das relações de gênero que a cisgeneridade torna-se a única performance de gênero considerada *humana*. Assim, a transgeneridade é patologizada, anormalizada e *desumanizada*. No que diz respeito ao discurso historiográfico, essa desumanização da população trans mostra-se no apagamento, no silenciamento: a pretensa falta de história, a pretensa falta de existência de pessoas de gênero inconforme. Por tal motivo, vou ao encontro



de Viviane Vergueiro Simakawa (2015) e Juno Nedel Mendes de Aguiar (2020) quando afirmo que é urgente historicizar os processos sócio-históricos que constituem tal naturalização e normatização para historicizar também a cisgeneridade.

É fundamental, para pensarmos em histórias trans e para transgredirmos a historiografia, compreender que o sistema de gênero é relacional. Não existe cisgeneridade sem transgeneridade e vice-versa; bem como, a partir do exposto, podemos problematizar a ideia de que há “pessoas trans de verdade” e “pessoas trans de mentira” e, ainda, problematizar a localização da transgeneridade em um período histórico tão recente. Afinal, ser trans — assim como ser cis — diz respeito aos processos de subjetivação que nos constituem enquanto indivíduos, e não necessariamente à hormonização e/ou cirurgias. Conforme mencionado, há séculos o eurocentrismo, o colonialismo e a branquitude buscam impor uma generificação binária e genitalista no tecido das relações sociais, criando Eus-humanos-possíveis em detrimento de Outros-impossíveis-inumanos. A história do ciscolonialidade não é recente, portanto, tampouco a das transgressões de gênero (CARNEIRO, 2005; SIMAKAWA, 2015; BONASSI, 2017; PRECIADO, 2018; AGUIAR, 2020).

### **Masculinidades e a fabricação do mito do “homem de verdade”**

Outras discussões condutoras desta pesquisa são aquelas vinculadas ao conceito de *masculinidades*. Primeiro, por “masculinidades” compreendo que se trata de um conjunto de comportamentos e características que se tornaram práticas de produção de si associadas a uma expressão<sup>13</sup>, a uma identidade de gênero ou a uma corporeidade.

Afinal, a genitália peniana é o primeiro “pré-requisito” para ser considerado homem no âmbito da cisheteronormatividade. Tendo em vista a relação intrínseca, nos processos de generificação dos corpos, entre a inteligibilidade cisgênera e heterossexual (SIMAKAWA, 2015), o “homem de verdade”, para além de nascer com pênis, precisa realizar práticas sexuais com mulheres cisgêneras.

O pertencimento a esse espectro do sistema binário de gênero, por sua vez, necessita ser constantemente reiterado. De acordo com Judith Butler (2019)

---

<sup>13</sup> Evidentemente, enquanto um conjunto de características e práticas de produção de si, as masculinidades não estão restritas aos homens (cis e trans) e transmasculines. Mulheres (cis e trans) e pessoas transfemininas também exercem masculinidades. Todavia, o foco desta dissertação é investigar as masculinidades no âmbito relacional identidade-expressão.

[...] se o gênero é construído, ele não é necessariamente construído por um “eu” ou um “nós” anteriores à construção em qualquer sentido espacial ou temporal desse “antes”. Na verdade, não está claro se pode haver um “eu” ou um “nós” que não tenham sido submetidos, assujeitados ao gênero, se por atribuição de gênero entendemos, entre outras coisas, as relações de diferenciação pelas quais os sujeitos falantes vêm à existência. Assujeitado pelo gênero, mas também subjetivado por ele, o “eu” não precede nem sucede ao processo de atribuição de gênero, apenas emerge internamente a ele como a matriz das próprias relações de gênero. (...) Afirmar que o sujeito é produzido em e como uma matriz generificada de relações não é livrar-se do sujeito, mas apenas perguntar pelas condições de sua emergência e operação. [...]. **A denominação é ao mesmo tempo um modo de configurar um limite e também de inculcar repetidamente uma norma.** (BUTLER, 2019, p. 24-25, grifos meus).

Ou seja, através da Linguística, da Psicanálise e do pensamento pós-estruturalista, sob uma perspectiva crítica em termos de gênero, Butler compreende que não existe o “homem original” (tampouco a mulher), apenas cópias de uma originalidade fabricada pela (e fabricante da) cisheteronormatividade. No caso, todos fabricamo-nos, em certo sentido. Logo, há comportamentos e características que se tornaram práticas de produção de si de masculinidades provenientes de uma matriz cisheterossexual, as quais continuamente fabricam tal originalidade — alimentando o mito do “homem de verdade” junto a uma concepção de “homem ideal”.

Compreendo ainda que podemos elencar algumas destas práticas no que diz respeito às masculinidades — sem perder de vista a sua historicidade, mas considerando suas (re)produções através do *fenômeno da citacionalidade* (BUTLER, 2019). Dessa forma, entendo que exercer violências; desempenhar práticas sexuais relacionadas a uma ideia de “virilidade” e “macheza” — ser “fértil”, “comedor”, “100% ativo”; ocupar uma posição de poder — de autoridade; ser competitivo; ter força física; trabalhar para “ser o provedor do lar”; buscar “sucesso econômico” e, até mesmo, possuir determinados índices de testosterona no corpo (ROHDEN, 2011) se tornaram, em nossas sociedades ocidentais, constituintes que, de certa forma, “medem” ou “enquadram” homens em hierarquias de masculinidades e, até mesmo, no próprio escopo do que é considerado “ser homem” em si (KIMMEL, 1998; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013; MESSERSCHMIDT, 2018; VIGOYA, 2018).

Ademais, o conceito de *masculinidades hegemônicas* (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013) traz questões muito pertinentes para compreendermos como operam as produções de sujeitos “legítimos” da masculinidade e suas complexidades e hierarquizações. Em minha compreensão, as masculinidades hegemônicas provêm de uma matriz branca-cisheterossexual e se engendram por meio de relações de poder. Ainda, são produtos-produtoras da falsa originalidade que alimenta o mito do “homem de verdade” junto a uma concepção de “homem ideal”. Assim, as práticas de produção de si em termos de

masculinidade diferem de acordo com as variações dos campos de possibilidade (VELHO, 1999), arquitetados pelos marcadores sociais dos sujeitos e pela geografia das masculinidades<sup>14</sup> (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013; MESSERSCHMIDT, 2018; VIGOYA, 2018; BUTLER, 2019).

Ao trazer a discussão para solo brasileiro, mais especificamente para o Nordeste, Albuquerque Júnior corrobora com a compreensão de que o falocentrismo é fundamental na fundação contínua do “homem de verdade” no Brasil, conforme podemos ver abaixo:

Este discurso nos fala também da importância e da centralidade que o falo terá, desde cedo, na vida do menino. Seu irmão, ao brincar com boneca, era ameaçado de virar mulher, de perder o pinto, o que era mostrado como sendo uma tragédia. Esta centralidade do pênis, na definição da masculinidade, só tende a se acentuar à medida que surgem as primeiras notícias sobre o sexo e os rigores da separação de conduta entre homens e mulheres pareciam acentuar-se. O nordestino é uma figura, um corpo construído por discursos em que a fala encarna o falo. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 222).

O autor, ao evidenciar a relação entre invenção da identidade regional do nordestino com a invenção do falo nas décadas de 1920 e 1930, discorre sobre as disputas discursivas em torno dos significados de “homem”, “macho”, “masculinidades”. Desse modo, escancara a fragilidade do significado de “ser homem” e expõe as contradições e controvérsias nos processos históricos que fundamentam o mito do “homem de verdade”.

A partir do exposto, compreendo que há cismasculinidades e transmasculinidades, tratando-se das práticas de produção de si, no âmbito das masculinidades, de homens cisgêneros e de pessoas transmasculinas, respectivamente. Contudo, isso não significa que homens cis e transmasculines vivam em mundos à parte, mas sim que o atravessamento do *regime de exceção cisheteronormativador* (CHAVES, 2021) propicia percursos biográficos e *produções de modelos de masculinidades* (MESSERSCHMIDT, 2018) diferentes para cada grupo.

### **Historiografia brasileira e transmasculinidades: desafios e possibilidades para uma operação historiográfica que transgrida a cisnormatividade**

Neste tópico, irei discorrer sobre transmasculinidades e historiografia, a fim de propor uma reflexão acerca das possibilidades e dos desafios para a elaboração de uma *operação historiográfica* (CERTEAU, 1982) sobre a temática que transgrida a cisnormatividade. Assim,

---

<sup>14</sup> Hierarquias globais, regionais e locais de gênero-classe-raça que produzem diferentes masculinidades hegemônicas (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

abordarei: 1) a constituição do *campo de possibilidades* (VELHO, 1999) que alicerça o lugar social de uma historiografia sobre transmasculinidades; 2) as produções historiográficas brasileiras que versam sobre transmasculinidades; 3) por fim, elaborarei proposições para uma prática historiográfica e uma escrita da história anticisnormativas.

\*\*\*

É possível considerar que a mobilização em direção à visibilidade transmasculina inicia na década de 1980, com as publicações de duas autobiografias de autorias transmasculinas: *A Queda para o Alto*, escrita por Anderson Herzer e lançada em 1982; e a supracitada *Erro de Pessoa: João ou Joana*, de 1984, de autoria de João Walter Nery. Tais obras foram lançadas em um momento mais propício para o tensionamento do sistema brasileiro, após o despontar do movimento social cishomossexual, com a fundação do grupo Somos (1978) e das revistas *Lampião da Esquina* (1978) e *Chana com Chana* (1981). Todavia, foi somente na década de 2010 que o movimento transmasculino passou a se instituir no país, cerca de trinta anos após o início do movimento social LGBTQIAP+ organizado e das publicações das autobiografias mencionadas, ainda por cima, vinte anos após a fundação da primeira entidade de movimento social de mulheres trans e travestis, a Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (1992) (FACCHINI, 2005; AZEVEDO, 2018; OLIVEIRA, 2018). Ou seja, há uma nítida lacuna entre a história do movimento transmasculino e a história de outros segmentos da sigla LGBTQIAP+.

Dessa maneira, acredito que para refletir sobre as possibilidades de elaborar historiografia acerca de transmasculinos, seja necessário, antes, compreender tal lacuna. Por que homens trans “demoraram” décadas a mais para fundarem uma entidade representativa de movimento social? Por que a conquista de visibilidade (por menor que seja) ocorre tardiamente, em comparação a outras identidades de gênero e sexuais dissonantes da norma? Concordo com Luck Yemonja Banke e Leonardo Farias Pessoa Tenório (2021) no entendimento de que é preciso considerar que a cisheteronormatividade, o machismo e o sistema patriarcal obstruíram o caminho de transmasculinos na formação de uma coletividade. Em suas palavras,

A invisibilidade existencial e social de pessoas que foram designadas a pertencerem ao gênero feminino é uma realidade que deve ser observada ao considerarmos a invisibilidade das transmasculinidades e a sua participação ativa dentro de um movimento organizado. **Aos corpos com vagina e útero sempre foram negados o poder e a autonomia.** [...] Mesmo depois da participação ativa de homens trans neste movimento, muitas barreiras institucionais e morais foram se apresentando ao longo do tempo. Precisávamos com urgência “desatar os nós” da tutela excessiva que o Estado, a igreja, a família patriarcal, as masculinidades fálicas, a medicina e a sociedade em geral exerciam e exercem ainda sobre os nossos corpos e subjetividades. **A invisibilidade não foi simplesmente uma escolha das**

**transmasculinidades; ela estava posta historicamente, era algo com o que precisávamos lidar e ao qual tínhamos que superar para nos tornarmos sujeitos de direitos na sociedade.** O apagamento da existência das transmasculinidades no Brasil do início dos anos 2000 ainda refletia esses processos históricos, e a invisibilidade era uma forma de defesa contra as violências desmedidas de um sistema patriarcal que possui um controle descabido dos corpos designados ao sexo e gênero feminino. (BANKE e TENÓRIO, 2021, p. 20, grifos meus)

Isso significa que não podemos interpretar a história das transmasculinidades no Brasil como um processo descolado da maneira como as relações de poder em torno de gênero se arranjaram, arranjam e rearranjam constantemente. Quantos homens trans antes de João Walter Nery obtiveram a oportunidade de se deparar com termos como “transexual”? Compreender seu processo de subjetivação em relação à gênero? Realizar alterações no corpo de acordo com seus desejos? Performar sua identidade de gênero autopercebida? Quantos, independente de aparência, puderam se autodenominar “homem”? Quantos puderam “simplesmente” performar masculinidade?

Atingir o status de “homem ideal”, performar uma masculinidade ao menos próxima da hegemônica já é difícil para sujeitos designados homens ao nascer, devido à intersecção com outros marcadores sociais como raça e sexualidade, tendo em vista que o racismo e o ciscolonialismo desumanizam homens negros e indígenas e “bichas”, “veados” e “maricas” não são “homens de verdade” para o sistema (LUGONES, 2008; CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013; VIGOYA, 2018; BUTLER, 2019; GREEN, 2019; SEGATO, 2021). Assim, ter se subjetivado no espectro da masculinidade e ter sido designado mulher ao nascer reduziu — e reduz — de maneira avassaladora as possibilidades de produção de si de indivíduos transmasculinos de expressarem, de materializarem, suas identidades de gênero autopercebidas.

Logo, é errôneo simplesmente presumir que homens trans e pessoas transmasculinas estiveram ausentes da história. Em relação ao movimento LGBTQIAP+, homens trans ativistas atuaram de maneira autônoma ou organizados em outros movimentos políticos e sociais, como é possível compreender através do excerto abaixo:

No Brasil, Alexandre Peixe, de São Paulo, foi o primeiro homem trans ativista amplamente conhecido dentro do movimento LGBTQIAP+ brasileiro, tendo inclusive sido presidente da Associação da Parada do Orgulho Gay (APOGLBT) de São Paulo, uma das maiores paradas LGBTQIAP+ do mundo. [...] Também no estado de São Paulo, atuavam Régis Vascon; Lam Matos; e Maurício/ Andreas Boschetti fazia um trabalho de ajuda na colocação profissional de homens trans, chegando a acompanhá-los em entrevistas de empregos. O cearense Sillvyo Lucio e o paraense Raicarlos Coelho já existiam nos espaços políticos dentro de seus estados e municípios, mas, naquele momento, não obtiveram nenhum grande apoio de ativistas e lideranças do movimento LGBTQIAP+. Em alguns anos depois, 2011, Gil Santos (SP) – militante trans no movimento sem teto, de início sem ligação direta com o movimento de homens trans e depois no IBRAT – representou o segmento de homens trans no Comitê Técnico Nacional de Saúde Integral LGBT, do Conselho Nacional de

Saúde (CNS). Homens trans também participaram de campanhas para reforçar a importância do nome social no Sistema Único de Saúde (SUS), garantido através da Portaria nº 1.820/200939 do Ministério da Saúde. (BANKE e TENÓRIO, 2021, p. 21)

No que condiz a histórias mais longínquas, é de suma importância não presumir que determinados sujeitos foram cisgêneros. A exemplo de Maria Quitéria (1792 - 1853), que é comumente caracterizada como uma *mulher que se vestiu de homem* para integrar as forças armadas na Guerra de Independência do Brasil, mas que, a partir da ótica e do incrível trabalho de Tali Boy (figura 01), denominado *Maria Quitéria Transsapatão*, tem sua suposta cisgeneridade questionada, como é possível apreender no trecho a seguir:

MARIA QUITÉRIA TRANS SAPATÃO, nasceu em Feira de Santana, no ano de 1792, ressurgiu em 2020 para contar o que a história não conta, um baiano arretado que através da sua ousadia desafiou as normas sociais e foi figura central na luta pela Independência da Bahia. Maria Quitéria era experiente na caça e na pesca, assim como no manejo de armas [...] ela/ele/elu era uma pessoa independente e contrariava os padrões da sociedade. Em 1821, fugiu da fazenda em que morava com a família e, sob a identidade masculina, alistou-se no Batalhão de Voluntários do Príncipe [...]. Após a guerra, foi condecorada com a Imperial Ordem do Cruzeiro pelo imperador Pedro I do Brasil, que também lhe concedeu um soldo vitalício de alferes. [...] Quitéria teve vários amores tórridos com figuras que reconheciam sua identidade de gênero [...] Se vc acha que tem algum anacronismo nisso tudo, arrisco dizer que seja a pandemia que vivemos agora. (TALI BOY, 2020)

Figura 01: Maria Quitéria Transsapatão - Ilustração Digital - Tali Boy



Fonte: Exposição Virtual Transjardinagem - Museu Transgênero de Arte e História do Brasil. Disponível em: <<https://mutha.com.br/2021/05/04/tali-boy/>>.

Com base no exposto, concebo que “na história que a história não conta”<sup>15</sup> ainda há muito a investigar sobre transmasculinidades e performances de gênero desobedientes no Brasil. Entretanto, conforme colocado no início deste tópico, o campo que possibilita a produção de historiografias transmasculinas passa a se desenhar de maneira mais contundente a partir de três florescimentos: do movimento social transmasculino brasileiro, concomitante ao de uma comunidade transmasculina e, também, do movimento de educação popular voltado para a população trans, que desde meados da década de 2010 tem impulsionado *transformações* sociais na Educação brasileira (ITAQUI, 2018; PRESTES et al, 2020; TEDESCO, 2020; TEDESCO e ALMEIDA, 2021).

No que concerne ao movimento de homens trans e transmasculines, a primeira organização foi fundada em 2012, chamada Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT). Sua idealização ocorreu durante a II Conferência Nacional LGBT, em Brasília, na qual homens trans de diferentes regiões do país<sup>16</sup> se reuniram, debateram demandas e estabeleceram vínculos. Como naquele momento não havia uma comunidade transmasculina estabelecida no Brasil, homens trans e pessoas transmasculinas experienciavam diversas situações similares sem terem contato entre si, com muita frequência sem sequer conhecerem outros transmasculinos (BANKE; TENÓRIO, 2021). Assim sendo, a fundação da ABHT é um marco na história LGBTQIAP+ e das relações sociais de gênero do país, pois proporcionou a eclosão da criação de uma identidade política transmasculina<sup>17</sup> que luta pelos seus direitos em coletividade. Contudo, a ABHT teve um período curto de atuação, justamente pela dificuldade em promover o senso de pertencimento e agregar um número expressivo de pessoas transmasculinas à Associação, chegando ao fim em 2013.

Porém, no mesmo ano foi fundado o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades, o IBRAT. Tal Instituto, por sua vez, funciona como uma rede nacional de homens trans e transmasculines ativistas, com objetivo de fazer as vozes e sotaques transmasculinos ecoarem no país, a fim de fomentar o senso de pertencimento e o exercício da cidadania entre pessoas

---

<sup>15</sup> Aqui faço alusão ao Samba-Enredo *História para ninar gente grande* do Grêmio Recreativo Escola de Samba (GRES) Estação Primeira de Mangueira, de 2019.

<sup>16</sup> Como o político paraense Raicarlos Coelho, o ator e dramaturgo paulista Leo Moreira Sá, o professor carioca Guilherme Silva de Almeida e o ativista recifense, oriundo de movimentos sociais de esquerda e sindicalistas, Leonardo Farias Pessoa Tenório (BANKE; TENÓRIO, 2021).

<sup>17</sup> Compreendo, aqui, identidade política não como uma homogeneização e essencialização das subjetividades transmasculinas e experiências vividas por sujeitos transmasculinos, afinal, cada indivíduo é único e há uma heterogeneidade em termos de classe, raça, diversidade corporal, geração, regionalidade, sexualidade e, até mesmo, na maneira de se compreender e afirmar homem trans e/ou transmasculino. Todavia, reconheço o esforço de estabelecer uma luta conjunta considerando as demandas e experiências em comum pelas quais passam quem foi designado ao nascer como mulher, mas se identifica como homem ou com uma identidade de gênero não-binária e masculina (BANKE; TENÓRIO, 2021).

transmasculinas; e realizar pesquisas e ações sociopolíticas para embasar a luta por políticas públicas para o contingente populacional ao qual pertencemos. Com o intuito de manejar a necessidade de constituição de uma coletividade sem esquecer de sua heterogeneidade, há uma perspectiva interseccional que atravessa os empreendimentos do Instituto e a sua organização se dá em núcleos espalhados pelas cinco regiões do país, em mais de 20 estados (BANKE; TENÓRIO, 2021).

Junto ao desenvolvimento do movimento transmasculino, conforme mencionado anteriormente, o movimento de Educação Popular feito para e por pessoas trans também vem engendrando o lugar social da historiografia transmasculina brasileira. Em meados da década de 2010, foram fundados mais de dez cursinhos populares voltados para a população trans por todo o Brasil, através dos quais transgêneros têm adquirido espaço dentro da Academia (ITAQUI, 2018). Essa mobilização vem transformando aos poucos o cenário da pesquisa brasileira, pois cada vez mais pessoas trans têm se tornado pesquisadoras e sujeitas de suas investigações, saindo do lugar de objeto de estudo e colocando a cisgeneridade como dispositivo a ser analisado.

Através das lutas dos movimentos trans, afins e aliados, direitos fundamentais têm sido conquistados aos poucos, a exemplo da retificação de documentos legais sem processo judicial ou laudo médico em 2018; e do acesso a algumas políticas públicas da área da saúde voltadas para a transição de gênero. Ainda, em âmbito internacional, a transgeneridade finalmente deixou de ser considerada um distúrbio mental pela Organização Mundial da Saúde, em maio de 2018<sup>18</sup> (ANASTÁCIO, 2018; BENITO, 2018; NUGEN, 2021). Social e culturalmente, tem sido construída maior visibilidade para nossas existências, por meio de produções audiovisuais, música, mídias sociais, com a criação do primeiro museu feito por e para pessoas trans do país, o Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA)<sup>19</sup>, entre outras produções artísticas e culturais<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup> Quase 30 anos depois da homossexualidade ter sido retirada da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde - CID, uma evidente expressão da patologização das transidentidades, proveniente da cisnormatividade

<sup>19</sup> O Museu Transgênero de História e Arte do Brasil foi inaugurado em 2020 e idealizado pelo artista e intelectual Ian Habib. Trata-se de um Museu virtual, disponível em: <<https://mutha.com.br/>>. Último acesso: 20/01/2022.

<sup>20</sup> A novela *A Força do Querer*, exibida na Rede Globo de Televisão em 2017, é um dos exemplos destas expressões artísticas e culturais. Ainda, há filmes como *Boys Don't Cry* (PEIRCE, 1999), *Tomboy* (SCIAMMA, 2012) e *My name is Ray* (DELLAL, 2015). Em relação à música, no Brasil Dan Abranches foi o primeiro homem trans a participar de um programa de música em rede nacional, em 2019. No que condiz às mídias sociais, há inúmeros canais de Youtube e influencers transmasculinos com perfis em variadas redes sociais (FERREIRA, 2019).



Dessa maneira, a emersão das transmasculinidades como “uma” identidade política na sociedade e cultura brasileira alicerça e institui o lugar social de nossa história. Embora sejam poucos trabalhos e recentes, é de suma importância assinalar que esta historiografia já está sendo produzida no Brasil, através de Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação em História e por parte da própria militância.

Contudo, os estudos sobre transmasculinidades no Brasil iniciaram há menos de dez anos (ÁVILA, 2014) e a maioria das pesquisas provêm da Antropologia, Psicologia ou Saúde Coletiva<sup>21</sup>. Assim, é de maneira tímida que uma historiografia acerca das pessoas trans vem sendo produzida a nível nacional. Ainda que possamos traçar uma genealogia da construção de uma história LGBTQIAP+ no Brasil desde a década de 1980<sup>22</sup>, o *silêncio político* (VERAS; PEDRO, 2017) acerca das pessoas trans, principalmente em relação a homens trans e transmasculines, se mantém. Isso se torna perceptível através do levantamento elaborado por Elias Veras e Joana Maria Pedro (2017) que apuraram, da década de 1980 até meados da década de 2010, 25 trabalhos sobre História LGBTQIAP+ no Brasil, dos quais somente um incluía transmasculinidades, mas nenhum tratava especificamente sobre o tema. Ainda, a partir do *site* História Transviada<sup>23</sup>, foi possível encontrar 15 trabalhos (entre 172 dissertações e teses), que versam sobre história trans, dos quais apenas um é voltado para as transmasculinidades. Isso demonstra que, para além da resistência em historicizar gênero, sexualidade, cisgeneridade e heterossexualidade (LOPES, 2017), homens trans e pessoas transmasculinas sofrem ainda mais invisibilidade no cenário da pesquisa histórica brasileira.

No Brasil, uma historiografia sobre homens trans começou a ser elaborada em 2016 — em torno de 25 anos depois da criação dos Estudos Trans<sup>24</sup>. O primeiro artigo publicado versa sobre a biografia de João Walter Nery após o lançamento de *Viagem Solitária* (2011), considerando seu “tornar-se” figura pública, ativista e escritor, e ele próprio é coautor, junto

<sup>21</sup> A proeminência de pesquisas na área da saúde provêm da *história da transexualidade* e sua relação com o saber-poder biomédico, tema que será tratado no primeiro capítulo desta dissertação.

<sup>22</sup> A partir das obras de Edward MacRae e Peter Fry (*O que é Homossexualidade*, de 1983), Luiz Mott (*Desviados em questão: Tipologia dos homossexuais da cidade de Salvador*, de 1987), James Green (*Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*, de 1990) e João Silvério Trevisan (*Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*, de 2000) (VERAS; PEDRO, 2017)

<sup>23</sup> No qual encontram-se mapeadas, catalogadas e organizadas pesquisas de mestrado e doutorado defendidas em programas de pós-graduação em História e Ensino de História no Brasil. Tal *site* provêm da pesquisa de doutorado em andamento de Ronald Canabarro (CANABARRO, 2021). Disponível em: <<https://historiatransviada.net.br/>>. Acesso em: 19/01/2022

<sup>24</sup> O campo dos Estudos Trans iniciou nos anos 1990, nos Estados Unidos e Reino Unido, através de intelectuais trans envolvidos nos Estudos de Gênero que buscavam investigar as relações de gênero em uma perspectiva que hoje podemos denominar *anticisnormativa*, devido ao seu comprometimento sociopolítico em analisar e desconstruir a relação gênero-corpo binarista-generificada. Não se trata de um campo que pesquisa de forma essencialista pessoas trans, tampouco se restringe ao estudo das transgeneridades e inconformidades de gênero, mas, interessa-se pela dimensão relacional das relações sociais, abarcando a construção de sistemas e/ou sistemas de gênero/sexo e desejo (STRYKER, 2006; AGUIAR, 2020).

de Maria Thereza A. D. Coelho e Liliana L. P. Sampaio (2016). O segundo trabalho é de Rafaela Costa de Azevedo (2018), no qual é analisada a trajetória de Nery no período da ditadura militar, refletindo sobre performances de gênero naquele contexto e chegando à conclusão bastante controversa de que Nery passou por toda sua transição de gênero devido à intensidade da repressão contra homossexuais no período. Ou seja, trata-se de uma análise que desconsidera a agência de Nery, tratando-o como objeto, bem como desconsidera as perspectivas epistemológicas, teórico-metodológicas trans e afins<sup>25</sup>, (re)produzindo uma narrativa transfóbica sobre o passado.

Em 2019, foi defendida a primeira dissertação em História sobre transmasculinidades, de autoria de Matheus Yago Gomes Ferreira, na qual foram analisados os espaços biográficos, denominados na dissertação de “videografias de si”, dos canais no Youtube “Lucca Najar” e “Transdiário”, ambos de autoria de homens trans brasileiros, com vídeos publicados entre 2016 e 2018. Júlio Ferro Silva da Cunha Nascimento publicou o artigo *Nem só de hormônio vive o homem: representações e resistências de homens transexuais (1984-2018)*, que também versa sobre narrativas de si de transmasculinos e faz uma reflexão a respeito de narrativas midiáticas elaboradas por pessoas cisgêneras sobre homens trans, questionando a ideia amplamente disseminada no sistema contemporâneo de que transicionar significa se hormonizar e realizar cirurgias. Juno Nedel Mendes de Aguiar (2020) é o autor da segunda dissertação do país que aborda história transmasculina. Em sua pesquisa, Aguiar investiga a patologização das transidentidades no Brasil através do caso de Mário da Silva, primeiro homem trans intersexo a passar por procedimentos cirúrgicos de transição de gênero no país, em Itajaí (Santa Catarina), no ano de 1959. Por fim, em 2021 publiquei *Das masculinidades que transgridem: João Walter Nery e a ruptura do significado de “ser homem” no Brasil*<sup>26</sup>, capítulo do livro *Corpos Transitórios*<sup>27</sup>, no qual faço uma análise sobre a produção de si de João Walter Nery e a construção de masculinidades no Brasil do século XX.

Com base no que foi exposto nas páginas anteriores, torna-se visível de que além de ser necessário, também é possível realizar historiografia de maneira anticisnormativa e sobre homens trans e pessoas transmasculinas. A partir da tessitura de um lugar social para essa

---

<sup>25</sup> O campo dos Estudos Trans provém da Teoria *Queer* e dialoga intensamente com tal perspectiva, ainda que com críticas. Além disso, também baseia-se no pós-estruturalismo e nos Estudos Culturais estadunidenses (AGUIAR, 2020). No que condiz à América Latina, é perceptível uma aproximação com teóricas feministas decoloniais e/ou interseccionais (SIMAKAWA, 2015).

<sup>26</sup> Ver referências bibliográficas.

<sup>27</sup> É interessante ressaltar que tal obra foi a primeira a ser escrita exclusivamente por um conjunto de homens trans e pessoas transmasculinas no país.

história — tramada com muito enfrentamento ao sistema, como vimos — o silêncio político de Clio sobre as transmasculinidades torna-se cada vez mais insustentável.

Portanto, elenco quatro proposições iniciais para romper com tal silenciamento:

1. Romper com a ótica cisnormativa: a teoria da história muitas vezes é utilizada para justificar a ausência de pesquisas sobre pessoas trans. Porém, por que é considerado anacrônico dizer que uma pessoa era trans, mas não é considerado anacrônico presumir o gênero com base na genitália, ou seja, considerar que uma pessoa era cis? Até mesmo historiadoras e historiadores que estudam gênero tendem a reiterar a cisnormatividade, mas é necessário transgredir esta ótica e historicizar a cisnormatividade, questionando a suposta atemporalidade da cisgeneridade. Além disso, é necessário desconstruir a ideia de que existem “trans de verdade” e “trans de mentira” — criada pela própria cisgeneridade como uma forma de regulação e controle de corpos dissidentes (STRYKER, 2008; BEEMYN, 2013; 2014; TEDESCO, 2018; AGUIAR, 2020).

2. Romper com a falácia de que “não há fontes”: há uma gama de possibilidades nesse sentido. Por exemplo: jornais e documentos da primeira década do século XX (STRYKER, 2008; SKIDMORE, 2017; AGUIAR, 2020; MANION, 2020); inúmeras narrativas de si, como autobiografias e videografias de si (FERREIRA, 2019; CHAVES, 2021); produções audiovisuais, como o documentário *Transbordando Amor*<sup>28</sup>, de 2020, entre outros. Também é relevante assinalar que a História Oral é um método imprescindível para elaborar memórias e histórias relegadas ao apagamento e esquecimento, dessa forma, é necessário trazer transmasculinos para narrar suas próprias histórias, através de suas perspectivas (TEDESCHI, 2014; VENSON; PEDRO, 2015). Por fim, o que se percebe em relação às fontes históricas é que a interpretação sobre elas que vão silenciar ou fazer ecoar as vozes transmasculinas (CERTEAU, 1982; 2011).

3. Romper o silenciamento epistemológico: aproximar-se de referenciais teórico-metodológicos que abranjam a complexidade das relações de gênero e dialogar com intelectuais trans. A historiadora trans Susan Stryker (2006) já apontava para esta problemática em meados dos anos 2000, quando expõe que historiadores cisgêneros, ao buscar elaborar História *Queer* com medo de essencializar a transgeneridade, essencializam a cisgeneridade. Ademais, Genny Beemyn (2014) aborda em sua obra, *Transgender History in the United States*<sup>29</sup>, a história de pessoas de gênero inconforme antes dos europeus invadirem

<sup>28</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=00MnsYlpFNg>>. Último acesso em: 15/02/2022.

<sup>29</sup> História Transgênera nos Estados Unidos, tradução minha.

as Américas, escancarando a viabilidade de uma operação historiográfica anticisnormativa para além do recorte temporal da contemporaneidade.

4. Por fim, retomo a questão da responsabilidade do ofício de historiadoras/ies/es: uma História pela e para a vida, é uma operação historiográfica comprometida com o combate a qualquer hierarquização social e processo de desumanização. Logo, é uma operação comprometida com a luta contra a transfobia. Dessa forma, através de uma *prática historiográfica anticisnormativa* (com referenciais transfeministas, que historicize a cisgeneridade e admita que há vestígios de pessoas de gênero inconforme/trans no passado, por exemplo), é possível elaborar uma *escrita da história* que tenha como uma de suas funções sociais promover a humanização da população transgênera no Brasil, cuja expectativa de vida segue sendo de apenas 35 anos, desde que a estimativa começou a ser apurada, em 2016. Se a história opera na fronteira entre presente e passado, que seja para que todes tenhamos futuro (CERTEAU, 1982; 2011; HARAWAY, 1995; BUTLER, 2019; 2020; BENEVIDES, 2022).

### **Historiografia, (auto)biografia, espaço biográfico e suas transgressões**

A história da historiografia que se volta para a constituição de percursos biográficos é longínqua, tendo surgido nos tempos de “história mestra da vida” na antiguidade ocidental grega. Na contemporaneidade, o interesse social pelas trajetórias individuais e constituição de biografias e autobiografias fez-se presente, parafraseando Benito Bisso Schmidt (2021), no século XIX, no qual “a multidão foi descoberta” e, ao mesmo tempo, a cultura individualista burguesa, branca, eurocentrada e cisheteronormativa buscava se impor no tecido social. No que condiz à historiografia ocidental mais recente, do século XX para cá, apenas após os anos 1980 foi que as biografias e autobiografias começaram a retornar a serem consideradas como possíveis produtos e fontes historiográficas — respectivamente (SCHMIDT, 2003; 2014; 2021; MOTTA, 2021). Segundo Laura de Oliveira Motta,

O gênero biográfico, os diários pessoais, as correspondências trocadas entre pessoas "comuns" e os jornais, por exemplo, permaneceram ofuscados [...] até uma ruptura paradigmática que atinge as ciências humanas e sociais por volta das décadas de 1970 e 1980. É a partir dessa ruptura e da crise engendrada por ela que novos questionamentos, perspectivas teóricas e novas fontes se apresentam ao campo da pesquisa histórica, fazendo surgir daí uma revisão das próprias categorias do pensamento histórico moderno. (MOTTA, 2021, p. 26)

Intelectuais-referenciais importantes desta pesquisa como Michel Foucault e Michel de Certeau foram “protagonistas” da ruptura sobre a qual Motta refere-se acima. Ao trazerem o cotidiano, o corpo, a subjetividade, a sexualidade, por exemplo, para a esfera do que é considerado “historicizável” e criando teorias e metodologias da história pertinentes para a complexificação das produções historiográficas — as quais já foram mencionadas.

No que concerne às biografias, segundo Benito Bisso Schmidt, a partir desse período essas “retornam” ao campo historiográfico com “nova roupagem”, no sentido de que a história já não é mais produtora de heróis cujas vidas devem se tornar exemplos, mas sim possibilita vislumbrar, a partir de histórias individuais, a articulação sócio-histórica entre sujeito e sociedade e evidenciar a agência das pessoas em meio aos contextos nos quais transcorrem suas biografias. De acordo com o autor,

A chamada “volta” da biografia ao campo do conhecimento histórico [...] trouxe o indivíduo ao primeiro plano da cena historiográfica não como herói, mas como um “pequeno grande homem” capaz de nos inspirar não a imitá-lo, mas a admirar as brechas de liberdade que cavava mesmo quando inserido em sistemas normativos extremamente opressivos [...] são assim os nossos valentes escravos, libertos, operários, mulheres, homossexuais, militantes de esquerda, dentre outros personagens que nos mostram as possibilidades de negociação e resistência contra os senhores, patrões, maridos, médicos, magistrados e policiais que buscavam subordiná-los. Em termos mais amplos, pode-se falar, então, de uma democratização da biografia [...] (SCHMIDT, 2021, p. 21)

Dessa maneira, considero que esta pesquisa acerca do espaço biográfico de João Walter Nery contribui para a democratização da produção histórica brasileira ao buscar inserir no campo historiográfico vozes e escritas transgressoras, como foram as do referido personagem (CHAVES, 2021; SCHMIDT, 2021). Além disso, ao longo do trabalho buscarei investigar as estratégias e intuítos de suas narrativas na constituição de seu *espaço biográfico* (ARFUCH, 2010), conceito este que também é fundamental para a elaboração do presente trabalho.

Por espaço biográfico, refiro-me aos relatos de si, em geral publicizados, de modo geral. Tal conceito proporciona um horizonte de inteligibilidade para as narrativas do Eu, pois trata-se do conjunto de atos biográficos que promovem a chamada *ilusão biográfica* (BOURDIEU, 1996) da coesão e linearidade de si. Além disso, expande a compreensão de narrativas de si para além de “monólogos”, considerando registros dialógicos e dinâmicos, como entrevistas e manifestações em redes sociais, por exemplo, enquanto produções de um “Eu” que se pretende coerente.

Através deste conceito também é possível analisar a dimensão intersubjetiva e sócio-histórica das narrativas de si, pois compreende-se que autor-narrador-personagem produz a biografia, a si mesmo enquanto a escreve e, ao considerar o Outro, pode gerar uma

cadeia de (des)identificações (ARFUCH, 2010). Ainda, faz-se relevante o conceito de pacto autobiográfico de Philippe Lejeune (1994), no que concerne a uma espécie de contrato entre autor(a) e leitor(a) que estabelece um signo de veracidade à escrita autobiográfica.

Tendo em vista que o espaço biográfico de Nery se trata de uma produção *transgressora*, o interpreto como uma manifestação biopotente, de “política para a vida” (CHAVES, 2021). Vou ao encontro de Leocádia Aparecida Chaves (2021), quando a autora afirma que as autobiografias trans — aqui acrescento: e espaços biográficos trans — narram “[...] como vidas acreditáveis em contraposição às narrativas estigmatizantes produzidas pelo sistema acabam por (re)criar um novo projeto de sociedade” (CHAVES, 2021, p. 24). Em meu entendimento, a “(re)criação de um novo projeto de sociedade” é a produção de novos campos de possibilidades a partir do tensionamento do regime de exceção cisheteronormativador, dado que os processos de autodefinição *trans* têm impacto na formação e fortalecimento de coletividades e, mais importante, de humanização das pessoas trans em contraponto à falácia de que sequer realmente existimos<sup>30</sup>. Dessa forma, compreendo que os espaços biográficos trans produzem efeitos de verdade em um sentido distinto: são efeitos de ruptura do regime de verdade em torno da relação corpo-gênero (COLLINS, 2000; GOMES, 2004; JESUS, 2010; CHAVES, 2021).

### **João Walter Nery e Erro de Pessoa — uma breve apresentação**

Em fevereiro de 1950, na cidade do Rio de Janeiro, nascia João Walter Nery, nome social<sup>31</sup> escolhido pelo primeiro homem transexual endossexual, no Brasil, a se hormonizar com testosterona sintética, realizar cirurgias de transição de gênero, escrever e publicar uma autobiografia sobre seu processo de transição e levar o tema ao grande público<sup>32</sup>. Ele foi o terceiro filho — entre quatro — de Edelena Bastos, mulher cisgênera, branca, fluminense e professora de primário; e de Paulo de Mello Bastos, homem cisgênero, branco, alagoense, ex-aviador da Força Aérea Brasileira e líder sindical. Nery, suas irmãs, mãe e pai,

---

<sup>30</sup> Afinal, ao ser categorizada como “patologia”, “loucura”, as transidentidades têm sido destituídas de uma maneira de subjetivar-se em termos de gênero humanamente legítima (SIMAKAWA, 2015; AGUIAR, 2020).

<sup>31</sup> Em respeito à família, entes queridos e ao próprio João Walter Nery, não irei expor nesta dissertação seu nome civil, pois o próprio jamais manifestou desejo de publicizá-lo, pelo contrário. Além disso, o nome em si não faz grande diferença para esta pesquisa. Afinal, a proposta, desde o princípio, foi analisar a produção de si de Nery através de seu espaço biográfico, no qual justamente utiliza: 1) como nome composto, João Walter; e 2) como sobrenome, Nery. Todavia, os nomes de alguns de seus parentes, como pai, mãe e uma das irmãs serão citados conforme aparecem nas mídias, a exemplo da matéria realizada pelo jornalista Vitor Nuzzi, para a Rede Brasil Atual (RBA), acerca da morte do comandante Mello Bastos, pai de João Nery (NUZZI, 2019).

<sup>32</sup> Na década de 1980, Nery foi assunto na mídia impressa e concedeu uma entrevista para a Rede de Televisão Manchete. Ao longo do texto abordarei essas questões.

compunham uma família da classe média carioca. Ainda, é importantíssimo ressaltar que os posicionamentos políticos do seu pai se alinhavam publicamente aos ideais democráticos, sindicalistas, nacionalistas e de esquerda, a exemplo de sua atuação como dirigente do Comando Geral de Trabalhadores e do Sindicato Nacional dos Aeronautas na década de 1960, bem com o fatídico retorno de João Goulart ao Brasil, em 1961, cujo responsável pela pilotagem do jato foi justamente o comandante Mello Bastos — motivos pelos quais ele, após o golpe civil-militar de 1964, pediu asilo na embaixada do Uruguai, em abril daquele mesmo ano (NUZZI, 2019).

Outro acontecimento nevrálgico na vida da família Bastos foi a transição de gênero de Nery, que ocorreu em plena *ditadura cishetero-militar* (QUINALHA, 2018; NASCIMENTO, 2020), na década de 1970. Naquele período, os saberes-poderes, a mídia, a polícia, discursos e instituições, produziam a associação entre transexuais, travestis e transgêneros à criminalidade, marginalidade, patologia e loucura, buscando efetuar a manutenção do regime de exceção cisheteronormativador (VERAS, 2015; AGUIAR, 2020; CHAVES, 2021). Dessa maneira, as cirurgias de mastectomia masculinizadora e neofaloplastia, entre outras relacionadas à transição de gênero, eram consideradas mutilações, portanto, criminalizadas conforme o artigo 129, § 2º, do Código Penal (ROSSI, 2020; CHAVES, 2021; PINTO; GUSMÃO, 2021); e os processos de hormonização e aquisição de documentação de acordo com a identidade de gênero autopercebida do indivíduo também eram, de certa forma, criminalizados, pois havia uma perseguição aos e às sujeitos/as trans, os/as quais acabavam comumente enquadrados/as em artigos diversos do Código Penal, tais como de falsidade ideológica e falsa identidade.

Logo, não foi por acaso que João W. Nery percorreu seu trânsito de gênero na clandestinidade. Aos 27 anos, conseguiu sua certidão de nascimento ao fingir que nunca havia sido registrado. Dessa maneira, ele, que era psicólogo clínico e professor universitário<sup>33</sup>, passou a ser considerado analfabeto perante a lei, ficou desempregado e teve que desenvolver estratégias, como simular que era cisgênero em muitos ambientes, para se proteger das violências do sistema (NERY, 2011).

Outra situação pertinente de destacar, que ilustra a forma como o regime de exceção cisheteronormativador atravessou o regime ditatorial, e ambos se cruzaram nas possibilidades

---

<sup>33</sup> Nery graduou-se em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), fez especialização em Sexologia no Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia (IEDE) e iniciou mestrado em Psicologia da Educação pela Universidade Gama Filho (UGF), o qual não pôde concluir devido ao seu processo de transição em meio a um contexto trágico do regime de exceção cisheteronormativador durante a ditadura militar (NERY, 2011; 2014).

de produção de si de Nery, é a condenação<sup>34</sup> do cirurgião plástico Roberto Farina, ocorrida em 1978, a dois anos de reclusão por crime de lesão corporal de natureza gravíssima. Farina, pioneiro no Brasil em realizar cirurgias de transição de gênero, foi o responsável pela mastectomia de Nery em 1977 (NERY, 2011; ROSSI, 2020). Inclusive, foi justamente durante sua recuperação que Nery escreveu sua primeira autobiografia, a obra supracitada *Erro de Pessoa: João ou Joana?*.

Como já foi elucidado, tal autobiografia repercutiu significativamente. As palavras de Nery ecoaram pelo Brasil na década de 1980. Foram publicadas, pelo menos, oito matérias de jornais de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso entre os anos de 1984 e 1988 a respeito dele e sua obra; ainda, em março de 1985, João Nery foi o primeiro homem transexual a aparecer em um programa televisivo no Brasil, através de uma entrevista cedida para o Programa de Domingo da TV Manchete. Além disso, em 1988 seguiu publicando, a partir do capítulo *A anatomia não é o destino*, parte do livro *Destino*, cuja autoria coletiva contava com nomes proeminentes na *intelligentsia* brasileira, tais quais Eduardo Mascarenhas e Gilberto Velho.

Tendo em vista a produção histórica de um abismo social, cultural, econômico e político entre a transgeneridade e a cisgeneridade — que estamos acompanhando durante esta dissertação —, João Walter Nery permaneceu no anonimato até a publicação de sua segunda autobiografia, *Viagem Solitária: memórias de um transexual trinta anos depois*, de 2011.

Durante esses 26 anos entre *Erro de Pessoa* e *Viagem Solitária*, evidentemente, o Brasil se transformou, como já acompanhamos nos capítulos anteriores, apesar de ainda serem necessárias muitas *transgressões* de gênero e mobilizações antirracistas, anticolonialistas, transfeministas, anticapacitistas, enfim, por direitos humanos a todes, a fim de atingirmos uma *democracia radical* (TAVARES, 2018). Todavia, considero relevante elencar acontecimentos e fenômenos que foram significativos para a emersão de João Walter Nery como *transhomem pioneiro* a partir da publicação da sua segunda autobiografia em 2011.

- 1) O despontar do movimento social LGBTQIAP+ organizado, com a fundação do grupo Somos (1978) e das revistas *Lampião da Esquina* (1978) e *Chana com Chana* (1981) — vale assinalar que são anteriores à publicação de *Erro de Pessoa* e posteriores à

---

<sup>34</sup> O juiz responsável pela condenação, Adalberto Spagnuolo, sugeriu que Waldinere Nogueira, paciente cuja cirurgia se tornou “o crime” de Farina, deveria ser submetida a tratamento psicanalítico de longa duração para “curá-la”, ainda afirmou que mulheres transexuais são monstros, em suas palavras: “Tais indivíduos, portanto, não são transformados em mulheres, e sim em verdadeiros monstros, através de uma anômala conformação artificial” (ROSSI, 2018).



escrita —, bem como a eclosão do movimento social trans, a partir da criação da Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (1992) (FACCHINI, 2005; AZEVEDO, 2018; OLIVEIRA, 2018);

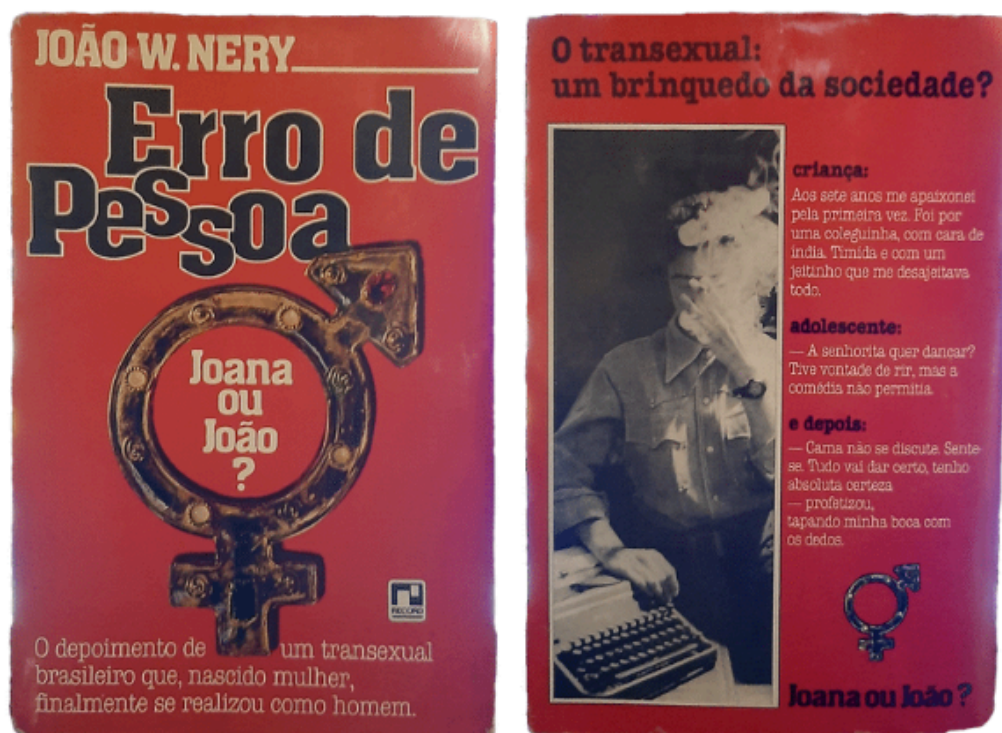
- 2) A eclosão de entidades voltadas para a causa trans, como a *National Transsexual Counseling Unit* [Unidade de Aconselhamento Transexual]<sup>35</sup> e a *Labyrinth Foundation* [Fundação Labirinto], ambas fundadas nos Estados Unidos da América em 1968, a segunda sendo exclusiva para homens trans e pessoas transmasculinas;
- 3) Os avanços jurídico-legais em relação aos direitos de transexuais e travestis a partir do final da década de 1990 no Brasil (OLIVEIRA, 2018);
- 4) Os avanços das tecnologias de comunicação virtual que, desde os anos 1990, possibilitam uma efervescência de espaços biográficos transmasculinos e impulsiona uma trama de intersubjetividades transgressora (FERREIRA, 2019).

Foi através desse impulsionamento da visibilidade das transidentidades que, primeiro, *Viagem Solitária* chegou até mim. Posteriormente, conheci *Erro de Pessoa* e, sobretudo a partir desta autobiografia que a presente dissertação foi elaborada.

---

<sup>35</sup> Todas as traduções deste trabalho são de inteira responsabilidade minha.

Figura 02: Capa e contracapa de Erro de Pessoa (João W. Nery, 1984)



Fonte: acervo pessoal do autor.

*Erro de Pessoa: João ou Joana?*, é um livro dividido em três partes. A primeira, com doze capítulos; a segunda, com onze capítulos; e a terceira, também com onze capítulos, como é possível apreender na tabela abaixo:

TABELA - APRESENTAÇÃO DO SUMÁRIO DO LIVRO ERRO DE PESSOA

PARTE I - 102p.	PARTE II - 69p.	PARTE III - 57p.
I - Uma experiência nova - p. 13	I - A primeira grande descoberta - p. 119	I - O começo da metamorfose - p. 193
II - A "minha" casa - p. 20	II - Amanda - p. 123	II - A prova dos nove - p. 201
III - A grande solução - p. 27	III - Por onde começar? - p. 128	III - Lutando sozinho - p. 213
IV - Anseios de "amorescência" - p. 32	IV - O clã se desfez - p. 133	IV - A segunda metamorfose - p. 217
V - O crescimento não-grato do meu corpo - p. 36	V - O começo da batalha - p. 138	V - Os efeitos da segunda cirurgia - p. 222
VI - A tentativa de ser mulher - p. 44	VI - A segunda grande descoberta - p. 143	VI - O transexual: um brinquedo da sociedade? - p. 227
VII - Mudanças sem nome - p. 54	VII - A inesperada visita - p. 152	VII - O caminho para a terceira metamorfose - p. 230
VIII - Dolores - p. 59	VIII - retribuindo a ajuda - p. 157	VIII - Os impactos do renascimento - p. 234
IX - Mercedes - p. 65	IX - Mais um obstáculo - p. 174	IX - O encontro com meu pai - p. 240
X - O cego que me fez ver - p. 89	X - A saída do labirinto - p. 179	X - De volta às origens - p. 244
XI - O mundo dentro de quatro portas - p. 97	XI - A hora das decisões - p. 183	XI - Um ano depois - p. 249
XII - Vivendo duas vidas - p. 107		

Legenda: tabela realizada pelo autor.

Como é possível perceber percorrendo os olhos pelos títulos dos capítulos, a organização da obra se divide em três partes, porque o autor decidiu segmentar sua narrativa em: infância, adolescência e juventude antes da descoberta do conceito de *transexualismo*; o momento entre a tomada de conhecimento do conceito e os movimentos subjetivos e objetivos em busca das mudanças após esse contato — consigo, e com os discursos, sobretudo biomédicos, sobre “transexualismo”; por fim, sua trajetória no que condiz a “tornar-se” homem através de modificações corporais, adequando-se ao homem que já era, mas que não conseguia enxergar no próprio reflexo (NERY, 1984; 2011).

## 1. A invenção do CISTema: historicizando a cisgeneridade e a transexualidade

De volta a Paris, depois de subir e descer os becos de Montmartre, perambulando por entre artistas e cabarés, peguei o metrô para o Quartier Latin. Entrando numa livraria, comecei a folhear algumas publicações. Não poderia prever que ali descobriria o que tanto procurava - a saída do labirinto. Como vendedor algum me incomodasse, fiquei à vontade para folhear com calma vários livros e livretos, até minhas mãos alcançarem uma revista científica. Trazia como subtítulo a palavra *Sexualité*. Dei uma olhadela no índice. Precisamente no capítulo cinco havia uma reportagem em que um médico falava sobre cirurgias transgenitais, feitas em alguns países com grande sucesso. Referia-se, apenas, a transmulheres, na época chamadas transexuais femininas, caso tecnicamente mais fácil de resolver do que o dos trans-homens. Citava os Estados Unidos como um dos países precursores e mais desenvolvidos no assunto. Inglaterra, Suécia e Dinamarca eram os mais avançados no reconhecimento da necessidade de mudança de identidade após a cirurgia. Comprei imediatamente a revista e saí lendo pela calçada. Meu coração, taquicárdico. Resolvi sentar-me num café para digeri-la em todos os detalhes. Meus olhos mal acreditavam no que estavam lendo. **Parecia um sonho.** (NERY, 2011, p. 135-136, grifos meus)

Foi em Paris, no ano de 1975, que João W. Nery se deparou com o conceito de transexualidade pela primeira vez, como é possível apreender no excerto acima. É visível, a partir da sua escrita, a espécie de encontro consigo que decorreu desse encontro. Acontece que, para uma quantia expressiva de pessoas transmasculinas, passamos boa parte das nossas vidas sem saber que nós existíamos, afinal, como podemos conhecermos e compreendermos a nós mesmos sem referências?

Conforme foi elucidado na introdução deste trabalho e será desenvolvido posteriormente, João W. Nery tornou-se uma das principais — se não a principal — referências sobre o tema no Brasil. Porém, questiono: qual foi a referência da nossa referência? Como é possível fazer *do sonho realidade*? O sonho, como João mesmo coloca, por ser algo que soa inatingível, inalcançável, impossível. Quando o **sonho de ser você mesmo**, se transforma em um campo de possibilidades no qual é possível traçar planos e trilhar caminhos a fim de encontrar a realização?

Neste capítulo pretendo iniciar esta discussão, ao elaborar uma narrativa sobre a formação sociohistórica do sistema de referências do qual emerge o campo de possibilidades que permitiu com que João Walter Nery surgisse enquanto transhomem pioneiro: a cisheteronormatividade. Levando em conta que essa discussão perpassa pelo advento de novas tecnologias de si no que condiz a corporeidades e subjetividades (FOUCAULT, 2013a; 2013b; PRECIADO, 2018), logo, diz respeito aos processos históricos de normatização da cisgeneridade e da heterossexualidade como únicas performances e subjetivações em termos de gênero e sexualidade possíveis, normais e naturais (SIMAKAWA, 2015).

Estou de acordo com Paul Beatriz Preciado quando o autor afirma: “houve sempre vários regimes de produção corporal — regimes políticos para produção e reprodução da vida humana no planeta, dependendo do momento histórico e do contexto político, econômico e cultural” (2018, p. 126). Dessa forma, irei desenvolver uma contextualização sobre a história das relações de gênero em âmbito internacional e nacional, com foco no que chamamos de Ocidente e, também, na historicização da cisgeneridade e na história da transexualidade e travestilidade, pela ótica cisgênera patologizadora, na contemporaneidade. Para isso, abordarei o surgimento dos termos "travesti" e "transexual" durante a fundação do período histórico que Preciado (2018) denominou de “Era Farmacopornográfica”; e as relações de gênero no Brasil durante as transformações geradas pela urbanização, modernização, industrialização e pela “chegada” e produção do regime biopolítico disciplinar no país no final do século XIX e início do século XX. Contudo, iniciarei esta história em um período mais distante, na antiguidade greco-romana, pois não posso deixar de discorrer, ainda que muito brevemente, acerca da ciscolonialidade.

### **1.1. Fragmentos de uma genealogia da normatização da cisgeneridade**

Neste subcapítulo buscarei tecer fragmentos de uma genealogia da normatização da cisgeneridade enquanto única performance de gênero natural, promovida e reiterada pela branquitude (FOUCAULT, 2008; SIMAKAWA, 2015). Por compreender os limites deste trabalho em si (assim como de uma produção historiográfica e a dimensão de tamanha ambição) é que denominei esse subcapítulo usando o termo “fragmentos”. Não pretendo elaborar uma narrativa “completa” da "história da cisnormatividade" — tampouco acredito que isto seja possível —, mas apontar fragmentos que corroboram com a compreensão de sua invenção e (re)produção através do tempo.

É por tal motivo, também, que utilizo o conceito de genealogia da história (FOUCAULT, 2008), ao entender que não há uma origem da cisgeneridade que, após criada, se mantém através do tempo de maneira estática e imutável. Mas, sim, que o processo de produção e reprodução da cisgeneridade é longo, permeado por “acidentes de percalço”, continuidades, descontinuidades e transformações. Nesse sentido, compreendo que a genealogia histórica não une as peças de um quebra-cabeça, pelo contrário, desorganiza-as para estudá-las, elucidando como elas unidas formam o presente dentro de suas próprias contradições.

Para tanto, primeiro discorrerei sobre a produção dos conceitos de “homem” e “mulher” vinculados a genitálias, corporeidade, sexualidade e à própria ideia de sujeito através das obras de Michel Foucault (2006; 2013b) e de Thomas Laqueur (2001). Posteriormente, com base em Genny Beemyn (2014), Giuseppe Campuzano (2006; 2009), Jaqueline Gomes de Jesus (2018; 2019), Judith Butler (2019), Maria Lugones (2008; 2014), Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018), Oyèrónké Oyěwùmí (2021), Rita Segato (2021) e Viviane Vergueiro Simakawa (2015), articularei uma reflexão acerca da historicidade da cisgenderidade vinculada aos processos de invasão e colonização dos povos europeus nas Américas e em África.

Em *A hermenêutica do sujeito* (2006), Michel Foucault versa sobre a constituição de práticas de si relacionadas a códigos de moral e/ou ética e a concepções de “sujeito”, bem como a processos de tornar-se sujeito, na antiguidade greco-romana. O autor aborda três modelos históricos de práticas de si: o platônico, o helenístico e o cristão. Segundo Foucault, a “moral cristã” provém não do modelo cristão, mas da formação do modelo cristão a partir do modelo helenístico, conforme é possível verificar na citação abaixo:

O modelo que eu chamaria "platônico", gravitando em torno da reminiscência. O modelo "helenístico", que gira em torno da autofinalização da relação a si. E o modelo "cristão", que gira em torno da exegese de si e da renúncia a si. Os três se sucederam. Por razões históricas que busquei delinear, o primeiro e o terceiro recobriram, aos nossos olhos de modernos, o modelo do meio. Mas o modelo do meio, o helenístico, centrado em torno da autofinalização da relação a si, da conversão a si, foi colhido o lugar de formação de uma moral que o cristianismo recebeu, herdou, repatriou e elaborou para dela fazer alguma coisa que hoje equivocadamente chamamos de "moral cristã" e que ele, ao mesmo tempo, ligou precisamente à exegese de si. A moral austera do modelo helenístico foi retomada e trabalhada pelas técnicas de si definidas pela exegese e pela renúncia a si próprias do modelo cristão. (FOUCAULT, 2006, p. 313-314)

Apesar da distância desse passado em relação ao presente, com base em Michel Foucault é possível apreender a formação de uma ideia de sujeito e de humano no seio das civilizações ocidentais, a qual foi elaborada e reelaborada através dos séculos, mas que esteve vinculada a concepções de “eu”, de “si”, de “relacionamento consigo” e, também, a corpo, genitália e sexo/gênero. Dessa forma, compreender estes três modelos — platônico, helenístico e cristão — nos auxilia a entender a genealogia da concepção de sujeito e humano vinculada à corporeidade: homem, branco, europeu, cisheterossexual e suas práticas de si<sup>36</sup>.

Foucault elucidava que a máxima “conhece-te a ti mesmo” (*gnôthi seautón*), atribuída a Sócrates, estava imersa no que ele chamou de “cultura de si”, cujo quadro geral era do

---

<sup>36</sup> Não pretendo afirmar, nem concordaria com esta análise, que os gregos e romanos antigos se consideravam brancos, europeus e cisgêneros. No entanto, compreendo que a branquitude, o eurocentrismo e a cisnormatividade buscaram nos valores e preceitos desse período suas bases, inclusive morais.

cuidado de si (*epiméleia heautoû*). O modelo platônico, primeiro modelo dessa cultura de si, era voltado para jovens aristocráticos e a uma pedagogia da governança. A lógica era, em termos gerais, governar a si mesmo para, posteriormente, governar outros. A questão que quero assinalar aqui, através de Foucault, é que este modelo trouxe consigo uma noção de “sujeito” e de relacionamento consigo mesmo, assentada na necessidade de ocupar-se consigo para tornar-se este sujeito que pode vir a governar, conforme colocado nos trechos abaixo:

A necessidade de ocupar-se consigo coloca a seguinte questão: qual é, pois, o eu de que é preciso cuidar quando se diz que é preciso cuidar de si? [...] O diálogo Alcibiades traz como subtítulo, que foi porém tardiamente acrescentado - acho que na época alexandrina, não estou bem certo, verificarei depois -: da natureza humana. Ora, no desenvolvimento de toda a última parte do texto [...], vemos que a questão que Sócrates coloca e tenta resolver não é: deves ocupar-te contigo; ora, tu és um homem; portanto, pergunto, o que é um homem? A questão colocada por Sócrates, muito mais precisa, muito mais difícil, muito mais interessante, é a seguinte: deves ocupar-te contigo; mas o que é este si mesmo (*autá tá auto'*), pois que é contigo mesmo que deves ocupar-te? Questão que, conseqüentemente, não incide sobre a natureza do homem, mas sobre o que nós hoje [...] chamaríamos de questão do sujeito. O que é este sujeito, que ponto é este em cuja direção deve orientar-se a atividade reflexiva, a atividade refletida, esta atividade que retoma do indivíduo para ele mesmo? (FOUCAULT, 2006, p. 50)

Portanto, como vemos, quando Platão (ou Sócrates) se serve da noção de *khresthai/khrêsis* para chegar a demarcar o que é este *heautón* (e o que é por ele referido) na expressão "ocupar-se consigo mesmo", quer designar, na realidade, não certa relação instrumental da alma com todo o resto ou com o corpo, mas, principalmente, a posição, de certo modo singular, transcendente, do sujeito em relação ao que o rodeia, aos objetos de que dispõe, como também aos outros com os quais se relaciona, ao seu próprio corpo e, enfim, a ele mesmo. Pode-se dizer que, quando Platão se serviu da noção de *khresthai/khrêsis* para buscar qual é o eu com que nos devemos ocupar, não foi, absolutamente, a alma-substância que ele descobriu, foi a **alma-sujeito**. E a noção de *khresthai/khrêsis* precisamente será reencontrada ao longo de toda a história do cuidado de si e de suas formas [...]: ocupar-se consigo mesmo será ocupar-se consigo enquanto se é "sujeito de", em certas situações, tais como sujeito de ação instrumental, sujeito de relações com o outro, sujeito de comportamentos e de atitudes em geral, **sujeito também da relação consigo mesmo**. (FOUCAULT, 2006, p. 71, grifos meus).

É interessante perceber quem tem acesso a tornar-se sujeito nesse modelo. A partir de Thomas Laqueur (2001), sabemos que não havia uma divisão binária de sexo/gênero na Grécia Antiga e que isto é uma invenção da modernidade. Contudo, também a partir do autor, compreendemos que havia uma concepção de gênero relacionada aos corpos que estabelecia uma hierarquização machista e cisnormativa: homens são aqueles que nascem com pênis e mulheres aquelas que nascem com vagina, mulheres são “homens menos desenvolvidos”. Nas palavras do autor,

Durante milhares de anos acreditou-se que as mulheres tinham a mesma genitália que os homens, só que - como dizia Nemesius, bispo de Emesa, do século IV - “a delas fica dentro do corpo e não fora”. Galeno, que no século II d.C. desenvolveu o mais poderoso e exuberante modelo da identidade estrutural, mas não espacial, dos órgãos reprodutivos do homem e da mulher, demonstrava com detalhes que as mulheres eram essencialmente homens, nos quais uma falta de calor vital - de perfeição - resultara na

retenção interna das estruturas que no homem são visíveis na parte externa. [...] Por volta de 1800 todos os escritores determinaram-se a basear o que insistiam ser as diferenças fundamentais entre os sexos masculino e feminino, entre o homem e a mulher, em distinções biológicas constatáveis e expressá-las em uma retórica radicalmente diferente. [...] Assim, o antigo modelo no qual homens e mulheres eram classificados conforme seu grau de perfeição metafísica, seu calor vital, ao longo de um eixo cuja causa final era masculina, deu lugar, no final do século XVIII, a um novo modelo de dimorfismo radical, de divergência biológica. Uma anatomia e fisiologia de incomensurabilidade substituiu uma metafísica de hierarquia na representação da mulher com relação ao homem. (LAQUEUR, 2001, p. 16-17)

Ou seja, ao voltar o olhar para o primeiro modelo de “sujeito”, o modelo platônico, é possível considerar que, além de haver uma questão de classe bem explícita (afinal, apenas jovens aristocratas tinham acesso ao cuidado de si, ao tornar-se sujeito), também havia uma questão de gênero: apenas homens com pênis podem tornar-se sujeitos.

Parte do que difere o modelo platônico do modelo helenístico, é justamente os indivíduos que vão ter acesso à cultura do cuidado de si. Afinal, segundo Foucault, os

séculos I e II de nossa era [foram o] período do renascimento da cultura clássica do helenismo, imediatamente antes da difusão do cristianismo e do aparecimento dos primeiros grandes pensadores cristãos, Tertuliano e Gemente de Alexandria'. É este período, portanto, que pretendo escolher, pois **a meu ver constitui uma verdadeira idade de ouro na história do cuidado de si**, entendido este tanto como noção quanto como prática e como instituição. (FOUCAULT, 2006, p. 101, grifos meus)

Logo, no referido período, houve uma transformação e uma ampliação desta cultura, chegando ao ponto de serem criados grupos, confrarias, seitas, cada qual com entendimentos, códigos e práticas acerca do cuidado de si. A ocupação consigo, de si para si, deixa de ser algo exclusivo e voltado para jovens aristocráticos, com objetivo formador, pedagógico e político, e se torna parte da trama da vida de homens adultos, maduros, com propósito de “tornarem-se a si mesmos”, produzirem a si, chegarem a uma espécie de plenitude do ser através desta arte da existência que era o cuidado de si. Essas técnicas se transformam em práticas individuais e sociais e ocuparam um lugar de destaque no saber-poder greco-romano antigo, como pode-se constatar na citação abaixo.

Primeiramente, a desvinculação da prática de si em relação à pedagogia. Isto significa que a prática de si não aparece mais, como era no Alcibiades, como um complemento, uma peça indispensável ou substitutiva da pedagogia. Doravante, a prática de si, no lugar de ser um preceito que se impõe ao adolescente no momento em que vai entrar na vida adulta e política, é uma injunção que vale para o desenrolar da existência inteira. A prática de si identifica-se e incorpora-se com a própria arte de viver (a *tékhnē tou biou*). [...] Portanto, em primeiro lugar, a desvinculação em relação à pedagogia. A segunda desvinculação se faz em relação à atividade política. Lembremos que, no Alcibiades, tratava-se de estar atento a si para poder ocupar-se, como convém, com os outros e com a cidade. Agora, é preciso ocupar-se consigo para si mesmo, de maneira que a relação com os outros seja deduzida, implicada na relação que se estabelece de si para consigo. (FOUCAULT, 2006, p. 253-254)

Ainda neste período, a noção de “eu” engendrou “o campo dos valores tradicionais do mundo helênico clássico” (2006, p. 221). Porém, quem poderia tornar-se um “eu”? Apesar de



ser considerado um valor universal, somente alguns tornar-se-iam “sujeitos de si”, “eus”, que constituir-se-iam através de práticas de si, como elucida Foucault:

Lembremos que o eu [...] apresenta-se como um valor universal mas, de fato, acessível apenas a alguns. Este eu só pode ser efetivamente atingido como valor sob a condição de certas condutas regradas, exigentes e sacrificiais, sobre as quais voltaremos. E enfim o acesso ao eu está associado a certas técnicas, práticas relativamente bem constituídas, relativamente bem refletidas e, de todo modo, associadas a um domínio teórico, a um conjunto de conceitos e noções que o integram realmente a um modo de saber. Bem, acho que tudo isto nos permite finalmente dizer que a partir do período helenístico desenvolveu-se uma cultura de si. (FOUCAULT, 2006, p. 221)

Assim, no modelo helênico de cultura de si, o eu foi “o agente, o objeto, o instrumento e a finalidade” (FOUCAULT, 2006, p. 227).

O modelo cristão, por sua vez, ao invés de conduzir a um “encontro” consigo, tem como finalidade a renúncia de si. Assim como os modelos anteriores, é a partir de práticas de si que se chega a uma determinada ideia de “sujeito”, de “eu”, nesse caso, aquele que renega a si mesmo através do conhecimento de si e da verdade dos textos sagrados, bíblicos. É interessante notar que o modelo helênico também produz uma noção de verdade articulada com a noção de sujeito:

[...] parece-me que para os gregos como também para os romanos, a *áskesis*, em razão de seu objetivo final que é a constituição de uma relação de si para consigo plena e independente, tem essencialmente por função, por objetivo primeiro e imediato, a constituição de uma *paraskeué* (uma preparação, um equipamento). E o que é esta *paraskeué*? É, creio, a forma que os discursos verdadeiros devem tomar para poderem constituir a matriz dos comportamentos razoáveis. A *paraskeué* é a estrutura de transformação permanente dos discursos verdadeiros - ancorados no sujeito - em **princípios de comportamento moralmente aceitáveis**. A *paraskeué* é o elemento de transformação do lógos em éthos. (FOUCAULT, 2006, p. 394, grifos meus)

Dessa maneira, podemos compreender que havia uma relação entre verdade, moral e sujeito que determinava uma hierarquia social. Assim, volto a questionar: nessa história das tecnologias de si, dos modos de vida e de subjetivações, quem poderia tornar-se sujeito? Esse tornar-se sujeito não era, de certo modo, tornar-se humano? Ou, ainda, um “humano superior” (afinal, pleno — para o modelo helênico; ou puro — para o modelo cristão)? Ademais, quais princípios morais guiavam o processo de tornar-se sujeito?

Ainda com base em Michel Foucault, mas agora na obra *História da Sexualidade 3: o cuidado de si* (2013b), é possível compreender a relação entre moral, relações de gênero e práticas sexuais. De acordo com o autor, o livro *A Chave dos Sonhos*, de Artemidoro — que data do século II a.C. —, é uma obra feita para homens (com pênis), para a prática interpretativa dos sonhos, como exame e produção de si, para o cuidado de si e sua vida social — a relação consigo, com outros e as hierarquias sociais. Em sua análise, Foucault elucida que os “sonhos sexuais” eram divididos entre os que estavam de acordo com a lei, os que

eram contrários à lei e os que eram contrários à natureza. Essa categorização se dava com base no status social do outro com quem se sonhava, ou seja, a posição que o outro ocupa em relação a quem sonha. Há duas questões muito significativas que aparecem nessas categorizações: primeiro, que as relações entre “duas mulheres” (duas pessoas com vagina) eram consideradas um ato contrário à natureza; segundo que os atos sexuais giravam em torno do pênis e da penetração, sendo o pênis associado à masculinidade, virilidade e o “ser homem”, conforme é possível apreender nos excertos abaixo:

Existem outras maneiras de se colocar fora da natureza nas relações sexuais: pela própria natureza dos parceiros. Artemidoro enumera cinco possibilidades: relações com os deuses, com os animais, com os cadáveres, relações consigo mesmo ou, enfim, **relações entre duas mulheres**. [...] A razão disso está, sem dúvida, relacionada à forma de relação que Artemidoro privilegia, a da **penetração**: por meio de um artifício qualquer, **uma mulher usurpa o papel do homem**, toma abusivamente sua posição e possui a outra mulher. [...] **entre duas mulheres um tal ato que se efetua a despeito daquilo que elas são**, e com recurso a subterfúgios, é tão fora da natureza como a relação entre um humano com um deus ou com um animal. (FOUCAULT, 2013b, p. 32, grifos meus)

O órgão masculino [...] é significante de todo um feixe de relações e de atividades que fixam o status do indivíduo na cidade e no mundo. [...] Trata-se de um mundo marcado fortemente pela posição central da personagem masculina e pela importância atribuída ao papel viril nas relações de sexo. (FOUCAULT, 2013b, p. 39-40)

Estes dois trechos demonstram como genitália, prática sexual e sexo/gênero se articulavam naquele contexto. É possível apreender, por exemplo, em “entre duas mulheres um tal ato que se efetua a despeito daquilo que elas são”, que o gênero e a genitália já estavam associados naquele período, em termos de gênero, se “era” o corpo. Isto, evidentemente, implicava relações de poder hierárquicas, desiguais. Afinal, quem era designado como mulher não poderia vir a tornar-se sujeito. De que maneira tal hierarquização com base na significação generificada dos corpos atravessou espaços tão longínquos? Temporal e geograficamente?

Conforme venho abordando neste trabalho, compreendo que a naturalização do binarismo de gênero, na contemporaneidade, provém dos processos colonizatórios promovidos pela branquitude. Desse modo o “cistema” entrou em choque com outros sistemas de gênero/sexo e desejo, formando o que Lugones (2008) denominou de *sistema de gênero moderno/colonial*. Assim, a ciscolonialidade fomenta a organização de hierarquizações de gênero com base em uma matriz branca-eurocentrada e cisheterossexual (LUGONES, 2008; 2014; SIMAKAWA, 2015; OYĚWÙMÍ, 2021; SEGATO, 2021). Acredito ser pertinente, desse modo, realizar uma breve abordagem acerca de outros contextos sócio-históricos nos quais havia outros sistemas de gênero/sexo e desejo ou, ainda, que outras categorias organizavam hierarquicamente as relações sociais e políticas, sem gênero ser,

necessariamente, um princípio organizador das relações de poder.

Há diferentes estudos que analisam as diversas compreensões e estruturações acerca do que hoje chamamos gênero e sexualidade, não-binárias e não-cissexistas, nas culturas dos povos originários das Américas antes da invasão dos europeus<sup>37</sup>. É interessante destacar o estudo de Genny Beemyn (2014), que visa tecer narrativas sobre histórias trans estadunidenses e, no decorrer de sua investigação, compreende que em algumas culturas gênero não estava relacionado aos corpos, mas sim às personalidades. Maria Lugones (2008), por sua vez, aponta que em torno de 88 sociedades reconheciam a “diversidade de gênero e sexual”. Ademais, é pertinente assinalar a crítica de Beemyn no que concerne às produções historiográficas acerca do assunto:

Ao falhar em enxergar para além de seus próprios vieses e preconceitos eurocêntricos, estes observadores retiraram o reconhecimento da diversidade de gênero de diversas sociedades nativo-americanas de seus contextos culturais específicos. Enquanto pessoas designadas como homens assumiam papéis femininos e muitas vezes casavam com outras pessoas designadas como homens que, por sua vez apresentavam-se como masculinos nessas relações, não eram geralmente consideradas nestas culturas nativo-americanas como relações que envolviam pessoas de mesmo gênero. Assim como pessoas designadas como mulheres que assumiam papéis masculinos e casavam com outros indivíduos também designados como mulheres. Isto, pois muitos grupos nativo-americanos reconheciam gênero para além de “homem” e “mulher” (BEEMYN, 2014, p. 6).

Logo, o que o autor traz, somado a uma perspectiva decolonial, é que a significação destes sujeitos como “homens” ou “mulheres” de uma maneira cisnormativa é uma prática ciscolonial na produção historiográfica. Em relação ao continente Africano e a pessoas africanas em diáspora também é possível apreender concepções, subjetivações e materializações de gênero que não são binárias ou cissexistas. Oyèrónké Oyèwùmí, ao discorrer sobre a generificação da sociedade iorubá promovida pelo colonialismo, por exemplo, elucidada:

**[...] o gênero não era um princípio organizador. A senioridade, definida pela idade relativa, era o princípio dominante. Assim, categorias sociais decorrentes de uma elaboração de distinções anatômicas - categorias como “homens” e “mulheres” ou reis - não existiam.** As categorias sociais de Oyó eram isentas de gênero, na medida em que a anatomia não constituía a base para sua construção e elaboração. O acesso ao poder, exercício de autoridade e adesão em ocupações derivadas da linhagem, era regulado internamente pela idade e não pelo sexo. [...] **a noção de dominação masculina, baseada no privilégio da posse do pênis, deve ser minuciosamente interrogada.** (OYÈWÙMÍ, 2021, p. 137, grifos meus)

Trazendo a discussão para o Brasil, Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018) e Jaqueline Gomes de Jesus (2018; 2019) abordam a história de Xica Manicongo, que viveu na

---

<sup>37</sup> Ver: (CAMPUZANO, 2006, 2009; LUGONES, 2008; BEEMYN, 2014; JESUS, 2018; 2019; OLIVEIRA; 2018 SEGATO, 2021)

em Salvador (BA), no final do século XVI e início do XVII. Xica era originária do Congo, ou seja, seu eu-primário não se constituiu em uma cultura de matriz branca, cisheterossexual, eurocêntrica e cristã. Apesar de ter sido designada como homem pelos ciscolonizadores escravocratas, no Brasil vestiu-se com trajes considerados femininos até sua vida se encontrar em risco, pois foi denunciada à Igreja, à Inquisição, e, pelo código penal da época, teria seu corpo queimado vivo apenas por trajar um vestido, uma saia, e possuir uma genitália peniana (OLIVEIRA, 2018; JESUS, 2018; 2019).

A partir do exposto, busco corroborar com as discussões anticisnormativas e decoloniais que compreendem que a relação entre gênero, genitália, práticas sexuais e hierarquização social não é algo comum a todas as sociedades através do tempo. Mas, sim, uma invenção configurada e reconfigurada que engendra nos corpos signos sociais de diferenciação e desigualdade, a partir dos processos colonizatórios que impuseram este sistema cisheterossexista.

Ainda, Maria Lugones explica que o sistema moderno/colonial de gênero detém um lado visível e um lado invisível, pois a divisão binária e biologicista de gênero, atrelada ao racismo e ao colonialismo, não enquadrava indígenas e negros como homens ou mulheres, mas sim como machos ou fêmeas, tendo sido animalizados, desumanizados. Isso significa que, para além da invenção de homens e mulheres, humanos e inumanos também foram “inventados”. Sobre esse tema, Judith Butler (2019), afirma:

[...] essa matriz excludente pela qual os sujeitos são formados requer a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são "sujeitos" mas que formam o exterior constitutivo do domínio do sujeito. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “não-vivíveis” e “inabitáveis” da vida social que, não obstante, são densamente povoadas por aqueles que não alcançam o estatuto de sujeito, mas cujo viver sob o signo do “Inabitável” é necessário para circunscrever o domínio do sujeito. [...] o sujeito é constituído por meio da força de exclusão e abjeção que produzem um exterior constitutivo para ele um exterior abjeto que é, afinal, “interior” ao sujeito como seu próprio repúdio fundacional. (BUTLER, 2019, p. 19)

Com base nas discussões acima, considero que a “invenção do homem” vinculado ao corpo dito masculino (com pênis) encontra-se no âmago da cultura que alicerça a branquitude e o eurocentrismo e, através dos processos colonizatórios, se impôs e foi (re)configurado — e segue sendo. Isto posto, torna-se perceptível que há séculos o sistema binário de gênero vem (de)limitando possibilidades de estabelecer relações consigo — do sujeito para com seu “si-mesmo” — e com os outros — vide a precarização das vidas de pessoas de gênero inconforme. Por tal motivo chamo atenção para as fraturas nos regimes de verdade e normatizações que permitem rasurar a linha que separa o "humano" do "inumano" no que condiz a gênero. Assim, quando voltamos o olhar para a contemporaneidade, questiono: como

a transgeneridade se torna uma possível maneira de ser e existir? De que maneira a pluralidade de modos de subjetivação em gênero tem sido tratada? Qual ou quais humanos têm o direito de existirem e serem reconhecidos enquanto tais em seus processos de subjetivação?

## 1.2. A emergência da transexualidade na Era Farmacopornográfica

Tudo o que somos hoje, nosso modo de compreender a nós mesmos como corpos livres, individuais e desejanter, começa com a imprensa, a Revolução Industrial, o magnetismo e sua transformação em eletricidade, o transporte rápido, a comunicação à longa distância, a organização da cidade moderna e sua grade territorial. Também começa com o deslocamento de milhões de corpos humanos não brancos da África até a Europa e a América como força de trabalho e de reprodução do capitalismo, e como corpos usados para produzir prazer e riqueza [...] Nesse contexto dominado pela comunicação, pela viagem pelo comércio, pela conexão e distribuição, não é de se surpreender o surgimento de um interesse crescente pela circulação de fluidos e pela transmissão de informação dentro do corpo a fim de criar condições para a invenção de hormônios como secreções comunicantes. (PRECIADO, 2018, p. 166)

Preciado nos auxilia a compreender os regimes de produção de corpos e subjetividades que atuam na contemporaneidade de maneira entrelaçada: a necropolítica, proveniente das técnicas de soberania; a biopolítica do regime disciplinar; e a biopolítica do regime farmacopornográfico. Apesar dos mecanismos aparentemente conflitantes, estes três regimes engendram o sistema de gênero e sexualidade, materializando-se, por exemplo, na negligência do Estado em relação ao genocídio promovido contra a população trans no Brasil<sup>38</sup>, como fator da necropolítica; no binarismo de gênero (re)produzido nas instituições escolares, como a obrigação do uso de uniformes masculinos e femininos para crianças e adolescentes de acordo com preceitos cisheteronormativos, na divisão de filas de meninos e meninas e, também, na divisão de banheiros por gênero e a costumeira proibição de pessoas trans utilizarem o banheiro de acordo com sua identidade de gênero autopercebida, como fator do regime disciplinar; e na dependência de um diagnóstico listado na Classificação Internacional de Doenças (CID) para se ter acesso aos ditos hormônios sexuais (testosterona, progesterona e estrogênio), como fator do regime farmacopornográfico<sup>39</sup> (LOURO, 2001; MBEMBE, 2016;

<sup>38</sup> Os registros e denúncias do alto índice de assassinatos cometidos contra pessoas trans, com alto teor de crueldade e transfobia, são realizados pelo movimento social. O Boletim nº 002-2021 da Associação Nacional de Travestis e Transexuais aponta que, no primeiro semestre de 2021, 89 já foram vítimas fatais da transfobia, a mais nova foi assassinada com apenas 13 anos. De acordo com Bruna Benevides e Sayonara Nogueira (2021b), o Brasil “[...] naturalizou um processo de marginalização e precarização para a aniquilação das pessoas trans. Em 2020, a ANTRA encontrou um número recorde de assassinatos contra travestis e mulheres trans, com um total de 175 casos. Se consolidando como o ano com o maior número de assassinatos contra essa parcela da população.” (p. 21).

<sup>39</sup> Apesar da transexualidade não ser mais considerada uma doença mental na Classificação Internacional de Doenças (CID) desde 2018, por 28 anos (desde 1990), transexuais eram considerados sujeitos que precisavam de

PRECIADO, 2018; TEDESCO, 2020).

Assim, em um só corpo e em uma só subjetividade trans, podemos ver o atravessamento dos regimes de produção de corpos e subjetividades. É com o objetivo de compreender tais regimes e a emergência da transgeneridade na Era Farmacopornográfica que realizo este subcapítulo. Afinal, não é por acaso que o conceito de transexualidade provém do saber biomédico europeu e estadunidense — bem como não é por acaso que João W. Nery teve contato com o conceito em uma viagem para a França.

A patologização das identidades de gênero inconformes, bem como das sexualidades desviantes da matriz cisheterossexual, faz parte da criação da cisheteronormatividade à maneira como concebemos atualmente. Foi no século XVIII que os discursos científicos passaram a produzir regimes de verdade, após a ciência tomar o lugar da igreja enquanto saber-poder hegemônico, no momento em que os aparelhos de Estado se desenvolviam, juntamente ao capitalismo (LAQUEUR, 2001; FOUCAULT, 2013a). Uma nova organização social, econômica e política necessitava de uma nova forma de hierarquizar e controlar a sociedade. Assim desenvolveu-se o que Foucault denominou de biopoder e biopolítica, a ação do poder sobre a vida, através de instituições, como o Exército, a escola e a medicina, e estratégias diversas, amplamente difundidas e difusas, como projetos de saúde pública e demografia. A biopolítica passou a gerir os processos de corporeidade, buscou produzir corpos dóceis adequados às necessidades de manutenção do sistema capitalista e, também, gerir a própria vida da espécie, interferindo no sexo, na sexualidade e nas relações de gênero, produzindo como norma a monogamia e a matrimonialidade cisheterossexual. Foi, nas palavras de Foucault (2013a), “a entrada da vida na história — isto é, a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder — no campo das técnicas políticas” (p. 153-154).

Assim, foi sob uma pretensa neutralidade e objetividade que a cientificidade dos séculos XVIII e XIX corroboraram com a realocação e manutenção de hierarquias sociais com base em raça e gênero, por exemplo. A biologização de identidades sociais e subjetividades, e a inferiorização de alteridades com base na “natureza” foi então forjada (BENTO, 2002; SIMAKAWA, 2015; OYĚWÙMÍ, 2021). Como podemos perceber, esta

---

tratamento psiquiátrico para tratar “disforia de gênero”. Nesta nova configuração do CID, permanecemos dependentes da autoridade biomédica para realizar transformações corporais como hormonização e cirurgias, passando muitas vezes pela necessidade da concessão cisgênera (considerando que a maioria das pessoas que têm acesso a cursar Medicina são cisgêneras) que vai nos dizer se somos homens ou mulheres o suficiente para modificarmos - ou não - nossos corpos (SUDRÉ, 2019).

concepção de “natureza” e o lugar que ela passou a ocupar foi sociopoliticamente preponderante, como base para ditar e manter regras sociais.

O biopoder se alastrou, materializando-se na histerização dos corpos ditos femininos e na regulação de condutas de procriação voltadas a estes mesmos corpos, como a transformação dos úteros em territórios controlados pela cismasculinidade e pelo Estado, “em nome de Deus”. Além disso, os múltiplos discursos em torno do sexo e a rede complexa de atuação da biopolítica neste período produziram eixos importantes da cisheteronormatividade: o dimorfismo sexual — a ideia de que homens e mulheres são de “sexos opostos” e que atribui características psicológicas e de personalidade a cada “sexo”; e a investigação, categorização, criminalização e patologização das “perversões sexuais”. Segundo Preciado, a patologização da homossexualidade marca o auge do regime disciplinador de produção de corpos e subjetividades sexuais, em 1868, junto à normatização burguesa da heterossexualidade que trouxe, consigo, a criminalização do aborto.

Por conseguinte, com base no que seria “natural” ou não, tanto “homem” e “mulher” se tornaram espécies (completamente distintas), justamente quando “o homossexual” se torna, também, uma espécie, todavia, uma espécie a ser corrigida ou eliminada, diante desse projeto de Estados-nação higienista e eugenista (LAQUEUR, 2001; FOUCAULT, 2013a). Ainda, segundo Foucault,

Esta nova caça às sexualidades periféricas provoca a *incorporação das perversões* e nova *especificação dos indivíduos*. A sodomia - a dos antigos direitos civil e canônico - era um tipo de ato interdito e o autor não passava de seu sujeito jurídico. O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. [...] É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual, porém, como natureza singular. É necessário não esquecer que a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade constituiu-se no dia em que foi caracterizada - o famoso artigo de Westphal em 1870, sobre as “sensações sexuais contrárias” pode servir de data natalícia - menos como um tipo de relações sexuais do que como uma certa qualidade da sensibilidade sexual, uma certa maneira de inverter, em si mesmo, o masculino e o feminino. [...] agora o homossexual é uma espécie. (FOUCAULT, 2013a, 50-51)

Ou seja, “se tornar uma espécie” significa que as práticas sexuais e as expressões de gênero passaram a definir a ontologia dos sujeitos, sua “essência”, seu caráter, sua personalidade. Ademais, como algo da natureza, se torna uma doença, sendo assim, uma identidade patologizada. É importante ressaltar que estavam integradas nessa concepção de “espécie homossexual”, até o século XX, noções de sexualidade e de performatividade de gênero. Antes de surgir a “espécie transexual”, por assim dizer, ela era incluída no entendimento de homossexualidade (AGUIAR, 2020).

Portanto, entre os séculos XVIII e XIX, vimos que os pilares da cisheteronormatividade, o regime de verdade sobre o sexo, foram construídos. O dimorfismo sexual sobre o qual trata Laqueur também expõe a criação da mulher “de verdade” e do homem “de verdade” sob os “preceitos biológicos”, genitalistas e atrelados à cisheterossexualidade compulsória, à monogamia, ao matrimônio e à procriação. Estes preceitos alicerçavam o próprio Direito, conforme Foucault explicita,

As proibições relativas ao sexo eram, fundamentalmente, de natureza jurídica. A “natureza”, em que às vezes se apoiavam, era ainda uma espécie de direito. Durante muito tempo os hermafroditas foram considerados criminosos, ou filhos do crime, já que sua disposição anatômica, seu próprio ser, embaraçava a lei que distinguia os sexos e prescrevia sua conjunção. (FOUCAULT, 2013a, p. 45)

Assim, as transidentidades surgem em meio a um contexto de categorizações e classificações biomédicas em torno de gênero e sexualidade, já patologizadas. Juno Nedel Mendes de Aguiar (2020), elucida que há uma vasta literatura científica sobre o fenômeno que hoje chamamos de transexualidade e/ou transgeneridade nos séculos XIX e XX, sexólogos, psiquiatras e endocrinologistas como Richard von Krafft-Ebbing, Magnus Hirschfeld, Michael Dillon, David O. Cauldwell e Harry Benjamin foram alguns dos precursores das pesquisas sobre expressões e identidades de gênero inconformes.

Richard von Krafft-Ebbing, psiquiatra e sexólogo austro-alemão, autor de *Psychopathia Sexualis*, publicado em 1886, foi um dos primeiros a considerar que há um sexo físico e outro mental, definindo como um transtorno psicosexual a identificação de gênero que não esteja de acordo com o sexo designado ao nascer. Krafft-Ebbing elencou níveis de gravidade deste “transtorno”, o mais leve sendo utilizar roupas “do sexo oposto” e o mais grave “acreditar pertencer ao sexo oposto”, o que seria uma forma de psicose a ser tratada (BEEMYN, 2014). Algumas décadas antes, Karl Heinrich Ulrichs, advogado alemão, associou sua atração por homens a “ter uma alma feminina” em um “corpo masculino”, o que demonstra a correlação entre gênero e sexualidade, pois “ser homem” ou “ser mulher”, além de estar relacionado a nascer em determinado corpo, também era “ser heterossexual”. Ademais, de acordo com Aguiar, as publicações de Ulrichs foram importantes no desenvolvimento de uma literatura médica acerca dos “desvios” da cisheteronormatividade,

[...] os textos de Ulrichs influenciaram diversos escritos médicos posteriores, como as pesquisas do psiquiatra alemão Karl Westphal (1833-1890), do psiquiatra austríaco Richard von Krafft-Ebing (1840-1902) e do médico brasileiro José Ricardo Pires de Almeida (1843-1913). Estes e outros pesquisadores desenvolveram uma noção de homossexualidade como “inversão sexual”, uma condição que seria decorrente de causas biológicas, como degeneração hereditária, patologia congênita ou desequilíbrio hormonal. (AGUIAR, 2020, p. 94-95)



Magnus Hirschfeld, por sua vez, foi o primeiro a diferenciar o que ele chamou de “travestismo” da homossexualidade e a difundir um discurso “menos patologizador”, sendo estimado como um pioneiro da causa trans (BEEMYN, 2014; STRYKER, 2008). Médico, sexólogo, judeu e abertamente homossexual, em 1897 Hirschfeld fundou o Comitê Científico Humanitário, primeira organização no mundo voltada para as minorias sexuais; de 1899 a 1923, foi editor da primeira revista científica sobre sexologia, chamada *Yearbook for Sexual Intermediaries* [Anuário para Intermediários Sexuais]; em 1910, publicou a obra intitulada *The Transvestites – The Erotic Drive to Cross-Dress* [As Travestis – O Impulso Erótico de Travestir]; e, em 1919, fundou o primeiro instituto voltado exclusivamente para o estudo da sexologia, o Instituto de Ciência Sexual, em Berlim, na Alemanha.

Em seus estudos, não diferenciava a prática do *crossdresser*<sup>40</sup> da desidentificação com o gênero designado ao nascer, porém, como mencionado, distinguia estes fenômenos da atração sexual pelo mesmo sexo, reconhecendo que pessoas trans poderiam ter orientações sexuais variadas. Ainda, alegava que a travestilidade, assim como a homossexualidade, eram “intermédios sexuais” entre “macho e fêmea puros”. Dessa forma, Hirschfeld cunhou o conceito de “travesti” para se referir a pessoas que tinham o desejo de se vestir, se comportar e/ou ser “do sexo oposto” (BEEMYN, 2014; AGUIAR, 2020).

No Instituto de Ciência Sexual ocorreram os primeiros procedimentos cirúrgicos de transição de gênero. O primeiro caso a se ter registro é o de Dorchen Richter, em 1922, alemã que foi designada como homem ao nascer, mas nunca se identificou como tal. Um dos últimos casos foi o de Lili Elbe, pintora dinamarquesa que, além de realizar uma cirurgia de transgenitalização (teve seu pênis removido e uma vagina construída), teve ovários inseridos em seu corpo e também passou pela tentativa de construção de um útero, o que a levou a morte, em 1931<sup>41</sup>. Além disso, a partir dos escritos (diários, cartas e relatos) de Elbe, Ernst Ludwig Hathorn Jacobson, seu amigo, publicou o primeiro livro conhecido na história que tem como tema a transição de gênero, *A Man Changes His Sex* [Um Homem Muda seu Sexo], em 1932 (BEEMYN, 2014).

É interessante pontuar que Hirschfeld também acreditava que as expressões gênero e sexualidade eram de ordem biológica. Contudo, defendia que a sociedade deveria aceitar a

---

<sup>40</sup> Pessoa que se veste com roupas associadas ao gênero oposto daquele que lhe foi designado ao nascer. Beemyn (2014) explica o movimento social de *crossdressers* nos Estados Unidos data da década de 1950, com a criação do *Transvestia: The Journal of the American Society for Equity in Dress* [Transvestia: O Jornal da Sociedade Americana por Equidade na Vestimenta], em 1952, por Virginia Prince, que impulsionou muitas pessoas a se aceitarem e se assumirem enquanto *crossdressers*, o que é muito significativo, levando em consideração que naquele período era ilegal utilizar roupas “do sexo oposto”.

<sup>41</sup> A história de Lili Elbe foi retratada no filme *A Garota Dinamarquesa* (Tom Hooper, 2016).

diversidade, justamente por considerá-la natural. Com tal discurso, foi o presidente fundador da Liga Mundial pela Reforma Sexual, em 1928, e percorreu o mundo ministrando palestras, entre 1930 e 1933, passando pelos Estados Unidos, Filipinas, Indonésia, Japão, China, Palestina e Egito (STRYKER, 2008). Devido a desacordos políticos, a Liga Mundial pela Reforma Sexual teve seu fim em 1930, pois os membros se dividiram entre liberais e socialistas. Ainda, com a ascensão do nazifascismo, o Instituto de Ciência Sexual foi destruído, em 1933. Hirschfeld, julgado por Adolf Hitler como “o judeu mais perigoso da Alemanha”, se exilou na França, onde faleceu em 1935 (STRYKER, 2008).

Parece que o problema do governo alemão nazista não era com as tecnologias de gênero, mas com o caminho a favor da diversidade que Hirschfeld estava trilhando, pois foram soldados nazistas e prisioneiros dos campos de concentração os primeiros a terem doses de testosterona inseridas em seus corpos, servindo como cobaias de experimentos estatais de tecnologia de gênero. Nas palavras de Preciado, “Sob a pele, a necropolítica encontra a biopolítica” (PRECIADO, 2018, p. 239). A partir das pesquisas estatais, tanto da Alemanha nazista quanto dos Estados Unidos, foi descoberto que os ditos “hormônios sexuais” estão presentes em todas as pessoas, variando somente a quantidade. Porém, segue-se chamando a testosterona de “hormônio masculino” e o estrogênio e a progesterona de “hormônios femininos”. Ademais, nesse período também foram desenvolvidos os primeiros hormônios sintéticos, o que permitiu o início dos processos de hormonização de pessoas trans (BEEMYN, 2014; PRECIADO, 2018). Dessa maneira, a testosterona, o estrogênio e a progesterona deixam de ser meras moléculas para se transformarem em assunto de Estado e produtos comercializáveis, *pharmakons*, entidades biopolíticas reguladas pelo regime farmacopornográfico, “bioartefatos feitos de cadeias de carbono, linguagem, imagens, capital e desejos coletivos” (PRECIADO, 2018, p. 180).

A primeira pessoa designada como mulher e endossexual que se tem registro de ter se hormonizado e, também, de ter realizado cirurgia de transgenitalização do “sexo feminino” para o “sexo masculino” foi Michael Dillon. Dillon era médico e de uma família aristocrática britânica, ingressou no curso de Medicina para se compreender melhor e descobrir como poderia modificar seu corpo a fim de se tornar mais parecido com outros homens. Assim, iniciou o tratamento com testosterona em 1939, realizou uma mastectomia em 1942 e uma série de cirurgias para construir um pênis, iniciando em 1946.

Dillon também foi não somente a primeira, mas a única pessoa trans, a ter elaborado um tratado médico sobre transição de gênero antes de 1950, o livro *Self: A Study in Ethics and Endocrinology* [Eu: Um Estudo em Ética e Endocrinologia], publicado em 1946, que versava

sobre a hormonização em pessoas transmasculinas, numa perspectiva despatologizante, criticando as terapias de cura para pessoas trans, defendendo o acesso à hormonização, cirurgias e a aceitação social. É relevante assinalar que, apesar de ser intitulada “Self”, a obra não é autobiográfica, Dillon não assumia uma identidade trans pública, devido ao estigma. Inclusive, quando essa informação se tornou de conhecimento público, ele se mudou do Reino Unido para a Índia (STRYKER, 2008; BEEMYN, 2014; AGUIAR, 2020).

Infelizmente, o trabalho de Michael Dillon não obteve grande repercussão, o que nos coloca, como Aguiar aponta, diante da série das *injustiças epistêmicas* que constituíram o discurso hegemônico sobre sexo, gênero e desejo naquele contexto. Afinal, quais vozes eram ouvidas? Quem tinha o direito de falar sobre quem? A cisgeneridade seguia colocando a transgeneridade num lugar de patologia, anormalidade e abjeção.

Foi justamente nessa perspectiva que o conceito de “transexual” surgiu, como um diagnóstico de psicopatologia, cunhado pelo médico David O. Cauldwell, ao publicar o artigo *Psychopathia Transexualis* [Psicopatia Transexual] em 1949. O termo “transexual” referia-se a pessoas que desejavam mudar seus corpos para além de “vestir-se como o sexo oposto”, e por isso distinguia-se de “travesti” (STRYKER, 2008).

Apesar de Cauldwell ter sido o primeiro a utilizar tal termo, foi com o endocrinologista Harry Benjamin que a transexualidade tomou proporções mundiais, ao publicar *The Transsexual Fenomenon* [O Fenômeno Transexual], no qual discorre sobre o processo de transição de gênero de Christine Jorgensen, em 1952. O caso de Jorgensen foi rapidamente difundido pela mídia, sobretudo nos Estados Unidos da América. Como efeito, nas décadas de 1960 e 1970, mais de 40 clínicas de transição de gênero foram criadas em solo estadunidense (BEEMYN, 2014).

É pertinente notar que Harry Benjamin, nascido em Berlim, foi contemporâneo de Magnus Hirschfeld que, evidentemente, influenciou seu trabalho. Ademais, nos Estados Unidos, Benjamin fazia parte de uma rede de “pesquisadores do sexo” — todos da área da saúde — e pessoas trans.

Segundo Susan Stryker (2008), nos anos 1940 havia um extenso interesse científico e das autoridades acerca das questões de gênero e sexualidade. A Clínica Psiquiátrica Langley Porter da Universidade da Califórnia, em São Francisco (UCSF), sob a direção de Karl Bowman, funcionava como um centro de pesquisa sobre gênero e sexualidade nas décadas de 1940 e 1950, na qual ocorreram investigações violentas e desumanas em busca de “causas e

cura para a homossexualidade”<sup>42</sup>. Inclusive, Bowman, Alfred Kinsey e Harry Benjamin, em 1949, foram consultados pelo procurador geral do estado da Califórnia, Edmund G. (Pat) Brown para manifestarem-se a favor ou contra o acesso de pessoas transexuais a serviços médicos nos Estados Unidos. Benjamin foi o único que defendeu o acesso e não considerou a realização de hormonização e procedimentos cirúrgicos uma mutilação e/ou um crime.

Apesar do posicionamento progressista, o conceito de “transsexual” defendido por Harry Benjamin segue uma linha excludente. Encaixava-se nesse diagnóstico quem apresentava um “sexo psicológico” oposto ao “sexo físico” e, para “corrigir” esta divergência, transexuais deveriam adequar seu corpo ao seu gênero. Evidentemente, os desejos de realizar modificações corporais estavam presentes em muitas pessoas trans do período — assim como em pessoas cis — em pleno início da Era Farmacopornográfica e com todo o desenvolvimento tecnológico biomédico que vinha exponencialmente se expandindo desde o pós-guerra. Entretanto, este conceito teve um efeito discursivo que se propaga ainda hoje: a invenção do/a “trans de verdade”.

Dessa forma, estabeleceu-se um regime de verdade sobre os corpos e subjetividades trans que tinha — e tem — como base a cisheteronormatividade. As características que constituiriam uma pessoa “realmente” trans, portanto, são: ser heterossexual e desejar ter um corpo tal qual o de pessoas cisgêneras, chegando, inclusive, a sentir sofrimento extremo em habitarem seus próprios corpos. Estou de acordo com a afirmação de Aguiar (2020), quando o autor destaca que a criação da categoria científica “transsexual” tinha como fundamento uma ontologia trans associada ao desconforto com o corpo, fazendo com que o sujeito transsexual estivesse em uma relação de dependência de autoridades médicas cisgêneras para ser legitimado enquanto tal.

Ademais, assim como a população cisgênera, a população transgênera é plural, com desejos e relações variadas em relação a seus corpos. Um exemplo do emprego deste conceito limitador de “trans” nas clínicas é o que ocorreu na *Johns Hopkins University*, criada em 1966, em seus primeiros dois anos e meio, pois, apesar de ter recebido mais de 2000 solicitações de transgêneros, apenas 24 foram atendidos. Outro exemplo é o de Lou Sullivan, um dos fundadores da *GLBT Historical Society* [Sociedade Histórica GLBT] e da *FTM International* [Internacional FTM<sup>43</sup>], homem trans e gay, que foi rejeitado da clínica de

---

<sup>42</sup> Stryker conta que Bowman coordenou pesquisas com homens cisgêneros gays encarcerados em hospitais psiquiátricos e em prisões. Inúmeros foram forçadamente castrados e submetidos a terapias hormonais contra sua vontade.

<sup>43</sup> FTM é a forma como designava-se, nesse período, o fenômeno da transmasculinidade. A sigla significa *Female to Male*, tradução: Fêmea para Macho.

Stanford em 1976, por ser homossexual, e teve acesso ao processo de transição de gênero, na década de 1980, com um médico particular (STRYKER, 2008).

A irrupção das discussões, estudos e pesquisas na esfera do saber biomédico acerca da transexualidade convergem com a supracitada Era Farmacopornográfica, como mencionei anteriormente. Paul Beatriz Preciado denomina o período histórico contemporâneo dessa maneira por considerar que o sexo e a sexualidade estão no centro da atividade política e econômica global. Ao analisar a economia mundial, a partir do biopoder e da biopolítica, elucida que após a Segunda Guerra Mundial foi criado um novo *governo do ser vivo*, no qual as indústrias farmacêutica e pornográfica possuem papéis essenciais.

Preciado nos convida a pensar em como o capitalismo, enquanto *cistema* econômico e político mundial regula, controla e produz sexo, gênero e desejo, motivo pelo qual o caracteriza como *biocapitalismo*. O autor alega que, na Era Farmacopornográfica, há uma *gestão biomidiática da subjetividade*, que diz respeito ao poder em torno das produções de subjetividades e corporeidades que se fazem por meio das tecnologias, no *regime tecnobiopolítico* (2018, p. 55).

O regime farmacopornográfico não se difere do regime disciplinar no que condiz ao ideal cisheteronormativo, mas na forma pelo qual o sexo-gênero e desejos são produzidos, tendo como meio de manter o dimorfismo sexual e a cisheterossexualidade compulsória as indústrias médica, farmacêutica e uma biotécnica hiperconstrutivista. Não é por acaso que a progesterona e o estrogênio se converteram nas duas substâncias mais produzidas da indústria farmacêutica mundial e mais utilizadas na história da medicina. A gestão da vida passa, então, diretamente, pelo controle dos úteros pelos aparelhos estatais, como se os “corpos femininos” fizessem parte de um sistema público reprodutivo, e por uma hiperfeminilização forçada destes corpos, sejam eles de pessoas que se identificam como mulheres ou não. Conforme elucida Preciado,

A ficção da biofeminilidade, como é atualmente “produzida” no Ocidente, não existe sem toda uma série de meios midiáticos e tecnologias biomoleculares: “Processos de diagnósticos e terapias, tais como fertilização in vitro (FIV), terapia de reposição hormonal (TRH), programas de rastreio do câncer de mama e do colo do útero, pílula anticoncepcional e uma grande variedade de contraceptivos para mulheres têm acentuado o distinto papel reprodutivo das mulheres e, portanto, designado o corpo feminino como um objeto natural de intervenção”. Mulheres cis, como hormônios, são artefatos industriais modernos, tecno-organismos do laboratório do capitalismo colonial. (PRECIADO, 2018, p. 181)

Dessa maneira, pode-se perceber a cisheteronormatividade como parte de um projeto de sociedade, capitalista e ciscolonial, que tem como objetivo manter as estruturas das relações de poder ao produzir diferenças, hierarquizações, possibilidades de corpos e

subjetivações mais ou menos legítimas, mais ou menos humanas, mais ou menos saudáveis.

Para além da invenção da categoria “transsexual” como o *Outro inumano* que proporciona o limite e o signo de humanidade à cisgeneridade (BUTLER, 2019), também neste princípio da Era Farmacopornográfica que se cunhou o conceito de “gênero”. Preciado considera tal fato, inclusive, como marco fundador deste período. Elaborado pelo psicólogo John Money em 1955, foi utilizado como uma ferramenta clínica, no âmbito de um discurso biotecnológico construtivista, pois afirmava que o gênero não estava ligado à genitália, mas que poderia ser socialmente construído, aprendido e ensinado.

Money ficou conhecido após o escândalo do caso “John/Joan”. Este envolveu os gêmeos Bruce e Brian Reimer, seus pacientes, criados como Brenda e Brian Reimer, após Bruce sofrer um acidente e perder seu pênis. O criador do conceito de identidade de gênero pressupunha que poderia ensinar Bruce a ser mulher e, como a criança não tinha pênis, julgou melhor construir uma vagina em seu lugar<sup>44</sup>. A despeito de contrapor a socialização da biologia, John Money visivelmente vinculava gênero à genitália, de forma ciscolonialista, ao decidir por um bebê seu gênero, devido à falta de pênis. Ainda, Money, junto a Anke Ehrhardt e Joan e John Hampson, psicóloga e psiquiatras, respectivamente, desenvolveram técnicas hormonais e cirúrgicas para “adequar” crianças intersexo à endossexualidade e cisheteronormatividade (PRECIADO, 2018), o que ressalta o caráter amplo e difuso da necessidade de manutenção da cisheteronormatividade. Afinal, corpos que não eram compreendidos como “femininos” ou “masculinos” sofriam intervenções médicas para caberem no binarismo de gênero.

Diante de tudo o que foi exposto, torna-se possível compreender de que maneira a transexualidade emerge no contexto da biopolítica, entre os regimes disciplinador e farmacopornográfico, quando há um avanço das tecnologias biomédicas junto a uma complexificação da ação do biopoder que busca docilizar corpos — por fora e por dentro. Este invade nossos tecidos e age diretamente em nossas moléculas. Com isso, não quero dizer que não havia pessoas de gênero inconforme antes da possibilidade de modificações corporais, mas, repito, a cisgeneridade cria a categoria “transsexual” como seu Outro-inumano complementar, a fim de regular, limitar e (des)legitimar quais indivíduos gênero-diversos teriam acesso às tecnologias de gênero que, por sua vez, se tornaram compulsórias à produção

---

<sup>44</sup> O caso John/Joan ficou amplamente conhecido e gerou muita polêmica, pois tornaram-se públicas algumas das “estratégias” de Money na sua “terapia” com as crianças, como obrigar os gêmeos a realizarem práticas eróticas entre si para aprenderem a serem “homem e mulher”. No início dos anos 2000, Bruce, que havia sido obrigado a viver como Brenda, transicionou, chamando-se David. Não muito tempo depois, ambos morreram de depressão (primeiro Brian, em 2002, por overdose; depois Bruce/David, em 2004, por suicídio) (GAETANO, 2017).

de si cisgênera<sup>45</sup>. Como explica Preciado,

Frente a esta complexidade, uma implacável retórica biopolítica sobre diferenças sexuais, raciais e de gênero [...] continua dominando a classificação hormonal e sua gestão técnica. Enquanto os programas experimentais que determinam a produção de doses comercializáveis de testosterona, estrogênio ou progesterona se apoiam em uma teoria ultraconstrutivista do sexo e da sexualidade, os critérios de comercialização e distribuição públicas destas moléculas continuam respondendo a uma metafísica naturalista da diferença sexual, que afirma a existência biológica e historicamente imutável de dois sexos (homem e mulher), duas sexualidades (heterossexual e homossexual) e, mais recentemente, de dois gêneros (masculino e feminino), a partir dos quais se estende um âmbito de desvio e patologia. (PRECIADO, 2018, p. 241)

A ficção da cisgeneridade compulsória é tão poderosa que, mesmo diante da existência de pessoas trans e intersexo, os aparelhos estatais, jurídicos, científicos, institucionais, midiáticos, farmacopornográficos, seguem reproduzindo o binarismo de gênero de matriz cisheterossexual como verdade proveniente da natureza, portanto, imutável. Todavia, a indocilidade das pessoas de gênero inconforme e sexualidades dissidentes revelam o caráter ficcional do sistema, gênero/sexo e desejos como fabricáveis e fabricantes. As trajetórias desses sujeitos, movimentos políticos, sociais e culturais retalham a tessitura deste sistema e salientam sua fragilidade. Contudo, antes de compreender as estratégias de *reexistência* perante ao sistema, a fim de apreender o campo de possibilidades do qual se forja o transhomem pioneiro, faz-se necessário entender sobre as relações de gênero e o regime biopolítico no Brasil.

### **1.3. O regime biopolítico disciplinar à brasileira: a fundação do sistema cisheteronormativo nos Brasil**

Assim como a Europa e os Estados Unidos da América, o Brasil também passou por um processo de inserção do biopoder nas dinâmicas sociais e políticas, ocasionando alterações nas relações de gênero, seus modos de subjetivação e materialização. Essas transformações ocorreram com maior intensidade entre meados do século XIX e início do século XX, com a urbanização, a industrialização, a modernização e a República, enfim, com a formação de uma sociedade nos moldes burgueses (ROHDEN, 2009; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013; RAGO, 2014; GREEN, 2019). Isso significa que, para além de se estar modificando a forma

---

<sup>45</sup> A exemplo das “*biomulheres*”, o uso anticoncepcionais, o número crescente de cirurgias plásticas como a implantação de próteses de silicone nos seios, lipoaspiração, rinoplastia etc; e dos “*biohomens*” que alimentam um tráfico ilegal de testosterona (independente dos efeitos colaterais em seus corpos que já produzem uma quantidade significativa para o crescimento de músculos e pelos) e ingerem viagra cada vez em mais tenra idade devido a um ideal de masculinidade relacionado à virilidade, sexualidade e falocentrismo.

de fabricar mercadorias, estava se modificando “principalmente, a forma de se fabricarem sujeitos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 31).

Certamente, a relação entre o Estado e a medicina têm uma importância crucial para compreendermos a introdução e propagação do biopoder na sociedade brasileira. Conforme Fabíola Rohden (2009) elucida, foi a partir da vinda da família real para o Brasil, em 1808, que foram criadas instituições voltadas para a saúde e higiene pública, o cargo de provedor-mor da saúde, em 1809, bem como academias e escolas de medicina, na década de 1810. A autora também explica que a primeira metade do século XIX foi o momento no qual a medicina passou a disputar o lugar de saber-poder hegemônico no Estado brasileiro, como ciência que pode providenciar a “verdade” que orientaria moral, justiça, educação e política. Pois, a partir da década de 1830 as Academias Médico-Cirúrgicas passaram a criticar a legislação do país, defendendo uma justiça baseada na imparcialidade e verdade científicas, a inserção da medicina legal nos aparatos de justiça estatais. Dessa forma, em 1851 o governo cria a Junta de Higiene Pública para dar andamento a um projeto de medicina social. Assim, no regime republicano, após 1889, a medicina institucionalizada penetrou as estruturas da administração pública e o discurso biomédico, que continha e produzia regramentos morais, passou a intentar regulamentar a vida de cada indivíduo e a fomentar a produção de sujeitos “moralmente saudáveis”, distantes de “vícios” e desordem, em um viés higienista e, muitas vezes, eugenista (GREEN, 2019).

Como agente maior da biopolítica, a medicina adentrou na vida dos sujeitos, nas suas maneiras de relacionarem-se consigo mesmos e com outres. Assim, como bastião do regime disciplinar, o discurso médico se sobrepôs ao poder do senhor patriarcal. Esse discurso reconfigurou as noções de feminilidade, masculinidade, sexualidade, mulher, homem, criança e família,

[...] desde a própria concepção do casamento, que agora deveria seguir os moldes higiênicos e os objetivos de procriar cidadãos saudáveis. A higiene faz do sexo – antes, na Colônia, prioritariamente regulado pela Igreja – objeto de intervenção médica. Vem à tona a idéia do ‘amor físico’ também como direito das mulheres, o que na visão dos médicos concorreria para o sucesso do casal higiênico. Um novo código de relações entre homens e mulheres toma lugar, respeitando de uma forma jamais vista nesse contexto as vontades individuais. Mas vontades que seguissem os padrões de feminilidade na mulher, frágil, delicada e sentimental, e de masculinidade no homem, dotado de força física e vigor intelectual. (ROHDEN, 2009, p. 81-82)

Dessa maneira, a fim de articular uma transformação das configurações familiares — de um modelo colonial para o modelo burguês —, que expressasse e produzisse os valores republicanos, burgueses e positivistas de “ordem”, “progresso” e “moral”, também foram difundidos discursos hegemônicos médico-biologizantes e jurídicos que produziram “o



homem”, “a mulher” e “o(a) invertido(a)”. Ademais, é importante ressaltar que tais discursos produziam “Outros” que deveriam ser regulados e normalizados. De forma paradoxal, neste período, médicos, higienistas e criminologistas criaram diferenças para poderem eliminá-las. É interessante assinalar, entretanto, que tais discursos não descartavam por completo a moral cristã, que seguiu sendo um dos pilares da estruturação das relações de gênero no Brasil (ROHDEN, 2009; RAGO, 2014; GREEN, 2019).

Sendo assim, neste novo modelo de família: burguês, cisheteronormativo, nuclear e monogâmico, a “mulher”<sup>46</sup> ocupava um lugar central, como cuidadora da saúde e prosperidade do lar, do marido e dos/as filhos/as, que deveria viver para ser esposa e mãe, cuidar da casa e da família, e jamais para si mesma. Esta hierarquização de gênero ocorria na produção da mulher primeiro, como ser infantilizado, que necessitaria da tutela de um “homem” responsável; e, posteriormente (a partir de 1870), como um ser que facilmente se degeneraria. A honra da família era a honra “feminina”, no controle da sexualidade dos corpos com vulva e útero, pois na sociedade brasileira higienista, “ser” uma mulher civilizada significava ser “casta”, quase “assexuada”.

Esse modelo de mulher ideal, “esposa-mãe-dona-de-casa”, como coloca Margareth Rago (2014), foi imposto, inicialmente, às classes altas e, no decorrer do tempo, no início do século XX, às classes trabalhadoras também. Em suas palavras,

Frágil e soberana, abnegada e vigilante, um novo modelo normativo de mulher, elaborado desde meados do século XIX, prega novas formas de comportamento e de etiqueta, inicialmente às moças das famílias mais abastadas e paulatinamente às das classes trabalhadoras, exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual. Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva, mas assexuada, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorrem nos principais centros do país solicitam sua presença no espaço público das ruas, das praças, dos acontecimentos da vida social, nos teatros, cafês, e exigem sua participação ativa no mundo do trabalho. (RAGO, 2014, p. 88)

Além disso, podemos compreender que estas “esposas-mães-donas-de-casa”; ocupavam um local de “agenciamento” das relações intrafamiliares, eram responsáveis pelos “mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, por vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia a dia, prevenir a emergência de qualquer sinal da doença ou do desvio.” (RAGO, 2014, p. 87). Entretanto, no que condiz à medicina, as pessoas designadas como mulheres eram consideradas como detentoras de uma ontologia naturalmente anômala, inferior e potencialmente criminosa, propensas a se tornarem

---

<sup>46</sup> Refiro-me, neste momento da dissertação, à produção de modelos de “mulher” e “homem”, o que inicia pela cisgeneridade compulsória e perpassa pela branquitude.

históricas, infanticidas, loucas e prostitutas. Por tal motivo, tais pessoas deveriam se submeter ao controle médico, branco e cisgênero-masculino, afinal, ocupavam uma posição peculiar na sociedade brasileira: responsáveis pelo “futuro da nação”, ou seja, pela criação de crianças que deveriam se tornar cidadãos e trabalhadores produtivos e saudáveis e, ao mesmo tempo, seres patológicos que deveriam ser controlados a fim de não se tornarem criminosos e/ou loucos, junto a negros/as e pessoas de gênero e sexualidade inconformes (ROHDEN, 2009).

Assim, para evitar sua degeneração psíquica e física, havia uma série de medidas que deveriam ser tomadas para que a “natureza feminina” não fosse corrompida. A educação, a socialização e as atividades físicas e intelectuais em geral não deveriam ser “exageradas”, a fim de não “masculinizar” ou “deformar” nem a mente, nem o corpo de jovens “meninas”, preservando assim sua capacidade reprodutiva e, por fim, o cumprimento de seu papel social principal: tornar-se mãe. Evidentemente, havia distinções de classe: as mulheres brancas ricas tinham acesso à educação para o casamento, moda, estética e casa, eram preparadas para a “carreira doméstica” e para agradarem seus maridos; já as mulheres pretas e pobres acabavam trabalhando em fábricas, lojas e escritórios, em trabalhos considerados femininos (RAGO, 2014). Porém, ainda assim, percebe-se que existia uma noção de mutabilidade entre os gêneros, de que a natureza direcionava, mas não engessava, os corpos e sujeitos, sendo função social o direcionamento moral para que tais corpos generificados exercessem seus papéis de gênero em um rígido corpo social sistematizado (ROHDEN, 2009).

Por tal motivo, um dos focos principais do discurso médico-sanitarista foi a condenação e regulamentação da amamentação mercenária. Acreditava-se que, através do leite, doenças eram transmitidas (físicas e psíquicas), o que fazia do aleitamento materno imprescindível para higienizar e ordenar a sociedade, sendo considerado, a um só tempo, instinto natural e responsabilidade social das mulheres. Afinal, o futuro da nação dependia de mães moralmente corretas que transmitissem, inclusive pela amamentação, valores corretos aos futuros trabalhadores do país (RAGO, 2014). Não é de se surpreender que estes discursos fossem carregados de racismo, colonialismo e elitismo, já que aquelas que poderiam pagar pela amamentação mercenária eram, em sua expressiva maioria, brancas, de classes média e alta e aquelas que “transmitiriam” possíveis “vícios” seriam pobres e, em sua maioria, negras.

Na classe trabalhadora o modelo de feminilidade branca da mulher como esposa, mãe e dona-de-casa também era, muitas vezes, reiterado. Segundo Rago, a imprensa operária construía uma imagem de mulher que era romântica, sensível, ingênua, explorada pelo capitalismo, sendo retirada de suas função e local naturais: a reprodução e o lar. Os homens, por sua vez, eram caracterizados como racionais e fortes, e deveriam “salvar” as mulheres da

exploração burguesa. Essas ideias e ideais machistas e cissexistas que atravessavam as relações de classe tiveram efeitos legais, conforme a autora explica,

Não é de se admirar que as primeiras medidas da legislação referentes ao trabalho feminino tenham sido tomadas tendo em vista sua função de reprodução e de “guardiã do lar”. O Código Sanitário de 1919 proibia o trabalho de menores de catorze anos e o trabalho noturno para as mulheres, reivindicações incluídas nas demandas da greve de 1917. Em 1923, o Regulamento Nacional de Saúde Pública facilitava a licença-maternidade pelo prazo de trinta dias, antes e depois do parto, e propunha a criação de lugares apropriados para a amamentação nos locais de trabalho. (RAGO, 2014, p. 97)

Todavia, obviamente esse discurso não era único. Rago também traz em seu trabalho manifestações anarquistas do início do século passado progressistas em termos de relações de gênero, como é possível apreender no excerto abaixo:

No campo dos dominados, também os anarquistas se preocuparam com a constituição de novas relações afetivas, com a fundação de um outro modo de organização familiar, com a emancipação da mulher e com a formação do homem novo, a partir de um projeto educacional próprio. Várias vozes se levantaram entre os libertários, defendendo os direitos da mulher, buscando conscientizá-la da importância de sua libertação numa sociedade machista e opressora, anunciando a possibilidade do amor livre, da maternidade voluntária, da igualdade de direitos entre os sexos, da eliminação da prostituição, a partir da construção de uma ordem social fundada na igualdade, na liberdade e na justiça social. (RAGO, 2014, p. 87)

Porém, estes não eram os discursos que embasaram o regime biopolítico disciplinador que funda as rígidas relações de gênero cisheteronormativas burguesas no Brasil, e sim aqueles que produziram uma “mulher moderna” de natureza irracional, frágil e sentimental, ser oposto e inferior ao “homem moderno” racional e forte.

A partir da autora, também compreende-se que o modelo de feminilidade encontrava como contraposição a figura da prostituta, dada a vícios e impurezas, incluindo o sexo — não à toa, já que a mulher ideal era dessexualizada. O regime biopolítico disciplinar, no Brasil, fez da prostituta em seus discursos uma ameaça à ordem social, tanto pela mulher supostamente pertencer ao mundo privado e não ao público, quanto por trabalho e prazer serem vistos como antagônicos. Sendo assim, as práticas higienistas buscavam controlar a prostituição restringindo as trabalhadoras sexuais a casas de tolerância e bordéis que eram regulamentados e inspecionados por polícia, médicos e sanitaristas.

A trabalhadora sexual, nesse cenário, tratava-se de uma outra espécie de mulher. Sendo a natureza o fundamento explicativo do mundo, dos comportamentos e dos sujeitos, o fenômeno da prostituição era justificado como uma atribuição biológica e hereditária, que poderia ser percebida fisicamente.

A despeito da criação do modelo ideal de feminilidade versado acima, as transformações sociais, políticas e econômicas dos séculos XIX e XX promoveram uma

disputa em termos de modelos de masculinidade. Conforme Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013) elucida,

A predominância progressiva das formas de sociabilidade urbanas sobre as rurais, processo que vinha ocorrendo desde, pelo menos, a segunda metade do século XIX, vai substituindo progressivamente entre as elites e, em especial, entre os homens, formas rústicas e pouco civilizadas de se comportar, de se vestir, de falar. O discurso médico-higienista consegue seus progressos no sentido de um maior apuro na higiene pessoal, no asseio e limpeza dos ambientes, das casas e até das ruas. Percebe-se um apuro crescente no traje, nos calçados, dando margem a uma elegância que, aristocraticamente europeia no começo, vai sendo impactada pelos modismos americanos, do começo do século XX, moda que, a partir da Primeira Guerra, parece caminhar para uma androginia, o que muito incomodava os intelectuais ligados a esta elite, que consideravam as formas de se vestir e se comportar importantes marcadores, não só de distinção social, mas de distinção entre o masculino e o feminino. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 45)

Segundo o autor, a modernização e a urbanização geraram novos códigos de masculinidade, voltados para a intelectualidade e civilidade, com outros trajes, calçados e maneiras de se comportar, relacionados aos valores higienistas. Tais códigos, entretanto, entraram em choque com o modelo de masculinidade ligado às elites agrárias, cuja virilidade se demonstrava em uma certa rudeza, na agressividade e em uma “macheza” na qual não havia espaço para requinte de nenhum tipo, pois não havia diferença entre ser homem e ser macho, enquanto os códigos de masculinidade burgueses, por sua vez, soavam afeminados.

A disputa discursiva de que trata Albuquerque Júnior, em torno de modelos de masculinidade, fez com que nas décadas de 1920 e 1930 fosse criada a figura do homem nordestino por tradicionalistas das elites patriarcais e rurais desta região do país, a partir de argumentos variados e combinados, tanto eugênicos quanto históricos e culturais. O autor explica que a invenção do nordestino surge como uma reação conservadora às transformações das relações de gênero desse período, tal qual a figura do vaqueiro estadunidense e, acrescento, a figura do gaúcho no Rio Grande do Sul. Em suas palavras,

O nordestino é definido como um homem que se situa na contração do mundo moderno, que rejeita suas superficialidades, sua vida delicada, artificial, histórica. Um homem de costumes conservadores, rústicos, ásperos, masculinos. O nordestino é definido como um macho capaz de resgatar aquele patriarcalismo em crise, um ser viril capaz de retirar sua região da situação de passividade e subserviência em que se encontrava. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 150)

Entretanto, apesar da (re)criação deste modelo de masculinidade reacionário, do “macho” viril e agressivo para confrontar o “homem urbano”, há elementos em comum nas possibilidades de “ser homem de verdade” presentes nesse período, tais quais: a *competitividade homossocial* (KIMMEL, 1998); a primordialidade e centralidade do pênis — falocentrismo; e a virilidade, no sentido de uma vida sexual muito ativa — como penetrador. Considero que tal pluralidade nas alternativas de “ser homem” em contraponto a somente uma

forma correta de “ser mulher” é uma expressão da dominação cismasculina heterossexual, pois, enquanto outros sujeitos deveriam seguir um modelo rígido de gênero, vinculado a determinadas práticas sexuais (independente de seus desejos e autoidentificações), homens cisgêneros heterossexuais poderiam trilhar caminhos diferentes e seguirem ocupando a posição de poder que ser homem lhes proporcionava naquele contexto sociohistórico, desde que sua performance de gênero incorporasse os elementos-base assinalados.

Michael Scott Kimmel (1998), intelectual que trabalha com o conceito de masculinidade hegemônica, versando sobre a sua historicidade, compreende que o ideal de masculinidade hegemônica atual se criou em contraponto a outros. Em sua investigação, Kimmel apreendeu a competição homosocial como um padrão de masculinidade que, conforme o autor explica, ocorre “através da desvalorização de outras formas de masculinidade, posicionando o hegemônico por oposição ao subalterno, na criação do outro” (1998, p. 113). Este mecanismo de elaboração de uma masculinidade hegemônica vai ao encontro da explicação de Albuquerque Júnior sobre a invenção do nordestino como modelo de masculinidade em confronto ao modelo urbano-higienizado. Ainda, os dois autores colocam a competição como característica das masculinidades. Segundo Albuquerque Júnior, “a masculinidade é, desde cedo, definida pela competição, pela disputa em que se pretende derrotar outro homem, pela força ou pela astúcia. A masculinidade é agônica, é como se não pudesse pertencer a todos, tendo que ser tomada de outro desafeto.” (2013, p. 220).

Assim, seja a competição entre modelos de masculinidade, seja a competição entre indivíduos que performam masculinidade, este é um elemento edificador da compreensão do que é “masculinidade” e produtor do “sujeito masculino” nos códigos de gênero da cisheteronormatividade contemporânea. Além disso, tanto Kimmel quanto Albuquerque Júnior trazem em seus estudos que, nas produções de masculinidades, há o uso do corpo como instrumento de dominação colocando outros ou a si mesmo em situações de risco. De acordo com o último,

Os homens podiam se aventurar porque em “homem nada pegava”. É como se o corpo masculino fosse fechado, não só à penetração de um membro viril, mas a qualquer mal que lhe pudesse acontecer, mesmo a qualquer pecha moral que fosse assacada contra ele. As memórias falam de homens que se colocavam em situações de extremo perigo, cômicos de uma espécie de invulnerabilidade. A onipotência masculina se expressava em atitudes que punham constantemente em risco a sua vida e a vida de outras pessoas, isso não importava, se era necessário provar que era macho. O furar o outro com o punhal ou com a faca, ao se assemelhar a uma atitude de virilidade e dominação, substituiria, talvez, imaginariamente o falo. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 223)

Neste trecho, também torna-se perceptível o vínculo entre falo, virilidade, masculinidade e dominação, até mesmo no campo simbólico. O falocentrismo, outro elemento

alicerçador da cismasculinidade hegemônica, se caracteriza pela relevância basilar do falo na concepção do “gênero masculino”/“ser homem” que se dá desde a infância (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013)

Indubitavelmente, a centralidade do pênis na elaboração do sistema de gênero branco-eurocêntrico-ocidental não é proveniente deste período histórico, como já foi abordado nos subcapítulos anteriores. Todavia, é de extrema importância para compreendermos a composição da cisheteronormatividade na contemporaneidade brasileira, como uma continuidade histórica. Dessa maneira, a partir de Albuquerque Júnior, podemos apreender como no início do século passado o falocentrismo cissexual e machista era produzido. O “homem macho”, desde criança, tem seu comportamento regulado através do porte imprescindível do falo, também possível de ser utilizado como arma, ingresso primeiro para penetrar o mundo masculino e para a dominação, falo que proporciona a fala.

Não é à toa que a atividade sexual, associada à virilidade, era voltada para a penetração. Neste sentido, é interessante abordar o extenso trabalho de James Green (2019) acerca das homossexualidades cismasculinas no Rio de Janeiro e São Paulo do século XX. Pois, ao investigar o discurso médico-científico, Green depara-se com pesquisas como a de Leonídio Ribeiro, médico nomeado diretor do Instituto de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal em 1930, após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder nacional. Segundo o autor, Ribeiro empreendeu uma pesquisa de Antropologia Criminal, que concernia em analisar e determinar a relação entre biotipo corporal e práticas sexuais de 195 “homossexuais profissionais”<sup>47</sup> que foram detidos pela polícia do Rio de Janeiro neste período. Como é possível observar no excerto abaixo, mesmo em relações homoeróticas, o homem “penetrador”, julgado como “ativo”, seguia sendo um homem verdadeiro. Homens — ou pessoas designadas como homens, mas não necessariamente — que performassem feminilidade e gostassem de receber penetração anal, eram “invertidos”, “veados”, “bichas”. Uma categoria diferente de humano.

Os estudos estatísticos de Ribeiro não detalharam as histórias de vida dos 195 indivíduos presos. Contudo, as poucas biografias que ele registrou [...] indicam que esses homens ainda pareciam conformar-se às normas de gênero hegemônicas que operavam na virada do século. Essas normas dividiam as atividades sexuais em parâmetros de gênero tradicionais. Ou o indivíduo era um homem “verdadeiro”, que assumia o papel do penetrador durante o sexo, ou era o penetrado, o receptor “passivo”, feminino. Contudo, como veremos adiante, a prática sexual de muitos homens era muito mais complexa do que esse modelo prescrito. Alguns homens praticavam tanto o sexo “ativo” quanto o “passivo”, e portanto minavam o paradigma reinante, com sua lógica bipolar implícita que estruturava as relações sexuais. Outros homens “verdadeiros” não se ficava na subcultural homossexual, e por isso deixaram

<sup>47</sup> No decorrer do texto será elucidado este termo. Diz respeito a associação que faziam, na época, entre as práticas homoeróticas que ocorriam em locais públicos e o trabalho sexual, para além da prostituição masculina.

pouca informação sobre suas próprias noções de desejo e identidade sexual. Pode-se dizer mais sobre os homens efeminados que assumiram um perfil mais visível nesse submundo urbano. (GREEN, 2019, p. 145)

Sem dúvida, essa caracterização não significa que no meio homoerótico social havia fronteiras rígidas entre ativo-masculino *versus* passivo-feminino, como Green elucida. Denota, no entanto, que o binarismo de gênero e a heteronormatividade era parte constitutiva da ótica pela qual essas relações eram lidas e retratadas, o que invariavelmente formou o campo de referências através dos quais eram produzidas, abrindo espaço para uma norma dentro da “anormalidade” e o desvio do próprio desvio: homossexuais que rompiam as fronteiras do masculino e feminino, do ativo e passivo. Porém, como o próprio autor também coloca, o grupo dos afeminados se tornou mais visível e foi justamente a partir desse contingente que a figura do “invertido”, “pederasta”, “bicha”, “viado”, “homossexual” foi criada, tornando-se essencial na estruturação das relações de gênero no Brasil (GREEN, 2019).

Do mesmo modo que os modelos ideais de feminilidade e masculinidade e seus antagonicos (como a prostituta), o modelo do homossexual brasileiro foi concebido, sobretudo, pelo discurso biomédico e higienista, que se articulava com o discurso jurídico e criminalista, em uma vasta irrupção de estudos sobre comportamentos sexuais e de expressão de gênero desviantes da cisheteronormatividade. Considerado um problema social, estudava-se sobre as práticas sexuais homoeróticas na pretensão de corrigi-las, extirpá-las, como se fosse uma doença que se alastrava no cenário urbano (GREEN, 2019).

Contudo, da metade do século XIX até o século XX não havia uma concordância entre as autoridades médicas e legais de que tal “problema” se tratava de uma patologia, havia quem o abordasse como uma questão estritamente de ordem moral. Porém, o que se cristalizou por décadas durante o século XX foi a patologização da homossexualidade — e da transgeneridade<sup>48</sup> —, a partir das discussões médicas que tinham como base a moral cristã e seu entendimento de que a prática da sodomia era um pecado, mas, também, o debate científico biologizante europeu acerca do sexo. Desse modo, o que diferencia um período do outro é a compreensão de que não se tratava apenas de uma prática, mas de uma categoria de ser humano, inferior e degenerado, que portava uma doença. Pederastas e invertidos(as) não eram “homens normais” ou “mulheres normais” e, num viés desumanizador, sequer eram interpretados como homens ou mulheres, mas sim como integrantes de outro gênero, corrompido biológica e moralmente.

---

<sup>48</sup> Levando em consideração que o desejo por pessoas do mesmo gênero e/ou sexo e a desidentificação com o gênero atribuído ao nascer eram considerados um mesmo fenômeno nesse período.

Daí vem os termos “invertido(a)”<sup>49</sup>, “missexual”<sup>50</sup> e “intersexual”<sup>51</sup> para se tratar de toda a diversidade de gênero e sexual que no regime biopolítico disciplinar se tentava conter e eliminar. Esses seres de comportamentos estranhos, que não correspondiam ao que se esperava da própria natureza de seus corpos binariamente generificados, só poderiam, nessa lógica, fazerem parte de uma categoria defeituosa de humano que misturava os sexos, os quais, por sua vez, somente seriam salutares e normais quando estritamente separados. Ademais, todas as condutas que desviassem da norma cisheterossexual em estabelecimento eram inseridos nesta mesma classificação, incluindo o que hoje chamamos de transgeneridade (AGUIAR, 2020).

Dessa maneira ao longo deste período estudos procuraram definir — para subjugar — o fenômeno da dissidência gênero-sexual, como “Da prostituição”, do médico e farmacologista Francisco Ferraz Macedo, de 1872; “Attentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual”, do jurista, desembargador e professor José Viveiros de Castro, de 1894; “Homossexualismo (a libertinagem no Rio de Janeiro): estudo sobre as perversões do instinto genital”, do médico José Ricardo Pires de Almeida, de 1906; e “Homossexualismo e endocrinologia”, do supracitado Leonídio Ribeiro, de 1938 (GREEN, 2019). Produtos e produtores do regime biopolítico disciplinar, estes estudos tiveram efeitos nas realidades históricas das quais surgiram e pelas quais circularam.

Em “Da prostituição”, Ferraz Macedo procura apresentar soluções para aprimorar a saúde pública do Rio de Janeiro, a fim de conter o contágio da sífilis. A culpabilização do surto da sífilis recaía na prática da prostituição, sobre mulheres e homens trabalhadoras/es sexuais e, também, homens que se relacionavam com outros homens (ou pessoas designadas enquanto), mas por estarem no espaço público, eram tidos como prostitutas. Segundo James Green,

O objetivo desse tratado era documentar a prática da prostituição na capital imperial, para subsidiar a elaboração de medidas de saúde pública no intuito de conter a disseminação da sífilis. O volume incluía um levantamento detalhado dos vários tipos de comportamento homoerótico praticado pelos “sodomitas” [...]. Ferraz de Macedo,

<sup>49</sup> Conceito usado por José Viveiros de Castro em “Attentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual”, de 1894, a partir de referências europeias e do entendimento de que a atração sexual por pessoas do mesmo gênero que lhe foi designado ao nascer, invariavelmente, significava não se identificar com esse gênero (trazendo para uma linguagem mais contemporânea, seria o mesmo que afirmar que toda pessoa homossexual é, na realidade, trans) (GREEN, 2019).

<sup>50</sup> Termo cunhado por Afrânio Peixoto, em 1932, ao compreender que toda pessoa “homossexual” tem uma mistura de características biológicas de ambos os sexos (GREEN, 2019).

<sup>51</sup> Similar às definições de “invertido/a” e “missexual”, o conceito de “intersexual”, nesse período, significava uma mistura de características biológicas de ambos os sexos que abarcava tanto orientações sexuais não-heterossexuais, quanto identidades de gênero não-cisgêneras, para além do fenômeno da intersexualidade em si, além disso, tal fenômeno era considerado uma degeneração biológica. Foi cunhado por Gregório Marañón em 1932, no seu trabalho “A Evolução do Sexo e as Condições Intersexuais”.



portanto, classificou aqueles que observara em múltiplas categorias: o penetrador no intercurso anal (ativo), o receptivo nessa relação (passivo), ou a pessoa que apreciava ambas as formas de prazer sexual (misto) [...] Ferraz de Macedo considerava o penetrador no intercurso anal ou sodomita, tanto quanto seu parceiro receptor. Nesse sentido, ele acompanhava a visão tradicional da Igreja Católica e do Estado português durante o período colonial, bem como as políticas de perseguição de fato na Marinha e no Exército brasileiros durante o império. (GREEN, 2019, p. 87-89)

Como é possível apreender pelo excerto acima, este estudo objetivou documentar a prostituição para amparar o policiamento, como mecanismo de controle social destas práticas. Ainda, estes “desvios” eram vistos enquanto provenientes de causas morais e não biológicas. Viveiros de Castro, por sua vez, trouxe para o Brasil a denominação “invertido” e baseava-se na produção teórica europeia, fazendo uma miscelânea de opiniões, por vezes contraditórias, para justificar a existência destes sujeitos, desde “a inversão sexual” ser um comportamento adquirido, a ser hereditário. Green explica que Viveiros de Castro também expressava argumentos discrepantes no concernente à punição das práticas homoeróticas e expressões de gênero inconformes. Isto porque considerava que não deveriam ser punidas, argumentando que seus praticantes eram vítimas de sua própria natureza; porém, reforçou o entendimento de que eram doentes mentais e com potencial de serem nocivos à sociedade, com comportamento agressivo em função disso.

Pires de Almeida seguiu na linha de Viveiros de Castro de que a “degeneração sexual” poderia ser adquirida ou congênita. De qualquer forma, era uma patologia que deveria ser tratada. É interessante apontar que ambos defendiam que homossexuais deveriam ser tratados (cl clinicamente) por meio de “educação moral” e não encarcerados ou hospitalizados. Além disso, Pires de Almeida discordava da concepção difundida na Europa e Estados Unidos de que não havia diferença entre pederastas “ativos” e “passivos”, reforçando a distinção que já era culturalmente admitida e corroborando com a ideia de que o “passivo” era o “efeminado” e esse perfil configurava o “ser homossexual” (GREEN, 2019).

Esses discursos obtiveram efeitos legais e nas dinâmicas sociais, como a já mencionada nomeação de Leonídio Ribeiro para o cargo de diretor do Instituto de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal em 1930. Anterior a isso, James Green explica, apesar da homossexualidade não ser ilegal no Brasil desde a promulgação do Código Penal Imperial, em 1830<sup>52</sup>, tanto esta legislação quanto o primeiro Código Penal do Brasil republicano, de 1890, tinham artigos que foram utilizados para perseguir, extorquir, controlar e deter homossexuais e transgêneros. No primeiro, o artigo 280, que punia atos públicos de

---

<sup>52</sup> No regime republicano a homossexualidade não era ilegal, a transgeneridade sim. Porém, no Brasil colonial, a criminalização da sodomia (como a penetração anal de um homem ou uma mulher), criminalizava, também, a homossexualidade cismasculina, com base no cristianismo católico que considerava a sodomia um pecado (GREEN, 2019).

indecência, com margem para policiais definirem quais atos eram esses.

A partir do segundo Código, Green elenca quatro artigos. Primeiro, o artigo 266, que punia atentado ao pudor de alguma pessoa independente do seu sexo, através de violência. De acordo com o autor, tal artigo foi aplicado em casos que envolviam relações sexuais entre adultos e menores. Segundo, o artigo 282, de atentado público ao pudor, com descrição e uso similar ao artigo 280 do Código Penal Imperial. O terceiro, artigo 399, punia a vadiagem, sendo aplicado a trabalhadores sexuais e/ou moradores de rua.

Decorrente da confluência desta legislação, somada a uma cultura homoesbotransfóbica, tais artigos foram utilizados para criminalizar e aprisionar sujeitos de gênero e sexualidade dissidentes da cisheteronormatividade. Foi justamente essa convergência de fatores que proporcionou o supracitado estudo realizado por Leonídio Ribeiro com “homossexuais profissionais” que haviam sido detidos no Rio de Janeiro na década de 1930. É relevante colocar que o uso da palavra “profissionais” ocorrera porque se associava homossexualidade à prostituição, independentemente de serem trabalhadores sexuais ou não, devido à prática usual de exercício do homoerotismo nos espaços públicos (GREEN, 2019).

O quarto artigo elencado no referido Código não somente era aplicado através de uma ótica cisheteronormativa, mas continha em sua própria descrição a criminalização da inconformidade de gênero, ou da transgeneridade, pois abrigava em sua definição a penalização do uso de nomes, títulos e trajes do “sexo oposto”. Ou seja, a punição de uma expressão de gênero que não fosse cisgênera, genitalista, binária e heteronormativa.

Portanto, não é de se surpreender que uma das pessoas que foi convertida em objeto de estudo nesta pesquisa foi “E.R.”, descrita por Ribeiro como “caso de homossexualismo feminino” e “inversão sexual feminina”. Essa pessoa se vestia com trajes masculinos, assumia uma “identidade masculina convencional” e se relacionava com mulheres. Com base nessas informações, podemos questionar se tratava-se de um indivíduo transmasculino ou de uma mulher cis lésbica e, também, demonstra como a percepção sobre identidade de gênero e orientação sexual eram indiferenciadas nesse período. Ainda, Green designa essa pessoa como uma mulher lésbica, a despeito de ter sido retratada tanto como “homossexual” quanto “invertida” e exposto que performava uma identidade de gênero masculina, o que expressa uma produção da cisnormatividade dupla: no trabalho de Ribeiro e, também, na produção historiográfica de Green, que não questiona a generificação cis compulsoriamente atribuída a E.R.

Este caso, retratado por Leonídio Ribeiro e, posteriormente, abordado por James Green, nos permite vislumbrar a instauração e os mecanismos de (re)produção da binariedade

de gênero cisheteronormativa no país desde meados do século XIX, tendo em vista a punição judicial e o tratamento que recebeu como objetos de investigação científica por ser “anormal” perante as regras de gênero do sistema em formação. Além disso, também exemplifica as possibilidades de constituir a si mesmo e vivenciar experiências de homolebotranssociabilidade, a despeito dos aparatos de repressão policiais e biomédicos que buscavam eliminar este Outro-anormal, enquanto paradoxalmente através de seus discursos também o criavam.

Ademais, como mencionado, a função sociopolítica desses discursos médico-higienistas tomou lugar na sociedade brasileira durante, e articulada com, as profundas transformações que a crescente urbanização e industrialização ocasionaram. A multiplicação da população urbana, tanto com a chegada de pessoas vindas das áreas rurais, em sua maioria negros(as) em busca de emprego; quanto com a imigração de europeus, a partir da política de branqueamento, fez com que a demografia de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo expandisse exponencialmente nas últimas décadas do século XIX e início do século XX (GREEN, 2019). Nesse cenário, apesar do regime biopolítico disciplinar buscar controlar e produzir uma nação com cidadãos e trabalhadores produtivos e saudáveis, a partir de modelos de gênero normatizados, a pluralidade e complexificação desse mesmo espaço urbano permitiu que sujeitos encontrassem novas formas de “burlar” e “fraturar” esse sistema.

Dessa forma, considero que esse período foi um momento chave de construção de um paradoxo que compõe as dinâmicas das relações de gênero contemporâneas no país. Pois, com a difusão dos valores burgueses, entre eles de democracia, igualdade e liberdade, também desponta o movimento sufragista feminista no Brasil (PINTO, 2003); bem como a vida na cidade proporcionou a formação de uma cultura de sociabilidade homossexual (GREEN, 2019); e, também, é importante destacar que a industrialização não fez com que o trabalho feminino surgisse (afinal, mulheres negras escravizadas trabalhavam forçadamente), mas levou a que esse se alterasse e ampliasse a partir de novas composições de classe, da exploração nas fábricas, do trabalho assalariado e de uma maior diversificação do perfil das mulheres trabalhadoras (RAGO, 2014).

Além disso, é importante assinalar que tais transformações foram consideradas como uma “feminização da sociedade” por parte dos homens vinculados às elites agrárias do Nordeste (e, provavelmente, de outras regiões do país), como explica Albuquerque Júnior no excerto abaixo,

O que parece incomodar estes homens ligados às elites agrárias, filhos de senhores de engenho ou de fazendeiros, eram as mutações que vinham ocorrendo na própria forma de ser homem, nos códigos de masculinidade. Se no universo feminino a urbanização

trouxera figuras como a da melindrosa ou da cocote, fizera aparecer também o almofadinha, tipo masculino que se aproximava do requinte, da delicadeza e do artifício femininos. [...] É neste contexto, inclusive, que emergem como preocupação crescente as práticas homoeróticas, que apareciam como mais um indício deste processo de feminização do social e, mais ainda, da constituição de uma sociedade “hermafrodita”. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 47)

Logo, a inserção do regime biopolítico disciplinar no país e a produção de sua “versão à brasileira” funda a cisheteronormatividade no Brasil, mas em um jogo de disputas discursivas no qual se encontram também brechas para borrar o próprio abismo de gênero que se pretende traçar, visto que a “melindrosa” e o “almofadinha” eram figuras que redesenhavam estas fronteiras, por exemplo. Albuquerque Júnior, assim como Rago (2014), Rohden (2009) e Céli Regina Jardim Pinto (2003), entre outras autoras, aborda a entrada de mulheres na vida acadêmica, literária e profissional. Com base na análise desse processo, o historiador elabora a reflexão abaixo:

[...] a sociedade passava por várias transformações que se encaminhavam por duas tendências principais: **a primeira seria que as hierarquias, antes tão rígidas, tão bem estabelecidas, vinham sofrendo progressivos abalos, no sentido de um maior igualitarismo ou de uma horizontalização das relações.** [...] **A segunda seria a feminização da sociedade,** de suas relações. Aquela sociedade endurecida, rústica, autoritária, áspera, onde imperava o poder discricionário do macho, parecia dar lugar a uma sociedade caracterizada por relações mais flexíveis, mais civilizadas, mais delicadas, mais suaves, onde imperava uma crescente aproximação entre os pólos antes antagônicos [...] (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 83, grifos meus)

Ou seja, Albuquerque Júnior considera que esse período tenha provocado uma flexibilização do sistema heteronormativo. Contudo, toda a criação do sujeito homossexual/invertido; a ontologização das trabalhadoras sexuais como se a prostituição denotasse uma essência desses indivíduos ao invés de ser uma prática laborial; e a elaboração de um único modelo de feminilidade ideal, o da esposa-mãe-dona-de-casa; não nos mostram isso, pelo contrário, apontam para um jogo de forças no qual se busca remodelar o sistema para que ele se mantenha. Não é à toa que a atividade física ou intelectual exacerbadas eram consideradas prejudiciais para que pessoas designadas como mulheres cumprissem seu papel social e natural primordial: tornarem-se mães.

O que ocorre, portanto, não é exatamente uma flexibilização, mas uma forma de criar sentido para a contradição que é levantar a bandeira dos valores iluministas de igualdade, liberdade e fraternidade, mas não torná-los equivalentes a todos os seres humanos. Assim, o regime biopolítico disciplinar promoveu uma outra maneira de hierarquizar e desumanizar pessoas de gênero inconforme, mulheres cis e homossexuais, sobretudo através de discursos pretensamente científicos.

Porém, no escopo dessa incongruência, a pluralização e a complexificação dos espaços

de socialização, de figuras de autoridade e instituições públicas, diversificaram os locais de produção de subjetividade e os modelos de identidade. Nesse jogo de forças, nas fraturas do sistema, jovens homossexuais encontraram fôlego para fazerem do Largo do Rossio um espaço de sociabilidade homossexual no Rio de Janeiro do início do século XX (GREEN, 2019); mulheres operárias para se organizarem e protagonizarem greves na São Paulo dos anos 1920 (RAGO, 2014); e mulheres das elites e setores médios para a fundação do Partido Republicano Feminino em 1910 e para a criação de uma imprensa feminista em 1873, em Minas Gerais, com o jornal “A causa das mulheres”, fundado por Francisca Senhorinha Motta Diniz (PINTO, 2003). Estes são apenas alguns exemplos de resistência à imposição da cisheteronormatividade e da dominação cismasculina nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX.

Dessa maneira, é possível compreender que, a despeito da “emergência de um modo de produção de subjetividades que tem como resultante a constituição de sujeitos individuais” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 33), a diversificação da possibilidade de elaborar uma produção de si não-padronizada sem perder o status de normal, saudável e, em última instância, de humano, era restrita a homens cisgêneros, socialmente heterossexuais. Evidentemente, diante do racismo e colonialismo que estruturam nossa sociedade, também era restrita à branquitude. Ainda, Albuquerque Júnior coloca que,

De uma identidade pessoal que tende a reproduzir modelos e lugares de sujeito previamente definidos, passa-se para a sociedade burguesa, em que cada subjetividade deve ser lapidada no sentido de se tornar autônoma e diferencial em relação aos modelos da tradição. O anonimato trazido pelas grandes aglomerações urbanas favorece o desprendimento dos antigos lugares de sujeito e a fabricação de novas identidades, que rompem, inclusive, com as hierarquias sociais cristalizadas. O sujeito se psicologiza ao mesmo tempo em que se destradicionaliza aumentando a sua insegurança existencial, antes garantida pelo grupo. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 33)

Assim, quando o autor discorre sobre a feminização da sociedade e a implicação da individualização nos processos de subjetivação modernos, é necessário pensar quais sujeitos tiveram acesso a essa produção de si e quais foram perseguidos por isso. Isto por que, mesmo com a possibilidade de anonimato e a reconfiguração das relações de gênero que proporcionaram outras maneiras de produzir a si, a partir do referencial cisheteronormativo do regime biopolítico disciplinar, mulheres que se distanciavam do ideal esposa-mãe-dona-de-casa e “invertidos” foram perseguides, patologizadas e encarceradas por terem criado fissuras na rigidez da cisheteronormatividade, fissuras essas que lhes permitiu vivenciar a si mesmos, suas orientações afetivo-sexuais e/ou suas identidades de gênero.

Foi diante dessa dinâmica de forças, na busca por reforçar o binarismo de gênero e a

cisheteronormatividade, que a primeira cirurgia de redesignação sexual em uma pessoa transmasculina ocorreu no país, caso também que faz parte da inauguração do regime biopolítico farmacopornográfico no Brasil. Mario da Silva, transmasculino e intersexo, passou por um procedimento cirúrgico, realizado pelo médico José Eliomar da Silva, em Santa Catarina, em 1959, para “adequar” seu corpo intersexo aos preceitos binários da cisgeneridade, por um lado, e também como maneira de poder vivenciar sua identidade masculina, por outro lado (AGUIAR, 2020; TRIBUNA SC, 2020).

#### **1.4. Fabricando fissuras no sistema: a transgeneridade como prática de libertação de si**

A partir do exposto neste capítulo, compreendo que o regime biopolítico disciplinar e, posteriormente, o regime biopolítico farmacopornográfico inevitavelmente produziram seus Outros-inumanos a fim de delimitar a categoria de Humano. Ainda, apesar das técnicas de controle e produção normativas em torno de gênero/ sexo e desejo, esses sistemas de referências e técnicas do Eu proporcionam formas de materialização e produção de si que transgrediram a fronteira imposta de “inumanidade”, “abjeção” e “monstruosidade”. Nós, monstros para o sistema, criamos formas criativas de resistir e se libertar, proporcionando um horizonte de pluralização e democratização das corporeidades, desejos e subjetividades para pessoas que se identificam como homens, mulheres, ambos ou nenhum, transgêneros e cisgêneros. Nossas indocilidades, ao meu ver, quando escancaram a mutabilidade e artificialidade do gênero/sexo e dos desejos, seu caráter fabricado, produzem doces e férteis fissuras no sistema, através dos movimentos sociais, de comunidades, de sujeitos e das suas trajetórias. Essa é outra história importante para compreender o campo de possibilidades do qual desponta João Walter Nery, o transhomem pioneiro.

## 2. Fabricando fissuras na tecitura da História: sujeitos, comunidades e movimentos sociais que transgrediram sistemas

*O que é que pode fazer o homem comum  
Neste presente instante senão sangrar?  
Tentar inaugurar  
A vida comovida  
Inteiramente livre e triunfante?  
[...]  
Eu quero é a voz ativa (ela é que é uma boa!)  
Pois sou uma pessoa  
Esta é minha canoa: Eu nela embarco  
Eu sou pessoa!  
A palavra pessoa hoje não soa bem  
Pouco me importa!  
(Belchior - Conheço meu lugar)*

No capítulo anterior, acompanhamos a formação do sistema gênero/sexo e desejo vigente, constituído pelo entrelace dos regimes biopolíticos disciplinar e farmacopornográfico, a cisheteronormatividade e a ciscolonialidade. Assim, as hierarquizações, normatizações e patologizações no que condiz a gênero e sexualidade foram historicizadas e pudemos compreender parte do campo de possibilidades através do qual emergiu e se autoforjou João Walter Nery. Todavia, a fim de compreender tal campo, é de extrema relevância levar em consideração também trajetórias e movimentos que transgrediram os sistemas.

Afinal, os regimes biopolítico disciplinar e farmacopornográfico produziram — e produzem — escopo para efeitos inesperados, disruptivos e desobedientes, pois, apesar da tentativa de controle e cerceamento da diversidade de gênero e sexual, tais sistemas de referências proporcionaram, involuntariamente, outras formas de materialização e produção de si, não conseguiram e — não conseguem — impedir o *florescimento* de sujeitos que expressam identidades de gênero inconformes.

Utilizo o termo florescimento, a fim de realizar uma metáfora em relação às inconformidades de gênero e ervas daninhas: nossas corpos, expressões e identidades dissidentes brotam em meio ao “concreto” ciscolonial e cisheteronormativo e, conforme crescem, abrem rachaduras, desajustam estruturas e criam novas paisagens de gênero, novos

campos de possibilidade para reexistir a esses sistemas<sup>53</sup> rígidos, frios, monocromáticos, monolíticos (tal qual o concreto) e que buscam ceifar vidas. É irônico que, de certa forma, a cisheteronorma fundou a transgeneridade como maneira de resistir e libertar-se do sistema e, também, como maneira de rompê-lo por dentro — já que não há “fora”.

Dessa maneira, neste segundo capítulo darei continuidade à contextualização histórica das relações de gênero no Ocidente — Europa, Estados Unidos e Brasil, com foco nas resistências individuais e organizadas, sobretudo provenientes de trajetórias de pessoas trans, formação de comunidades e organização de movimentos sociais trans. Buscarei localizar tais histórias em uma ampla disputa acerca das significações de gênero e sexualidade no século XX, com intuito de apreender a “fabricação de fissuras” na tecitura de uma história das relações de gênero, compreendendo que o caminho despontado por João Walter Nery já vinha se desenhando a partir de transgressões anteriores.

Tecerei uma narrativa que está dividida em dois subcapítulos, cada um com dois tópicos. Desse modo, inicio em *Transgressões de gênero no regime biopolítico disciplinar*, subcapítulo no qual tecerei uma narrativa sobre as fissuras produzidas por pessoas transgressoras de gênero no regime biopolítico disciplinar entre o início do século XVIII até meados do século XX na Europa, Estados Unidos da América (EUA) e Brasil. Primeiro, abordarei este fenômeno na Grã-Bretanha e nos EUA, posteriormente, irei discorrer sobre desobediências transviadas no Brasil. No segundo subcapítulo, por sua vez, encontrar-se-á uma narrativa sobre transgressões de gênero na Era Farmacopornográfica; novamente com enfoque em histórias internacionais (estadunidenses) primeiro e, posteriormente, “retorno” ao solo brasileiro.

## **2.1. Transgressões de gênero no regime biopolítico disciplinar**

Como foi visto no capítulo anterior, a diversidade de gênero e sexual não é uma novidade do período histórico contemporâneo. Pessoas de “gênero inconforme” — que hoje são tomadas como trans, sobretudo pelos movimentos sociais — fizeram parte de inúmeras sociedades e culturas, sendo bem-vindas ou não a elas. Neste subcapítulo, entretanto, pretendo abordar especificamente experiências de transgressão de gênero que ocorreram junto ao

---

<sup>53</sup> Em plural, considerando uma perspectiva da genealogia histórica: não há “um sistema” que “originou-se” na Grécia Antiga e “consolidou-se” através do tempo de forma teleológica. Há, sim, processos históricos que culminaram, na contemporaneidade, na cisheteronormatividade.



processo de criação e profusão do regime biopolítico disciplinar, durante os séculos XVIII, XIX e XX.

Transgredir normas de gênero e viver sua vida de acordo com um gênero/sexo diferente do que lhe foi designado, em contraponto ao que dizem, não é “coisa do nosso tempo”, de meados do século XX para cá — com o advento dos termos transexual, travesti, entre outros já mencionados no capítulo anterior —. Mas sim escolhas de vida — com base nas aproximações/afastamentos que o sujeito elabora em relação ao “si-mesmo” e a subjetivação desse Eu-inaugural em si — que surgem a partir de campos de possibilidade engendrados pelas relações de poder.

### **2.1.1. *Female husbands* e outros homens com vagina: histórias de transgressão de gênero na Grã-Bretanha e Estados Unidos da América**

A partir dos trabalhos de Jen Manion (2020), denominado *Female Husbands: a trans history* [Maridos fêmeas: uma história trans], e Emily Skidmore (2017), intitulado *True Sex: The Lives of Trans Men at the Turn of the 20th Century* [Verdadeiro Sexo: a vida de homens trans na virada do século XX], é possível traçar uma narrativa sobre trajetórias de pessoas que foram designadas mulheres ao nascer e se identificavam como homens ou como pertencentes a um “terceiro gênero”, expressando gênero de forma masculina, no Reino Unido e nos Estados Unidos, entre o final do século XVIII e início do século XX.

Segundo Manion, Charles Hamilton foi o primeiro *female husband* sobre o qual se tem registros. Seu percurso social como homem iniciou aos 14 anos, quando se vestiu com as roupas do irmão e passou a apresentar-se como tal. Em termos de trabalho, ele foi aprendiz de dois médicos e, posteriormente, passou a viajar pelo sudoeste da Inglaterra oferecendo tratamentos de saúde. Foi durante uma de suas viagens que conheceu Mary Price, com quem se casou em julho de 1746 e que veio a lhe denunciar para as autoridades inglesas em setembro do mesmo ano. De acordo com Manion, nessa data, Mary “[...] alegou que ela recém tinha descoberto que Hamilton não era de fato um homem, desencadeando uma investigação sobre a pessoa que ficou conhecida como “o marido fêmea” (MANION, 2020, p. 17)<sup>54</sup>. Dessa maneira, Charles Hamilton se tornou o primeiro homem designado como mulher a ser chamado de *female husband* e ter sua história investigada, debatida e publicizada.

---

<sup>54</sup> [...] claimed that she had just figured out that Hamilton was not actually a man, triggering an investigation into the person who would become famously known as the “female husband.”

Desde então, outras histórias vieram à tona, através de notícias e textos de cunho literário distribuídos, principalmente, via imprensa — tanto no Reino Unido quanto nos Estados Unidos, locais onde o termo *female husband* se difundiu. É importante ressaltar que nem todas as pessoas que eram caracterizadas como *female husbands* identificavam-se como homens; algumas não se identificavam estritamente como mulheres, tampouco como homens; outras assumiram essa posição social a fim de angariar liberdades que eram restringidas às masculinidades, como trabalhar, viajar, relacionar-se com mulheres e, em suma, ter direito à própria autonomia (MANION, 2020; SKIDMORE, 2017).

Hamilton deparou-se com uma punição truculenta após ter seu corpo desvendado e sua transgressão de gênero ter sido exposta à sociedade inglesa de meados do século XVIII. Manion elucida que seus feitos foram considerados violações piores do que as de homens acusados de terem cometido violências sexuais e, por isso, ele teve de realizar trabalho forçado e foi chicoteado em público através de uma espécie de caravana da humilhação e punição, nas cidades de Taunton, Glastonbury, Wells e Shepton Mallet (MANION, 2020). Essa “caravana” fez dele um exemplo público do que ocorreria com qualquer outra pessoa designada como mulher que ousasse ocupar o espaço relegado socialmente a homens com pênis.

Todavia, nem todos os homens designados como mulheres que se atreveram a vivenciar suas identidades de gênero tiveram um destino tão trágico. James Howe, por exemplo, casou-se aos 16 anos com Mary Snapes, em 1732, e viveu socialmente como homem por cerca de 30 anos sem ser descoberto. Howe foi dono da *White Horse Tavern* [taverna Cavalo Branco], um estabelecimento popular na comunidade inglesa de Poplar no século XVIII. Até onde se sabe, Howe levou uma vida bem sucedida em termos profissionais e afetivos, até deparar-se com a senhora Bentley em 1750, uma mulher que o conheceu em sua infância — na qual foi socializado “para ser” menina, o reconheceu em seus trajes masculinos e passou a extorqui-lo em troca de seu silêncio (MANION, 2020).

O intervalo entre a primeira extorsão e a segunda foi longo, durou 15 anos. Porém, a partir disso, as investidas de Bentley passaram a ser recorrentes e, na quarta extorsão, Howe não foi “somente” chantageado, como acusado de roubo e ameaçado de forma muito agressiva por dois homens, chamados William Barrick e John Charles, que fingiram ser policiais a mando de Bentley para agredir Howe e dar seguimento às extorsões. Exausto com tamanha violência e desmotivado a seguir mantendo sua identidade social masculina, tendo em vista que Mary Howe já havia falecido, após 32 anos de casamento, James retornou ao seu nome de solteiro, Mary East, livrou-se das extorsões e denunciou Bentley, Barrick e Charles.

Enquanto a senhora Bentley e Barrick passaram quatro anos na prisão (Charles não compareceu ao julgamento), James aposentou-se e foi viver seus últimos quatorze anos de vida recluso, assinando documentos como Mary East (MANION, 2020).

Naquele período, também era comum na Europa pessoas designadas como mulheres ao nascer juntarem-se às forças armadas ou trabalharem como marinheiros (MANION, 2020).

De acordo com Manion,

[...] esse fenômeno tem sido amplamente registrado por escrito, particularmente no folclore marítimo popular. As narrativas mais comuns envolvem uma mulher que seguiu um amante do sexo masculino para o mar ou foi à guerra por sua nação. Muitos sabiam que transicionar de gênero era algo feito com sucesso por gerações e esse conhecimento era um forte incentivo para algumas pessoas tentarem realizar isso. Pessoas pobres e designadas como mulheres ao nascer, passaram a apresentar-se como homens para melhorar suas oportunidades de ganhar a vida e/ou resistir às restrições sociais impostas às vidas das mulheres. A vida na Inglaterra do século XVIII para uma mulher da classe trabalhadora significava baixos salários, impotência política e a constante ameaça de violência, incluindo estupro. Mas devemos lembrar que as expectativas sociais e culturais de comportamento de gênero eram bastante fortes, impedindo que massas de mulheres assumissem uma identidade masculina. Transformar a si mesmo e a sua vida em algo completamente diferente do que lhes foi ensinado, mover-se entre estranhos em busca de amizade e comunidade, sem nunca saber se ou quando essas pessoas podem se voltar contra você, torturá-lo ou transformar sua vida de cabeça para baixo — tudo isso era esperar demais daqueles/as que estavam apenas entediados ou simplesmente pobres. (MANION, 2020. p. 68)<sup>55</sup>

James Gray, nome escolhido por Hannah Snell, foi uma destas pessoas designadas como mulher ao nascer que assumiu uma identidade masculina para servir ao exército e, posteriormente, à marinha britânica. Gray/Snell se alistou pela primeira vez em 1745, aos 23 anos, serviu ao exército por dois anos e, em 1747, iniciou carreira nos fuzileiros navais em Portsmouth, Inglaterra, aos 25 anos. Gray embarcou em um *sloop-of-war*<sup>56</sup>, intitulado Swallow e, neste navio, a tripulação foi para Cuddalore, na Índia. Lá, os britânicos se envolveram em inúmeras batalhas e, em um desses enfrentamentos, Gray foi baleado na virilha. Para evitar que descobrissem o sexo com o qual fora designado ao nascer, Gray tratou seu próprio ferimento (MANION, 2020).

---

<sup>55</sup> Stories of people assigned female at birth donning men's apparel and joining the military or going to sea were common in early modern Europe. This phenomenon has been widely written about, particularly in popular maritime lore. The most common storylines involve a woman who followed a male lover to sea or went to war for their nation. Many people knew transing gender was something done successfully for generations and this knowledge was a strong inducement for some to try it. Poor people assigned female at birth presented themselves as men to improve their opportunities to earn a living and/or to resist the social restrictions placed on women's lives. Life in eighteenth-century England for a working-class woman meant low wages, political powerlessness, and the constant threat of violence, including rape. But we must remember that social and cultural expectations of gendered behavior were rather strong, preventing masses of women from assuming a male identity. To transform oneself and one's life into something completely different than what one was taught, to move among strangers seeking friendship and community, never knowing if or when they might turn on you, torture you, or turn your life upside down – all of this was too much to expect of those who were merely bored or simply poor.

<sup>56</sup> *Sloop-of-war* era um dos tipos de navios da marinha real britânica, caracterizado como um “pequeno navio de guerra” (MANION, 2020).

Entretanto, ao retornar à Inglaterra, Snell revelou sua identidade por vontade própria e ainda apresentou uma petição ao rei da Grã-Bretanha solicitando uma pensão vitalícia pelos seus serviços como fuzileiro naval, utilizando o nome de Hannah Snell e vestindo-se com seu uniforme. Ao invés de levar alguma punição por fraude, como os açoitamentos públicos e o trabalho forçado aos quais Charles Hamilton foi submetido, Gray/Snell foi ovacionado/a, considerada uma heroína local ao invés de uma criminosa (MANION, 2020). Em sua análise, Manion elucida que Gray/Snell recebeu uma aceitação significativa porque sua transgressão foi tomada como um “abandono de seu sexo a serviço de um bem maior”, e não como uma usurpação do lugar sociopolítico da cis masculinidade; ainda, o que motivou ela a ter assumido publicamente que foi criada como menina era mostrar que pessoas designadas como mulheres ao nascer tinham as mesmas capacidades que aquelas que são designadas como homens. Contudo, apesar de ter revelado a designação de gênero imposta ao seu corpo, Gray/Snell permaneceu utilizando vestimentas masculinas e nunca se casou. Nas palavras de Manion, James Gray/Hannah Snell “procurou esculpir um lugar social e cultural para si mesmo como um gênero intermediário” (MANION, 2020, p. 74)

Como mencionado anteriormente, também há registros de *female husbands* e *female sailors* nos Estados Unidos da América. Manion elucida que entre as décadas de 1840 e 1860 a população da cidade de Nova York aumentou em 200% (de cerca de 300 mil para 900 mil habitantes). Este crescimento demográfico ilustra as transformações sociais ocorridas durante a industrialização estadunidense, marcada por exponenciais migrações. Assim como na Grã-Bretanha, pessoas designadas como mulheres ao nascer adotavam identidades masculinas por inúmeros fatores, entre eles o acesso a uma gama maior de trabalhos, melhor remuneração e mais autonomia sobre a própria vida (MANION, 2020).

Todavia, em solo estadunidense, o entrelaçamento das hierarquizações de raça e gênero e a ciscolonialidade tornam-se explícitos. De acordo com Manion, pessoas brancas designadas mulheres ao nascer que viviam socialmente como homens poderiam ser encontradas nos mais variados lugares, desde o âmbito urbano até o rural, no continente ou no mar. Entretanto, a existência desse grupo despertou curiosidade, impulsionou discussões acerca das transformações econômicas e elaboração de narrativas exotizadoras que especulavam sobre a vida destes sujeitos. Ainda, pessoas negras designadas mulheres ao nascer que ousassem transgredir gênero e assumir uma identidade masculina eram tratadas com punições severas. Registros acerca de suas histórias encontram-se em anúncios de fugitivos, publicados por escravizadores ao suspeitar do uso da transição social de gênero

como forma de disfarce para efetuar a busca por liberdade; e em jornais e publicações abolicionistas nos quais tais pessoas eram elogiadas pela sua sagacidade (MANION, 2020).

No período, afro-americanos tinham sua mobilidade extremamente restringida, inclusive os que nasciam livres. O racismo manifestava-se em acentuada criminalização de pessoas negras, acusadas comumente de “vadiagem”, “conduta desordenada” e outros crimes. Charles Williams, homem negro que foi designado mulher ao nascer, teve sua transgressão de gênero descoberta justamente após ser acusado de roubo em Nova York, aos 26 anos, em 1834 (MANION, 2020).

Williams nasceu em Boston, cresceu em Providence e serviu à Marinha dos Estados Unidos utilizando sua identidade masculina. Condenado a quatro meses de prisão, ao ser forçado a tirar o uniforme de marinheiro e vestir o de prisioneiro, foi lido como mulher, punido e teve sua história exposta e ridicularizada em jornais locais, que marcaram de forma explícita os lugares possíveis de serem ocupados por brancos e negros. Afinal, apesar da busca por trabalho, autonomia e/ou liberdade ser um denominador em comum, pessoas brancas que vivessem socialmente como homens alcançavam com uma facilidade extremamente maior esses objetivos (MANION, 2020).

Assim, torna-se perceptível uma mudança social, do século XVIII para o XIX, em relação à presença de *female husbands*, *female marines* e outras pessoas designadas como mulheres que optassem por assumir uma identidade masculina. Havia uma certa tolerância às transgressões de gênero, desde que fossem para “servir à nação”, como o caso de Gray/Snell ou por questões econômicas, na primeira metade do século XIX. Todavia, reitero que essa tolerância era restrita à branquitude, limitada para funções laborais e, ainda assim, com retaliações de humilhações públicas em notícias ou textos literários que estereotipavam homens e outras pessoas designadas como mulheres que rejeitassem viver uma identidade feminina.

A crescente industrialização, o movimento abolicionista e o movimento sufragista fomentaram transformações nas relações de gênero que influenciaram nas possibilidades de transicionar do “sexo” feminino para o masculino. Na década de 1850, o movimento pelos direitos das mulheres irrompeu nos Estados Unidos e, junto dele, debates que questionavam as diferenças entre homens e mulheres, apesar de ambos os conceitos seguirem baseados estritamente nas genitálias. O discurso feminista se posicionava contra as transições de gênero, bem como críticos do movimento sufragista utilizavam as mesmas estratégias de humilhação pública dos *female husbands* para ridicularizar as sufragistas, comparando um grupo com o outro e, dessa forma, deslegitimando a “feminilidade” das mulheres sufragistas.

O resultado disso foi um afastamento do movimento pelos direitos das mulheres em relação aos homens e pessoas de expressão masculina que nasceram com vaginas. Segundo Manion,

Esses movimentos coletivos de mulheres que reivindicavam mudança social colidiram com as ações individuais de *female husbands*. Por quase cem anos, os *female husbands* não foram caracterizados como atores políticos ou ativistas nos noticiários. Enquanto suas vidas romperam algumas dessas mesmas barreiras visadas pelas feministas, eles foram apresentados como indivíduos excêntricos que fizeram escolhas peculiares para si mesmos. Eles nunca deram voz a uma crítica à instituição do casamento heterossexual ou à falta de poder político das mulheres. Eles não falaram contra a escravidão. *Female husbands* não se tornaram parte de um movimento organizado que buscou convencer outros a apoiar suas vidas ou causas, pelo menos que saibamos. Os relatos de *female husbands*, no entanto, tornaram-se um veículo para outros abordarem os movimentos de mudança social na imprensa. Um número crescente de pessoas designadas como mulheres reivindicou liberdade para se vestir, movimentar-se e por direitos – como mulheres. O vestido *bloomer*, combinando elementos das convenções de roupas femininas e masculinas, celebrou um traje andrógino que borrou ainda mais as linhas entre esses grupos. Os dois grupos – *female husbands* e defensoras dos direitos das mulheres – tornaram-se ligados na imprensa, moldando as percepções um do outro no processo. (MANION, 2020, p. 165-166)<sup>57</sup>

As contradições e disputas políticas daquele período se estendiam na tecitura sociohistórica. Enquanto na década de 1830, mulheres brancas cisgêneras das classes trabalhadora e média uniam-se ao movimento abolicionista e homens negros, com destaque para Frederick Douglass, incentivavam a formação de um movimento organizado pelo direito das mulheres; na década de 1860 muitas sufragistas brancas alinharam-se com o discurso do supremacismo branco. Neste meio tempo, Sojourner Truth questiona: *Ain't I a woman?* [Não sou eu uma mulher?]<sup>58</sup>, denunciando a fragilidade do conceito “mulher” quando visto sob um olhar crítico à racialização e ao racismo (DAVIS, 2016). Dessa forma, é perceptível uma ampla disputa política sobre sexo/gênero, atravessada por classe e raça, que dava continuidade para o genitalismo, para a cisgeneridade compulsória e para a hierarquização racial.

A trajetória de Joseph Lobdell exemplifica algumas destas contradições da sociedade estadunidense oitocentista. Nascido na zona rural de Nova York, Lobdell era proveniente da classe trabalhadora e, ainda jovem, passou a vestir-se em trajes masculinos para cavalgar e

---

<sup>57</sup> These collective movements of women advocating social change collided with the actions of individual female husbands. For nearly a hundred years, female husbands in the news were not characterized as political actors or activists. While their lives broke through some of these very same barriers targeted by feminists, they were presented as individual eccentrics who made peculiar choices for themselves. They never gave voice to a critique of the institution of heterosexual marriage or women's lack of political power. They did not speak out against slavery. Female husbands did not become part of an organized movement seeking to convince others to support their lives or causes, at least that we know. Female husband accounts, however, became a vehicle for others to address social change movements in the press. Growing numbers of people assigned female claimed freedom of dress, movement, and rights – as women. The bloomer dress, combining elements of both women's and men's clothing conventions, celebrated an androgynous attire which further blurred the lines between these groups. The two groups – female husbands and women's rights advocates – became linked in the press, shaping perceptions of each other in the process.

<sup>58</sup> Em um discurso em uma convenção de mulheres que ocorreu em Akron, em 1851 (DAVIS, 2016)

caçar. Em 1855, publicou um livro de memórias, chamado *The Female Hunter of Delaware and Sullivan Counties, N.Y.* [O Caçador Fêmea dos Condados de *Delaware* e *Sullivan*, N.Y.], no qual compartilhou algumas de suas memórias e criticou as limitações sociais, políticas e econômicas impostas a trabalhadores e a pessoas designadas como mulheres ao nascer. Lobdell estabeleceu-se em Long Eddy, onde se tornou professor de canto e, através deste trabalho, passou a cortejar duas alunas, tornando-se noivo de uma delas posteriormente. Todavia, nas vésperas do casamento ele foi descoberto, teve sua integridade física ameaçada pela comunidade e foi expulso da cidade.

Em meados da década de 1850 chegou em Minnesota e passou a trabalhar com “a expansão para o oeste”. Assim, em meio às “ironias da história”, Lobdell encontrou uma forma de sobreviver através de empreendimentos do projeto colonizador — que buscava suprimir as comunidades e culturas nativo-americanas, nas quais os sistemas de gênero não eram binários e cisheteronormativos (BEEMYN, 2014; MANION, 2020).

No que condiz aos privilégios da branquitude, Emily Skidmore (2017) vai ao encontro de Jen Manion, ao considerar que ser branco proporcionava certa aceitabilidade para os homens trans do final do século XIX e início do XX (1890-1920). Ao discorrer sobre as narrativas que circularam na imprensa estadunidense acerca das trajetórias de Murray Hall, Frank Woodhull, Eugene De Forest e Ellis Glenn, observa que estes homens trans brancos foram elogiados por “dominarem” os princípios da masculinidade branca nacional. Assim, é possível apreender como a branquitude estadunidense, atrelada a uma performance de gênero “adequada” à matriz branca cisheterossexual, atravessava as vidas de pessoas designadas mulheres ao nascer que assumiam uma identidade social masculina: ser branco proporcionava um nível de precarização menor, uma certa proteção (MANION, 2020; SKIDMORE, 2017).

No que concerne aos homens trans negros, indígenas, latinos e imigrantes, por sua vez, não tinham a “mesma sorte”. Os jornais nacionais dos Estados Unidos do início do século XX os patologizaram, criminalizaram, caracterizaram como anormais, desviantes e pecadores (SKIDMORE, 2017). Assim, produziram uma associação entre gênero, raça, nação e sexualidade, na qual uma pessoa não-branca que transgredisse normas de gênero e sexualidade seria um criminoso em potencial, uma ameaça à comunidade e à nação.

Para chegar a tais conclusões, a autora investigou a trajetória de quatro homens trans, a partir de registros da imprensa da época, Jack Garland (mexicano-americano), Nicolai De Raylan (russo), Peter Stratford (neozelandês) e Ralph Kerwineo (afroamericano). Tanto Garland quanto Kerwineo aproveitaram que possuíam tons de pele considerados claros e buscaram dissimular seus pertencimentos étnico-raciais como estratégia de sobrevivência em

uma sociedade tão transfóbica e racista. Garland era filho de uma anglo-saxã e de um mexicano, utilizava o sobrenome da mãe e não mencionava sua ancestralidade latina; Kerwineo, por sua vez, passava-se por latino, pois ser lido como negro significava deparar-se com caminhos mais tortuosos e limitados devido ao racismo. No que condiz aos imigrantes Raylan e Stratford, ambos foram criminalizados e marginalizados, o primeiro suspeito de ser um espião russo articulado com atividades revolucionárias de seu país de origem; o segundo, acusado de perversão sexual e relações com uma seita islâmica (SKIDMORE, 2017).

Skidmore também analisa as diferenças de receptividade social em termos de dimensão geográfica, local *versus* nacional, comparando as investigações mencionadas anteriormente com as histórias de quatro homens trans que viveram em comunidades rurais no mesmo período: George Green, William C. Howard, Willie Ray e Joe Monahan. A autora argumenta que estes homens encontraram apoio e tolerância nas comunidades em que habitaram, devido aos laços de familiaridade que não são encontrados em comunidades urbanas. Dessa maneira, segundo a autora,

[...] as comunidades locais estavam dispostas a serem persuadidas a aceitar seus vizinhos *queer*, desde que estes vizinhos pudessem provar sua lealdade à nação ou mostrar uma história de respeito pela instituição do casamento e/ou da heteronormatividade. No entanto, uma vez que as histórias circularam além do contexto local, [...] indivíduos eram tratados menos como membros da comunidade e mais como ameaças à comunidade. A estrutura de familiaridade era desfeita, e [...] as histórias difundidas sugeriam que estes indivíduos em questão eram perigosos, desviantes e não americanos. (SKIDMORE, 2017, p. 145)<sup>59</sup>

Além disso, no que condiz às relações étnico-raciais, a autora evidencia a precariedade da vida de homens trans negros, indígenas e imigrantes no início do século passado nos Estados Unidos e, ainda, afirma que tais histórias são “[...] lembretes poderosos do poder da branquitude e do pertencimento nacional em tornar a estranheza nada excepcional, outro benefício na longa lista de privilégios que os indivíduos brancos desfrutam, mas os historiadores raramente reconhecem.” (SKIDMORE, 2017, p. 146)<sup>60</sup>.

É interessante relembrar que todas estas histórias de transgressão de gênero ocorreram em um período emblemático para a formação da cisheteronormatividade contemporânea, durante a proveniência e propagação do regime biopolítico disciplinar, que instaurou uma

<sup>59</sup> [...] local communities were willing to be persuaded of their queer neighbors acceptability, provided those neighbors could prove their allegiance to the nation or show a history of respect for the institution of marriage and/or heteronormativity. However, once the stories circulated beyond the local context, [...] individuals were treated less as community members than as threats to the community. The structure of familiarity was stripped away, and [...] stories were distilled down to binaries that suggested the individuals in question were dangerous, deviant, and un-American.

<sup>60</sup> [...] powerful reminders of the power of whiteness and national belonging in rendering queerness unexceptional, another benefit in the long list of privileges white individuals enjoy but historians seldom acknowledge.



“verdade científica” acerca dos corpos, sexos e sexualidades; o desenvolvimento dos Estados-nação junto ao sistema capitalista; e uma não tão nova organização social, econômica e política, pois, a partir do exposto, torna-se visível a articulação da ciscolonialidade e do racismo com a cisheteronormatividade do referido regime biopolítico disciplinar. Assim, é possível afirmar que o desenvolvimento deste regime de produção de corpos se deu através de uma matriz branca-cisheterossexual.

Ademais, ainda que tenhamos acompanhado, nas páginas anteriores homens com vagina, *female husbands*, *female marines*, *female hunters* e pessoas designadas como mulheres que assumiram identidades masculinas em geral — não necessariamente “de homem”, dos séculos XVIII ao início do século XX, leis *anti-crossdressing*<sup>61</sup> se espalharam pelos Estados Unidos na década de 1840 em diante. Certamente, esta foi uma estratégia político-jurídica para dar continuidade à imposição da supremacia cisheteromasculinista branca, ceifar os movimentos sufragistas e abolicionistas e limitar cada vez mais o acesso ao exercício das masculinidades, ou seja, a uma posição de autonomia, liberdade e poder no tecido social.

Além disso, nessa atmosfera de disputas discursivas acerca de sexo/gênero e sexualidade, além de ter sido criada a categorização “homossexual”, também surgiu a “lésbica”, como maneira de definir “mulheres” que se relacionam com “mulheres” — entre aspas, tendo em vista que era uma designação social compulsória para qualquer pessoa que nascia com vagina. Dessa forma, no final do século XIX, Frank Dubois foi o último homem a ser caracterizado como *female husband* e Joseph Lobdell, o *female hunter*, foi o primeiro indivíduo a ser chamado de “lésbica” pela imprensa estadunidense.

Apesar do uso do conceito de *female husband* aparentemente ter chegado ao seu fim, as ervas daninhas transmasculinas continuaram a brotar em meio ao concreto da cisnormatividade e, entre elas, esteve o médico Alan L. Hart, conhecido como a primeira mulher a se formar no curso de Medicina da Universidade de Oregon, Hart também foi o primeiro homem — de quem se tem registro — a passar por uma histerectomia<sup>62</sup>, em 1917 (MANION, 2020). Conforme foi abordado no capítulo anterior, nesta mesma década Magnus Hirschfeld fundou o Instituto de Ciência Sexual, onde eram realizadas pesquisas sobre sexologia e cirurgias de transição de gênero. Isto posto, podemos considerar que, no final da

---

<sup>61</sup> Contrárias à prática de utilizar vestimentas consideradas do “sexo oposto” àquele que a pessoa foi designada ao nascer.

<sup>62</sup> Cirurgia de retirada do útero.

década de 1910 e início de 1920, Hart e Hirshfeld preconizam a reinvenção do gênero no regime biopolítico farmacopornográfico.

### **2.1.2. Brasileiros e brasileiras desobedientes: palavras, navalhas e existências *transviadas***

Entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, no Brasil, assim como nos Estados Unidos, o processo de industrialização gerou crescimento demográfico urbano, através de migrações das áreas rurais para as cidades e da imigração de europeus. Este último fenômeno ocorreu devido a uma política de embranquecimento, na qual o Estado brasileiro incentivou espanhóis, italianos e portugueses a migrarem para o Brasil a fim de trabalhar nas fábricas instaladas no sudeste do país. É de extrema relevância assinalar que esse processo racista ocorreu no período pós-Abolição, ou seja, os imigrantes substituíam uma quantia massiva de negros e negras que poderiam trabalhar, mas foram deliberadamente marginalizados nesta nova ordem econômica (GREEN, 1999; PINTO, 2003; CARNEIRO, 2005; RAGO, 2014). Como também já foi mencionado, este processo gerou profundas transformações sociais, tanto no que condiz a reformulações das estratégias de hierarquização social com base em raça, classe, gênero e sexualidade — a instauração e propagação do regime biopolítico disciplinar no Brasil —, a fim de manter a dominação cisheteromasculina branca das classes altas; quanto no surgimento de mobilizações sociopolíticas que buscavam subverter essa “nova” ordem social vigente.

Para fins de exemplo, cito as lutas operárias socialistas e anarquistas, jornais como *A Peble* e *Terra Livre*, as greves gerais que aconteceram em São Paulo, em 1917 e 1919, respectivamente, e a fundação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922 (GREEN, 2019; RAGO, 2014). No que condiz às relações de gênero, sublinho o surgimento do movimento feminista anarquista, do movimento sufragista, a criação do Partido Republicano Feminino (1910) e da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922) (PINTO, 2003; RAGO, 2014). Ainda é importante lembrar, no âmbito das relações étnico-raciais, a imprensa negra pós-abolicionista, como o jornal *O Exemplo*, e a fundação da Frente Negra Brasileira, em 1931 (ZUBARÁN, 2015; MACHADO, 2020). Logo, é evidente que, no bojo desta ordem social estremecida, havia escopo para transgredir gênero. Inclusive, a própria produção do

regime biopolítico disciplinar expõe sua fragilidade, afinal, não haveria tentativa de controle e disciplinarização dos corpos se não houvessem corpos desobedientes.

Tendo em vista que, por um longo período, as experiências e subjetividades trans se confundiram com o desenvolvimento de uma orientação sexual homoerótica/homoafetiva<sup>63</sup> (AGUIAR, 2020; FEINBERG, 1996; LANZ, 2017), para compreender estratégias utilizadas no Brasil para talhar fendas nas redes do biopoder ciscolonizador, irei abordar, também, espaços de sociabilidade homossexual cisgênera e transgressões em termos de gênero e sexualidade de modo geral. Evidentemente, buscarei focar em pessoas que foram designadas como mulheres ao nascer e que assumiram identidades sociais masculinas ao longo da vida, mas não irei restringir minha análise a estas experiências.

Ainda, é importante assinalar que há um intervalo de 42 anos entre a histerectomia de Alan L. Hart, considerada uma marca histórica de emersão da identidade *female-to-male*, ou, de homens transexuais (MANION, 2020) e os processos cirúrgicos pelos quais Mário da Silva foi submetido e que inauguram essa tecnologia de gênero no Brasil (AGUIAR, 2020). Isso significa que a era farmacopornográfica, no Brasil, encontra-se em outro recorte temporal, tendo em vista os efeitos da ciscolonialidade na América Latina e, articulado a esses efeitos, o histórico de governos autoritários e ditatoriais — financiados pela política imperialista estadunidense — e a cultura conservadora cristã ocidental (SIMAKAWA, 2015; BONASSI, 2017; GOULART, 2021; LEVANDOVSKI, 2021). Dessa maneira, as transgressões de gênero diante do regime biopolítico disciplinar, antes da chegada das tecnologias farmacopornográficas no país, também se localizam em outra delimitação temporal. Assim, neste tópico, iremos acompanhar trajetórias de sujeitos e grupos transgressores, sobretudo na primeira metade do século XX.

Até a década de 1960, não havia estabelecimentos voltados para o público gay. Segundo James Green (2019), a noite e a rua, ou seja, a marginalização, era o espaço-tempo possível para a sociabilidade de pessoas de gênero e/ou sexualidade inconformes. Praças, parques e similares, como a Praça da República no centro de São Paulo, eram os locais frequentados por pessoas designadas como homens que desejavam relacionar-se sexualmente com outras pessoas designadas como homens.

Como foi abordado no capítulo anterior, Leonídio Ribeiro efetuou um estudo sobre “homossexuais profissionais” na década de 1930, no Rio de Janeiro. Menciono tal pesquisa

---

<sup>63</sup> Com isto, não quero dizer que toda pessoa trans desenvolve uma orientação sexual heteroafetiva/heteroerótica, até porque as categorizações concernentes à sexualidades consideram apenas a existência de corporeidades e subjetivações cisgêneras. O que procuro elucidar, no entanto, é que sujeitos que desenvolveram identidades de gênero *transgressoras* ao sistema foram confundidos com pessoas cisgêneras de orientações sexuais homo.

mais uma vez, pois através deste registro é possível vislumbrar vestígios da vida de sujeitos designados como homens no nascimento, mas que se reconheciam como mulheres, a exemplo de Marina, cuja própria compreensão de si mesma era a de ser uma mulher que habitava um corpo masculino (GREEN, 2019). Nas palavras do autor,

Segundo Ribeiro, já na tenra idade Marina expressara preferências e atitudes associadas com meninas, tais como brincar com bonecas e gostar de tarefas domésticas. Quando foi mandado para uma escola interna com 12 anos, ele já sentia fortes atrações por outros garotos [...] Poucos anos depois, Marina deixou sua família no Norte do Brasil, mudou-se para o Rio de Janeiro e conseguiu emprego no teatro de revista como dançarino e membro do coro. No Rio, conheceu um homem de status social superior ao seu, e os dois iniciaram um relacionamento de seis anos, no qual Marina assumiu o papel tradicional da mulher. Ele cuidava da casa, possuía um guarda-roupa repleto de trajes femininos [...]. O relacionamento se desfez, no entanto, quando o “parceiro ativo” de Marina, como Ribeiro o descrevia, decidiu casar-se com uma mulher. [...] Ao retratar a personalidade feminina de Marina, Ribeiro o descreve como uma “mulher presa no corpo de um homem”. Esse era precisamente o modo como alguns homens entendiam suas atrações por outros homens no rígido sistema de gêneros desse período. Nascidos com genitais masculinos mas sexualmente atraídos por outros homens, alguns pensavam que sua essência, alma, espírito, ou pensamento eram, na verdade, femininos (GREEN, 2019, p. 146)

Esta pequena amostra da trajetória de Marina, assim como a maneira com que o historiador James Green a analisou, revela dois elementos da história trans: primeiro, demonstra o ostracismo e a vulnerabilidade social que marcam, infelizmente até hoje, a vida de muitas pessoas de gênero e sexualidade inconformes; segundo, é perceptível o cissexismo e a cisheteronormatividade no olhar historiográfico, que escolhe categorizar gênero/sexo de uma pessoa por uma genitália, ao invés de levar em conta os seus próprios relatos e compreensões de si, problema que, também até os tempos atuais, coloca em disputa passados trans e *queer* e/ou “LGBTQIAP+” que, em realidade, só abrangem pessoas cisgêneras e sequer historicizam e questionam a naturalização da cisgeneridade.

Ainda, retornando às primeiras décadas do século XX, é perceptível através do trabalho de Green que, aqueles e aquelas que *transgrediam* gênero, seja em sua expressão, seja em sua identidade (quem hoje chamaríamos de bichas afeminadas, travestis e mulheres trans) encontravam-se mais suscetíveis às violências do regime de exceção cisheteronormativador: a exclusão do mercado de trabalho formal, de redes de afeto e cuidado familiares, criminalização e patologização. De acordo com o autor, se vestir de forma não convencional poderia, em casos extremos, submeter uma pessoa à internação em alguma instituição psiquiátrica.

Foi justamente neste conturbado início de século que uma das figuras mais proeminentes da história LGBTQIAP+ brasileira viveu. Nascido em fevereiro de 1900, no sertão de Pernambuco, João Francisco dos Santos migrou para a cidade do Rio de Janeiro,

com apenas 8 anos. Sua migração ocorreu após ter sido trocado pela mãe por uma égua, para trabalhar como ajudante de um negociante de cavalos e, meses após, fugir deste trabalho para se tornar auxiliar de uma mulher que abriu uma pensão no Rio, em situação análoga à escravidão infantil, da qual fugiu aos 13 anos<sup>64</sup>. Bicha<sup>65</sup>, preta e pernambucana, com o passar dos anos, nas ruas, bares e bordéis da Lapa, se tornou a célebre Madame Satã. Nas palavras de James Green, Satã “se diferencia de outros homossexuais, por ter sido uma bicha que buscou defender-se, por todos os meios necessários, contra seus agressores” (GREEN, 2019, p. 149), além de nunca ter ocultado sua homossexualidade, tampouco trejeitos considerados femininos (GREEN, 2019).

Através da trajetória singular e extraordinária de Madame Satã é possível apreender a interseccionalidade de raça, classe, gênero e sexualidade de seu tempo. Sua história escancara a marginalização para a qual eram jogadas pessoas atravessadas por subalternizações, mas também demonstra revolta, resistência e insubordinação às tentativas de subjugação social. Afinal, dos 13 aos 18 anos, João Francisco sobreviveu nas ruas e de trabalhos esporádicos. Em 1918 tornou-se garçom em um bordel e, dez anos depois, ao trabalhar na cozinha de outro estabelecimento, tornou-se amigo de uma atriz que o inseriu nas casas de espetáculo, em um show no qual, sob um vestido vermelho e com cabelos que chegavam na altura dos ombros, atuava, cantava e dançava (GREEN, 2019, p. 152).

Todavia, ao ser insultado e ameaçado incessantemente por um guarda noturno após um de seus shows, Madame Satã com sua navalha o assassinou e, por esse crime, cumpriu dois anos de prisão. Segundo Green, ele passou mais de 27 anos encarcerado entre 1928 e 1965, resultado da sua “malandragem”, “bichice” e “insubordinação”, mas, principalmente, do conservadorismo, hipocrisia, racismo e homofobia da época. No que condiz ao nome “Madame Satã”, o recebeu próximo aos seus 40 anos, em 1938, quando venceu um concurso de fantasias do baile de carnaval do Teatro da República, no centro do Rio de Janeiro.

A partir de Madame Satã, é interessante ressaltar duas questões: primeira, que trabalhar em bordéis como camareiros, cozinheiros, garçons e até mesmo com prostituição era algo comum para jovens homossexuais de classes baixas cuja expressão de gênero fosse feminina, no Rio de Janeiro e possivelmente em outros lugares do país. Segunda, as migrações efetuadas por pessoas de gênero e sexualidade inconformes, sobretudo dos

---

<sup>64</sup> Satã foi uma criança entre 17 filhos/as/es de seus progenitores. Ainda, seu pai morreu quando tinha sete anos. Desse modo, a fim de garantir a sobrevivência da família, sua mãe a “trocou” por alimento, na garantia de que iria receber, também, moradia, alimentação e tudo que fosse necessário para a manutenção da sua vida (GREEN, 2019).

<sup>65</sup> De acordo com Green (2019), Satã se identificava como bicha, utilizando esse termo para referir a si mesma.

interiores do Brasil para as cidades mais populosas, em busca de anonimato e possibilidades de vivenciar suas vidas de acordo com as suas identidades de gênero e/ou orientações sexuais também era um fenômeno corrente nesta primeira metade do século XX (GREEN, 2019; MORANDO, 2020).

Uma figura recorrentemente comparada à Madame Satã é Cintura Fina, pessoa que foi designada como homem ao nascer, em maio de 1933 na cidade de Fortaleza, mas que desenvolveu uma identidade de gênero feminina e, por isso, colocava-se como travesti. Na década de 1950 mudou-se do Nordeste do país — tendo passado antes por Recife, Natal e Salvador —, para Belo Horizonte. Na capital mineira, tornou-se uma espécie de celebridade, pois, de acordo com Luiz Morando,

A partir de julho de 1953, Cintura Fina se tornará mais amplamente conhecida da imprensa, da polícia, do meio judicial, de peritos de medicina legal, dos frequentadores da região de meretrício do Centro e dos bairros Bonfim e Lagoinha. Sua trajetória é sustentada e marcada 1. Por diversas atividades laborais - cozinheira, faxineira, cabeleireira, enfermeira, gari; 2. Por delitos cometidos - lesão corporal, furto, roubo, receptação; 3. Por contravenções penais - vadiagem, conto do suadouro, escândalo em via pública, desordem e ‘para averiguações’; 4. Por quinze processos criminais como ré e três como vítima [...]; 5. Por certas habilidades - força física, esperteza, destreza para lutar, trabalhos manual e braçal, mas especialmente a principal delas: o manejo da navalha; 6. Pela religião - inicialmente católica, posteriormente umbandista, protegida de Xangô e Omolu. (MORANDO, 2020, p. 27)

Tal qual Madame Satã, Cintura Fina foi uma nordestina negra e desobediente ao regime cisheteronormativador. Contudo, conforme o próprio autor coloca, é errôneo estabelecer conexões muito próximas entre as duas para além das marginalizações e violências sociais sofridas em comum e a necessidade de estabelecer estratégias de sobrevivência diante deste sistema racista (MORANDO, 2020).

Nas décadas de 1940 e 1950, também em Belo Horizonte, surgiu a “lenda” da “Maria Tomba Homem”, “inaugurada” por Maria de Lourdes Faria em 1942. Mulher, negra, de origem humilde, com cerca de 21 anos e vinda do interior de Minas Gerais para a Capital, em uma noite na zona boêmia da cidade reagiu a um ataque policial, derrubou três guardas e, com esta proeza, recebeu o apelido de “Maria Tomba Homem” (MORANDO, 2020). De acordo com Morando, Maria foi detida em torno de 315 vezes em apenas um ano e se vangloriava disto. Ainda, como uma de suas estratégias de sobrevivência, roubava e, em julho de 1944, foi sentenciada a cumprir quase seis anos por furto. Por causa disto e de uma doença cardiovascular, ela faleceu no presídio em 1950 (MORANDO, 2020).

Maria de Lourdes se tornou uma “lenda” em Belo Horizonte, pois seu apelido, “Maria Tomba Homem”, acabou transformando-se em um termo pejorativo que fazia referência a mulheres que transgrediam os padrões de feminilidade do período, seja por expressão de

gênero, seja por orientação sexual, sendo comumente associado à lesbianidade (MORANDO, 2020). Além da multiplicação desta denominação, histórias de outras pessoas designadas como mulheres ao nascer e que, por sua vez, assumiram identidades sociais masculinas, foram tecidas na paisagem histórica belo-horizontina, como nos conta Adriana Galuppo (2019). Assim, aproximamo-nos de vestígios, indicadores, registros de passados que podemos reivindicar como parte de uma história transmasculina.

Galuppo narra a história de três homens trans: Jandir, Edmundo e Ricardo. De modo similar aos *female husbands*, todos ficaram conhecidos através de veículos de imprensa que recusaram respeitar suas identidades de gênero autopercebidas e socialmente afirmadas, os ridicularizaram, expuseram e deslegitimaram. Tendo em vista a similaridade destes casos com o de Lourival Bezerra de Sá<sup>66</sup>, também irei abordar sua trajetória.

Jandir, um jovem de Serro, município do interior de Minas Gerais, foi para Belo Horizonte aos 17 anos com um desejo visceral de viver de acordo com sua identidade de gênero. Registrado de maneira equivocada como Jandira, buscou na capital mineira soluções, inclusive biomédicas — visitou médicos, esperava ser submetido a uma operação para “se tornar homem”, ou seja, para materializar sua subjetivação enquanto homem em seu corpo, através de um processo cirúrgico. Contudo, somente lhe foi possível cortar o cabelo e utilizar trajes masculinos (GALUPPO, 2019). Além disso, ele não foi reconhecido pela sociedade belo-horizontina como homem, conforme mostram (ou devido) às cinco matérias sobre “Jandira”, a “mulher-homem”. Pelo que é possível apreender na fotografia divulgada no jornal *O Cruzeiro*, de novembro de 1949, Jandir era um jovem negro e, com base em suas percepções de si, a exemplo do que expressa em entrevista para o *Diário da Tarde* de outubro daquele mesmo ano, compreendo que era um homem negro trans.

O Diário da Tarde, procurando colaborar para o esclarecimento da situação dessa infelizmente criada, entrou em entendimento com o competente cirurgião, Dr. José Maria Figueiró, que se prontificou, se fosse o caso, ia até operar Jandira, tornando-a homem ou mulher, conforme as condições. No exame que fez, o Dr. Figueiró encontrou em Jandira as características que a definem como sendo realmente mulher. E para um estudo mais completo desejava com um cirurgião não identificado que, antes, havia operado a mulher-homem, uma vez que a paciente ignora o seu nome e não sabe o seu endereço. (sic) Paira a dúvida no espírito de Jandira Cândida, porém, não se conforma com a opinião do médico: - Esse homem não sabe da verdade. **Eu tenho certeza de que sou homem** e ele agora vem me dizer que sou mulher [...] (GALUPPO, 2019, p. 59, **grifos meus**)

De origem humilde e em meio a um sistema racista, Jandir passou por humilhações públicas, fome, vulnerabilidade social, violências físicas, verbais e psicológicas, mas não se

---

<sup>66</sup> Bezerra de Sá trata-se do homem trans que se tornou nacionalmente conhecido após uma matéria de cunho transfóbico no Programa Fantástico da Rede Globo em fevereiro de 2019. (ANTUNES, 2019)

rendeu ao sistema, não que se tenha notícia. Afinal, sua vida retornou ao “anonimato” após a primavera de 1949 (GALUPPO, 2019).

A história de Edmundo de Oliveira, por sua vez, pôde ser tecida com “início, meio e fim”. Batizado erroneamente como Feliciano, Edmundo nasceu em 1914 no interior de Minas Gerais, em um município chamado Alto do Rio Doce. Por volta de 1940 mudou-se para Belo Horizonte, após ter tentado registrar-se de acordo com sua identidade de gênero e ser impedido de fazê-lo. Assim, na capital mineira foi onde pôde assumir uma identidade social masculina, mesmo que sem documentação adequada e, para se sustentar, exerceu trabalhos diversos, desde que não fossem relacionados diretamente às feminilidades (GALUPPO, 2019). Edmundo ficou conhecido através de seis matérias de jornais belo-horizontinos, uma de 1952<sup>67</sup> e outras cinco de 1981, devido a dois finais: o término de um relacionamento e o seu falecimento.

O *Diário de Minas*, em julho de 1952, publicou uma extensa matéria, com requintes de misoginia, transfobia e lesbofobia, acerca da queixa que Edmundo prestou contra Amélia, mulher, casada, com a qual se relacionou por determinado período e que não recebeu de maneira pacífica sua tentativa de findar a relação afetivo-sexual. Por Amélia ameaçá-lo de morte, ambos foram parar na delegacia. Contudo, na matéria, o conteúdo principal era sua transgressão de gênero e sexualidade, no intento de exotizar e vilanizar Edmundo e vitimizar Amélia, fazendo analogias, inclusive, com a bíblia, como é possível ver abaixo:

Com seus melancólicos anseios, arrasta-se de aventura em aventura. A verdade é que amores nunca faltam, de vez que são apenas um lugar-comum do sentimento. E a “paraíba” confia ainda no poder de sua mórbida sedução. Haja vista a paixão ardente que ela inspirou à quase cinquentona Amélia, que anda a exigir a sua afeição sob ameaça de morte. Feliciano não se intimida nem se detém. Vai por aí, certa de que uma cidade grande tem muito de **Sodoma e de Gomorra**. Por isso, segue tentando **ver o proveito que pode tirar das dissonâncias alheias** ou quando nada dos ocasionais deslizes de consciência. (GALUPPO, 2019, p. 56, grifos meus)

Após quase trinta anos de um tranquilo anonimato, no qual Edmundo conquistou documentos com seu nome e gênero escolhidos<sup>68</sup>, casou-se e permaneceu em relacionamento estável com Raimunda por cerca de vinte anos (até a morte da esposa, em 1976), quando ele voltou a ser notícia. “Rondante<sup>69</sup> era mulher” foi uma das manchetes de matérias que noticiaram *não* a sua morte, mas *sim* a sua desobediência em não acatar a identidade de gênero imposta pelo sistema a partir da leitura cisnormativa que fizeram de seu corpo. Esta é

<sup>67</sup> Diário de Minas, ano IV, n. 909, p. 12 09/07/1952, 4ª-feira

<sup>68</sup> Provavelmente fingindo que não tinha ou, por realmente não ter, já que não fica evidente se sua tentativa de registro na juventude era de uma retificação ou não.

<sup>69</sup> Do termo “ronda”, profissão que, geralmente, consiste em realizar vigilância e certificar a segurança de estabelecimentos, propriedades ou pessoas.



uma das estratégias ciscolonialistas de manutenção do cissexismo e da normatização da cisgeneridade: a espetacularização da morte trans a partir de exotização, ridicularização e deslegitimação da identidade de gênero autopercebida mesmo após o falecimento. O corpo, o sujeito e a subjetividade trans tornam-se motivos de chacota, espanto e inquirição (ou seria inquisição?). Do nascimento ao *post mortem*, o sistema ceifa, inclusive, o direito à memória e a um enterro digno.

Caso similar é o de Lourival Bezerra de Sá, nordestino do interior de Pernambuco, que nasceu em torno de 1940 no seio de uma família humilde, contando com mais cinco irmãos e que, por volta de 1968, mudou-se para Goiânia. Lourival ficou conhecido nacionalmente após uma reportagem do programa Fantástico da Rede Globo, que foi ao ar em janeiro de 2019, intitulada “O Segredo de Lourival”, que buscava responder “Como Lourival, **que era mulher**, pôde se passar por homem por tanto tempo?” (ANTUNES, 2019). Lourival, que era homem, foi pintor, corretor de imóveis, empresário, pai, marido e cristão. Morou em Pernambuco, Goiás, São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Nos 50 anos em que viveu de acordo com a sua identidade de gênero, registrou e criou seis filhos/as. Sua história, entretanto, lamentavelmente termina com seu corpo sendo mantido por cinco meses no Instituto Médico Legal de Campo Grande antes do seu sepultamento e com “seu segredo”, sua transgressão de gênero, sendo exposta de forma desrespeitosa e transfóbica em um horário “nobre” da televisão brasileira (ANTUNES, 2019).

A história de Ricardo Demoprat Marshall, por sua vez, é a que mais se aproxima dos *female-husbands* britânicos e estadunidenses, pois aos 22 anos ele se casou no cartório municipal de Belo Horizonte e numa igreja em Congonhas (interior de Minas Gerais) com Maria Vitória e, dois meses depois, foi “descoberto” como “uma mulher”, ao ser acusado de cometer estelionato e, logo, se tornar notícia de jornal e caso de polícia (GALUPPO, 2019). As matérias que cobriram a investigação sobre “seu verdadeiro sexo” foram publicadas em dezembro de 1963 e janeiro de 1964. Nelas, é possível apreender que Ricardo tinha documentos de acordo com sua identidade de gênero, que recusou passar por exames médicos para “comprovar” se era homem ou mulher e que foi “desmascarado” pelo próprio pai, que acusou o filho de “sofrer das faculdades mentais” (GALUPPO, 2019). Ao que tudo indica, Ricardo nasceu em Minas Gerais em 1941, vinha de uma família de classe média belo-horizontina (o pai era “negociante na cidade”) e era branco. Esses elementos chamam atenção, pois há situações que, aparentemente, não emergiram nem em sua história, nem na de Lourival (ambos brancos). Não há notícias de nenhum dos dois passando por graves

humilhações públicas durante a vida ou por situações de vulnerabilidade social extrema, a ponto de vivenciar a fome e não ter moradia, como ocorreu com sujeitos como Jandir.

Para além dos marcadores de classe e raça, faz-se imprescindível levar em consideração a distância temporal entre as histórias. James Green (2019) elucida que há uma transformação substancial na sociedade brasileira entre as décadas de 1940 e 1960, por motivos políticos, econômicos e culturais, tais quais o fim do autoritário Estado Novo e o período de dezenove anos de governos democráticos seguintes; a migração em massa das áreas rurais para as áreas urbanas e metrópoles brasileiras — tornando, pela primeira vez, a demografia urbana maior que a rural; e uma grande prosperidade econômica após a Segunda Guerra Mundial, o que significou o crescimento da classe média e, também, a conversão do Brasil para uma “sociedade de consumo de massa” (GREEN, 2019, p. 262). No que concerne às relações de gênero, conforme Green explica,

Os padrões de gênero rigidamente definidos que eram incentivados no Estado Novo começaram a afrouxar-se, à medida que mais mulheres passaram a compor a força de trabalho, a completar o ensino secundário e a buscar uma formação universitária. Contudo, ainda esperava-se que essas mesmas mulheres se mantivessem virgens até o altar e continuassem esposas obedientes e submissas após o casamento, embalando e nutrindo famílias nas quais a última palavra ainda era a do homem. Um padrão duplo, que permitia a promiscuidade sexual aos homens mas esperava que a pureza moral das mulheres ainda prevalecesse. No fim dos anos 60, contudo, mudanças culturais passaram a questionar esses valores e a enfraquecer os papéis sexuais tradicionais. (GREEN, 2019, p. 262)

Essas mudanças também proporcionaram a ampliação dos espaços de sociabilidade de pessoas de gênero e sexualidade inconformes, sobretudo quem foi designado como homem ao nascer — por ter mais escopo para a socialização e independência — e fomentaram o surgimento de novas noções de identidades sexuais e novas maneiras de expressão de gênero (GREEN, 2019; QUEIROZ, 2018). Assim, no concernente às pessoas transfemininas e, sobretudo, aos homossexuais cismasculinos, dos anos 1940 para os anos 1960, bares, cafés e boates tornaram-se mais receptivos a este público e, posteriormente, estabelecimentos voltados para gays foram inaugurados; locais públicos de ocupação diurna foram disputados e conquistados, a exemplo da “praia gay” em frente Hotel Copacabana Palace, no Rio de Janeiro, no final da década de 1950; os fã-clubes de cantoras de rádio e grupos de amigos foram criados, como espaços de pertencimento e confraternização, tal qual a Turma OK, que durou cerca de uma década, do final dos anos 1950 ao fim dos anos 1960; e eventos como o Miss Brasil e os bailes de carnaval com seus concursos de fantasia tornaram-se lugares profícuos no espaço-tempo do sistema em que a comunidade ‘homossexual’ “emergia do ‘submundo’”, “saía do armário” e talhava fissuras no sistema heteronormativo (GREEN, 2019; QUEIROZ, 2018).

Ademais, de acordo com Luiz Gonzaga Morando Queiroz (2018), em Belo Horizonte, jovens homossexuais buscaram fundar uma associação com intento de socializar e constituir uma coletividade reconhecida no plano jurídico legal. Segundo o autor,

O primeiro sinal disso se manifestou em algumas reportagens divulgadas em quatro jornais de maior circulação da capital mineira no final de janeiro de 1959. A manchete do Diário da Tarde, de 22 de janeiro de 1959, foi a mais enfática: “Menores efeminados queriam fundar um clube na Capital [...] homossexualismo entre menores de 18 anos em Belo Horizonte”. [...] Esta foi a primeira vez em que a polícia identificou e a imprensa divulgou a intenção do que foi declarado como fundação de um clube, de uma associação. É necessário chamar a atenção para o seguinte: não importa a natureza da agremiação desejada, no plano jurídico-legal. O que interessa, sobretudo, é o registro de uma intenção mínima e o desejo de formação coletiva; a mobilização para execução dessa intenção; a existência de uma congregação que distribuisse carteira de associados; a integração de um grupo que compartilhasse ideais em comum... (QUEIROZ, 2018, p. 65-66)

Ou seja, nos anos que antecederam o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar (1964-1985), emergiram mobilizações sociais e culturais — independente de caráter político em sentido estrito —, em busca de humanização, de espaço para vidas gênero-diversas em meio a uma sociedade brasileira hegemonicamente conservadora. Evidentemente, como vimos através das trajetórias de Madame Satã, Cintura Fina, Jandir, Edmundo, Lourival e Ricardo, qualquer mobilização *transgressora*, individual ou coletiva, não passava em branco pelo regime cisheteronormativador, amparado pelas mãos do Estado e de parte da sociedade civil. De acordo com Morando,

A atuação das polícias civil e militar sobre gays e travestis em Belo Horizonte, ao longo da década de 1960, sempre foi visível. Certa campanha de hostilização foi desencadeada por meio de batidas policiais nos locais frequentados por aquele público; de operações de saneamento e limpeza de vias públicas, como foram chamadas essas iniciativas; de leis e portarias que regulamentassem certas atividades artísticas; do fechamento de bares e boates de frequência predominantemente daquele segmento. (MORANDO, 2014, p. 53)

Ainda, segundo o autor, houve um acirramento da perseguição policial após o golpe de 1964, que recrudescer depois da instauração do Ato Institucional de número 5, promulgado em dezembro de 1968. Contudo, nas décadas de 1950 e 1960, no íntimo destas mobilizações de bichas, viados, afeminados e travestis, engendrou-se escopo para a emersão de transformistas e travestis no âmbito artístico que se colocaram em um campo de disputa de significação de gênero/sexo e sexualidade. Conforme coloca Morando,

[...] por um lado, as travestis sempre estiveram ligadas, no imaginário social e na experiência policial, à prostituição e à criminalidade. Dentro desse âmbito, a travesti mais famosa nas décadas de 1950-1960 foi Cintura Fina [...]. Por outro lado, as travestis também se ligaram ao campo artístico (performances e desfiles) e estético (cabeleireiras, maquiadoras, visagistas), tentando-se contrapor à construção social anterior. Na década de 1960 esse contraste será constante. (MORANDO, 2014, p. 70)

Porém, de acordo com o autor, a repressão policial, “conjugada às mudanças sociais e morais previstas pelo golpe militar, deter-se-á sobre a ação das travestis na busca de construir uma nova figuração social contrária à criminalidade” (MORANDO, 2014, p. 70). Dessa maneira, à medida em que nossas corpos “estranhas” emergem do submundo desumanizador no qual tentaram nos colocar — através de notícias, desfiles, shows, criação de grupos, encontros, estudos, produções artísticas e discursos variados sobre diversidade de gênero e sexual —, a moralização dos costumes se “atualiza”, se reconfigura, para manter a ordem social da matriz branca cisheteropatriarcal, exemplificado nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade de 1964.

Assim, de que maneira as desobediências transviadas seguem talhando fissuras no sistema, diante das suas reconfigurações, da metade do século XX em diante, é o que pretendo abordar nos próximos subcapítulos desta dissertação.

## **2.2. Reinvenção do gênero na Era Farmacopornográfica: múltiplas mobilizações pelo direito de viver**

Para dar continuidade à investigação acerca da constituição do campo de possibilidades que permite a emergência do *transhomem pioneiro*, neste subcapítulo irei abordar histórias de movimentos organizados, comunidades e mobilizações *queer*, gays, lésbicas, trans, entre outras de sujeitos desobedientes ao sistema, diante dos conservadorismos e estratégias dos regimes biopolíticos disciplinas e farmacopornográfico, bem como da necropolítica, da metade do século XX em diante.

Primeiro, abordarei a história *queer* dos Estados Unidos, por se tratar do país no qual, ainda na década de 1960, clínicas de transição de gênero se espalharam pelos hospitais universitários do país, fazendo despontar comunidades e, posteriormente, movimentos trans no mundo ocidental. Ainda, cabe ressaltar a relevância desta história para a própria elaboração do espaço biográfico de João Walter Nery, que tece suas próprias narrativas sobre o tema em Erro de Pessoa, o que veremos no capítulo quarto.

Posteriormente, “retornarei” ao Brasil, buscando: compreender possibilidades de constituições de si trans, bem como percursos biográficos trans, na articulação da era farmacopornográfica com a biopolítica disciplinar nas décadas de 1950 a 1980; analisar de

que maneira a ditadura cishetero-militar articulou-se com o regime de exceção cisheteronormativador; apreender o despontar do movimento cishomossexual brasileiro.

### **2.2.1. Do Fenômeno Transexual à Nação Transgênera: movimentos, comunidades e sujeitos lgbT+ nos Estados Unidos**

As histórias dos movimentos trans e *queer* estadunidenses também são marcadas por avanços, retrocessos, contradições, disputas internas e externas acerca de concepções de gênero, sexo e desejo/sexualidade, regimes de verdade sobre “quem existe e quem não existe de fato”. Foi justamente devido aos jogos de poder discursivos no que condiz a gênero e sexualidade que, na década de 1950 o movimento de lésbicas e gays estadunidense despontou, na época, denominado *movimento homófilo*.

Tal movimento surgiu como uma resposta à intensa repressão homolebotransfóbica promovida pela *Era McCarthy*<sup>70</sup>, período conhecido na história daquele país como de perseguição e repressão às supostas ameaças do comunismo, mas que atingiu identidades e práticas “destoantes” de toda cultura normativa de matriz branca-cisheterocêntrica estadunidense. Podemos considerar o macarthismo como o primeiro *backlash* na história dos Estados Unidos que se volta contra avanços sociais, políticos e culturais em direção ao respeito à diversidade e pluralidade de gênero e sexual.

É interessante destacar que a subcultura lésbica e transmasculina emergiu<sup>71</sup> nos Estados Unidos, a partir de 1920, como aponta Stryker, tendo em vista processos históricos como, pela primeira vez, a população urbana estadunidense ter excedido a população rural e a conquista do direito do voto feminino. Nas palavras da autora,

O maior escopo de possibilidades para a feminilidade independente passou a ser visto como um aspecto importante de uma nova “era moderna”; coalescendo após as convulsões da Primeira Guerra Mundial, foi caracterizado por novas tecnologias de entretenimento (como filmes e gravações de som), estilos modernistas de arte e literatura e casas e ruas eletricamente iluminadas (que criaram mais oportunidades para a socialização noturna) (STRYKER, 2008, p. 34)<sup>72</sup>

<sup>70</sup> nome dado ao período em referência ao senador republicano Joseph McCarthy, figura que foi considerada como “personificadora” da perseguição aos comunistas nos Estados Unidos neste período.

<sup>71</sup> Antes eram indivíduos, agora vê-se uma subcultura de uma coletividade que produz signos de sociabilidade, materialidade e intersubjetividade (STRYKER, 2008; SKIDMORE, 2017; MANION, 2020)

<sup>72</sup> “The greater scope of possibility for independent womanhood came to be seen as an important aspect of a new “modern era”; coalescing after the upheavals of World War I, it was characterized by new entertainment technologies (such as motion pictures and sound recordings), modernist styles of art and literature, and electrically illuminated homes and streets (which created more opportunities for nighttime socializing)” (STRYKER, 2008, p. 34).

Assim, durante o macarthismo, com objetivo de coibir a continuidade da formação das comunidades *queer*, duas medidas de discriminação muito graves ocorreram: a inserção da homossexualidade no primeiro Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) da Associação Psiquiátrica Americana como um distúrbio de personalidade sociopático em 1952; e, em 1953, a emissão do decreto 10450 que proibia quem cometesse “perversão sexual” de trabalhar no serviço federal. Para combater tal repressão, foram fundadas a *Mattachine Society* [Sociedade Mattachine] e a *Daughters of Bilitis* [Filhas de Bilitis], em 1951 e 1955, respectivamente. Ambas as organizações buscavam engendrar uma comunidade *queer*, a partir do fomento ao pertencimento através da comunicação. Para tanto, criaram os periódicos *Mattachine Review* [Revista Mattachine] e *The Ladder* [A Escada]. Além disso, tinham um caráter assimilatório em relação à cisheteronormatividade e eram compostas por pessoas cisgêneras, brancas e de classe média ou alta, ou seja, havia restrições racistas, cisonormativas e elitistas de quem poderia ou não se tornar pertencente a esta comunidade em formação (WAKIMOTO, 2012; MATZNER, 2015; PETTIS, 2015).

A história das transgeneridades, por sua vez, percorreu um percurso diferente da história das homossexualidades, apesar de entrecruzarem-se, como temos acompanhado. É perceptível, por exemplo, uma diferença entre os discursos médicos, biologizantes e patologizantes sobre identidade de gênero e orientação sexual nas décadas de 1950 e 1960: apesar de tanto a homossexualidade quanto a transgeneridade serem concebidas como doenças, recaía sobre a homossexualidade uma discriminação de ordem moral que a considerava uma perversão que deveria ser curada. Todavia, no que condiz à transgeneridade, como foi elucidado no primeiro capítulo desta dissertação, havia uma parcela crescente da classe médica que a considerava uma doença cuja hormonização e cirurgias seriam a “cura” para “adequar o corpo à mente”.

Por isso, a formação da comunidade trans estadunidense está muito relacionada aos grupos de apoio formados por aquelas(es) que frequentavam as clínicas transição de gênero, como a *Conversion Our Goal* [Conversão Nosso Objetivo] e o *National Transsexual Counseling Unit* [Unidade Nacional de Aconselhamento Transexual], ambas entidades de São Francisco, a primeira fundada em 1967 e a segunda em 1968, respectivamente. Desse modo, a supracitada obra *The Transsexual Phenomenon* [O Fenômeno Transexual], de Harry Benjamin sobre a transição de gênero de Christine Jorgesen — cuja autobiografia foi lançada um ano após, em 1967 —, exerceu um papel crucial para estas transformações sociais, pois incitou a criação das clínicas voltadas para a transição de gênero entre 1966 e 1976 nos EUA

e, conseqüentemente, o despontar de comunidades trans a partir dos laços criados nesses locais (BEEMYN, 2014).

Ainda, é importante destacar que, no ano de 1968, em Nova Iorque, foi fundada uma organização voltada especificamente para homens trans e pessoas transmasculinas, a *Labyrinth Foundation* [Fundação Labirinto]. Seu idealizador, Mario Martino, foi autor de uma das primeiras autobiografias — que se tem conhecimento — escrita por uma pessoa trans, a *Emergence*, publicada em 1977.

Susan Stryker (2008, p. 63-64) considera a atmosfera de profundas transformações sociais da década de 1960 como uma grande convulsão social, levando em conta a afluência dos movimentos da contracultura, do movimento negro por direitos civis, do *Black Power*, dos movimentos de orgulho étnico nativo-americanos e chicanos e dos movimentos feministas, lésbicos, homossexuais e trans. Porém, mesmo passando por um processo de radicalização nesta década de 1960, foi apenas na década de 1970 que o movimento LGBTQIAP+ começou a se tornar mais plural (WAKIMOTO, 2012). A Rebelião de *Stonewall*, ocorrida em junho de 1969 em Nova Iorque, representou um importante papel nesse quesito, pois teve como lideranças pessoas como Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera, duas mulheres trans, a primeira negra e a segunda latina. Ainda, o *Stonewall Inn*, estabelecimento que foi “arena” dessa rebelião, era um espaço de sociabilidade de pessoas *queer* negras, latinas, de identidade ou expressão de gênero inconforme, trabalhadoras e/ou em situação de rua (WAKIMOTO, 2012; BEEMYN, 2014; HILLSTROM, 2016).

Este confronto entre sujeitos *queer* não-brancos e a polícia nova-iorquina constituiu um marco importantíssimo para a história LGBTQIAP+ em âmbito global. *Stonewall* é uma história de combatividade que inspira a busca por igualdade em detrimento da assimilação e que gerou radicalização, engrandecimento e visibilidade ao(s) movimento(s) *queer*, constituindo a memória coletiva LGBTQIAP+ e (re)produz o sentimento de pertencimento e identidade (WAKIMOTO, 2012; BEEMYN, 2014; HILLSTROM, 2016). Ademais, inúmeras entidades de movimento social *queer* foram fundadas após *Stonewall*, como a *Street Transvestite Action Revolutionaries* [STAR - Ação de Travestis de Rua Revolucionárias], a *Gay Activists Alliance* [GAA - Aliança de Ativistas Gays] e a *Queens Liberation Front* [Frente de Libertação das Rainhas<sup>73</sup>].

Entretanto, episódios de revolta civis muito similares à Rebelião de *Stonewall* não receberam o mesmo reconhecimento na história LGBTQIAP+. Stryker menciona três deles: o primeiro em maio de 1959, na cafeteria *Cooper's Donut*, em Los Angeles; o segundo em

<sup>73</sup> “Rainhas”, no caso, refere-se às *dragqueens*.

1965, na lanchonete *Dewey*, na Filadélfia; o terceiro em 1966, na cafeteria *Compton*, em São Francisco. Tal qual a primeira rebelião referida, todas estas revoltas foram protagonizadas por pessoas trans, negras e trabalhadoras. É de se destacar que o “incidente” no *Dewey* — local de sociabilidade *queer* desde a década de 1940 — ocorreu quando a gerência do local decidiu proibir que indivíduos vestindo “roupas não conformistas” frequentassem o espaço, o que fez com que os protestos realizados na lanchonete fossem considerados os primeiros atos de desobediência civil contra a discriminação antitransgênero (STRYKER, 2008). A rebelião em *Compton*, por sua vez, iniciou de maneira similar à de Stonewall, com uma mulher trans reagindo à repressão policial. No caso, jogando uma xícara de café quente no rosto do policial que a agredia. Ainda, segundo Stryker,

[...] a rebelião na cafeteria *Compton* em 1966 estava relacionada a desenvolvimentos políticos, sociais e econômicos [...]. As circunstâncias que criaram as condições para a rebelião [...] continuam a ser relevantes no movimento transgênero hoje: práticas policiais discriminatórias em comunidades minoritárias, políticas de planejamento urbano prejudiciais, as consequências domésticas perturbadoras das guerras estrangeiras dos EUA, acesso à saúde, ativismo pelos direitos civis com o objetivo de expandir as liberdades individuais e a tolerância social em questões de sexualidade e gênero, e a formação de coalizões políticas em torno das injustiças estruturais que afetam muitas comunidades diferentes. A violenta resistência à opressão de pessoas trans na Cafeteria *Compton* não resolveu os problemas que as pessoas trans em *Tenderloin* enfrentavam diariamente. No entanto, criou um espaço no qual tornou possível para a cidade de São Francisco começar a se relacionar de forma diferente com seus cidadãos transgêneros — começar a tratá-los, de fato, como cidadãos com necessidades legítimas em vez de simplesmente como um problema para se livrarem. Essa mudança de consciência foi um passo crucial para o movimento contemporâneo de justiça social transgênero — o início de uma nova relação com o poder do Estado e a legitimidade social. (STRYKER, 2008, p. 74-75)<sup>74</sup>

Ademais, a autora também considera que a Rebelião de *Stonewall* tem sido mitificada como origem do movimento LGBTQIAP+. Porém, conforme podemos apreender através de seu trabalho, houve outras revoltas *queer*, além do movimento homófilo ter surgido mais de uma década antes da mencionada rebelião e do movimento trans também ser anterior a ela, como por exemplo aquele promovido pelo grupo *Vanguard*, de 1966, composto pela juventude *queer* de São Francisco.

Ressalto, também, a dificuldade encontrada naquele contexto para formar um movimento LGBTQIAP+ mais coeso. Conforme Genny Beemyn (2014) elucida,

<sup>74</sup> [...] the Compton’s Cafeteria riot in 1966 was related to very large-scale political, social, and economic developments [...]. The circumstances that created the conditions for the riot [...] continue to be relevant in the transgender movement today: discriminatory policing practices in minority communities, harmful urban land-use policies, the unsettling domestic consequences of U.S. foreign wars, access to healthcare, civil rights activism aiming to expand individual liberties and social tolerance on matters of sexuality and gender, and political coalition building around the structural injustices that affect many different communities. The violent resistance to the oppression of transgender people at Compton’s Cafeteria did not solve the problems that transgender people in the Tenderloin faced daily. It did, however, create a space in which it became possible for the city of San Francisco to begin relating differently to its transgender citizens — to begin treating them, in fact, as citizens with legitimate needs instead of simply as a problem to get rid of. That shift in awareness was a crucial step for the contemporary transgender social justice movement — the beginning of a new relationship to state power and social legitimacy.



Seis meses após os tumultos [de Stonewall], um grupo composto principalmente por gays brancos de classe média formou a *Gay Activists Alliance* (GAA) em Nova York [...]. O grupo não considerou pessoas transgêneras relevantes para sua missão; a GAA nem sequer forneceria um empréstimo para pagar o aluguel para manter a *STAR House* aberta [...]. As pessoas transexuais também não se sentiram bem-vindas no grupo. Marsha P. Johnson lembrou que ela e Rivera foram observadas quando participaram das reuniões da GAA, sendo as únicas em drag e às vezes as únicas pessoas de cor (Jay & Young, 1972). Grupos gays semelhantes que excluíram pessoas transgêneras posteriormente foram formados em outras cidades. (BEEMYN, 2014, p. 24)<sup>75</sup>

Dessa maneira, podemos compreender que as intersecções de raça, classe e gênero fomentaram hierarquizações e segregações dentro do próprio movimento. Ou seja, naquele período, o racismo, a transfobia, o machismo e o elitismo também formavam bases para que organizações como a supracitada *Gay Activists Alliance* — estritamente gay, masculina, cisgênera, branca e de classe média à alta — existissem. De forma similar, grupos do movimento lésbico buscavam excluir mulheres transexuais naquele período, realizando paradas do orgulho gay e lésbico exclusivas para pessoas cis e difundindo discursos transfóbicos nos quais chegavam a acusar mulheres trans de “estupradores em potencial”, por exemplo (STRYKER, 2008; BEEMYN, 2014). Assim, ressalto que os privilégios promovidos pela intersecção da cisgeneridade com a branquitude auxiliavam a permanência e propagação destas vertentes do movimento *queer* estadunidenses, pois, tal qual os homens trans heteronormativos mencionados no subcapítulo “*Female husbands* e outros homens com vagina”, a branquitude (nesse caso entrelaçada à cisonormatividade e à monossexualidade), também promovia uma certa proteção aos gays e lésbicas cis brancos.

Ainda na década de 1970, uma grande vitória do movimento foi conquistada: a homossexualidade foi retirada do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) da Associação Psiquiátrica Americana, em 1973. A patologização da transgeneridade, por sua vez, seguiu sendo (re)atualizada — um problema que persiste até hoje<sup>76</sup>.

A década de 1980, diferente dos anos de efervescência política, cultural e intelectual anteriores, trouxe consigo a trágica pandemia do HIV/aids que irrompeu em 1981 e deixou feridas abertas na história LGBTQIAP+ em âmbito global. No caso estadunidense, o primeiro registro de falecimento por Síndrome de Imunodeficiência Adquirida se deu em junho

---

<sup>75</sup> Six months after the riots, a group comprised mostly of White middle-class gay men formed the Gay Activists Alliance (GAA) in New York City [...]. The group did not consider transgender people to be relevant to its mission; GAA would not even provide a loan to pay the rent to keep STAR House open [...]. Transgender people also did not feel welcomed in the group. Marsha P. Johnson remembered that she and Rivera were stared at when they attended GAA meetings, being the only people in drag and sometimes the only people of color there (Jay & Young, 1972). Similar gay groups that excluded transgender people subsequently formed in other cities.

<sup>76</sup> Veja mais em:

<<https://nohssomos.com.br/2021/01/25/trans-nao-e-doenca-a-patologizacao-trans-atraves-da-medicina>>.

Último acesso: 25/04/2022

daquele ano. Desde então, a doença passou a ser associada, por grupos conservadores, a homens cis gays ou bissexuais e a mulheres trans, chegando a ser chamada de “praga gay” (HILLSTROM, 2016). O descaso governamental — fruto da LGBTfobia — e os estereótipos nocivos que passaram a habitar o imaginário social estadunidense “criaram” uma “nova forma” de subjugação e vulnerabilização social: a sorofobia, voltada, especialmente, às pessoas LGBTQIAP+ que contraíssem o vírus do HIV e desenvolvessem aids. Diante desse pesadelo, muitas pessoas *queer* focaram sua força e atenção à luta pela dignidade e saúde de pessoas LGBTQIAP+ e/ou soropositivas, fazendo com que surgissem grupos mais diversificados no que condiz ao perfil de seus membros. Um dos grandes exemplos destas entidades é a ACT-UP [*AIDS Coalition to Unleash Power's* - Coalizão da AIDS para Desencadear o Poder], fundada em Nova Iorque no ano de 1987 e em atividade até os dias atuais (WAKIMOTO, 2012).

Assim, em função de uma realidade marcada por complexas hierarquizações, conflitos dentro movimento LGBTQIAP+ e, também, por vastas discussões teóricas e uma densidade histórica das lutas antirracistas, feministas e LGBTQIAP+, se constituíram entidades que buscavam abranger grupos da comunidade *queer* invisibilizados e subjugados. Diana Kiyo Wakimoto, estudiosa de arquivologia *queer* estadunidense, cita, por exemplo, o *Asian/Pacific Lesbians and Gays* [A/PLG – Lésbicas e Gays Asiáticos/Pacíficos], de 1980; o *BiNet USA*, de 1990; e o *Intersex Society of North America* [Sociedade Norte-Americana Intersexo], de 1993.

Uma das organizações que surgiu nessa guinada à pluralização do movimento LGBTQIAP+ norte-americano foi a *Transgender Nation* [Nação Transgênera], fundada por Anne Ogborn, Christine Taylor e pela supracitada historiadora e transativista Susan Stryker em 1992, na cidade de São Francisco, como uma ramificação da *Queer Nation* (STEINBOCK, 2019). A Nação Transgênera surgiu pelos motivos que viemos discutindo aqui, da transfobia em meio às organizações gays, lésbicas e “queer”. No caso da Nação *Queer* em específico, tratava-se de uma entidade que aglomerava vários grupos, como o *Lesbians and Bisexuals in Action* [LABIA - Lésbicas e Bissexuais em Ação] e o *Suburban Homosexual Outreach Project* [SHOP - Projeto de Divulgação Homossexual nos Subúrbios], cuja militância também variava em suas abordagens e estratégias, mas que se reuniam mensalmente para discutir e deliberar ações sincronizadas em um quadro mais amplo da luta política por dignidade e conquista de cidadania às pessoas *queer* (STRYKER, 2008).

Contudo, quem tinha seu espaço garantido na Nação *Queer* eram pessoas cisgêneras, gays, lésbicas e bissexuais, ou seja, pessoas cuja sexualidade (estritamente) desobedecia a cisheteronorma. Aqueles(as) que não consideravam transgêneros “pessoas *queer*”, repetiam

retóricas transfóbicas que ecoavam, pelo menos, desde a década de 1970, como a falácia de que pessoas trans tinham uma sexualidade desviante da norma, mas adequavam seus corpos para se encaixar na heteronormatividade. Para a infelicidade dos(as) transfóbicos(as), após a transativista Anne Ogborn ter presenciado um ato de transfobia de uma integrante do grupo, o ato transfóbico foi discutido em reunião e deliberada a criação da Nação Transgênera.

É interessante ressaltar que a palavra “Nação” não nomeia ambos grupos à toa. As décadas de lutas, conquistas e recrudescimentos e, sobretudo, a necropolítica presente nos governos estadunidenses diante da crise do HIV/aids fizeram com que, quase uma década após o rompante da pandemia no país (em 1990), integrantes da ACT-UP formassem o espaço de discussão e articulação política que foi a Nação *Queer*, a fim de não somente tensionar o Estado a cumprir seu papel, mas de pensar em qual Estado, em qual Nação desejavam viver e, assim, estabelecer estratégias políticas de transformação social. No final das contas, tal movimento passou a operar na busca de uma Nação TRANSformada, também.

Como é possível perceber a partir do exposto, na década de 1990 inaugurou-se um novo momento do movimento LGBT estadunidense, com destaque para a letra T da sigla. Todavia, desenrolaram-se décadas de mobilizações sociopolíticas trans independentes e coletivas até chegar-se no vislumbamento de uma nação Trans.

Com desdobramentos em outros países ocidentais, mas também influenciada por processos *transformacionais* internacionais<sup>77</sup>, considero que esta narrativa nos auxilia a compreender a formação do campo de possibilidades do qual emerge João Walter Nery. Afinal de contas, apesar dos primeiros procedimentos hormonais e cirúrgicos de transição de gênero terem ocorrido na Alemanha de Magnus Hirschfeld, foi nos Estados Unidos que as clínicas de identidade de gênero impulsionaram a formação de uma comunidade trans. Desse modo, do Fenômeno Transexual à Nação Transgênero, o movimento trans estadunidense gerou um impacto global considerável, a exemplo da criação, em 2008, do Observatório de Pessoas Trans Assassinadas<sup>78</sup>, inspirado em um projeto da Nação Transgênera. Tal Observatório tem realizado um mapeamento da transfobia que embasa políticas públicas e projetos voltados à dignidade e vida de pessoas trans.

No que concerne ao Brasil das décadas de 1970 e 1980 e, em especial, à Nery, os impactos dessas mobilizações políticas, sociais, culturais e científicas implicaram, por

<sup>77</sup> A exemplo da organização TRANSDEVI (Transexuais pelo Direito à Vida), fundada em 1991 em Buenos Aires, na Argentina, pela ativista e mulher trans Karina Urbina (NEER, 2020); e pelo grupo “Pressão por Mudança”, fundado em 1992 por ativistas trans, no Reino Unido, a fim de lutar por cidadania plena para pessoas trans britânicas (STRYKER, 2006).

<sup>78</sup> Realizado pela rede *Transgender Europe* [Europa Transgênera], este Observatório trata-se de um mapeamento dos crimes letais de transfobia ocorridos em 85 países.

exemplo, na possibilidade de especialização de profissionais da saúde brasileiros(as) em realizar procedimentos voltados para a transição de gênero. Além disso, João Nery teve acesso e participou de discussões acerca de gênero e sexualidade dentro dessa ampla rede *transnacional*. Entretanto, para apreender o campo de possibilidades que permite seu autoforjar, é imprescindível compreender os processos em âmbito nacional. Dessa maneira, no próximo tópico darei continuidade a este percurso, com foco no Brasil.

### **2.2.2. Transgressões de gênero no Brasil farmacopornográfico das décadas de 1950 a 1980**

A fim de dar continuidade à compreensão da formação do campo de possibilidades através do qual João Walter Nery se autoforjou, neste tópico pretendo elaborar uma narrativa acerca das *transgressões* de gênero no Brasil em um período no qual o regime biopolítico farmacopornográfico passa a se amalgamar com o regime biopolítico disciplinar e com a necropolítica. Início minha análise em 1959, ano no qual ocorreu a primeira cirurgia de transição de gênero que se tem registro no país (FÁBIO, 2016; AGUIAR, 2020; TRIBUNA SC, 2020); e a finalizo na década de 1980, tendo em vista o recorte temporal desta pesquisa.

Primeiro, irei discorrer sobre transgressões de gênero no final da década de 1950; após, procurarei elucidar minhas compreensões acerca do período da *ditadura cishetero-militar* (1964-1985) (QUINALHA, 2018; NASCIMENTO, 2020); em um terceiro momento, abordarei transgressões de gênero no Brasil dos anos 1960 e 1970, com foco nas produções de si farmacopornográficas; ainda, tecerei uma breve narrativa sobre o despontar do movimento cishomossexual brasileiro; por fim, realizarei, de maneira sucinta, uma reflexão acerca da abertura deste campo de possibilidades.

\*\*\*

Quem protagonizou a “cirurgia pioneira” foi o supracitado Mário da Silva, um rapaz branco e intersexo que nasceu no início da década de 1940 em Itajaí, no interior de Santa Catarina (FÁBIO, 2016; AGUIAR, 2020; TRIBUNA SC, 2020). Seu caso foi divulgado na

imprensa catarinense, repercutindo na revista *O Cruzeiro*<sup>79</sup>, em janeiro de 1959 (AGUIAR, 2020). A matéria contou com entrevistas cedidas por Mário da Silva, por José Eliomar da Silva — médico que realizou sua operação e seus conterrâneos (AGUIAR, 2020). Não fica evidente na reportagem o(s) procedimento(s) cirúrgico(s) ao(s) qual/quais Silva foi submetido, todavia, a via de acesso é inequívoca: por ser intersexo, Mário da Silva recebeu uma nova designação de sexo/gênero pelo saber-poder biomédico, neste caso, (re)produzido por José Eliomar da Silva, ao afirmar que o paciente nunca tinha sido mulher.

Ainda, para justificar a relação entre sua identidade de gênero, expressão e corpo, as narrativas elaboradas pelo jornalista Arlindo Silva — responsável pela matéria — e pelas pessoas entrevistadas constroem uma continuidade na biografia de Mário no que concerne às performances de gênero masculinas cisheteronormativas: não tinha interesse em “namorados” e gostava de cavalgar, por exemplo, logo sua transição de gênero foi legitimada cirurgicamente “[...] pois, se não era uma mulher, então precisava se enquadrar naquilo que se esperava de um homem cisgênero.” (AGUIAR, 2020, p. 72).

O caso de Mário da Silva me remete a uma história que ocorreu no ano anterior, essa em Los Angeles, nos Estados Unidos da América. Trata-se da *tecnocordeira* e *hacker de gênero* (PRECIADO, 2018) Agnes que, aos 19 anos, conseguiu realizar modificações corporais ao convencer uma equipe médica da Universidade da Califórnia de que era “hermafrodita”. Todavia, anos após, apresenta-se como uma pessoa que “nasceu homem” e “virou mulher” pelo uso de hormônios. De acordo com Preciado, este é um exemplo de *bioterrorismo de gênero* que “[...] mostra como um tecnocordeiro sacrificial pode devorar uma manada de lobos farmacopornográficos” (PRECIADO, 2018, p. 401).

Ambas as histórias explicitam falhas e incongruências nos regimes biopolíticos disciplinar e farmacopornográfico. Afinal, na busca em produzir corpos e populações cisgêneras (AGUIAR, 2020), foram fabricados sujeitos *transgressores*.

\*\*\*

No dia 01 de abril [...] de 1964, amanheceu em chamas a sede da [...] UNE<sup>80</sup>, no Rio de Janeiro. Não só a sede e o teatro recém inaugurados pegavam fogo; móveis, documentos e faixas produzidas pelos estudantes jaziam espalhadas em uma fogueira em frente ao número 132 da Praia do Flamengo. Na sequência, UNE e UBES<sup>81</sup> sofreriam intervenção federal e passariam a atuar de forma clandestina até a década seguinte. [...] foram substituídas por entidades mais alinhadas aos preceitos

<sup>79</sup> De acordo com Juno Nedel Mendes de Aguiar (2020), referência no mercado editorial brasileiro “[...] por conta da sua qualidade gráfica, do uso de fotografias e dos textos assinados por grandes nomes do jornalismo nacional e internacional.” (p. 63) e circulou em todas as capitais do país de 1928 a 1985.

<sup>80</sup> União Nacional dos Estudantes

<sup>81</sup> União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

defendidos pelo governo que se instaurou a partir do golpe de Estado consumado no mesmo dia do incêndio. (LEVANDOVSKI, 2021, p. 16)

Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, o regime de exceção cisheteronormativador passou a ser engendrado por uma nova política de Estado. Como podemos vislumbrar através da cena tecida por Rafael Vieira Levandovski (2021) na citação acima, o golpe que instaurou a ditadura cishetero-militar foi iniciado de maneira truculenta e, desde este dia que durou 21 anos<sup>82</sup>, o governo que se estabeleceu no Brasil seguiu tendo a necropolítica, a censura e a perseguição aos próprios “cidadãos” como parte do seu *modus operandi*.

Não pretendo, neste trabalho, me aprofundar na discussão teórica acerca desse período histórico. Entretanto, acredito ser pertinente elencar algumas questões a fim de proceder uma contextualização. Muitas mobilizações sociais e políticas que antecederam o golpe civil-militar de 1964 eram produto-produtoras de discursos conservadores, moralistas, liberais e burgueses, provenientes da branquitude ciscolonial. No jogo da história, tais discursos encontravam-se em uma disputa ferrenha, a nível Ocidental, com as ideologias socialistas e comunistas, diante da Guerra Fria. Ainda, destaco que, neste mesmo período, movimentos voltados à busca por direitos humanos e civis — a exemplo dos movimentos homófilo e por direitos para a população negra nos Estados Unidos — também colocavam suas cartas na mesa da história (FOUCAULT, 1979; SIMAKAWA, 2015; QUINALHA, 2018; TEDESCO, 2018; MACEDO, 2020; LEVANDOVSKI, 2021).

Dessa maneira, após a Segunda Guerra Mundial, houve o engendramento da bipolarização capitalismo *versus* comunismo, bem como a produção da *espécie* “comunista” como inimigo de Estado nos países ocidentais capitalistas. Ademais, no que condiz às relações de gênero, o comunismo passou a ser considerado uma séria ameaça à instituição familiar cisheterocentrada (FOUCAULT, 2013; QUINALHA, 2018; MACEDO, 2020; LEVANDOVSKI, 2021).

A estratégia de manutenção desta ordem — burguesa, branca e cisheterossexual — e, no âmbito do polo capitalista, sob a política imperialista estadunidense, foi a criação de escolas militares que, posteriormente, foram protagonistas da instauração das ditaduras no Cone-Sul. Conforme elucidada Greice Adriana Neves Macedo,

Estratégia e logisticamente os EUA orquestraram as ditaduras civis-militares nos países do Cone Sul, neste sentido é importante observarmos o papel da Escola Superior de Guerra (ESG), suas formas de atuação, formação política, militar e ideológica. A ESG foi criada em 1948 pelo governo Gaspar Dutra com a missão (extra-oficial) de ser uma sucursal da *National War College* (Escola Nacional de Guerra) estadunidense, a fim de afirmar ligações entre militares do Brasil e o governo dos Estados Unidos. Com a incumbência oficial de formar uma

<sup>82</sup> Aqui, faço alusão ao filme-documentário *O dia que durou 21 anos*, de direção de Camilo Galli Tavares, lançado no Brasil em 2013.

elite civil-militar dirigente e fiel aos interesses do bloco capitalista comandado pelos EUA. A perspectiva dos militares brasileiros passava por dois pontos indispensáveis: a lógica da segurança nacional e o apoio das elites civis. (MACEDO, 2020, p. 62)

Desse modo, sobretudo após a vitória de Fidel Castro, Ernesto Che Guevara e milhares de rebeldes na Revolução Cubana (1953-1959), os Estados Unidos da América (EUA), “nação defensora da liberdade” e do “sonho americano”, através das escolas militares, desenvolveu a chamada Doutrina de Segurança Nacional (DSN) (MACEDO, 2020; LEVANDOVSKI, 2021). Tal doutrina, por sua vez, promoveu a um discurso de manutenção da “ordem social” na formação militar nos países latinoamericanos, em outras palavras, um discurso de manutenção da hierarquização das relações sociais e da hegemonia da matriz branca, cisheterossexual, colonial, racista e burguesa, que culminou, como foi dito, nas ditaduras de segurança nacional impostas através de golpes militares na América Latina nas décadas de 1960 e 1970.

Dentro da lógica da DSN, o governo ditatorial e suas instituições de repressão tinham como elemento central o controle e/ou a dizimação dos chamados “inimigos internos”, em um primeiro momento associados ao comunismo (por definição “externo”). Decorre daí a noção de perseguição e de criação de “óbices” a serem combatidos, algo profundamente associado a uma visão militarista de gestão do Estado, que necessitava constantemente de reelaboração, da construção contínua de narrativas que justificassem o constante clima de perseguição política, controle e censura (LEVANDOVSKI, 2021).

Nesse sentido, o regime de exceção cisheteronormativador e o racismo atravessam as criações de noções de inimigo interno durante o regime ditatorial no Brasil, construindo uma ideia de antagonistas para além do “tradicional” comunismo. A perseguição aos movimentos negros ilustra bem essa questão, a exemplo da elaboração de uma ideia de “Racismo Negro” pelos órgãos de vigilância ditatoriais, que consideravam as entidades negras subversivas e ameaçadoras da ordem nacional (MACEDO, 2020).

Ainda, no que condiz às relações de gênero, recorro ao conceito de ditadura cishetero-militar, reconhecendo que as transgressões de gênero e sexualidade também se tornaram uma espécie de ameaça à segurança nacional nesse período, como “expressões de uma cultura externa” que procurava “invadir” um ambiente que se pretendia homogêneo, cisnormativo, branco e heterossexual (QUINALHA, 2018; NASCIMENTO, 2020).

A partir do exposto, nas páginas subsequentes irei traçar uma narrativa acerca de sujeitos, movimentos e comunidades transgressoras de gênero/sexo em meio à ditadura cishetero-militar e aos regimes biopolíticos disciplinar e farmacopornográfico, com foco especial no último. Primeiro, abordarei brevemente o fenômeno do transformismo e da

travestilidade na década de 1960 no país; após isso, discorrerei acerca dos primeiros *hackeamentos* de gênero biopolíticos em um Brasil farmacopornográfico.

\*\*\*

Em 1963, desembarcou no Brasil Coccinelle, nome artístico de Jacqueline Dufresnoy (1931-2006), mulher francesa transexual. Ela esteve hospedada no hotel Copacabana Palace, na cidade do Rio de Janeiro, e viajou para o Brasil para participar de um espetáculo. Sua transição de gênero obteve grande repercussão no país onde, até então, nos palcos de shows de travestis e transformistas, corpos trans farmacopornograficamente modificados ainda não haviam pisado (VERAS, 2015; 2018; GREEN, 2019). Parafraseando Elias Ferreira Veras (2018, p. 351), entre as décadas de 1960 e 1970, “fazer travesti” tornou-se “virar travesti”.

Durante a estadia de Coccinelle no Brasil, a transformista-travesti Rogéria (1943-2017) a conheceu e, a partir deste contato, iniciou sua *auto-intoxicação voluntária* (PRECIADO, 2018) e clandestina e, assim, tornou-se a primeira pessoa trans nacionalmente conhecida na instauração do regime farmacopornográfico brasileiro (PASCHOAL, 2016; VERAS, 2015; 2018; GREEN, 2019). De acordo com James Green,

Logo após Coccinelle catalisar a imaginação da imprensa e do público, o Brasil produziu seus próprios Coccinelles, à medida que os shows de travestis deixavam os clubes noturnos gays para ganhar os palcos dos principais teatros. As estrelas de meados da década de 1960 não tinham de passar por mudança de sexo para despertar a curiosidade e ganhar fama. Suas apresentações, diretamente influenciadas pelos bailes de travestis do carnaval, proporcionavam mais uma oportunidade para o contato entre a subcultura homossexual e o público mais amplo. (GREEN, 2019, p. 372-373)

A despeito da análise do autor — que me parece associar a “mudança de sexo” à intenção de obter sustento e sucesso profissional no meio do transformismo —, considero interessantíssimo perceber o “efeito Coccinelle” no país. Ao desembarcar, Jacqueline Dufresnoy trouxe consigo o signo da transgressão de gênero farmacopornográfica. A artista, ao ceder entrevistas à imprensa, propagou a possibilidade de pessoas de gênero inconforme realizarem práticas de produção de si farmacopornográficas, a exemplo de Rogéria.

Na década de 1970, Rogéria fez uma turnê pela Europa. Com a hormonização em andamento, cabelos compridos e loiros, entre outras características físicas associadas a uma performance cisheteronormativa de feminilidade, decidiu submeter-se a um procedimento cirúrgico para “finalizar sua transição”: uma rinoplastia. Assim, ao retornar para o Brasil em 1973, a famosa vedete havia “se tornado” Rogéria por “completo” (PASCHOAL, 2016).

Destaco a trajetória de Rogéria, tendo em vista sua repercussão em âmbito nacional. Dessa maneira, podemos considerar que, se na década de 1960 o “efeito farmacopornográfico



Cocinelle” passou pelo Brasil, na década de 1970 a figura que protagonizava a (re)produção desse efeito era Rogéria. Entretanto, a sua história é muito diferente da maioria das travestis, mulheres trans e demais pessoas designadas como homens ao nascer que se identificavam de maneira feminina. De acordo com Luiz Morando (2014), a “atuação das polícias civil e militar sobre gays e travestis em Belo Horizonte, ao longo da década de 1960, sempre foi visível” (MORANDO, 2014, p. 53), por exemplo, e intensificou-se após a instauração do regime ditatorial em 1964 (MORANDO, 2014; QUEIROZ, 2018).

O autor elucida ainda que, nesse período, houve uma campanha de hostilização à pessoas de gênero e sexualidade inconforme em Belo Horizonte, efetuada através de batidas policiais e/ou fechamentos de locais de sociabilidade desses sujeitos e, também, de legislação regulamentando atividades artísticas (MORANDO, 2014). Ainda, segundo Morando, as travestis foram foco preferencial dessa ação repressora, tendo em vista que as batidas visavam a detenção dos “homens de batom e pó de arroz” (MORANDO, 2014, p. 71) e que as legislações tinham por alvo a censura aos desfiles e shows de travestis e transformistas. O autor explica, também, que empreendimentos repressores similares ocorreram em maior escala no Rio de Janeiro e em São Paulo e, em alguma medida, estiveram espalhados pelo país (MORANDO, 2014).

Contudo, o regime de exceção cisheteronormativador em tempos ditatoriais não conseguiu impedir, por exemplo, que em 1966 ocorresse o I Congresso Nacional do Terceiro Sexo em Niterói (RJ), tampouco o I Baile de Carnaval dos Travestis em Belo Horizonte, em 1967. Entretanto, em 1968 uma série de situações truculentas se sucederam: primeiro, a realização do Miss Brasil Travesti foi impedida pela polícia belo-horizontina, posteriormente, o Secretário de Segurança Pública, ao buscar impedir manifestações de descontentamento públicas por parte das travestis, avisou: “Se a boneca fizer passeata, apanha. Se os travestis teimarem em fazer uma passeata de protesto na cidade, vão ser recebidos com bomba de gás lacrimogêneo e cassetetes ‘tamanho família’” (MORANDO, 2014, p. 77).

A partir do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em dezembro de 1968, o Congresso foi fechado e o regime de exceção ditatorial foi intensificado, com a promoção de censura, supressão de direitos, tortura e assassinato dos “inimigos internos na nação” pelo próprio Estado. Como decorrência, os shows e bailes de travestis “desapareceram de cena”, sem haver divulgações na imprensa, provavelmente, ocorrendo de forma clandestina, e as expressões e corpos gênero-diversas estiveram ainda mais vulneráveis aos crimes cometidos pelo próprio Estado brasileiro contra parte da sua população, com base nos elementos discutidos anteriormente de raça, classe, gênero, sexualidade, para além de envolvimentos e concepções

políticas (MORANDO, 2014; GREEN, 2019; MACEDO, 2020; LEVANDOVSKI, 2021).

No que diz respeito às relações de gênero, essa repressão vinha como uma resposta a mobilizações sociais, políticas e culturais ocorridas entre o final da década de 1960 e início dos anos 1970. A contracultura, os feminismos e os questionamentos das normas de gênero e sexualidade de modo geral eram fomentados por uma juventude ávida por mudanças. A rigidez das relações de gênero, sobretudo no concernente às suas expressões — vestimentas, acessórios, trejeitos etc — quebrava-se aos poucos, a partir de figuras como Caetano Veloso e Ney Matogrosso (PINTO, 2003; GREEN, 2019). Conforme James Green (2019) e João Walter Nery (1984; 2011) colocam: a moda era “andrógina”, era “unissex”. Essa moda, por sua vez, ameaçava a frágil ordem social cishetero-branco-burguesa.

Nesse período, “Doce de Côco” vivia em Manaus (AM), tratava-se de uma jovem que havia sido designada homem ao nascer, mas expressava-se de maneira feminina e sentia atração por homens. Por ser uma pessoa de gênero inconforme, Doce de Côco saiu do seio familiar aos 15 anos, mudando-se de Porto Velho, onde nasceu, para a capital do Amazonas; trabalhava com a confecção de perucas, ansiava por “travestir-se” no Carnaval e residia na periferia da cidade. A marginalização e criminalização dos corpos desobedientes atravessaram sua carne: sofreu ataques policiais, foi presa e, em fevereiro de 1971, assassinada por uma trabalhadora do sexo em meio a uma discussão (LIMA; SAMPAIO, 2018).

A história de Doce de Côco ilustra as possibilidades de vida, de percurso biográfico, da grande maioria das pessoas de gênero inconforme de sua época. A criminalização, marginalização, abjeção e desumanização promovidos pelos discursos midiáticos, jurídicos, biomédicos, entre outros, ceifava vidas transgressoras muito antes dos 35 anos que temos de expectativa atualmente (BENEVIDES, 2022). Além disso, é pertinente ressaltar as marginalizações em torno de possibilidades de trabalho, sustento e circulação social, sendo o trabalho sexual e a noite o espaço-tempo acessíveis à população transfeminina (VERAS, 2015; BENEVIDES, 2022).

A trajetória de Anderson Herzer (1962-1982), atualmente considerado o primeiro transmasculino a publicar uma autobiografia no Brasil, infelizmente também ilustra esta precarização das vidas trans. Herzer passou três anos de sua adolescência internado na Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM), onde assumiu sua identidade de gênero masculina. Foi reconhecido pelo grupo de jovens com o qual convivia, mas também foi fortemente reprimido e torturado pela/na instituição. Aos 23 anos, Herzer foi suicidado, após uma vida imbuída com os aspectos mais cruéis dos regimes biopolítico disciplinar e necropolítico. Anderson *Bigode* Herzer é um dos primeiros transmasculinos que se tem

registro de ter sido suicidado pelo regime cisheteronormativador do Estado genocida brasileiro (JESUS, 2013; BUTLER, 2020; CHAVES, 2021; GOULART, 2021).

\*\*\*

Os anos 1970, no Brasil, chegaram ao seu fim de maneira significativamente diferente da década anterior. A crise econômica mundial de 1973, chamada “Crise do petróleo”, ocasionou o fim do “milagre econômico” que respaldou o regime ditatorial para as classes médias do país. Aos poucos, a pressão social para a instauração de um regime democrático foi surgindo, evidenciada pelas eleições de 1974, nas quais representantes do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição consentido pelo regime, ocuparam a maior parte das cadeiras da Assembleia Legislativa (GASPAROTTO; PADRÓS, 2014).

No Ano Internacional da Mulher (1975), surge o Movimento Feminino pela Anistia (1975) e, em 1978, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), bem como Comitês Brasileiros pela Anistia em várias cidades do país. Ainda, o final dos anos 1970 foi marcado por greves operárias. Diante de mobilizações como as mencionadas acima, nesta década uma “transição” para um período pós-ditatorial, tutelada pelos militares e pressionada pela população, iniciou-se. Contudo, apesar do retorno da União Nacional dos Estudantes (1976) e da revogação do Ato Institucional nº 5 (1978), por exemplo, ainda nos anos 1970 o Estado brasileiro foi responsável por centenas de assassinatos, torturas, exílios, perseguições e prisões “políticas”. Em 1979, o pluripartidarismo retornou e, em agosto deste mesmo ano, foi promulgada a Lei da Anistia que, ao invés de ser “ampla, geral e irrestrita”, absolveu os crimes cometidos pelos agentes do Estado (GASPAROTTO; PADRÓS, 2014).

Em meio a todas essas mobilizações sociais e políticas, surge o movimento cishomossexual brasileiro, com a criação, em abril de 1978, do Somos — Grupo de Afirmação Homossexual. Com influências internacionais e de outros movimentos sociais brasileiros, o grupo constituiu-se voltado para a defesa dos interesses e direitos dos homossexuais e, em sua dinâmica, tinha um forte caráter anti-autoritário e democrático, na busca de criar uma “comunidade de iguais” (FACCHINI, 2005, p. 95).

Inicialmente constituído estritamente por homens cisgêneros gays, somente após dezembro de 1978 que o Somos passou a ter integrantes mulheres cisgêneras lésbicas. Ainda, em suas discussões, o grupo formava sua própria identidade homossexual (FACCHINI, 2005), ou, melhor dizendo, cishomossexual.

Entre as atuações do Somos está a criação do jornal *Lampião da Esquina*, que circulou por todo Brasil entre os anos 1978 e 1981, proporcionando o despontar de uma coletividade

LGBTQIAP+ brasileira através de suas discussões e do seu “correio elegante” (FACCHINI, 2005). Outro periódico produzido pelo Somos, mais especificamente pelo Grupo de Ação Lésbico-Feminista do grupo, foi o *Chanacomchana*, que inaugurou a imprensa lésbica brasileira (FERNANDES, 2018).

Com o despontar promovido pelo Somos, outros grupos foram surgindo neste mesmo período, a exemplo da mais antiga entidade de movimento social LGBTQIAP+ ainda ativa no país: o Grupo Gay da Bahia, fundado por Luiz Mott em fevereiro de 1980 (MOTT, 2018). Neste mesmo ano, ocorreram: o I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO) em São Paulo, no qual participaram cerca de 200 pessoas, representando as seguintes entidades: Auê (Rio de Janeiro), Beijo Livre (Brasília), Eros, Libertos, Somos (São Paulo e Sorocaba), e militantes independentes de Belo Horizonte, Vitória, Goiânia e Curitiba; e o I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), também em São Paulo, que contou com em média 600 participantes (FACCHINI, 2005).

Devido a suas disputas internas<sup>83</sup>, o Somos dividiu-se em três em 1980, surgindo assim o Grupo de Ação Lésbico-Feminista e o Grupo de Ação Homossexualista — posteriormente denominado de Outra Coisa, além de um grupo que manteve o nome original. Apesar das fragmentações, tais entidades, junto a representantes dos movimentos feministas e negros uniram-se nos anos 1980 contra as atrocidades lideradas pelo delegado Richetti na chamada Operação Limpeza, que buscava “limpar” as ruas de São Paulo das trabalhadoras sexuais — em sua maioria mulheres cis, trans e travestis (FACCHINI, 2005), o que exemplifica as articulações entre os movimentos sociais no período, bem como, mais uma vez, o viés necropolítico do Estado brasileiro.

Estima-se que havia mais de 20 entidades de movimento cishomossexual na década de 1980 no Brasil. Entre as complexidades que atravessaram o período, faz-se imprescindível mencionar a pandemia do vírus HIV, causador da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (aids) que, assim como nos Estados Unidos, no Brasil foi diretamente associada às pessoas de gênero e sexualidade inconforme, sendo chamada de “peste gay” pela mídia hegemônica e por muitas autoridades das áreas da política e da saúde, entre outras titulações cruéis e homolesbotransfóbicas (FACCHINI, 2005).

A partir desta breve exposição, penso que seja interessante destacar alguns elementos do movimento cishomossexual: primeiro, utilizo o prefixo “cis” para dar ênfase às concepções

---

<sup>83</sup> Havia uma polarização entre integrantes alinhados com os ideais socialistas/comunistas e aqueles que compreendiam estas ideologias como autoritárias e defendiam a autonomia da luta das minorias (FACCHINI, 2005).

cisnormativas sobre masculinidades, feminilidades e corpo (re)produzidas no âmbito do movimento de modo geral; segundo, acredito ser pertinente abordar a questão da monossexualidade e não-monossexualidade, pois havia uma ideia comum de que a bissexualidade seria um subterfúgio para não assumir a homossexualidade.

Desse modo, de forma similar à história dos movimentos *queer* estadunidenses, no Brasil também percebemos as contradições e disputas em torno de gênero/sexo e sexualidade no escopo dos movimentos sociais voltados para o respeito, a liberdade e os direitos à diversidade de gênero e sexual. Além disso, com base nas discussões que foram tecidas nesta dissertação até o momento, faz-se relevante apontar para a heterogeneidade desse “sujeito coletivo LGBTQIAP+” e das formulações e reformulações do movimento social LGBTQIAP+, pois é evidente que, no período, a transgeneridade era empurrada para um lugar de marginalização social tamanho que não permitia, ainda, a possibilidade de criação de movimentos sociais, tanto de travestis e mulheres trans quanto de transmasculinos (OLIVEIRA, 2018; TEDESCO; LEMES, 2022). Esses campos de possibilidade, entretanto, são formados, em parte substancial, pelo movimento cishomossexual, ao colocar na arena política a luta pelos direitos LGBTQIAP+.

\*\*\*

O trânsito de gênero de João Walter Nery — sobre o qual discorrerei no capítulo quarto deste trabalho — inicia em 1975 e termina cerca de três anos depois. Em sua segunda autobiografia, a supracitada *Viagem Solitária*, o autor elucida que escreveu *Erro de Pessoa* em 1977, obra publicada sete anos depois, em 1984. Logo, em todo esse percurso, o autor encontrou-se em um momento de efervescência e mudanças sociais no que condiz às relações de gênero, vindo a se tornar, ele mesmo, agente radical de *transformações*. Além disso, apesar de não ter uma visibilidade midiática nem de perto comparável com a que teve Roberta Close, por exemplo, nos anos 1980 (VERAS, 2015; 2018; GREEN, 2019), certamente os tensionamentos e as disrupções no sistema que o corpo e os discursos da e sobre a “fenômeno” lhe proporcionaram um terreno mais fértil para abrir seu campo de possibilidades no que condiz à publicização de suas narrativas de si e fazer, assim, surgir o transhomem pioneiro.

### 3. Acerto de pessoa com coragem em existir: o espaço biográfico de João Walter Nery (1977-1984)

#### Corte em mim

Estes percorres por aí à balda,  
 nestes saudosos antigos eus.  
 Qual deles deixei no meio da estrada  
 e em que sombra,  
 me perseguem até onde sou?  
 Até que fundo somos? (Fomos?)  
 Esse nós que no meu eu se alimenta,  
 e que diante do espelho, volta a mim e não me encontra -  
 - essa própria alteridade comigo mesmo,  
 como um possível outro, que em mim se emprenhou.  
 Agora não mais o sei o meio de mim:  
 se o animal legítimo, que desde a infância medra,  
 se os estrangeirismos, de línguas-vossas.  
 Só sei que não me atenho ao que me assino.  
 A identificação foi negada,  
 por este conhecimento que me fizeram,  
 da pura solidão do conhecido. (NERY, 2017, p. 96)

Quando li este poema, escrito por João Walter Nery em 1975, e publicado em 2017 no livro *Vidas Trans: a coragem de existir*, de *trans*-autoria coletiva (João W. Nery, Amara Moira, Márcia Rocha e Tarso Brant), mais uma vez senti a sua escrita me afetar, pois, como expus no poema de minha autoria na epígrafe deste trabalho, *na sua escrita de si, ele teceu, também, a mim. Costurou caminhos possíveis para trilhar, mostrou que acerto de pessoa é se escutar, acolher e afirmar*. Afinal, a partir de seu espaço biográfico, João Walter Nery tornou-se um articulador das subjetividades transmasculinas no Brasil (ARFUCH, 2010; MARANHÃO FILHO; NERY, 2013; FREITAS, 2014; GASPODINI; NERY, 2014).

Diante disto, neste capítulo pretendo iniciar a elaboração de uma narrativa sobre a produção de si de João Walter Nery a partir do seu espaço biográfico pertinente às décadas de 1970 e 1980. Tenho, como fonte principal, a sua supracitada primeira autobiografia, *Erro de Pessoa: João ou Joana? - O depoimento de um transexual brasileiro que, nascido mulher, finalmente se realizou como homem*, publicada em 1984 pela Editora Record, do Rio de Janeiro. Neste primeiro momento, irei abordar suas narrativas acerca da sua infância, adolescência e juventude — de acordo com a organização do texto elaborada pelo autor.

Ainda, sob uma perspectiva que entrelaça os pensamentos transfeminista, *queer*, interseccional e decolonial, em minha análise pretendo discutir sobre masculinidades, cismasculinidades e transmasculinidades; apreender concepções acerca de gênero, sexo e sexualidade presentes nestas narrativas de si; e estratégias de Nery na elaboração deste espaço biográfico considerando o contexto histórico no qual esta narrativa foi elaborada e

publicizada. Por fim, pretendo tecer uma reflexão sobre a produção de Nery de um passado para si através da sua autobiografia articulada às discussões sobre subjetividade historicamente situada e identidade de gênero.

**Figura 03: João Walter Nery com seis meses, em 1950**



**Fonte:** acervo pessoal de João Walter Nery, disponibilizado em seu perfil no Facebook.

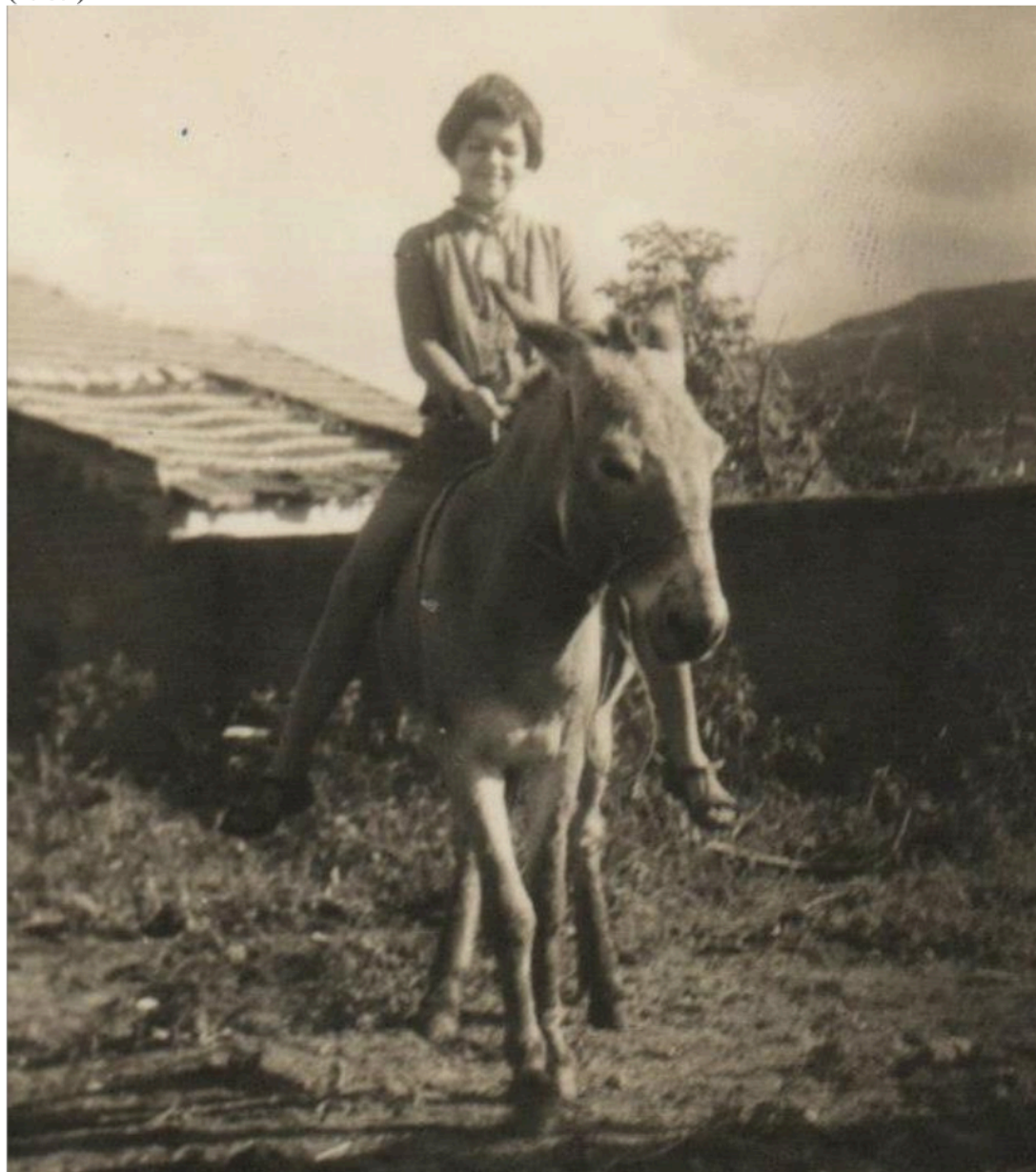
**Figura 04: João Walter Nery (criança sentada, primeira da esquerda para a direita) e família em meados dos anos 1950**



**Fonte:** acervo pessoal de João Walter Nery, disponibilizado em seu perfil no Facebook.

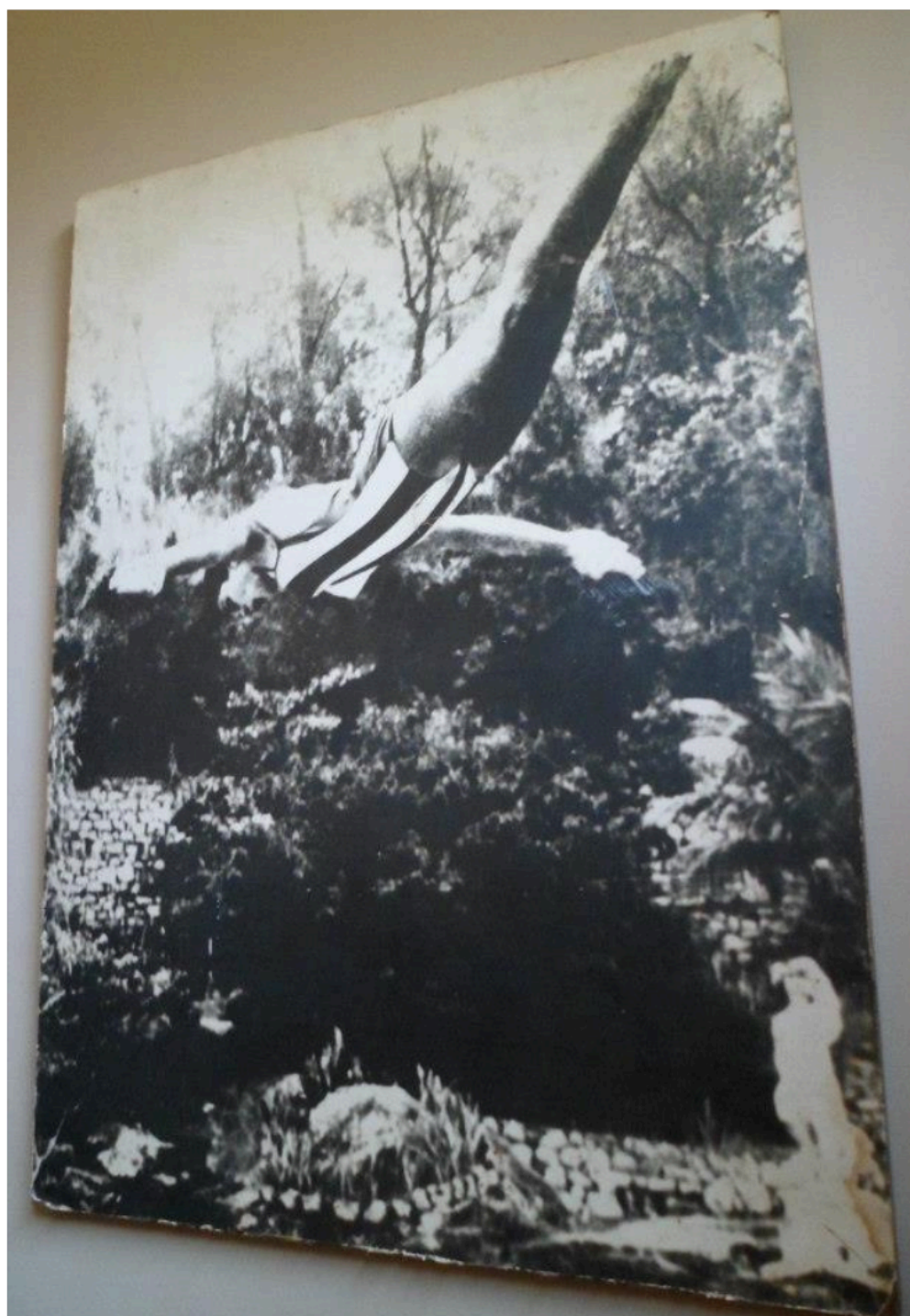


**Figura 05: João Walter Nery na fazenda do avô, Curupira (PE), com nove anos (1959)**



**Fonte:** acervo pessoal de João Walter Nery, disponibilizado em seu perfil no Facebook.

**Figura 06: pôster de João Walter Nery saltando em 1964**



**Fonte:** acervo pessoal de João Walter Nery, disponibilizado em seu perfil no Facebook.



**Figura 07: João Walter Nery no Festival da Canção em 1968**



**Fonte:** acervo pessoal de João Walter Nery, disponibilizado em seu perfil no Facebook.

### 3.1. “Lembrei emocionado do garotinho ressabiado e acuado que eu era”: a infância e a adolescência de João Walter Nery em seu espaço biográfico

As narrativas de João Walter Nery sobre a sua infância esboçam cenários de delicadeza, estratégias de vivenciar sua identidade de gênero autopercebida, (des)encontros consigo, estabelecimento de diferenciações de gênero, desavenças e violências. Os capítulos que abordam, inteira ou parcialmente, essa fase de sua vida, encontram-se na Parte I, como já explicado, e são intitulados: II - *A “minha” casa*; III - *A grande solução*; IV - *Anseios de “amorescência”*; V - *O crescimento não-grato do meu corpo*.

Nery inicia tecendo uma história de sua família. Conta que o pai era *comandante de navio* — estratégia utilizada para equilibrar um “nível” de veracidade com a segurança de suas identidades, tendo em vista que o livro foi lançado em 1984 e parte de sua família (pai e irmã) se encontrava exilada por motivos políticos devido ao atroz regime ditatorial. Após falar sobre as saudades que as viagens frequentes do pai causavam e da sua “farda imponente”, Nery discorre sobre a mãe, cuja profissão não dissimula, e descreve como “[...] defensora árdua do direito da mulher trabalhar fora [...]. Alfabetizou-nos antes mesmo de irmos para o colégio. Sempre atenta aos deveres, era mulher seca, econômica e coerente nos seus métodos educacionais.” (NERY, 1984, p. 21). É interessante perceber, neste primeiro momento, como Nery faz questão de assinalar as “transgressões” de gênero da própria mãe, que não se portava como uma mulher “bela, recatada e do lar”.

Após a apresentação de seus progenitores e cuidadores primários, passa a falar sobre como era ser um menino em um “corpo de menina” nos anos 1950. Destaca o gosto por brinquedos e brincadeiras associadas à masculinidade, como jogar bolas de gude, dirigir jipes, naviozinhos e um “ciclotáxi”. Também recorda das dificuldades deste período, da solidão, da reclusão e de violências que passava, como ser xingado de “maria-homem” por outras crianças da vizinhança, como é possível apreender no excerto abaixo:

Apesar da minha vivacidade, do casarão, das três irmãs movimentando o ambiente, **fui uma criança só e triste**. Na pracinha, perto de casa, onde costumava brincar, era **ridicularizado**; no colégio, não tinha grupinhos, e no lar não era entendido. Tudo de que realmente gostava nunca podia ser expresso. Numa espécie de revolta, cansado de dissimular o que era, andava sujo, com roupas grandes e despencadas. Não penteava os cabelos nem escovava os dentes. **Era um ser sem vaidade**. Só me sentia bem quando no meu short e sem camisa. Aliás, havia uma coisa que não compreendia bem: **o fato de ser obrigado a colocar a camisa para sentar à mesa nas refeições, enquanto papai estava livre para fazer tal opção**. Será porque era o dono da casa? Preferi pensar assim. Foi a partir daí que ele passou a ser para mim uma figura ambígua. Eu o adorava, mas, ao mesmo tempo, ele não me incentivava a imitá-lo em

nada do que eu queria. No dia que lhe contei que gostaria de ser comandante, percebi que o meu desejo o entristeceu. Por estar sempre sendo podado por todos, sem que ninguém compreendesse o que eu era, principalmente **porque faziam questão de me ver como nunca fui, tornei-me um ser acuado**. Não conseguia entender por que faziam questão de me tratar como se eu fosse uma menina! Sabiam que eu não gostava disso! Por que insistiam em me fazer mal, em me entristecer, em me ridicularizar? **Algo estava errado. Restava saber se com eles ou comigo**. (NERY, 1984, p. 24-25, grifos meus)

O trecho acima expressa a forma como sua relação consigo e com os outros foi se moldando na medida em que foi sendo reprimido e ridicularizado (como ele mesmo descreve). Nery, talvez pela sua formação em psicologia, consegue narrar de maneira profunda e detalhada os impactos subjetivos do regime cisheteronormativador em sua infância, narrativa esta que, certamente, outras pessoas trans podem estabelecer laços de identificação<sup>84</sup>. Também compõe seu texto cenas no espaço escolar, nas quais a cisheteronormatividade é imposta desde tenra infância, como verificamos abaixo:

[...] me aborreci pela primeira vez com D. Eulália. Para nos presentear, levou dois tipos de lembranças para seus alunos: pulseirinhas para as meninas e saquinhos de bolas de gude para os meninos. Na minha vez, levantei-me e fui até a mesa. Passei rápido a mão pelas bolas, mas fui agarrado pelo punho e advertido. — Não, Joana, o se é o daquele montinho ali. (NERY, 1984, p. 33-34)

Ainda, Nery relata que aos nove anos foi submetido a um acompanhamento psicológico por não adequar-se aos padrões de gênero cisheteronormativos do período, como podemos verificar no trecho a seguir:

Aos nove anos, minha mãe, assustada com o meu comportamento, levou-me à uma psicóloga. [...] Só aos 19 anos vim me recordar deste fato e mamãe me esclareceu. Eu me comportava como um perfeito (perfeito?) menino e ela gostaria de saber o porquê da minha conduta e como deveria se conduzir comigo. Em suma, o diagnóstico avaliou que eu era fixado no meu pai, com uma necessidade de imitá-lo por ser a filha do meio. Assim, tentava sobressair com finalidades afetivas de atenção. Minha mãe não deveria me forçar, impingindo-me roupas femininas ou coisas do gênero, pois isto deveria passar com a idade. Eu deveria, segundo a psicóloga, fazer alguns exames hormonais, porém meu pai se opôs veementemente. Filho dele não era doente, nem anormal, para se prestar a esse papel. Já tinha concedido muito em deixar minha mãe me levar a uma psicoterapeuta. Era uma psicóloga nos moldes clássicos e com uma larga intuição, coisa que sustenta, até hoje, esta classe. São esquemas prontos, quando se trata de psicodiagnósticos - estereótipos muito aquém da complexidade de um ser humano. Como se fosse possível haver um modelo único para ser encaixado nos pacientes que apresentam sintomas semelhantes. Cada um é, antes de tudo, uma criatura à parte. (NERY, 1984, p. 37)

No excerto acima, Nery também analisa a abordagem de sua colega de profissão, o que evidencia a relevância de sua formação acadêmica na maneira como acessou, elaborou e narrou seu passado.

---

<sup>84</sup> Eu mesmo, descobri que era lido socialmente como menina — e não como o menino que eu era —, aos três anos, quando, em uma ensolarada e quente tarde de verão, vi meu pai sem camisa, decidi tirar a minha também e fui repreendido pela minha mãe, pois, em suas palavras — as que ficaram gravadas na minha memória, dessa cena traumática — “tu é menina, não menino, veste uma blusa!” (TEDESCO, 2017).

No que concerne aos temores, o autor elucidava que a puberdade era seu grande pesadelo. Em suas palavras,

O meu maior medo continuava sendo o de crescer: o de me tornar um adolescente. Pressentia que teria que assumir a minha aparente identidade sexual e, tendo que desfrutar dela, exercer todos os papéis correspondentes. A infância me era uma espécie de álibi sexual. Eu “não tinha sexo”. Assim, conseguia dissimular ou, pelo menos, não ostentar o que me foi dado de natureza e que repudiava como não-meu. Ouvia dizer constantemente que, quando entrasse na adolescência, eu me tornaria uma mocinha. [...]. Às vezes, isolava-me num canto, num choro perdido e desamparado. (NERY, 1984, p. 38)

Através desse trecho, torna-se visível a relação que Nery vai constituindo entre seu corpo e sua identidade de gênero autopercebida. Sua relação consigo mesmo, dessa forma, torna-se um resultado da relação entre os dois fatores anteriores. Também pode-se apreender as concepções de gênero da época, ainda presentes hoje, da relação entre menstruação com “tornar-se” mulher. Já a ideia de que “criança não tinha gênero” e a tranquilização temporária que ela causava também fez parte da minha experiência entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000, anos antes de saber da existência de Nery (TEDESCO, 2020).

Por fim, no que concerne a sua infância, em sua escrita João W. Nery também discorre sobre as estratégias que encontrou para vivenciar sua identidade de gênero. Pela via do lúdico, da fantasia e da cumplicidade com a irmã mais nova, a qual chama de “Van” em seus livros, pode ser um menino, mesmo que fosse na hora da brincadeira:

Devido a esta absurda defasagem entre a minha auto-imagem e a que faziam de mim, descobri, quase instintivamente, que na fantasia estaria a coerência e a gratificação de ser reconhecido. Hoje considero esta solução a balsa na qual consegui sobreviver a tantos desencontros. [...] Alegando para Van que seria uma mera diversão para quebrar a rotina, combinamos que seríamos dois homens viúvos (para explicar a ausência de esposas), com muitos filhos (as bonecas), e que moraríamos na casa dos nossos patrões (meus pais). Meu nome seria Miguel e o dela Daniel. Eu permanecia quase o dia inteiro nesta fantasia, enquanto minha irmã só nas horas de folga. [...] Minha vida mudou. As atividades de antes tinham agora um novo sentido. Não só ganharam finalidade (precisávamos ganhar dinheiro, pois éramos pobres), virando um trabalho remunerado (embora pago por nós mesmos com folhinhas), como eu era tratado por Daniel como do sexo masculino. (NERY, 1984, p. 29)

Vejo beleza e me toco com a cena criada-relatada, da necessidade de criar paisagens habitáveis na fertilidade da imaginação de criança, ao deparar-se com uma realidade esterilizante e aniquiladora, em suma, abjetificadora (PRECIADO, 2011; BUTLER, 2019; 2020). Infelizmente, essa é uma narrativa comum entre homens trans e pessoas transmasculinas que nasceram no Brasil até meados dos anos 1990: a compreensão de si enquanto sujeitos transmasculinos ter ocorrido durante a fase adulta da vida. Não por acaso, a publicação de *Viagem Solitária* e sua ampla divulgação, anos depois, tornou-se um dos elementos viabilizadores para nossas compreensões de si e da emersão de nossa coletividade política e socialmente (FREITAS, 2014; TEDESCO; LEMES, 2022).

\*\*\*

Na tecitura da história de sua adolescência e juventude, João Walter Nery aborda questões muito delicadas, como a chegada da puberdade e o sentimento de inadequação no próprio corpo com suas formas; seus primeiros relacionamentos afetivo-sexuais e a sua primeira experiência assumindo uma identidade social masculina. As narrativas sobre este período de sua vida encontram-se nos capítulos: I - *Uma experiência nova*; V - *O crescimento não-grato do meu corpo*; VI - *A tentativa de ser mulher*; VII - *Mudanças sem nome*; VIII - *Dolores*; IX - *Mercedes*; X - *O cego que me fez ver*; XI - *O mundo dentro de quatro portas*; e XII - *Vivendo duas vidas*.

Apesar do autor iniciar o livro já contando sobre sua experiência como taxista aos 22 anos, tratarei sobre este primeiro capítulo posteriormente. Neste momento, debruçar-me-ei nos relatos concernentes a sua relação com o seu corpo, começando pela sua puberdade, a partir do trecho a seguir:

[...] A “coisa” começou a aparecer aos 14 anos, quando veio a primeira “monstruação”. Sim, uma monstruação, um monstro, é o termo. Até hoje, a idéia daquilo ter vindo de dentro de mim me repugna. Evidenciava uma série de órgãos que eu sabia existirem, mas, felizmente, não podia ver. A dose foi cavalhar: para acompanhar a monstruosidade, os seios começaram a nascer. Aí foi demais! Como se já não bastasse todos me tratarem no feminino, não entenderem minhas vontades, eu não poder fazer nada do que os outros meninos faziam, ainda tinha de aguentar, visualmente, o que me brotava do corpo, apesar de toda a minha luta e negação. Agora, mais dados no meu próprio corpo me coagiam a ser visto como mulher! — Merda! — gritei bem alto, com todas as forças que o pulmão podia produzir. Olhava-me de perfil no espelho, de frente... e tudo fora do lugar. O que me sobrava em cima faltava embaixo. Esmurrei a parede até não aguentar a dor. — Agora estou perdido. Que mulher vai se excitar com um homem que tem uma excrescência dessa! — e pegava nos peitos, amassando-os como se fossem um papel pra jogar no lixo. — Cadê o pau pra trepar? — e puxava os grandes lábios, como querendo arrancá-los para fora. — Merda de vida, cocô de existência! Tudo é tremendamente estúpido e grotesco! Seu aleijão, só lhe resta mesmo chorar pelos cantos... - Escarrei então no espelho do quarto e me prostrei no chão. [...] Nesta tarde pensei muito. Duas saídas se clarearam: acabar comigo ou lutar contra o impossível. Mas não queria morrer. Sabia que só teria uma vida, que embora fosse uma desgraça, toda trocada, não haveria outra chance. Optando pela segunda alternativa, tinha que, urgentemente, arranjar algo que me elevasse o moral, me fortalecesse, para seguir em frente. (NERY, 1984, p. 38-39)

Em *Erro de Pessoa*, indubitavelmente Nery nos convida a uma viagem ao seu íntimo. Qualquer que seja o caráter produtor de suas memórias, esta obra-acontecimento proporciona enorme possibilidade de mergulho em experiências subjetivas complexas, delicadas e doloridas compartilhadas por muitas pessoas transmasculinas. No excerto acima, podemos problematizar a relação entre autoimagem, corpo, puberdade e saúde mental de homens trans e pessoas transmasculinas em meio à Era Farmacopornográfica.

Dado que há uma (re)produção contínua, frenética e intensa, na contemporaneidade,

de um regime de verdade que estabelece que o corpo masculino é aquele com pênis e, seu modelo ideal, é o branco, musculoso e “vigoroso”, não é surpreendente que ter se subjetivado com uma identidade de gênero masculina e habitar um corpo sócio-historicamente ciscolonizado para ser “de mulher” gera sofrimento e sentimento de inadequação entre a percepção de si e o reflexo deste mesmo corpo no espelho (FOUCAULT, 2013a; SIMAKAWA, 2015; PRECIADO, 2018; BUTLER, 2019). Daí podemos compreender minimamente o alto índice de transmasculinos suicidados e a importância da construção de políticas públicas para a saúde voltadas à população trans (GOULART, 2021).

Justamente como uma resolução contra o desejo latente de suicidar-se, Nery decide se dedicar ao salto ornamental (figura 06).

Embora competisse na categoria feminina, o ambiente era basicamente de rapazes. Sentia-me bem, na medida em que era tratado com igualdade por todos, inclusive pelo meu orientador. Sabia dos comentários a meu respeito, e por isso me esmerava mais ainda, para adquirir uma boa forma como atleta. Apesar de ridicularizarem o meu jeito, acabei sendo respeitado pela seriedade, dedicação e destemor. [...] Ser atleta tinha um outro valor essencial. Eu pertencia a uma equipe, a um clube [...]. Tínhamos o mesmo objetivo, e eu era uma peça fundamental. Foi a primeira vez que me senti importante e necessário. [...] Os saltos continuaram até os 16 anos, acompanhados de 30 medalhas, embora todas ganhas em competições com mulheres. Incomodava-me esta distinção de categorias por sexo. Sempre ficava no lado errado. Além do mais, os saltadores homens eram considerados os melhores em técnica e bravura. (NERY, 1984, p. 40-41)

Conforme é possível compreender do trecho acima, tornar-se atleta de saltos ornamentais foi a estratégia utilizada, na adolescência, para “aproximar-se de si mesmo”, ou seja, de exercer práticas de produção de si voltadas à identidade de gênero autopercebida. É possível verificar a forma como Nery relata a si mesmo com características consideradas socialmente masculinas, tais quais “seriedade” e “destemor” e, de certa forma, competitividade e sucesso, já que se orgulha de vencer inúmeras competições. Ainda, faz-se relevante notar o quanto tal “aproximação de si”, junto à possibilidade de pertencer a um grupo e ser respeitado, independentemente de suas vestimentas, gestos, enfim, de sua expressão de gênero, lhe proporcionou mais saúde mental.

No que concerne a sua autoimagem, ele considera que conquistou uma “compleição mais máscula” (NERY, 1984, p. 41). Contudo, o sentimento de profunda insatisfação com o próprio corpo continuava. Ele relata que esmurrava os seios para tentar “empurrá-los para dentro”, que desenvolveu uma postura arqueada para disfarçar o volume que eles geravam e que, quando sentia cólicas menstruais (“monstruais”), as ignorava e realizava mais exercícios.

Também sobre este período, Nery faz questão de narrar o episódio no qual vai a um campeonato nacional e vence o torneio, na categoria infanto-juvenil. Ao contar sobre a



viagem, delineia diferenças e afastamentos entre ele e as suas colegas de time: “Deslocado no meio daquelas mulheres, onde os interesses e gostos eram **completamente distintos** dos meus, fui me deitar cedo, logo após o jantar.” (NERY, 1984, p. 40, grifos meus). Se as dessemelhanças eram tantas assim, não há como saber. Todavia, há como reconhecer que este era — e ainda é — um recurso narrativo efetivo para afirmar sua subjetivação como homem, tendo em vista o enraizamento ciscolonial do binarismo de gênero.

João saltou dos treze aos dezesseis anos, de 1963 a 1966. Nesse meio tempo, fez outro movimento em busca de um corpo mais “habitável”: buscou uma ginecologista, chamada na obra de “Teresa”, na esperança de ser “pseudo-hermafrodita”, ou seja, intersexo. Torcia pela confirmação, pois “[...] teria, então, a grande desculpa física, nosológica, a justificativa que todos exigem para poder compreender problemas relacionados com o corpo. E quem sabe até, a medicina não tivesse uma solução?” (NERY, 1984, p. 42). Contudo, Teresa lhe informou que possuía uma configuração cromossômica “normal” (endossexo, XX), mas que não estava ovulando e, por isso, precisava tomar remédios. Nery, por sua vez, decidiu tomar os remédios por achar que contivessem hormônios “masculinos” e, quando constatou a falta de transformações corporais, interrompeu o tratamento.

É interessantíssimo perceber como João W. Nery, em sua adolescência, aproveitou-se das falhas do sistema para tentar realizar sua transição. Caso o resultado fosse “positivo”, ou seja, se Nery fosse intersexo, poderia ter acesso aos procedimentos cirúrgicos como Mário da Silva teve (AGUIAR, 2020). Infelizmente, nem burlar o sistema, tal qual a *tecnocordeira*, *hacker de gênero* Agnes o fez em 1958, em Los Angeles (PRECIADO, 2018), lhe foi possível. Para Nery, o bioterrorismo de gênero ainda iria demorar uma década para chegar.

O autor divide seu processo de socialização em duas fases:

Na primeira, aprendi e incorporei o ponto de vista dos indivíduos normais, introjetando os valores sociais e a idéia geral de que eu possuía um estigma, que não sabia bem qual era. Na segunda, que defino como a “tomada da cicuta”, aprendi que possuía um estigma bem particular, e, dessa vez, soube minuciosamente das consequências de tê-lo em mim. (NERY, 1984, p. 45)

Com tal explicação, Nery justifica a fase em que “se travestiu”, narrada no capítulo VI da Parte I, *A tentativa de ser mulher*. Elucida que durante a adolescência as violências de gênero no ambiente escolar acentuaram-se, era chamado de “paraíba”, ridicularizado, humilhado e ostracizado. No seio familiar, era cada vez mais pressionado para performar feminilidade, para “agir como uma mocinha”. Foi dessa maneira que, sozinho, desconfortado e em sofrimento, tentou ser mulher.

Em sua história, conta-nos que foi imediatamente reconhecido pela família, que

aparentava sentir alívio, aproximando-se de uma de suas irmãs mais velhas, cujo nome recebido no livro foi “Leila”. Em tom jocoso, conta sobre suas experiências em bailes e com paqueradores. Ao final, compreende que a tentativa estava, por dentro, distanciando-o dos seus “autênticos anseios existenciais” (NERY, 1984, p. 48)

Ao refletir sobre o exposto, explica que sentia necessidade de “símbolos de prestígio”, em contraponto às estigmatizações que sofria. Contudo, elucida que a “conduta desidentificadora” estava levando sua vida ao colapso por estar afastando-se, de certa maneira, de si mesmo. Reprimia sua identidade de gênero autopercebida em detrimento da aceitação alheia, ao mesmo tempo em que sabia que não era ele que estava sendo aceito, mas uma teatralização da identidade de gênero que o sistema impõe a pessoas que nascem com vagina (NERY, 1984, p. 48). Essa experimentação de adequação ao sistema o levou a crises existenciais agudas. Elas

[...] iam gradativamente aumentando em frequência e intensidade. [...] Quase todas as noites, sonhava com cenas sexualizadas, onde tinha um enorme pênis e podia fazer tudo que, acordado, não me era possível. [...] Frequentemente, eu tirava a roupa, para me ver nu diante do espelho. Movido por um conturbado e ambíguo sentimento de autodestruição e necessidade de reagir ao resumido do meu reflexo, eu promovia este encontro visual comigo mesmo. Algo me dizia que eu precisava ir ao fundo do poço sem me esquivar. [...] — Seu castrado [...] Jamais será uma mulher como as outras! Casar seria uma solução fácil. Todos seriam cordatos, compreensivos [...] Fariam tudo para conseguir realizar e manter este matrimônio. E você, suportaria ser uma fêmea ardente? Teria orgulho de dizer que tinha um homem que “a” comeria todas as noites? O que é que há? Está tremendo? Mas é isso mesmo que você tem que ouvir! Sua farsante... onde meteria a sua inveja, o desejo de ser o próprio homem que viveria a seu lado? Cada vez que ele quisesse um filho, você o odiaria por querer torná-la mãe! — Quando dei por mim, as mãos tapavam os ouvidos. Ainda não suportava sequer o peso das minhas próprias palavras... [...] Percebi, subitamente, que o fundo do poço não estava na morte, mas na vida. Na minha vida. [...] Mergulhei a cara nas mãos, me lambuzando num choro convulsivo. [...] Tornei ao espelho. Precisava ver. Ver não mais o que tinham me dado sem eu querer, mas o que esses anos todos tinham feito comigo. Olhei meu rosto. Cheguei mais perto. Fixei os olhos: vermelhos, baixos e sobretudo fracos. Não poderia terminar ali. — [...] terá que mostrar sua força. Irá comer, dormir, estudar e falará com todos, como sempre fez. Nada vai mudar. Mas, a partir de hoje, terá que se transformar num leão, para que ninguém possa derrubá-lo. Sua luta é contra o impossível: portanto, tenha claro que será sempre um perdedor. Virar homem, como você quer, não dá. Mas você não se deixará morrer assim. [...] Brinque com o seu defeito, com a inversão. Fale deles em voz alta. Desfaça o monstro! [...] Verá a comédia de todo drama, como agora, e isto o fortalecerá. Não adianta mais ter ódio nem pena de si mesmo. Sobretudo, é preciso ter humor. (NERY, 1984, p. 51-52-53)

Diante desse relato complexo e doloroso, chama-me a atenção a internalização do genitalismo na produção de subjetividades e o sofrimento psíquico que isso gera. Questiono-me se, em outros tempos, outros espaços, outros regimes biopolíticos, outros regimes de verdade, uma genitália e o sistema reprodutor teriam tanto peso na relação do Eu para consigo mesmo? Teria tanto peso nas relações sociais? Políticas? Culturais?

Essa cena de crise existencial, como o próprio Nery caracterizou, escancara um dos

lados perversos da cisgeneridade compulsória, do regime de exceção cisheteronormativador: a produção de desencontros e conflitos consigo a partir da significação histórica que se faz dos corpos generificada e binária, sob uma hierarquização ciscolonial. Tais desencontros e conflitos, por sua vez, são responsáveis pelos suicídios e por situações de risco que podem levar à morte, como foi o caso de Lorena Muniz, deixada para morrer em um incêndio que irrompeu em meio a uma cirurgia plástica que realizava em fevereiro de 2021 (ROCHA, 2021).

Isto se dá porque em tempos de Era Farmacopornográfica, a profusão de discursos sobre gênero/sexo produz desejos voltados ao “tornar-se” *bio-homens* e/ou *bio-mulheres*, apesar de todes sermos *tecnogêneros* (PRECIADO, 2018). Afinal, no que condiz às masculinidades, há uma considerável quantidade de bio-homens (homens cisgêneros heterossexuais) que usa e abusa do uso de testosterona sintética para *ficar monstrão* e manter seus status de “homens de verdade” (ROHDEN, 2011; NASCIMENTO, 2019; TEDESCO, 2021). Mas, até mesmo no discurso do regime biopolítico farmacopornográfico, monstros somos nós, transgêneros. De certa forma, até concordo, pois somos *monstruosos-hermosos*, como diria Preciado.

Por fim, é pertinente assinalar que a genitália peniana com a qual João Nery relata que sonhava não era qualquer uma, mas “um enorme pênis”, o que demonstra também, em seu imaginário e nas suas escolhas narrativas, não apenas o genitalismo, mas o impacto do falocentrismo e do machismo e das masculinidades hegemônicas na produção da ideia do que significa ser homem (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013; PRECIADO, 2018).

\*\*\*

A competição de saltos ornamentais, sobre a qual Nery discorre no quinto capítulo, provavelmente ocorreu em 1964, já que em seu relato ele afirma que tinha quatorze anos. Dessa forma, e conforme já mencionado, nesse mesmo ano seu pai, o supracitado piloto de avião e sindicalista Paulo de Mello Bastos, buscou asilo na embaixada do Uruguai devido ao advento do Golpe de 1964. O golpe e o exílio do pai não passam em branco na narrativa de Nery. No capítulo VII - *Mudanças sem nome*, ele aborda este acontecimento e conta a história de uma visita da família ao Uruguai:

Foi nessa época que a vi chorar pela primeira vez. Tinha meus 14 anos, quando senti um movimento estranho e triste dentro de casa. Todos tensos, falando a meia voz, apreensivos por notícias, e meu pai sumido, alguns dias desaparecido, sem eu entender o que tinha causado tudo aquilo. — Seu pai asilou-se numa embaixada! [...] — Foram três anos de exílio. Papai fora demitido do seu posto devido a implicações políticas. Passamos a viver com o mingado ordenado da velha. [...] Apesar de

dolorida, esta experiência de separação foi o que me promoveu ao despertar filial. Aquela estampa brilhante, fardada e super-heróica, passou a ter um aspecto mais real, sem a aura do carisma. (NERY, 1984, p. 55)

É interessante perceber que seu texto não aborda de maneira aprofundada os acontecimentos políticos do regime ditatorial, mas, ao mesmo tempo, não deixa de mencionar o ocorrido. Todavia, o foco de sua escrita volta-se para a sua relação com o pai, versando sobre o que definiu como “despertar filial”, como podemos ver no excerto acima.

Em sua trama, Nery conta que o pai começou a realizar suas próprias tarefas domésticas para “provar a si mesmo que estava vivo” (NERY, 1984, p. 55), que lamentava a falta do trabalho e do exercício de sua cidadania, do seu “trabalho político”, que sua autoridade dentro da família se alterou, por tornar-se financeiramente dependente da esposa. Ainda, quando foi preso pensou que seria assassinado. Inspirado pelo pai, Nery escreve: “Essa forma de ver os fatos foi decisiva na minha maneira de ser. [...] Suguei do velho esta força inquebrantável no querer” (NERY, 1984, p. 56).

A partir daí, passa a discorrer sobre a relação com seu pai da infância à adolescência, desenhando cenas delicadas de carinho e ludicidade entre pai e filho, (re)montando lembranças de observar o progenitor fazer a barba, de ouvir histórias e de ter sido seu “companheirinho de luta”. Depois, lamenta que o pai tenha se distanciado ao passo em que foi crescendo, “como um pai inibido e constrangido diante de uma filha moça. Todo contato físico se diluiu. Fiquei solto no ar.” (NERY, 1984, p. 56).

Relata que visitou o pai por um mês no Uruguai, considerando a viagem como uma “oportunidade de retraçar a linha interrompida” (NERY, 1984, p. 56). É notável a consciência de si do autor, que reconhece realizar-se no pai ao ajudá-lo a escolher roupas e cortar seu cabelo, bem como a necessidade que sentia em “reconquistá-lo”, demonstrando a relevância da relação pai e filho, mesmo sendo lido como filha, para sentir-se minimamente exercendo sua masculinidade, vivenciando sua identidade de gênero. Conforme elucida:

De certa forma, eu me realizava nele, já que não me era acessível, nem permitido, fazer todas essas coisas. Ao mesmo tempo que projetava nele meus desejos, o fato de vesti-lo, por exemplo, era uma espécie de carinho específico meu, pois nenhuma das minhas irmãs mostrava esta preocupação. Eram assuntos de homem... [...] Outra tentativa de reconquistá-lo foi aprender a jogar xadrez. Estudava sozinho para me aperfeiçoar, mas ele gostava mesmo era de jogar com os amigos. Terminaram as férias. Mais uma vez, senti-me fracassado neste confronto. (NERY, 1984, p. 57)

Ao retornar para o Brasil, de acordo com sua escrita autobiográfica, João Walter Nery ingressou numa escola para professores e começou a trabalhar com pintura de apartamentos para ajudar nas despesas da casa. Já um jovem adulto, iniciou o curso de Psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, em 1969, passou a vestir-se, em suas

palavras, de forma “unissex”, apesar de perceber que isso incomodava as pessoas ao redor (NERY, 1984; 2011). Na Universidade, tornou-se representante de turma. Tendo em vista a conjuntura política ditatorial, sofreu ameaças de expulsão.

Nesse mesmo período, conheceu sua primeira namorada, que recebeu o nome de “Dolores”, cuja história conta no capítulo de mesmo nome. Com Dolores, Nery iniciou sua vida sexual e, com ela, vieram outros conflitos relacionados à sua autopercepção e a percepção dos outros sobre ele. Em sua escrita, utiliza palavras fortes para descrever seus sentimentos sobre seu corpo, sobretudo a falta de pênis, como “eunuco”, “mutilado”, “castrado” e “deformado”, além disso, reclama de não poder ejacular e “fecundar a mulher que amava”, o que podemos associar mais uma vez ao falocentrismo e aos impactos da cisnormatividade nas subjetividades trans. Ainda, é interessante perceber que ele usa, em algumas passagens, o termo “invertido sexual”, o que demonstra como os discursos sobre gênero/sexo e sexualidade, biomédicos, criminalistas, entre outros, da primeira metade do século XX no Brasil impactaram suas compreensões de si.

Na relação com Dolores, que durou cerca de seis meses, Nery nos conta que buscou exercer um papel socialmente considerado masculino: de abrir portas e pagar contas até ser o “ativo” na relação sexual. Cobrou que Dolores, por sua vez, performasse mais “feminilidade”, como “se enfeitar”, afirma que lhe faltava “suavidade” e “encanto feminino”. Em outras palavras, nesta primeira relação afetivo-sexual com uma mulher, Nery exerceu práticas relacionais e de produção de si cisheteronormativas. O fim do relacionamento chegou quando Dolores revelou a Nery que sentia desejo por outras mulheres.

A partir desse namoro, contou para a família que se relacionava com mulheres. A conversa com a mãe virou discussão: “Mas, minha filha, o que você sente por ‘esta mulher’ é uma amizade! Amor, a gente sente por homem!” (NERY, 1984, p. 61), o que expõe a cisheteronormatividade, mais uma vez, (re)produzida no seio familiar. Contudo, posteriormente foi tolerado, não sendo expulso ou proibido de levar namoradas para casa.

### 3.2. Do alucinatório nunca de se ver-ter ao início do (re)nascimento: “Jô” assumindo uma identidade social masculina

[...] eu conseguiria sair [...] desse alucinatório nunca de me ver-ter. Sabia que muitos palmos ainda mediavam na nudez que me tecia... mas continuaria me aguardando com veemência. Só me arriscando poderia me sublinhar mais; afinal, de que me serviria um ganho poupado na economia de ser, *não sendo*, nunca inteiramente? (NERY, 1984, p. 218)

O trecho acima encontra-se próximo às páginas finais de Erro de Pessoa. Contudo, decidi iniciar esta parte da análise com ele, por expressar de maneira delicada e, ao mesmo tempo, visceral, os desejos pungentes de Nery em relação a materializar sua subjetividade através de uma corporeidade possível de acessar pelas tecnologias biopolíticas farmacopornográficas. Ou seja, retirar os seios e tornar a aparência do seu peitoral “masculina”, realizar uma histerectomia e harmonizar-se com testosterona, bem como adquirir um pênis através de cirurgias. Tal desejo, o desejo de tornar seu corpo mais habitável a si mesmo, de adequar a sua autoimagem com a imagem que outros tinham de si, atravessa toda esta obra. É o desejo de se tornar real, mesmo já sendo. É o desejo de “tornar-se” homem, o homem que “sempre foi”. Afinal, o regime cisheteronormativador (CHAVES, 2021) promove a ficção de que as transidentidades não existem (PRECIADO, 2018; BUTLER, 2019), logo, independente do que desejamos ou não fazer com nossos corpos e nossas expressões de gênero, a sensação da necessidade de “se tornar real”, de “enxergar-se”, seja através de vestimentas, hormônios e/ou cirurgias, atravessa as experiências trans na contemporaneidade.

Nas páginas abaixo, acompanharemos o “alucinatório nunca se ver-ter” de Jô no início dos anos 1970.

\*\*\*

“Jô” era como Mercedes chamava João. Ela foi sua segunda namorada e primeira esposa. Foram morar juntos no início dos anos 1970, quando ele tinha cerca de 22 anos. Devido ao casamento, começou a trabalhar como taxista e assumiu uma identidade social masculina pela primeira vez. Os capítulos que contam as histórias sobre esse período são: I - *Uma experiência nova*; IX - *Mercedes*; X - *O cego que me fez ver*; XI - *O mundo dentro de quatro portas*; e XII - *Vivendo duas vidas*.

Como podemos perceber, muitas mudanças ocorreram neste início da sua idade adulta. Nery relata que foi tranquilo “sair do lar”, mas que sentiu o “peso da marginalização” por ter casado e a família ignorar esse acontecimento tão importante para a sua vida.

No que condiz às suas práticas de produção de si como homem, Nery elucida que era geralmente visto como uma “mulher-macho”, até sair de casa um dia sem bolsa e ser “confundido” com um homem. A partir de então, buscou viver como tal em todos os espaços possíveis e, para isso, aprimorar seus “caracteres masculinos”, prestando atenção em formas de sentar, gesticular e, enfim, performar masculinidade através das vestimentas e da corporeidade de modo geral. Inclusive, nessa época, segundo sua narrativa, confeccionou uma espécie de *binder*<sup>85</sup> para si, a fim de utilizar camisas sociais com o menor volume peitoral possível. Faz-se evidente, também, nesta parte da obra, os impactos do curso de Psicologia na significação e compreensão do seu passado, pois fala sobre a sua “verdadeira identidade sexual psicológica”.

Outro elemento pertinente de destacar é a forma com que Nery descreve Mercedes, em comparação à Dolores: “Mercedes não era bonita; pelo contrário, um pouco dentuça e de pernas finas. Entretanto, era extremamente suave e feminina.” (NERY, 1984, p. 66). Mercedes, ao contrário de Dolores, o enxergava e tratava como o homem que era, além de, pelas suas características no que condiz a feminilidades, fazia-o se sentir mais enquadrado em uma masculinidade normativa, o que, por mais contraditório que possa parecer, para quem passou uma vida sendo estigmatizado e ridicularizado pela sua expressão de gênero, pode ser considerado um certo respiro de humanização diante das marginalizações sociais.

Esse “respiro”, podemos vislumbrar no excerto abaixo:

Apesar dessas dificuldades, o fato de deixar de ter uma aparência social ambígua deu-me alívio, prazer e segurança. Além de não ser tão discriminado na rua, era até, sob certos pontos de vista, aprovado. Uma vez ouvi dizer que formávamos um casal perfeito e bonito. Era como se tivesse tomado o elixir da legalidade! Quis saborear esse delicioso gostinho, indo às últimas consequências que esse encaixamento pudesse me permitir. Tornamo-nos um casal bem enquadrado nos moldes vigentes. Eu sustentava a casa e Mercedes cuidava do lar. Aos domingos, íamos almoçar na casa da sogra, que fazia meus pratos prediletos. Era quando comíamos bem, pois no resto da semana não víamos nem cheiro de carne ou de qualquer produto que pudesse exceder nosso precário orçamento. (NERY, 1984, p. 70)

Faz-se relevante, ao analisar os atravessamentos da cisheteronormatividade na história de Nery, levar em consideração a produção sócio-histórica da concepção ciscolonial do corpo “humano” ou “humanizável” — branco, cisgênero, heterossexual, endossexo e sem deficiências (LUGONES, 2008; SIMAKAWA, 2015). Pois, apesar das práticas de produção de si no que concerne às masculinidades apresentarem transformações e disputas de modelos e ideais ao longo do tempo (KIMMEL, 1998), a produção histórica da ideia de corpo

---

<sup>85</sup> Entre seus significados, *binder*, palavra de origem inglesa, pode ser traduzida como “atadura”. Popularizou-se, entre transmasculinos, como a denominação de uma faixa compressora para os seios, hoje com vários formatos, como colete e fita (BELL; TELFER, 2019; BINDER, 2022).

“correto” para ser habitado não sofreu grandes alterações, fomentando que homens marcados pela diferença buscassem estratégias de compensação para acessar o “alívio que deve ser a marca da normalidade” (BRAH, 2006; VIGOYA, 2018).

Nery ainda aborda a sensação deste alívio e relata sua experiência em assumir uma identidade pública masculina antes da hormonização e dos procedimentos cirúrgicos, no início da década de 1970, em pleno Brasil ditatorial. Em suas palavras,

Andar vestido de homem na rua fazia com que eu me sentisse muito bem. O desagradável era parecer um garotão imberbe, com uma voz de taquara rachada. Comecei então a desenvolver uma observação mais dirigida e minuciosa para os detalhes do comportamento social masculino: a gesticulação, os hábitos, cacoetes, maneirismos etc. Andar com a mão direita metida na abertura da camisa, na altura do peito, por exemplo, era um gesto descompromissado e bem característico da conduta dos homens e, ao mesmo tempo, me servia como um dissimulador. [...] Sair em público era um sufoco. Exigia-me uma constante atenção à minha figura em relação aos outros. Ficava exausto com a preocupação contínua de manter a voz grossa, os gestos contidos para não perceberem os seios nem a falta do pênis; paralelamente, eu sondava no ambiente se havia alguma ameaça de batida policial ou presença de conhecido que pudesse me denunciar. [...] Mercedes lecionava e, nessa época, conseguiu trabalhar também como secretária noturna num curso de pré-vestibular. Com isso, obtive uma carteirinha de estudante do sexo masculino, podendo circular mais aliviado. (NERY, 1984, p. 67-68)

No fragmento acima, é extremamente significativo que Nery discorra, mais uma vez, sobre o “tornar-se” homem socialmente, através de um aprendizado metucioso do “comportamento social masculino”. A partir deste trecho pode-se refletir sobre a performatividade do gênero junto às produções das identidades de gênero, no sentido de que, de certa forma, não basta “ser homem” (ter se subjetivado como tal), mas é necessário realizar uma série de práticas sociais para ser reconhecido como homem, inclusive por si mesmo (BUTLER, 2015; 2019; 2021).

Ademais, Nery expõe os perigos de *transgredir* gênero em um período no qual o Estado transformava muitos dos cidadãos em inimigos a serem aniquilados. Performar gênero o mais próximo possível da norma era, também, uma estratégia de sobrevivência perante ao regime cisheteronormativador atravessado pela ditadura cishetero militar. Outra estratégia imprescindível foi o acesso a um documento com seu nome, a carteira de estudante que Mercedes conseguiu confeccionar devido ao seu posto de trabalho.

Todavia, viver em um limbo de gênero proporcionou a João Walter Nery, segundo sua escrita, angústias e pesadelos, tanto subjetivamente quanto na materialidade. Em seu entendimento, ele “era ambos os gêneros e, ao mesmo tempo, não era completamente nenhum dos dois” (NERY, 1984, p. 70), o que lhe gerava sofrimento. Elucida que, durante a noite, tinha pesadelos constantes nos quais era perseguido; durante o dia, não podia frequentar a praia, urinar em mictórios públicos ou agir com espontaneidade. Também lamentava não



poder casar, ter filhos e ter documentação.

De acordo com Nery, seu casamento com Mercedes durou seis anos. O término foi se aproximando na medida em que passaram a ter problemas sexuais. Em seu relato, explica que no início ela o agradava, se sentia confortável, inclusive, para andar sem camisa dentro de casa e, por ser reconhecido como homem, conseguiram ter uma vida sexual. Contudo, em um fatídico dia, Mercedes lhe confessa que nunca tinha chegado ao orgasmo. Nery se culpabilizou, chamou a si próprio de impotente, transformou a frustração em raiva direcionada a si mesmo e até mesmo sugeriu para ela que transasse com um homem com pênis para ter a experiência.

A partir disso, passou a se comparar com outros homens, buscando consolação, “‘Há cegos, paráliticos, debilóides, atrofiados, anões monstruosos.’ Novamente eu escorregava para comparações como consolos infrutíferos, prenhes de desolação.” (NERY, 1984, p. 85). Em um viés de competitividade masculina, sua solução foi lembrar de outras possibilidades de vivenciar masculinidades tão ou mais marginalizadas e subalternizadas que a sua. É interessante perceber que todos esses termos se referem a pessoas com deficiência, traço comparativo — pessoas trans e pessoas com deficiência — que Nery faz ao longo do livro.

\*\*\*

Nos anos em que estive casado com Mercedes, era estudante de Psicologia e taxista, João também conheceu um grande amigo, cujo nome, no livro, é “Augusto”, apelidado de “Gu”. O autor conta que o conheceu em um bar no qual Augusto estava tocando violão. Quando sobraram apenas os dois no estabelecimento, Augusto passou a lhe tratar no feminino, pois era cego e só tinha escutado sua voz. A descrição que Nery faz do amigo é “um sujeito mestiço, magro, de óculos escuros e com meia dúzia de fiapos na cara, imitando barba [...] falava também o inglês e tinha uma cultura bastante razoável, embora tivesse parado de estudar no científico.” (NERY, 1984, p. 89-90). O capítulo voltado para esta história é o X - *O cego que me fez ver*.

A amizade construída por João Nery com Augusto denota cumplicidade. Dessa maneira, Nery compartilhou com o amigo sobre sua situação:

Gu me encantou mesmo foi no dia em que me abri com ele: — Gu, Mercedes é minha mulher. — Ele já a conhecia lá de casa. — Quero que saiba que fico meio sem graça quando estou com você em público, porque visualmente eu sou um homem, e você me tratando no feminino me compromete. Deve ter notado que eu, às vezes, engrosso a voz... — Ele me ouviu sem nenhuma expressão especial no rosto. — Como quer que o trate? De Joana não poderei mais chamá-lo. — Chame-me de Jô, como Mercedes. É neutro e carinhoso. — OK. Pode ficar descansado. Não errarei mais. — A partir desse dia, Gu não cometeu mais nenhum deslize. Não me fez também

nenhuma pergunta e nem se mostrou surpreso. A discrição talvez tenha sido uma de suas características mais marcantes. (NERY, 1984, p. 91)

Tendo em vista a reação receptiva e discreta, Nery relata, a amizade se fortaleceu. Por um período, chegam inclusive a morarem juntos, João, Mercedes e Augusto. A narrativa sobre a relação entre os dois amigos é interessante para analisar as concepções acerca das relações homosociais (KIMMEL, 1998) — de homens com homens — do autor.

Primeiro, considerando os marcadores da diferença que atravessavam os dois amigos, de alguma forma, diante da dessemelhança, ambos engendraram pontes de afinidade e companheirismo entre si, a ponto de Nery considerar Gu como um irmão que não teve. Ao (re)constituir uma das falas de Augusto, Nery escreve: “Até que sou um cara sortudo. Sou cego, mestiço, pobre, mas felizmente não sou mulher!” (NERY, 1984, p. 92), demonstrando que havia espaço para falarem abertamente sobre suas condições. Essa história gerou reflexões, as quais podemos verificar nos trechos a seguir:

Além de todas essas descobertas de um outro mundo, houve uma que talvez tenha sido fundamental no meu crescimento. Através de Gu, comecei a perder a revolta e o espírito de competição em relação aos homens. Embora ele tivesse um pênis, fosse fértil [...] enfim, um homem perfeito num certo sentido, não me ameaçava em nada. Pelo contrário, eu ficava pensando sobre o que seria pior: ser homem mas não enxergar ou nascer vendo, mas sem poder vê-lo. Nunca chegava a uma conclusão. A impotência de nascer com um corpo trocado me parecia insuportável. Entretanto, eu sentia a cegueira como terrificante. Havia entre nós, contudo, uma diferença básica, embora fôssemos dois representantes da minoria: o seu defeito inspirava compreensão, o meu não. A conduta geral dos outros com ele era de compaixão, atenção e carinho. Todos queriam ajudá-lo e até lhe desculpavam certas atitudes, por ser cego. [...] Havia sempre um ar de benevolência onde eram louvadas e reconhecidas as mínimas coisas que executava sozinho. (NERY, 1984, p. 93)

É interessante analisar tal fragmento textual em uma perspectiva interseccional: João Walter Nery — homem branco, trans, heterossexual, endossexo, sem deficiência, provindo de uma família de classe média e com curso superior —; partilha uma reflexão comparativa entre si e seu amigo Augusto — homem negro, cis, com deficiência, de origem pobre e com ensino médio, “o científico”, incompleto<sup>86</sup>. Podemos nos indagar se a tranquilização que Nery sentia em relação a Augusto não provinha da posição de poder na relação de ambos, afinal, seu único marcador da diferença era ser trans, enquanto Gu, por sua vez, era negro, pobre e cego. Parece-me que, na perspectiva de Nery, as imbricações das relações de poder de gênero, raça, classe, sexualidade e diversidade corporal embaralhou as hierarquizações desta relação (KIMMEL, 1998; COLLINS, 2015; 2016).

Pela primeira vez, o falo não era uma ameaça, já que a cor da sua pele e sua classe “compensavam” a falta do pênis. O amigo também poderia ser considerado “menos homem”,

---

<sup>86</sup> Não menciono a orientação sexual, tampouco a configuração cromossômica de Augusto, pois não se sabe.

sobretudo devido ao *capacitismo* (SILVA, 2021; LAGOEIRO, 2022), descrito pelo autor como “ar de benevolência”, “compaixão” e “carinho”, mas que atualmente ativistas e intelectuais anticapacitistas caracterizam como infantilização da pessoa com deficiência.

Baseio-me, sobretudo, em Patricia Hill Collins (2015; 2016) e Viviane Vergueiro Simakawa (2015), em minha compreensão de que o sistema de poder que constitui as hierarquizações e normatizações sociais apresenta-se de maneiras variadas nas biografias individuais. De acordo com Collins, estas “relações hierárquicas [...] se enredam com economias políticas de dominação e subordinação” (2016, p. 109), contudo,

Enquanto muitos de nós temos poucas dificuldades em acessar nossas próprias discriminações dentro de algum amplo sistema de opressão, seja ela por raça, classe social, religião, orientação sexual, etnia, idade ou gênero, nós normalmente falhamos em ver como nossos pensamentos e ações agem na manutenção da subordinação de outras pessoas. (COLLINS, 2015, p. 13)

Em vista disso, questiono se a relação de Augusto para com João era — ou seria — tão “igualitária” assim. Entretanto, compreendo a narrativa como uma maneira significativa (e significativa) de propor alianças, em detrimento de competições, nas relações homosociais de pessoas que exercem masculinidades subalternizadas e habitam corpos abjetificados (KIMMEL, 1998; PRECIADO, 2014; BUTLER, 2019).

\*\*\*

João Walter Nery relata que trabalhou como taxista, como já foi mencionado, por um ano e meio, quando tinha entre 22 e 23 anos, no início dos anos 1970. Os capítulos nos quais tece esta narrativa são o primeiro, *Uma experiência nova*, e o décimo primeiro, *O mundo dentro de quatro portas*, 78 páginas depois. Nessas páginas, discorre sobre suas preocupações e sentimentos ao adotar uma identidade social masculina; suas análises em relação ao trabalho e aos passageiros; e conta quatro histórias nos quais contracenou com personagens diferentes entre si: um bicheiro — o único que ganha um nome, Valter; um cinquentão vaidoso; uma puta e uma bicha.

Logo no início do texto, Nery descreve sua vestimenta como “a farda obrigatória para evitar multas” (NERY, 1984, p. 13), explica que se sentia ansioso, observado e com medo por “não poder corresponder à aparência de um homem maduro e responsável” (NERY, 1984, p. 13). Apesar de alegar que “era gratificante o fato de estar exercendo, pela primeira vez, uma profissão basicamente masculina.” (NERY, 1984, p. 13), partilha que se deparava com situações estressantes, como podemos ver no excerto a seguir:

Ferrenho adepto do bom humor e da delicadeza, apesar de nem sempre ser correspondido, eu ia conseguindo enfrentar inúmeras situações estressantes com que

me deparava. Tendo uma cara de garotão imberbe de 18 anos, embora tivesse 22, era muitas vezes intimado a dizer minha idade. Não adiantava muito engrossar a voz e manter um ar de homem sério. Acabava me traindo. [...] situações que me deixariam em pânico, como, por exemplo, imaginar um passageiro desconfiando da minha real condição. Não saberia como reagir se tal acontecesse. O que precisava evitar a qualquer custo é que a confusão terminasse na delegacia. Minha documentação não era legal, e por isso mesmo não tinha coragem de apresentá-la. Não acreditava que pudesse chegar a ser preso, pois não estava cometendo nenhum crime, mas o que passaria não teria preço... (NERY, 1984, p. 15)

Através da narrativa de João Walter Nery, acompanhamos, novamente, a precariedade da vida de homens que nasceram em corpos significados como de mulheres e assumiram uma identidade pública de acordo com sua identidade de gênero. Ademais, outra vez vemos, nestes trechos, a importância de uma performatividade de gênero normativa, sobretudo para a segurança daquele que *transgride* o sistema.

Afinal, como constatamos nos capítulos anteriores, e como o próprio autor denota compreender, o regime cisheteronormativador se (re)atualiza através do espaço-tempo nas suas tentativas de se impor como hegemonia e criar o(s) Outro(s)-inumano(s). Em um Brasil ditatorial, sob regime biopolítico disciplinar, necropolítico e recepcionando e reconfigurando aos moldes tropicais, aos poucos, o regime farmacopornográfico, definitivamente parar em uma delegacia por “fingir ser do sexo oposto” era uma péssima expectativa, ainda mais sendo filho de um ex-aviador da Força Aérea Brasileira ligado à figura de João Goulart (NUZZI, 2019).

Com o passar do tempo, Nery começou a considerar o táxi uma espécie de estágio do curso de Psicologia, tendo em vista que convivia com diversas pessoas “de vários níveis sociais, culturais e étnicos” (NERY, 1984, p. 15). Passou, a partir daí, de acordo com sua narrativa, a analisar os passageiros e passageiras neste “experimento social”:

As condições sexual e econômica também servem de parâmetros para um critério de avaliação. Quando pobres, os homens sentam-se na frente, ao lado do motorista, numa franca atitude de igualdade e camaradagem. Mulher, só se for puta. As melhores gorjetas surgem, paradoxalmente, das camadas mais oprimidas, como se demonstrassem, com isso, que realmente podem pagar mais que o necessário. Já os ricos, talvez por não necessitarem deste tipo de autoafirmação, não se excedem neste hábito capitalista. A jovem bem vestida, moderninha, geralmente nos cumprimenta formalmente. Se puxa conversa, é para se divertir com o prosaísmo simplório do chofer. (NERY, 1984, p. 14)

Com o trecho acima, fazem-se expressivas, em sua narrativa, concepções acerca das relações sociais de gênero, raça e classe, demonstrando atentar-se de alguma maneira, naquele período e/ou durante a escrita do livro, para estas questões. Também é notável, novamente, sua desinibição textual, na passagem “Mulher, só se for puta.”, sem esboçar, entretanto, um julgamento moral em torno do trabalho sexual.

Já no capítulo *O mundo dentro de quatro portas*, o autor expõe sua consideração de

que foi dentro do táxi que pôde experimentar o relacionamento entre homens. Em suas palavras,

Há um companheirismo, uma solidariedade, uma espécie de carinho, mesmo quando não são amigos, que eu nunca sentira entre duas mulheres ou mesmo entre um homem e uma mulher. É uma camaradagem, uma expansividade afetiva intensa e espontânea, seja para comemorar o nascimento de um filho ou a vitória de um time. (NERY, 1984, p. 98-99)

É curioso que sua percepção acerca das relações homossociais seja tão distinta da ideia de competitividade homossocial concebida por Michael Scott Kimmel (1998) como componente das masculinidades. Nery descreve a experiência narrada com termos como “companheirismo”, “solidariedade” e “carinho”, características diferentes daquelas comumente associadas à masculinidade, que geralmente são “racionalidade”, “disputa”, entre outras, talvez apresentando uma aproximação ao que hoje tem se chamado de masculinidades positivas? (MESSERSCHMIDT, 2018). Contudo, a escolha de assinalar as cumplicidades dentro das relações de poder no escopo das masculinidades faz-se interessante à medida em que também relata seus sentimentos e movimentos voltados para a competitividade. É, também, uma maneira de contar sobre seu reconhecimento social por sujeitos cismasculinos e as vantagens desse novo lugar social.

Uma das cenas tecidas por Nery que diz respeito a esse reconhecimento foi seu encontro com Valter, o bicheiro. Segundo o autor, ele trabalhou como chofer para Valter por horas em uma véspera de natal. Nesta aventura, foi convidado a beber com ele e seus empregados, teve sua habilidade de estacionar avaliada pelo bicheiro e o levou à casa do compadre e de duas namoradas, as quais visitou junto com o “novo amigo”.

Há uma série de “testes” aos quais João foi submetido relacionados às práticas de produção de si dentro de um espectro de masculinidades normativas da época, como “aguentar beber” e se colocar em uma situação de risco (beber e dirigir), demonstrar que tem habilidade de dirigir bem e comportar-se de maneira adequada na companhia de Valter e, também, das pessoas que conheceu, o que significa manter certo silêncio e ser, de certa maneira, conivente com a objetificação de mulheres. Ademais, foi interrogado sobre casamento e paternidade, quando afirmou ter uma mulher e dois filhos.

Faz-se relevante destacar que Nery estabelece uma diferenciação entre ele e Valter, no que condiz aos valores e trajetórias de vida, o que caracterizou como um “delicioso contraste”. Assim, essa é mais uma história na qual a adequação à cisheteronormatividade parece ser a única estratégia viável, naquele momento, de assegurar sua integridade física e mental, bem como de ser reconhecido como um sujeito que se constitui a partir de uma

identidade de gênero masculina.

Entre uma corrida e outra, Valter lhe diz que Nery é o filho que ele gostaria de ter tido, o que lhe gera comoção:

Fiquei emocionado e pensei no meu pai. “Como eu gostaria de ter ouvido essas palavras da sua boca... Durante anos lutei tanto para ser amado desse modo por ele, para fazê-lo entender-me... Por mais que me esforçasse, a forma nunca era a certa ou, quem sabe, por defesa, ele nunca deixava que fosse. E agora, esse sujeito sentado aqui ao meu lado, que me conhece há poucas horas, já demonstra um calor que eu não tinha sentido por parte de meu pai nesses 22 anos de convivência...” (NERY, 1984, p. 100-101)

Em minha análise, considero esse trecho relevante pois expressa a importância de ser reconhecido por figuras parentais. Para tanto, retomo o conceito de citacionalidade e a discussão sobre a produção de identidades de gênero na primeira infância: considerando a historicidade dos processos de subjetivação, bem como o fenômeno da citacionalidade na constituição do si-mesmo — a necessidade de (re)produção constante das práticas de produção de si tendo como o passado como referência —, em nossa sociedade, na qual a cisheteronormatividade busca (re)engendrar o modelo de família nuclear cisheterocentrada, as figuras do pai e da mãe (geralmente os cuidadores primários) costumam ser as referências principais nos processos de produção do Eu-inaugural. Dessa forma, a importância do reconhecimento paterno tinha uma relevância profundamente significativa para João Walter Nery — como um homem do seu tempo, não como algo particular de sua experiência (BUTLER, 2019; 2021; CUNHA, 2021).

As narrativas que João Walter Nery elabora sobre “o cinquentão vaidoso”, “a puta” e “a bicha”, têm um elemento em comum: foram pessoas que demonstraram interesse sexual por ele ao reconhecê-lo como homem. O cinquentão, aparentemente um homem cisgênero de classe média, começa a questionar Nery de maneira agressiva: “O que você faz além de trabalhar aqui? Estuda? Namora? Come as meninas que encontra? Vamos lá, rapaz, desembucha, que eu quero saber” (NERY, 1984, p. 104). Como, posteriormente, no mesmo diálogo, ao buscar convencer Nery a transar consigo, fala que ele “não era capado”, parece que o assédio era a abordagem desse personagem. Em seu relato, Nery expõe que essa situação despertava emoções contraditórias: “Embora assustado, não pude deixar de achar cômica a situação. Mas a verdade era que eu o estava tapeando o tempo todo, e ele, apesar da sua esperteza e experiência de vida, tão sagaz em seus contatos e manobras, não tinha percebido nada” (NERY, 1984, p. 105-106).

Esse mesmo sentimento contraditório de constrangimento, medo, vulnerabilidade e reconhecimento da sua identidade de gênero ao “conseguir enganar” o outro, Nery expressa

ao tecer uma história um pouco similar, na qual atende uma passageira que era trabalhadora sexual, que nomeia “puta”, sem rodeios em suas palavras. Nery relata que, devido a uma corrida, acabou parando na zona de prostituição da cidade e, justamente por ser uma experiência inusitada, decidiu entrar em um bar:

Era uma experiência nova. Quando, antes, poderia estar ali, transitando livremente por aqueles lugares pouco recomendáveis, cheios de marginais, sem sequer ser notado? Sempre tivera vontade de conhecer um prostíbulo por dentro, o que aquelas mulheres diziam, ver como tratavam um freguês. Mas nunca ousara passar sequer perto — e não era por questão de escrúpulo. (NERY, 1984, p. 17)

O cenário que João Walter Nery cria, como podemos ver acima, é o de um espaço perigoso, permeado “por marginais”. Ele demonstra satisfação em poder exercer sua identidade de gênero naquele ambiente, afinal, o comportamento “de risco” é uma marca de masculinidade (ROHDEN, 2011). Ainda, penso ser importante assinalar a expressão de seu desejo em frequentar um “prostíbulo” e contratar uma mulher trabalhadora do sexo, sobretudo seu argumento em relação à falta desta experiência: “não por escrúpulo”, ou seja, não por moralidade, mas sim para se proteger de violências cissexistas, por compreender que seu corpo não poderia ser visto e tocado por qualquer pessoa, somente por alguém com quem construísse um laço sólido de confiança antes.

Em sua narrativa, o autor sai do bar, retorna ao táxi e, logo em seguida, recebe uma passageira ‘puta’. Expõe que ficou nervoso, com medo, mais uma vez, de ter seu corpo descoberto. A personagem é descrita como uma mulher que se vestia “espalhafatosamente”, desenvolta, desinibida, diabólica e provocadora; durante a cena, fala que ele é muito jovem e questiona se ele ainda tem “cabacinho”. Nery, ao se descrever diante do episódio, afirma que se sentiu “um menininho inexperiente e acuado” (NERY, 1984, p.), que ficou apavorado e buscou contornar a situação. Assim, fingiu ter interesse em contratar os serviços da ‘puta’, mas em outro momento, pois “precisava chegar em casa com o leite para as crianças”, naquela noite.

A cena com a bicha, por sua vez, disposta no primeiro capítulo do livro, se desenrola de maneira um pouco diferente das anteriores. Abaixo, seguem excertos selecionados da narrativa.

Uma bicha passou voando na dianteira do carro, fazendo mil trejeitos para pegar meu veículo. Abriu a porta da frente e sentou-se, cruzando as pernas. Imediatamente, coloquei o meu cinto de segurança, que quase não usava, mas que, nestas ocasiões, servia como um escudo — tipo de protetor sexual — já que é comum elas meterem a mão no pau do motorista sentado a seu lado. [...] Ela se mostrava ofegante da corrida, e eu, da situação que estava prestes a enfrentar e, sobretudo, representar. Morava perto da zona de prostituição da cidade, e, a seu pedido, para lá nos dirigimos. Durante o percurso, foi me cantando, segredando-me que em sua casa havia mais dinheiro para me pagar. Evidentemente, caso topasse comê-la. [...] Repentinamente, senti sua mão na minha coxa. [...]. Esta aproximação deixou-me amedrontado e

nauseado. Em dois minutos, as palavras me vieram à boca: — Espera aí! Vamos com calma! Você pegou o cara errado. E além do mais sou casado! — E daí? Casado, mas não tá morto! respondeu-me sem titubear, mandando-me deixar de ser moralista, insistindo em que experimentasse ao menos uma vez. Além disso, **confessou-me que só gostava de ser comida por homens de verdade, com H maiúsculo e, de preferência, bem casadinhos.** “Como está enganada”, pensei. “Se soubesse realmente como sou...” A situação era extremamente incoerente e absurda: a ironia da total inversão! [...] A figura misturada de homem e mulher me atraía. Eu não conseguia entender bem. Desfechei-lhe então a pergunta que mais interesse me causava: — Se houvesse alguma possibilidade, você gostaria de ser mulher? Olhou-me com expressão de horror e, levantando a cabeça condignamente, exclamou: — Nunca! Adoro ser viado! Não gosto de ser homem nem mulher, mas vi-a-do. Deu pra entender? Aquilo me intrigou ainda mais. **Era, realmente, um outro gênero!** (NERY, 1984, p. 15-16-17, grifos meus)

Há várias questões interessantes de se analisar tanto neste fragmento textual, quanto na história com a trabalhadora sexual: 1) a elucidação de mais uma estratégia de performar masculinidade em meio ao sistema — o uso do cinto de segurança como “protetor sexual”; 2) as concepções que Nery esboça acerca do comportamento das ‘bichas’ e das ‘putas’ e a descrição sobre a localidade onde residiam, trabalhavam e socializavam; 3) a cena acerca das investidas sexuais e ideia de homem de verdade; 4) e, por fim, no que concerne à última história, as percepções sobre gênero/sexo e desejo neste encontro entre um homem trans — no período compreendendo a si mesmo como um ‘invertido’ — e um viado. Levando em consideração que o tema das táticas de performatividade masculina normativa relacionadas a reconhecimento e segurança apareceu em momentos anteriores da minha análise, escolhi abordar, nos parágrafos seguintes, as três últimas problemáticas que extraí dessas narrativas.

Em toda a narrativa, é possível traçar uma aproximação com a obra *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*, de James Green (2019). Primeiro, é interessante perceber como as passageiras — a ‘puta’ e a ‘bicha’ — são construídas. A bicha, é descrita como tendo “mil trejeitos” e, tanto ela quanto a puta sentam na frente, apesar de ser por motivos diferentes<sup>87</sup>; ambas são caracterizadas como pessoas desinibidas e que, antes mesmo de qualquer indício, delas Nery já esperava alguma investida sexual, justamente por serem ‘uma bicha’ e ‘uma puta’. Dessa maneira, a narrativa do autor corrobora com a ideia de que “viados” e “putas” são pessoas sexualmente desinibidas e, até mesmo, promíscuas. Também integra sua história a marginalização social desses contingentes populacionais, tendo em vista que a bicha morava na ‘zona de prostituição’ da cidade, mesmo local onde embarca a puta, questão elucidada por Green e abordada no capítulo anterior.

Além disso, a busca da bicha por um “homem de verdade”, que fosse “casado”, denota

---

<sup>87</sup> A trabalhadora sexual da história narrada por Nery, senta ao seu lado por ele ter se mostrado nervoso com a sua presença e os diálogos abertos sobre sexo. Contudo, não faz nenhuma “investida sexual” em relação a ele, mas fica desconfiada por ele não fazer em relação a ela.



a diferenciação entre “bichas” e “homens”, “passivas” e “ativos” em relações homoafetivas, cujo status de marido de uma mulher cisgênera servia para intensificar a “virilidade” desses homens que se relacionavam com outros homens, ou com pessoas que habitavam corpos designados como “de homens” (BUTLER, 2015; GREEN, 2019). Ademais, as reflexões acerca de gênero/sexo e desejo, com o passageiro não se identificando nem como homem, nem como mulher, mas como viado e a conclusão de Nery de que se tratava, “realmente”, de “outro gênero” expõem a complexidade e o embaralhamento das concepções de gênero, sexo e sexualidade no período<sup>88</sup>. Esse “embaralhamento” se traduzia em travestis sendo denominadas “os” travestis por causa de suas genitálias, e em pessoas com orientações sexuais não-hetero deixando de ser consideradas “homens” ou “mulheres” (MORANDO, 2014; BUTLER, 2015; 2019; GREEN, 2019).

É pertinente destacar, todavia, que em nenhum momento João se colocava como um “outro gênero”, provavelmente por ter desenvolvido tanto uma orientação sexual hetero, quanto uma identidade de gênero binária masculina. Seu *problema de gênero* estava relacionado à significação social construída sobre corpos como o seu, diferente da bicha que atendeu, a qual, por sua vez, encontrava-se em uma espécie de não-lugar de gênero no sistema gênero/sexo e desejo cisheteronormativo, já que homens cisgêneros com expressão de gênero feminina e orientação sexual bi, pan ou homossexual não são “homens de verdade” perante o sistema (BUTLER, 2015; 2019; 2021; CUNHA, 2021).

Não estou afirmando, contudo, que essa bicha se compreendia e tinha desenvolvido uma identidade de gênero masculina, isso está muito além das possibilidades que uma análise historiográfica responsável possa especular. Porém, penso ser importante refletir sobre o enquadramento limitado e limitador do conceito de “homem de verdade”, a partir do qual a menor das transgressões pode ser considerada um “convite” para se retirar (geralmente pela via de violentas expulsões) do escopo das masculinidades “normais” e/ou “naturais”, ou seja, aquelas possíveis de serem performadas nessa matriz hegemônica de gênero/sexo branca e cisheterossexual (VIGOYA, 2018; MESSERSCHMIDT, 2018; BUTLER, 2019).

\*\*\*

No último capítulo da primeira parte de Erro de Pessoa, intitulado *Vivendo duas vidas*, João Walter Nery estabelece uma narrativa acerca das contradições, incômodos e problemas

---

<sup>88</sup> Com isso não quero dizer que hoje “o problema está resolvido”, como se não houvesse disputas em torno dos significados de gênero, sexo, sexualidade, homem, mulher etc. Apenas busco analisar esses processos de disputa e embaralhamentos discursivos do período tratado em questão.

que ocorriam em sua “vida dupla”, de “homem” e “mulher”, dependendo do ambiente onde se encontrava. Ele inicia o texto ilustrando a problemática através de uma situação em um consultório, no qual o médico grita “Dona Joana!”, e o diálogo segue: “ — O senh... quer dizer, a senhora é dona Joana? — Isso mesmo. O que faço agora?”. Nery refere-se à cena como “asfixiante”.

Posteriormente, explica que foi indicado por uma amiga ao cargo de *professora universitária* no curso de Psicologia, trabalho que exerceu por quatro anos, em três universidades diferentes, possivelmente entre 1972 ou 1973 até 1976 ou 1977<sup>89</sup>. Em seu relato, Nery compartilha:

No primeiro dia, infalivelmente, a imagem era de choque e curiosidade. Não entendiam bem a minha figura, pois, além de ambígua, era jovem demais para o cargo. Eu acabara de me formar. Então, dizia logo em voz clara o meu nome, tentando evitar confusões posteriores. Apesar da consagração por parte dos alunos, eu continuava deslocado no meio dos professores [...] recebia críticas, mas, infelizmente, nem todas conseguiam transcender o jeito de me vestir ou de me comportar. Devido ao impacto, a minha imagem provocava aversão ou despertava uma grande curiosidade: o “**grande enigma**” que achavam que eu ocultava. **De uma forma ou de outra, a minha pessoa ficava sempre anulada.** [...] Aos poucos, fui adquirindo maior traquejo, e, com o tempo, a minha silhueta se acomodava melhor à retina dos discentes. [...] Esta roda-viva me obrigava agora a conhecer novas pessoas, tendo que travar contatos com personalidades do campo profissional. A pressão por uma melhor aparência aumentava e se formalizou quando fui solicitado a comparecer ao gabinete do diretor do meu departamento na universidade. [...] **A coação não era para me vestir melhor, mas me vestir como mulher!** No fundo eu achava uma certa graça, porque justamente as pessoas mais tradicionais eram as que mais exigiam que me travestisse. Vestir-me bem, eu me vestia. Usava calças, camisas e sapatos finos, comprados nas melhores lojas da cidade. Porém, dentro da concepção vigente, continuava sem me enquadrar como “bem vestido ou de boa aparência”. Na realidade, **até como homem eu sentia a impossibilidade da total elegância no trajar**, devido à força da largura da camisa e ao fato das calças não poderem ter o caimento justo e perfeito. A postura encurvada também acentuava o porte fora de prumo. Só era visto como mulher na sala de aula pela forçosa apresentação, que, inapelavelmente, tinha que fazer. Fora disto, os outros alunos, professores e empregados da universidade, que não me conheciam, viam-me como um representante da categoria masculina. Inclusive, uma das minhas grandes dificuldades era ir ao banheiro. [...] Passei vários apertos do gênero, até que descobri um banheiro só para professores, bem isolado, mas que me obrigava a subir três lances de escada. (NERY, 1984, p. 109-110, 113-114, grifos meus)

Neste momento, sua escrita não nos transporta para uma história cujo personagem principal é uma pessoa designada como mulher que vive como homem, mas sim, para um cenário em que é obrigado a adequar-se ao sistema performando feminilidade, a fim de garantir sustento e, quem sabe, construir uma carreira. Dessa forma, observamos estratégias distintas para lidar com a cisnormatividade, pois nessa situação Nery foi empurrado para o abismo da ininteligibilidade de gênero, no qual a queda o transformou em um ser abjeto

---

<sup>89</sup> Considerando que a sua mastectomia masculinizadora foi realizada no início de 1977 e antes do referido procedimento cirúrgico ele se retirou deste campo profissional.

(PRECIADO, 2011; BUTLER, 2015; 2019).

Não obstante, ainda que João Nery tenha sido forçado a atuar como professora, é interessante observar que manteve as vestimentas masculinas e, segundo sua narrativa, seguiu sendo percebido como homem por pessoas desconhecidas, o que lhe proporcionou problemas com banheiros — algo, infelizmente, comum às experiências trans. Contudo, justamente pela sua expressão de gênero masculina, mesmo assumindo uma identidade social feminina, conta que chegou ao extremo de ser chamado ao gabinete do diretor do departamento no qual trabalhava. Conforme analisa, a solicitação de aprimorar a aparência e vestir-se melhor era na realidade uma imposição para usar trajes socialmente considerados femininos e “comportar-se como mulher”, afinal, nascera com “um corpo de mulher”. Logo, Nery tece uma trama que escancara a cobrança da performatividade de gênero cisheteronormativa, seja quando é lido como homem, seja quando é forçado a “ser mulher”.

Para além das reflexões e explanações relativas ao olhar do Outro sobre si, o autor também se debruça no olhar que desenvolve a respeito de si mesmo. Novamente, o sentimento de inadequação em relação ao corpo e a introjeção da cisnormatividade em suas subjetivações, na sua corporeidade e na relação consigo de modo geral, aparece.

Ao mesmo tempo em que passava por esses conflitos de gênero, João Walter Nery encantava-se com a docência. Relata que buscou levar criticidade e empatia à sala de aula e considera que a “atmosfera empática e liberta” fez com que seus alunos, em sua maioria, alunas, aproximassem-se dele, o que o colocou em circunstâncias surpreendentes e até mesmo comprometedoras para si. Em suas palavras,

Eu quase não tinha alunos homens. A maioria era de moças e começou a se esboçar um fenômeno inteiramente novo na minha vida de “rejeitado-mor” pelas mulheres. Algumas se apaixonaram por mim e chegaram a me confessar isso, depois de meses de conflito sem entenderem o que estava acontecendo, pois não se consideravam homossexuais. Era gratificante saber-me amado, embora me sentisse constrangido e até amedrontado. [...] cometi a infantilidade de repartir esses fatos com Mercedes. Ao primeiro que contei, ela riu; mas após o segundo, já não gostou. [...] As pequenas coisas da parceira começaram a me irritar e o dia-a-dia foi me engolindo. Quando acordei, era tarde demais. [...] Tudo contribuiu para a progressiva separação de Mercedes. Sentia-me frustrado sexualmente e fracassado no casamento. [...] Enquanto o desinteresse e a apatia aumentavam dentro de casa, no campo profissional eu obtinha cada vez mais sucesso e admiração. Comecei a vacilar. Tomado pela vaidade, novidade e outros “ades”, deixei-me levar por experiências afetivas com alunas. (NERY, 1984, p. 110-111)

Desse modo, ao passo que se tornava um objeto de desejo afetivo-sexual por suas discentes, a relação conjugal com Mercedes esmorecia. Faz-se necessário lembrar que, neste momento da narrativa, ela já havia comentado que nunca tivera um orgasmo, levando Nery a se culpabilizar pela falta de um pênis no seu corpo. Logo, a relação, que já estava abalada,

encontrou seu ponto final nas relações que Nery desfrutou com suas alunas-admiradoras.

Ele próprio explica que suas escolhas pesaram em sua consciência, entretanto, buscava algum consolo na racionalização, tentando criar conexões entre suas “escapulidas”, como chama, e comportamentos sexuais e afetivos de alguns povos indígenas sul-americanos e, também, refletindo sobre o amor romântico e monogâmico como uma construção histórica da burguesia (NERY, 1984, p. 111-112). Na continuidade, compartilha uma autoanálise,

Hoje, noto que minha vida primou por um claro mecanismo: o de ser guiado, levado sem grandes esforços pessoais. Quando criança, submetia-me a toda sorte de exigências, embora reclamando, mas sempre servil; o que gostava, ou queria, não podia expressar de maneira objetiva e clara. Sabia que seria uma luta vã. Depois de adulto, quando me tornei foco de atenções amorosas, também não me empenhava arduamente na escolha. Elas se apaixonavam e eu me limitava a aceitá-las ou não. (NERY, 1984, p. 111)

Logo, ao relatar a si mesmo, entre 1977 e 1984, parece que o autor confecciona uma maior compreensão dos seus processos subjetivos e de suas movimentações nos campos afetivo, sexual e amoroso (BUTLER, 2021; CUNHA, 2021). Ao seguir sua escrita, lamenta o silêncio da sua família em relação à sua separação e conta que “refugiou-se” completamente no trabalho. Entretanto, agitava-se dentro dele a inconformidade de gênero e um desejo visceral de entender melhor seu Eu-primário e as possibilidades de constituir-se através de uma aproximação com sua identidade de gênero, conforme expõe no trecho abaixo:

**Ser dois gêneros, numa vida só, é enlouquecedor.** Estava cansado de estar sempre pulando de um lado para outro. Uma hora, engrossava a voz, outra, era obrigado a afiná-la; ou me viam como um menino de 16 anos e me barravam em qualquer ambiente impróprio para menores, ou como mulher, já passava da idade de namorar. Na primeira vez, nunca sabia como estavam me vendo. Antes de falar, esperava para ver se iam me tratar por senhor ou senhora, e só então sintonizava meu modo de agir. Estava farto de **condutas tão diametralmente opostas**, onde minha imagem era jogada pelos outros conforme as conveniências. As pessoas têm uma quantidade de coisas que o sistema pré-determina, para serem temidas; ou uma série de emoções, em geral sentidas igualmente por todos. Eu, porém, **devido à total inversão**, não vivenciava exatamente como elas. Era como se visse tudo através de um poliedro de facetas múltiplas. [...] Concluí que **nunca conhecera direito o “terreno” em que pisava. Não havia um grupo no qual pudesse me inserir e me definir** a partir daqueles valores existentes, traçando assim, por um estigma bem definido, minhas normas de conduta. O grupo homossexual onde me enquadravam, devido à confusão sobre minha identidade social, tampouco me via como um homem, apenas aceitava as minhas relações com mulheres, mas desde que eu gostasse também de “ser” mulher. Identificava-me com este grupo, mas apenas enquanto outra categoria pisoteada, que igualmente lutava por seus direitos e reconhecimento. Embora pertencesse a vários outros grupos — profissional, estudantil (comecei a fazer mestrado), familiar etc. — em nenhum desses o estigma deixava de ser manipulado e eu não tinha o tranqüilo escudo para me defender através de nenhum grupo sexual. Fui obrigado a aprender, desde cedo, a me proteger por conta própria das pressões sofridas. As duas forças que atuavam em mim, uma resultante dos meus próprios desejos e esperanças, a outra “induzida” socialmente por agente externo, começaram a se modificar. Na minha infância e adolescência, embora meus desejos fossem correspondentes aos valores masculinos, o caráter que tinha a fronteira que me separava deles era de uma forte barreira, praticamente intransponível, e, por isso, destruía imediatamente toda e qualquer esperança de realização. Eu ia me bastando com a fantasia. **Tornar-me um**

**homem de verdade** era um sonho quase irrealizável, sem viabilidade ao “nível de realidade”. Daí, minhas ansiedades terem crescido na medida em que, aperfeiçoando-me no vestuário e na postura, **ficando cada vez mais parecido com um homem, sendo tratado e confundido como tal, a barreira começava a perder o seu caráter de impossível transposição** (NERY, 1984, p. 114-115, grifos meus)

Performar dois gêneros, por identificar-se com um diferente daquele que a cisgeneridade compulsória impôs soava a João “enlouquecedor”. Viver em uma espécie de fronteira de gênero, dependendo da leitura do outro para poder performar em segurança e, ainda assim, estar atravessado por estigmas e marginalizações, foi, frisando, “enlouquecedor”, para o autor. Afinal, o não-pertencimento, o não-lugar social para o qual era empurrado, gerava sofrimento psíquico e conflituosidade em suas relações sociais.

É interessante observar que essas performatividades de gênero, como ele coloca, impunham “condutas diametralmente opostas”, o que diz muito dos modelos, das possibilidades de expressar gênero na década de 1970. Apesar da “moda unissex” — como o próprio autor denomina — estar em voga na época, este não era um estilo bem-vindo dentro das concepções hegemônicas de gênero. Tais concepções ditavam regras de comportamento social rígidas em espaços de poder, como o Acadêmico, onde Nery circulava tanto como professor quanto como estudante de pós-graduação em Psicologia da Educação, na Universidade Gama Filho.

Por fim, destaco a expressão de um sentimento de inadequação latente que se intensificou após a experimentação social de “ser homem”. Pois, a despeito do reconhecimento que obteve em inúmeras situações, não recebia reconhecimento de si mesmo, tendo em vista a cisheteronormatividade inscrita em sua subjetividade, o que lhe mobilizou a buscar uma forma de “tornar-se homem de verdade”, mesmo já sendo.

### **3.3. Produzindo um passado para si ou reencontrando-se consigo? A (auto)biografia do menino João**

No primeiro semestre de 2019 eu cursei uma disciplina introdutória de Psicologia Social, com a professora Oriana Hadler, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Oriana, que se tornou uma querida amiga, um dia me questionou enquanto conversávamos sobre processos de subjetivação e identidade de gênero: “Caio, já pensou se essa memória que tu tem de ‘sempre ter sido menino’ não é, em si, uma fabricação cisheteronormativa dessa necessidade de coerência do Eu?”. Por que diabos fazer isso comigo, Oriana? E obrigado.

A partir desse breve relato de *mim*, retomo a análise do espaço biográfico de João Walter Nery para convidá-los(as/es) a questionar comigo: Nery estava produzindo um passado para si ou se reencontrando consigo?

Pois bem, para realizar essa reflexão, penso que alguns conceitos e abordagens precisam ser retomados: 1) o pacto autobiográfico e a sua noção de contratualidade (LEJEUNE, 1994); 2) os elementos de produção de (des)identificações em espaços biográficos (ARFUCH, 2010); 3) a coerência como um “pré-requisito” para construir uma ilusão biográfica (BOURDIEU, 1996); 4) as discussões acerca da produção do si-mesmo, na primeira infância, historicamente situado — e, lembrando, *não há conversão* desse Eu-inaugural, em outras palavras, no que condiz a gênero e sexualidade: não há “cura” gay, lésbica, trans, bi, cis ou hetero (BUTLER, 2019; 2021; CUNHA, 2021).

A princípio, em uma perspectiva estritamente foucaultiana, eu diria: sim, certamente João Walter Nery buscou elaborar uma narrativa coerente para si — e eu também. Contudo, o que me parece é que o autor tece sua autobiografia com elementos diversos: tanto estratégias de constituição de uma linearidade, quanto uma busca por relatar a si mesmo, em uma aproximação com o seu si-mesmo.

Dessa forma, ao produzir um passado para si, Nery também reencontrou-se consigo em alguma medida. Ao mesmo tempo, produziu escopo biopotente de política à vida para si e para outres sujeitos transgressores (CHAVES, 2021).

#### 4. A autobiografia das metamorfoses: produções de si de João Walter Nery (1977-1988)

*E deixa que lave  
Que leve, que livre  
Que love, que lute!  
Mas não se esqueça  
Levante a cabeça  
Aconteça o que aconteça  
O que aconteça: Aconteça!  
Continue a travecar  
(Linn da Quebrada - Serei A)*

Neste quarto capítulo pretendo dar continuidade à elaboração de uma narrativa sobre a produção de si de João Walter Nery a partir do seu espaço biográfico pertinente às décadas de 1970 e 1980. Para tanto, nesta investigação, tenho como fontes, para além de Erro de Pessoa, uma entrevista cedida à Folha de São Paulo em abril de 1985 e outra cedida para o Programa de Domingo, da TV Manchete, em março do mesmo ano; e, também, o capítulo de livro intitulado *A anatomia não é o destino*, integrante da obra denominada *Destino*, de 1988, que conta com 25 autoras(es).

Ao compreender suas narrativas de si como palavras-navalhas que desbravaram (e desbravam) o sistema para abrir caminhos à emersão das transmasculinidades como identidades sócio-políticas na sociedade brasileira do século XXI, pretendo realizar uma discussão acerca de seu espaço biográfico como biopotente e transgressor (CHAVES, 2021). Ainda, também darei continuidade às discussões acerca do Eu-inaugural historicamente situado (BUTLER, 2021; CUNHA, 2021), relações de gênero em uma perspectiva transfeminista, buscando refletir sobre escolhas (auto)biográficas de Nery.

##### 4.1. A saída do labirinto através do laboratório das cobaias: as narrativas de João Walter Nery sobre a luta para se enxergar

Estava feliz. Fiquei tão emocionado [...] Começava a galgar os primeiros degraus do tão esperado sonho. (NERY, 1984, p. 131)

A Parte II de Erro de Pessoa, conforme apresentado anteriormente, é constituída por onze capítulos que totalizam 69 páginas. Nessa parte da autobiografia, João Walter Nery conta sua “aventura” em busca da “saída do labirinto” e, em meio a isso, a forma como conheceu sua segunda esposa, denominada “Amanda” na obra, a construção deste relacionamento e questões pessoais que ocorreram devido a sua travessia de gênero.

No primeiro capítulo desta parte, intitulado *A grande descoberta*, o autor narra sua viagem para a Europa e compartilha impressões e acontecimentos proporcionados por essa

experiência. Inicia contando que passou um mês no continente europeu, mencionando ter visitado três países: França, Inglaterra e Itália. Estabelece, primeiro, diferenciações entre os países, explicando que o custo de vida na Itália era muito mais barato do que na França, e por isso só se alimentou direito lá, por exemplo. Também menciona os contratemplos ocorridos nas fronteiras e pensões, tendo em vista sua ininteligibilidade de gênero diante do sistema. Em suas palavras, “até eu explicar que gato não era sapato, quase fui linchado” (NERY, 1984, p. 120). São interessantes, principalmente, suas impressões acerca de encontrar-se em países sob regimes democráticos. Por exemplo,

Viajar por tantos países diferentes e mais desenvolvidos deu-me uma visão mais ampla do mundo, permitindo-me vivenciar a existência da liberdade de expressão, da ausência de censura e repressão, de uma civilização mais organizada e democrática. (NERY, 1984, p. 120)

Sem dúvida, a experiência deve ter comovido Nery, alguém que nasceu e residia em um país que, desde seus quatorze anos, estava sob regime ditatorial, sendo que tal regime impactou sua família de maneira intensa e singular. Relembro: em abril de 1964 seu pai, o aviador Paulo de Mello Bastos, procurou asilo no Uruguai, retornando ao Brasil apenas três anos depois, em 1967 (NUZZI, 2019). Ainda, sua irmã mais nova, Solange Bastos (nas obras é chamada de “Vânia” ou pelo apelido “Van”), refugiou-se no Chile, Argentina e França entre 1973 e 1978 (MUSEU DA TV, texto digital)<sup>90</sup>.

A despeito do deslumbramento que gerou o contraste entre os regimes democráticos da Europa Ocidental e o regime ditatorial brasileiro, Nery também compartilha em seu relato, o que podemos considerar um dos lados mais nefastos da moderno-colonialidade de gênero (LUGONES, 2008; 2014):

Lembro-me de que, andando por uma das ruas de Londres, deparei-me com uma dessas tão afamadas *sex-shops*. Numa mesa colocada ao centro, revistas pornográficas eram folheadas à vontade pelos fregueses. As prateleiras estavam cobertas de instrumentos sexuais, como enormes pênis de plástico, bonecas de borracha e outros artefatos fetichistas. Eu sabia da existência de tais lojas, porém duas coisas me surpreenderam: uma foi ver pendurado na parede, bem à mostra, um verdadeiro arsenal bélico para relações sadomasoquistas, e a outra, ver **revistas difundindo a pedofilia**. As fotos eram reais, na maioria, de **crianças orientais** e desnutridas. Cenas chocantes, onde garrafas eram introduzidas na **vagina de meninas de 4 ou 5 anos**. (NERY, 1984, p. 120, grifos meus)

Assim, o contraste torna-se, de certa forma, embaçado, considerando que o acesso à liberdade, cidadania e humanização tinha (e tem) raça, etnia, gênero/sexo, faixa etária, origem etc, como o trecho acima e as partes grifadas deixam evidenciado.

O autor termina sua trama europeia no mesmo lugar onde a iniciou: em Paris. Assim,

---

<sup>90</sup> Como não há informações nas obras de Nery, tampouco nas biografias virtuais de Solange Bastos sobre um possível encontro de ambos durante a estadia do autor na Europa, podemos apenas especular se os irmãos se reencontraram ou não nesta viagem.



tomarei a liberdade de repetir, em partes, a citação disposta no início do segundo capítulo desta dissertação, logo abaixo:

Seria Paris o lugar que escolheria para morar [...]. E foi nessa excitante cidade que uma luz de esperança se acendeu, mudando, daí para a frente, o rumo da minha vida. Saindo de Montmartre, depois de perambular por entre artistas e cabarés, peguei o metrô para o Quartier Latin. Entrando numa de suas inúmeras livrarias, comecei a folhear algumas publicações que me interessavam. Não podia prever, em hipótese alguma, que ali mesmo descobriria o que procurava há tantos anos: **a saída do labirinto**. [...] senti-me à vontade para folhear com calma uma gama de livros e livretos, até minha mão alcançar uma revista científica. Trazia como subtítulo a palavra *Sexualité*. Dei, então, uma olhadela no seu índice. Precisamente no capítulo cinco, havia uma reportagem onde o médico falava sobre **cirurgias transgenitais** feitas em alguns países com grande sucesso. Referia-se, apenas, a **transexuais masculinos**, por serem os casos mais comuns e mais fáceis de resolver. Citava os Estados Unidos como um dos países precursores e mais desenvolvidos neste ramo. Comprei imediatamente a revista e saí lendo-a pela calçada. Meu coração dava pulos. Resolvi sentar-me num café para digeri-la em todos os detalhes. Meus olhos mal acreditavam no que estavam lendo. **Parecia um sonho...** (NERY, 1984, p. 120-121, grifos meus)

Como já sabemos, foi em 1975, na “cidade luz” que João Walter Nery encontrou “a luz no final do labirinto”, ao se deparar com o conceito de *transexualismo* pela primeira vez. Como é possível apreender no excerto acima, a revista à qual teve acesso referia-se a mulheres trans, chamadas por Nery de “transexuais masculinos” durante a obra, de acordo com a literatura científica da época. O mais importante desse trecho é seu encontro consigo, o vislumbre da possibilidade de solucionar seus problemas consigo, com sua autoimagem e com seu corpo e, também, com “o outro”, levando em consideração todos os conflitos, constrangimentos e discriminações sociais que sofria. No final do capítulo, Nery expõe o impacto do encontro com essa maneira que considerou mais adequada para compreender e fazer a si mesmo:

Ao retornar, a idéia de me submeter a uma dessas operações não me saía mais da cabeça. Não sabia como, nem onde, mas isto, de agora em diante, passaria a ser a meta fundamental da minha existência. Precisaria ler e me aprofundar mais no tema, para não tomar nenhuma decisão precipitada. (NERY, 1984, p. 121)

A partir desse momento da narrativa, Nery empenha-se na sua constituição como homem, voltada sobretudo às modificações corporais.

\*\*\*

O segundo capítulo desta parte, *Amanda*, conforme o título indica, é voltado para a relação de João Walter Nery com a segunda esposa, uma pessoa muito importante na trama, pois o acompanha, incentiva, cuida e apoia em todo seu processo de transição de gênero. De acordo com a narrativa, ambos se conheceram em 1976, enquanto ministrava uma disciplina, pois Amanda foi sua aluna, na época ela era estudante de Ciências Sociais. O autor a descreve

da seguinte maneira:

Amanda era uma mulher mignon, de uma docilidade espontânea, mas se agigantava quando desafiava o inadmissível. [...] O contorno do seu corpo formava um todo harmonioso, cujas partes não se justapunham, mas se integravam ritmicamente. [...] Deslizava sobre a ponta dos pés e, nesse deslocar, aparecia e desaparecia como miragem. E foi na força de sua ausência que descobri sua presença. Fascinava-me ela possuir não apenas um corpo, mas um corpo animado por uma vivíssima consciência. [...] O que me confundia era o fato de **Amanda ser uma mulher extremamente bonita e suave, não me parecendo homossexual** e não demonstrando receio ou algum tipo de surpresa, nem conflitos, por estar gostando de mim. Embora me sentisse um homem, sabia, perfeitamente, que era “sua professora”. **Novamente, encuquei com a velha dúvida de como ela estaria me vendo.** (NERY, 1984, p. 123, 126, grifos meus)

A personagem que Nery constrói em sua narrativa é uma pessoa permeada por características aparentemente contraditórias: doce, suave, livre e imponente. Através da sua percepção e de seus anseios relacionados à Amanda, torna-se visível, mais uma vez, o receio da pessoa desejada não lhe enxergar como homem, lendo-o sob lentes cisnormativas. A singularidade presente nesta angústia, entretanto, concerne à beleza, suavidade e performance de gênero aparentemente hetero de Amanda. Diferente de Dolores, que era lésbica e via João como mulher; e de Mercedes, que era inexperiente e de uma beleza “mediana”, segundo o autor; Amanda possuía experiência afetivo-sexual e era “extremamente bonita”, ou seja, Nery julgava que ela estivesse além da sua “capacidade de atração” tendo em vista sua inconformidade de gênero.

O autor conta que, apesar do casal ter se conhecido em sala de aula, o interesse mútuo foi confirmado meses depois. Durante as aulas, Nery recebeu alguns presentes da aluna, culminando em uma poesia de amor, mas não fez nenhum movimento de aproximação. Após o término da cadeira, percebeu que “Amanda ficou”, a saudade cresceu e, então, foi atrás dela. Encontraram-se no apartamento da garota, beberam vinho, beijaram-se e transaram. Em suas palavras:

Não sei, mas aconteceu. Como num campo imantado, colamo-nos boca a boca, num desencadeamento de ternuras. Nossos encontros se tornaram freqüentes. Fui conhecendo-a melhor e adquirindo a certeza de que precisava: a do “**coito perceptivo**”. Era um caso inédito em sua vida, mas isso não parecia perturbá-la. Pelo contrário. Transmitia-me confiança e uma grande vontade de ser minha mulher. (NERY, 1984, p. 126-127, grifos meus)

Ainda que, na presente dissertação, “coito perceptivo” seja um termo que surge somente nesse momento, Nery o utiliza desde a descrição da sua lua-de-mel com Mercedes, na qual explica com detalhes a forma como utilizava as mãos para simular um pênis. O “coito perceptivo” foi uma maneira que encontrou de sentir-se mais próximo do tipo de relação sexual que gostaria de vivenciar. Desse modo, tê-lo realizado com a Amanda realmente “consumou” a relação, pois foi a “última prova” necessária de que ela o reconhecia como

homem, independentemente de seu corpo, o que era tão importante em um momento de entrega e vulnerabilidade como o ato sexual.

Ao discorrer sobre a relação, Nery demonstra um processo de amadurecimento na sua forma de se relacionar, pois Amanda era “adepta do não” e respeitava muito a individualidade de ambos. Em suas palavras,

Amanda começou dizendo “não” a tudo que eu ou ela não nos deixávamos ser. Ela respeitava as minhas dificuldades até o ponto em que estas não me desrespeitavam e vice-versa. Ademais, foi a única pessoa que acreditou no meu desespero de **querer nascer, não de novo, mas pela primeira vez**. [...] No princípio, achava gozado quando me dizia: — hoje não vamos nos ver, pois tenho que cuidar das “minhas coisas”... Ficava me perguntando que “coisas” seriam estas. Posteriormente, compreendi que não se tratava de nada misterioso ou proibido. Apenas queria me ensinar a respeitar a preservação de uma intimidade só dela, mostrando-me que possuía um mundo à parte não se restringindo unicamente à minha pessoa. Comecei a observar que as “minhas coisas” geralmente eram relegadas a um segundo plano por mim mesmo, em função da amada, e, ao final, a fatalidade da insatisfação pessoal prevalecia. [...] embora em nós houvesse essa noção forte de individualidade, havia inevitavelmente um “nós”, que curtíamos, cuidando, porém, para que não nos engolissem. **O “eu” de cada um não deveria se omitir ou se desculpar para esse “nós”**; o “abdicar em nome do amor”, em questões vitais para cada um, nos levaria a uma anulação como pessoas; cedíamos ambos, mas o suficiente para não nos violentarmos e podermos nos adaptar a uma vida conjugal feliz. (NERY, 1984, p. 125-126, grifos meus)

Os dois trechos grifados na citação acima trazem elementos importantes para serem analisados. A segunda passagem marcada evidencia o amadurecimento mencionado anteriormente, ao passo que a citação expõe uma dinâmica de relacionamento aparentemente saudável, com espaço para a individualidade e para a cumplicidade, o que proporciona escopo a Nery embarcar a fundo na jornada de sua transgressão com apoio da companheira.

A primeira passagem assinalada, por sua vez, traz consigo um componente importantíssimo da escrita de João Nery: a conceituação das modificações corporais voltadas para a transição de gênero não como um “renascimento”, mas como um “nascimento”. Nascimento esse que seria de um corpo mais habitável para si, mas que também diz respeito, como venho abordando, de uma subjetividade marcada pela cisnormatividade.

É importante elucidar, todavia, que essa observação que faço não se trata de um julgamento sobre os processos de subjetivação e materialização de si de João Walter Nery. O que busco realizar aqui é uma análise de como os contextos sócio-históricos interferem nos processos de subjetivação dos sujeitos após a formação da identidade de gênero. Ou seja, como os sistemas de gênero/sexo e desejo interferem nas relações que estabelecemos conosco e com nossos corpos após termos elaborado o Eu-inaugural?

\*\*\*

Os capítulos terceiro, quinto e sexto desta parte da obra, denominados *Por onde começar?*, *O começo da batalha* e *A segunda grande descoberta*, respectivamente, tratam do início da jornada de João Nery em busca da sua transição de gênero. Tendo em vista que o livro foi elaborado e publicado durante a ditadura cishetero militar — 1977 e 1984 — e que, até 1997, intervenções cirúrgicas relacionadas à transição de gênero eram criminalizadas no Brasil (PINTO e GUSMÃO, 2021), alguns nomes de cidades e profissionais da saúde foram alterados.

São Paulo, por exemplo, transformou-se em Melópolis e, da forma como João descreveu a cidade, soa como se estivesse localizada no Rio de Janeiro, já que chama a cidade do Rio de “capital”, simulando uma viagem ao interior do estado. Roberto Farina, por sua vez, virou “Vitório”, sem sobrenome.

Sua trajetória iniciou visitando uma amiga, “Lilian”, psicóloga, sexóloga, lésbica e “ádua defensora dos direitos femininos” (NERY, 1984, p. 128). Nery partilha com a amiga seus anseios, desejos e o interesse em encontrar especialistas que pudessem lhe auxiliar nesse processo, com esperança de ser submetido a procedimentos cirúrgicos. O retorno que recebe, contudo, não é receptivo:

— Mas isso é uma loucura! Virar homem! Você deve estar brincando... Nós, mulheres, precisando tanto de mais adeptas para aderir à nossa causa, e você quer passar logo para o lado deles? [...] Joana. Você está vendo tudo distorcido. A mulher é tão rechaçada nesta cultura, que a tendência é querer ser homem, mas isto não resolve o cerne da questão. [...] E sabe de uma coisa... eu não vou ter estrutura emocional para vê-la como um homem. Se eu fosse você, continuaria mesmo como homossexual, porque nós somos uma classe unida, e lutando juntas vamos conseguir muito breve a nossa emancipação e reconhecimento. (NERY, 1984, p. 128-129)

Evidentemente, Nery foi tomado por surpresa e constrangimento. Ele buscou compartilhar sua relação consigo e com o corpo, mas as reações da psicóloga seguiram intransigentes. Ao analisar a reação de Lilian, afirma que, para ela, “o assunto não lhe era indiferente, pelo contrário, até bastante ameaçador” (NERY, 1984, p. 129).

Por que será que a identidade de gênero de João e seu desejo de transformar seu corpo era ameaçador à Lilian? Como vimos no capítulo anterior, as décadas de 1960 e 1970 foram significativas no âmbito das mobilizações sociais por equidade de gênero, sexualidade, étnico-racial e de classe (PINTO, 2003; STRYKER, 2008; WAKIMOTO, 2012; TEDESCO, 2018; GREEN, 2019). No que condiz ao contexto brasileiro, como Céli Pinto (2003) elucida, o movimento feminista que despontava no país via-se em um paradoxo, pois além de enfrentar as adversidades do regime ditatorial, também via sua luta sendo encarada como um “desvio pequeno-burguês” por boa parte da esquerda. Como vimos, os movimentos de mulheres e feministas não eram um fenômeno exclusivo da esquerda, ainda assim, no

imbricamento com outros movimentos sociais sempre havia a problemática do machismo e uma certa depreciação das suas lutas.

Além disso, também é relevante retomar duas questões: primeiro, a maneira como boa parte das feministas se organizavam nesse contexto ditatorial, que era em pequenos grupos, de com no máximo vinte mulheres cada, mas que estavam espalhados por todo o Brasil (PINTO, 2003); segundo, que 1975 foi designado pela ONU como o ano internacional da mulher, o que evidencia a importância dessa luta e a abrangência dos discursos feministas junto a uma trama intensa de disputas e conciliações em torno de (re)produções de concepções de “sexo”, “mulher”, “sexualidade”, “homem”, entre outros.

Assim, o que Nery “ameaça” em Lilian seria, provavelmente, sua compreensão de si como mulher e, talvez, mais significativo ainda, toda uma mobilização sociopolítica que lhe era tão cara e enfrentava tantos obstáculos, sobretudo levando em consideração que era uma mulher lésbica na década de 1970. Dessa maneira, a articulação da luta feminista com a homossexual coloca a personagem de Lilian em um lugar de estigma, já que lésbicas, assim como bichas, “não eram” mulheres nem homens — independentemente de suas identidades de gênero autopercebidas — (WITTIG, 1993; BENTO, 2017; GREEN, 2019), problemática esta que posiciona o conceito de “mulher” em um lugar muito mais delicado de disputa discursiva.

Ademais, a revolta de Lilian em relação à transição de Nery expõe um elemento que marca as histórias — e historiografias — trans: o fato da subjetividade trans ser questionada e receber análises cisnormativas, enquanto a cisgeneridade jamais é questionável. Similar à lamentável análise que Rafaela Costa de Azevedo (2018) fez da trajetória de João Walter Nery, afirmando que ele havia transicionado por causa da intensidade da heteronormatividade à qual “foi exposto”, Lilian desacredita na subjetivação do autor como algo genuíno e são, “solucionando” o problema como “proveniente” do machismo. Se esse processo de subjetivação após a primeira infância é tão “simples” assim de ocorrer, por que “mulheres”, ao longo da história, não “simplesmente” transicionaram em massa? Por que “homens”, com o poder da fala e do falo, o fizeram?

Apesar dos pesares, Lilian indicou um endocrinologista para João Nery e, assim, finalmente, sua caminhada em direção ao corpo desejado se iniciou.

\*\*\*

“Dr. Porto” é a maneira pela qual Nery refere-se ao endocrinologista que acompanhou seu trânsito de gênero. Ele o descreve como “jovem, rico, famoso e engajado nos padrões de nossa cultura. Um bem-sucedido na vida [...]. Revolucionário por natureza, questionava os

arcaicos conceitos da medicina tradicional” (NERY, 1984, p. 143). Através da narrativa sobre a primeira consulta, já é possível apreender o processo de avaliações ao qual ele seria submetido, bem como as concepções de “homossexual” e “transexual” do médico, que o autor (re)produz durante a obra. Ao solicitar uma “avaliação completa” e pedir “esclarecimento” sobre a “distinção” entre os conceitos, Porto responde a Nery:

— Nós aqui cuidamos só da parte dos exames. Fazemos uma série deles, inclusive uma avaliação psiquiátrica, e só depois de nos certificarmos de que o indivíduo é realmente um transexual e não um homossexual, ou um psicopata, é que recomendamos a cirurgia. [...] No transexualismo, o indivíduo apresenta uma total inversão psíquica em relação aos seus outros sexos, como o cromossomial, fisiológico etc. Sua mente não faz parêntese com o corpo com que nasceu. Nestes casos, foi comprovado que a psicoterapia é inoperante e só a cirurgia resolveria seu conflito. Já no homossexualismo, o sujeito, embora tenha relações com seu mesmo sexo, não apresenta inversão psíquica. Ele não quer deixar de ter o corpo que tem, apesar de muitas vezes apresentar maneirismos do sexo oposto. Nesta última categoria, a cirurgia não é aconselhada, pois haveria o risco de um arrependimento, que poderia levar o paciente ao suicídio, o mesmo se dando com os psicopatas. (NERY, 1984, p. 130-131)

É interessante observar como os conhecimentos médicos do personagem Porto e, por conseguinte, como o discurso do poder-saber biomédico se faz presente na obra. Os sufixos “ismos” que, a despeito de muitos trechos de sua escrita hoje podermos considerar estarem de acordo com a luta pela despatologização das transidentidades, fazem-se relevantes nas décadas de 1970 e 1980<sup>91</sup> a fim de justificar a necessidade dos procedimentos cirúrgicos e de alteração hormonal. Ainda, destaca-se a importância de estabelecer uma diferenciação entre “transexualismo” e “homossexualismo” para colocar transexuais na arena política por direitos civis, sociais, humanos... Por fim, a presença do termo “psicopata”, cuja conceituação não ficou explícita, o que denota um possível entendimento do autor da forte correlação feita, na época, entre pessoas de gênero e sexualidade desobedientes à perversidade e “doenças mentais” (AGUIAR, 2020).

Logo após esse primeiro diálogo, Porto questiona o nome de Nery e, na tecitura da cena, o autor explica que, ao lhe responder “Joana”, o médico sorri por ter imaginado, até então, que ele fosse uma pessoa com pênis, “um rapaz”. Contudo, elucida que o fato dele ser um “transexual feminino” tornava mais complicada a transição, pois as cirurgias eram mais complexas e acreditava que os casos eram mais raros.

Todo o processo iniciou com uma série de exames, os quais, segundo Nery, resultaram em “nenhuma anomalia”, apresentando uma configuração cromossômica XX. As únicas

<sup>91</sup> As transidentidades, foram classificadas como transtornos mentais pela Organização Social da Saúde até maio de 2018. Apenas neste ano, 2022, foi publicada a nova edição da Classificação Internacional de Doenças, o CID-11, na qual as devidas alterações foram realizadas. Por 28 anos a transgeneridade foi considerada uma doença mental pela OMS, enquanto os países que integram a organização ainda tiveram mais 4 anos para “se adaptarem” às novas normas (BENITO, 2018; OPAS, 2022).

singularidades estariam presentes na composição hormonal e na aparência de sua genitália, como podemos ver abaixo:

Quanto ao hormonal, o já esperado pela equipe uma taxa elevada de testosterona no sangue, pois meu psiquismo estava interferindo diretamente no sistema endócrino. O clínico, uma genitália sem alteração, porém com um certo hirsutismo generalizado e uma tonicidade masculina acentuada. (NERY, 1984, p. 138)

Cabe observar duas questões a partir desse excerto: primeiro, que *hirsutismo* é uma denominação médica que busca explicar o fenômeno de uma quantidade de pelos considerada “masculina” e “anômala” em corpos que foram significados como pertencentes ao gênero/sexo feminino, ou seja, a invenção de uma anomalia baseada em preceitos biopolíticos cisgenerificados. Quanto aos chamados "hormônios sexuais", é importante elucidar que todas as pessoas produzem testosterona, progesterona e estrógeno, o que varia, individualmente é a quantidade das substâncias circulando pelo corpo, havendo pessoas com configurações cromossômicas e com produções de hormônios diversas (MOL, 2008; CASALI, 2018; PRECIADO, 2018).

Além disso, ele relata que foi classificado de acordo com a escala Kinsey, sendo categorizado como “homossexual de último grau”. Ainda, elucidada que sua vivência com identidade social masculina facilitou a sua permanência no processo de transição e também lamenta o custo de todos os exames e procedimentos, mesmo tendo recebido desconto de 50% nos exames laboratoriais e isenção das consultas com endocrinologista e psiquiatra, o que expõe a inacessibilidade de todo esse processo: ilegal, caro e “ímoral”, custoso de muitas formas.

Embora tenha sido solicitado a realizar acompanhamento psicológico e psiquiátrico, a própria equipe que estava estudando e atendendo o caso de João Walter Nery não dispunha de profissional formado em Psicologia — o que é irônico, levando em conta que ele era psicólogo clínico e atuava como docente na área. Desse modo, Nery foi avaliado “somente” por um psicoterapeuta psiquiatra, chamado de “Felipe”, na obra.

O autor elucidada que Felipe estava produzindo uma tese de mestrado que dissertava sobre “transexualismo masculino” e por isso se interessou em integrar a equipe. Contudo, na percepção de Nery, tinha um comportamento tendencioso e displicente, chegando a ter viajado por um mês sem aviso prévio, proporcionando transtornos na carreira de João Nery, que acabava precisando faltar suas aulas para conseguir ser atendido. No que condiz à visível parcialidade, Felipe, segundo Nery, expôs mais de uma vez sua opinião contra as operações e, no início do acompanhamento, insinuou que ele teatralizava sua identidade de gênero. Todavia, o autor, ao expressar suas insatisfações, também justifica sua resignação,

Essa displicência me aborrecia, mas como esse laudo era o item mais importante de todo o processo pré-cirúrgico, e sem ele nada poderia ser feito, continuei resignadamente. Falava tudo de que me lembrava e respondia a todas as perguntas, tentando fornecer o máximo de material para uma eficaz e rápida conclusão. [...] Eventualmente, havia discordância sobre certas abordagens e interpretações, mas, a meu ver, tudo resultava muito produtivo. (NERY, 1984, p. 139)

Inevitável e infelizmente, Nery encontrava-se em um lugar de “cobaia”, sujeito às avaliações de um saber biomédico cissexista, machista e heteronormativo. Ainda assim, foi persistente na sua busca por si, mesmo consciente da relação de dependência, como expressa:

Nossa relação fatalmente se tornou a de cordão umbilical. Sendo a única pessoa que poderia me ajudar a sair do caos vivente, transformou-se numa espécie de salvador-mor. Tornei-me dependente por completo. Não só por sua bagagem profissional, mas porque, emocionalmente, precisava de seu apoio constante, para me sentir amparado. Muitas vezes ia ao seu consultório para lhe apresentar os resultados dos exames e saber de alguma novidade no campo da pesquisa do transexualismo, a fim de amenizar minha ansiedade. (NERY, 1984, p. 143-144)

Foi Porto que apresentou Nery a Roberto Farina que, como mencionei, ganhou a alcunha de “Vitório” em Erro de Pessoa. Descrito como calmo e de “fisionomia mansa” e aparentemente “bem-conceituado”, o personagem de Farina desperta a curiosidade de Nery, que fica intrigado: “Por que será que um homem tão bem de vida, que parecia realizado dentro do que exercia, tinha se metido num campo tão controvertido e ilegal como o do transexualismo? Samaritanismo? Pioneirismo? Necessidade de quebrar a rotina, arriscando-se em lances mais perigosos?” (NERY, 1984, p. 147). Ao questioná-lo, Vitório responde:

— Para ser franco, nem eu mesmo sei. Trabalhei muitos anos com plástica restauradora genital e achei o campo tão fascinante que comecei a importar literatura técnica sobre o assunto. Um dia, um psiquiatra amigo me falou de um cliente seu que apresentava um caso típico de transexualismo. Estava convencido de que a única solução para o rapaz era a cirurgia. Conversamos a tarde toda e ele mostrou pesquisas que coletara de várias fontes. Eu já ouvira falar do tema num Congresso na Europa, e embora o assunto tivesse me mobilizado na época, foi só com este psiquiatra que comecei a pensar seriamente na questão. Ele me disse que enviara seu paciente a um endocrinologista e um geneticista, discutindo o caso com ambos, e que gostaria que eu o recebesse em meu consultório. Como procuro não ser rígido aprioristicamente em nada, aceitei a proposição. Quando minha secretária o anunciou e o vi, tive um impacto. Era uma moça! Magrinha, baixinha, loura, de olhos azuis, muito tímida. Usava um vestido simples e uma bolsa a tiracolo. Tinha seios, a voz era fina, e não apresentava um único fio de barba. O psiquiatra havia me dito que ela tomava hormônios desde os 15 anos, portanto há oito anos. Mas só agora, há questão de dois anos, é que tinha ido procurá-lo. Não precisava ser nenhum especialista em psique humana para não ter dúvidas de que se tratava de uma mulher! Não manifestava nenhum maneirismo ou exibicionismo. O desespero daquela criatura era algo tão pungente e comovedor ao mesmo tempo, que pela primeira vez senti de perto a dor desses infelizes. Tivemos mais alguns encontros, e quando eu lhe disse que concordaria em operá-la, sua reação foi inesperada. Ajoelhou-se e beijou minhas mãos. Foi um instante patético! A partir daí, mesmo sabendo que o código de medicina condenava essas cirurgias, alegando mutilação do humano - vejam só que absurdo! - não pude ficar insensível a um problema tão sério, embora a maioria se recusasse a admitir sua existência. (NERY, 1984, p. 148-149)

Não há como “extrair” deste trecho, assim como do restante do livro, seu “grau” de



veracidade em contraponto às escolhas narrativas que Nery fez. Contudo, como já vimos, o que se sabe em relação a Roberto Farina é que o médico foi um pioneiro nas cirurgias plásticas associadas à gênero/sexo em pessoas trans<sup>92</sup>, que se posicionava a favor do direito de transexuais modificarem seus corpos e serem reconhecidos como cidadãs e cidadãos, e que foi preso por dois anos (1978-1980) justamente pela realização destas cirurgias em Waldirene Nogueira, mulher transexual (ROSSI, 2020; NASCIMENTO, 2021). Além disso, percebo um grande valor biográfico nesse fragmento, pois o autor coloca nas palavras de um homem cisgênero branco e “bem conceituado”, como ele diz, um discurso a favor dos direitos das pessoas trans, o que pode instigar leitoras/es cis e trans a, pelo menos, refletirem sobre a problemática.

A cena do encontro entre João, Vitória e Porto segue com diálogos muito interessantes sobre as transidentidades. Primeiro, Nery relata uma fala do seu endocrinologista, a “seu favor”, na qual o médico constata: “é um caso legítimo de transexualismo. [...] é o primeiro que vem a mim apresentando um nível de instrução superior [...] de boa formação familiar [...] e, acima de tudo, extremamente lúcido” (NERY, 1984, p. 147).

Destaco que a legitimidade de Nery estava atrelada a sua orientação sexual hetero e a sua expressão de gênero masculina; ainda, é notável que os privilégios de classe e raça (ser branco e de classe média, logo com mais acesso à educação formal e considerado “de boa família”) também foram “pontos ao seu favor”; e, por fim, a decisão de Nery de afirmar sua lucidez é pertinente para ponderar acerca do estigma da loucura em pessoas trans.

A partir do discurso de Porto, Vitória explica:

Sua situação é difícil e se tratando de uma transformação para o sexo masculino, o que não se obtém com uma ou duas cirurgias, mas várias. De qualquer maneira, é um caso a pensar. [...] A maioria que veio a mim era de transexuais com um baixo poder aquisitivo e intelectual, e quase sempre trabalhavam como manicures, cabeleireiros, ou em *shows* de travesti. Alguns descobriram cedo que tinham um problema, e quando os pais tomavam conhecimento, expulsavam-os de casa, obrigando-os a se manterem sozinhos. Outros justificavam a sua condição alegando serem estas as poucas profissões em que conseguiriam trabalhar como mulheres. O fato é que, felizmente, todos os que operei saíram do desespero em que viviam e estão adaptados e felizes com os resultados pós-cirúrgicos. O único problema continua sendo a falta de reconhecimento da mudança de identidade sexual no nosso país, e assim eles continuam marginalizados, ou seja, mulheres com documentos de homem. Mas tenho fé em que, futuramente, também evoluamos, como já o fizeram várias nações, e possamos resolver de vez o destino desses proscritos. (NERY, 1984, p. 148)

Novamente, deparamo-nos com uma observação sobre a dificuldade da transição de gênero do “feminino” para o “masculino”. Todavia, a meu ver, o mais interessante neste excerto é a narrativa acerca das mulheres transexuais e travestis. A história de Nery se

---

<sup>92</sup> Neovulvovaginoplastia, mamoplastias “masculinizadora” e “feminilizadora”, histerectomia, entre outras.

entrelaça em muitos momentos, a despeito de toda sua peculiaridade, com outras histórias trans delineadas no período da ditadura cishetero-militar, trazendo para a sua autobiografia uma aproximação da sua pessoa com outras que compartilhavam a subjetivação da inconformidade de gênero. Além disso, outra vez a voz de Vitório é responsável por ecoar um discurso a favor dos direitos trans.

Logo antes de se despedirem, Nery questiona se Vitório já havia realizado operações em “transexuais femininos”, o que, na linguagem da época, referia-se a pessoas designadas mulheres ao nascer que se identificavam como homens. Eis que o cirurgião, em Erro de Pessoa, responde: “Já”, o que contradiz todo o espaço biográfico construído por Nery posteriormente, como o “transhomem pioneiro”.

De acordo com Amanda Rossi (2020), em 1975 Roberto Farina expôs em um congresso científico que vinha realizando cirurgias “de mudança de sexo” no Brasil, que tinha feito cerca de dez operações e que tinha pacientes na sua lista de espera, incluindo uma pessoa indígena da tribo carajás. Entretanto, não há evidências de que outro homem trans endossexual tenha se submetido a cirurgias, no Brasil, antes de João Walter Nery. O único caso anterior que se tem conhecimento é o de Mário da Silva, conforme já comentado, que se tratava de um homem trans intersexo, obtendo um percurso de trânsito de gênero bem diferente de uma pessoa endossexo (AGUIAR, 2020).

É de se questionar os motivos pelos quais Nery ocultou ou inseriu a afirmação de Vitório/Farina em outras narrativas. Será que considerava mais seguro, em meio à ditadura — principalmente considerando todo seu histórico familiar —, demonstrar que não era o único?

\*\*\*

Em *O clã se desfez*, *O começo da batalha* e *A inesperada visita*, capítulos IV, V e VII, respectivamente, João Walter Nery discorre sobre suas relações familiares e relata como seus pais e irmãs receberam a notícia acerca da sua identidade de gênero e transição. Inicia o capítulo quarto explicando que seu pai voltou do exílio quando ele tinha 16 anos, há tempo de ver “Mariana”, sua irmã mais velha, se casar.

Através dessa introdução, passa a dissertar sobre as irmãs e sua relação com elas. Elucida que “Mariana” é 10 anos mais velha que ele. Na narrativa, conta que ela cursou Letras, se tornou professora e, com o marido, teve dois filhos “de uma esperteza deliciosa” (NERY, 1984, p. 133). Por morarem próximos, aproximaram-se como irmãos também. “Leila”, outra irmã mais velha, porém com idade mais próxima à dele — a diferença não está explicitada na obra —, nesta história, casou-se com um médico, formou-se em Antropologia e

foi morar na região Norte do país. “Van”, que sabemos se tratar de Solange Bastos, é descrita da seguinte maneira:

Representante da geração mais jovem, casou aos 18, e aos 19 já estava desquitada. [...] largou a faculdade de Sociologia no segundo ano. Foi estudar fotografia, com uma bolsa de estudos que ganhara para a Califórnia. Lá, conheceu um brasileiro e foi viver com ele. Muito autêntica e sem nenhum convencionalismo, sorvia intensamente a vida. Esses incidentes deram-lhe o primeiro lugar como ovelha negra na família [...] O meu caso passou para segundo plano. (NERY, 1984, p. 135)

Acredito que Nery traçou uma narrativa para “Van” como a estudante de fotografia que foi para a Califórnia, a fim de resguardar a identidade e segurança da irmã. Entretanto, como mencionei nas páginas anteriores, Solange Bastos é formada em jornalismo e, entre 1973 e 1978, esteve refugiada no Chile, Argentina e França. Durante seu exílio, se tornou mãe de dois meninos (MUSEU DA TV, texto digital).

Essas informações trago tanto para compreender melhor a produção de si de Nery, quanto as suas escolhas de narrativas, considerando sua escrita autobiográfica — tanto *Erro de Pessoa*, a obra analisada nessa dissertação, quanto o livro posterior, *Viagem Solitária* —, um acontecimento histórico que impactou as relações de gênero no país. Assim, acredito que, independentemente de estar na Califórnia ou na França, a trajetória da irmã caçula de Nery gerou preocupações para sua família.

Entre “Van”/Solange e João, de acordo com o autor, havia grande cumplicidade. Em suas palavras,

A força que me ligava a Van era maior do que nossa história conjunta. Além de sermos companheiros da mesma infância, nossa aceitação era mútua e incondicional. O que ela fizesse que estivesse bom para ela, o que valia também para mim, seria por nós aprovado. Nos seus momentos periclitantes, fui o único do clã a lhe dar apoio. [...] Numa de suas cartas, me escreveu “Nunca consegui ver uma mulher em você. Admiro sua coragem em se assumir e transar livremente com a pessoa que escolheu, a despeito do que os outros irão pensar...” (NERY, 1984, p. 135)

Nessa narrativa, Van foi a única das irmãs que acolheu e aceitou a *transgressão* de Nery sem ressalvas. Sua irmã mais velha, Mariana, apresentou um pouco de dificuldade, no relato Nery afirma que ela preferia “não pensar muito” no assunto, mas, posteriormente, demonstrou ser um grande pilar em sua vida. Leila, destoando das outras irmãs, se posicionou de maneira veementemente contrária, primeiro a Nery relacionar-se com mulheres, depois, com mais intensidade, à sua transição. Inclusive, quando a questão era “apenas” o “homossexualismo”, o incentivou a fazer tratamento psiquiátrico. Para acalmar a irmã ele se submeteu a duas sessões que, nos dias de hoje, consideraríamos repletas de transfobia e lesbofobia.

Neste capítulo, Nery também tece narrativas sobre seu pai e sua mãe. No que concerne ao primeiro, elabora um relato sobre o retorno e adaptação dele no Brasil, como é possível verificar na citação a seguir:

Papai sofreu perseguições depois que chegou do exterior. Prestou depoimentos na polícia e, lutando tenazmente, conseguiu através de amigos um cargo de gerente num posto de gasolina. O exílio lhe deixara marcas. Sua posição se modificara depois de se ter tornado um marginal perante a sociedade, perdendo a profissão de que tanto gostava. Tornara-se um homem mais flexível e cordato. [...] Papai, um homem nada burocrático, violentava-se com aquela rotina que o fazia levantar de madrugada, sem fim de semana para descansar. Exausto do barulho e da poluição, acabou aceitando o convite do meu cunhado para ir morar no Norte, criar gado, como na sua infância. (NERY, 1984, p. 135-136)

Apesar de comedido, Nery esboça algumas das marcas que o regime ditatorial e o exílio deixaram em seu pai e na sua família. A respeito de sua mãe, compartilha:

Mamãe envelhecera por todas essas circunstâncias. Sempre ali, ao lado do velho, segurando o peso do caos, revelando-se de ouro. Ficara mais amarga, mas mais amada. Considerava que a melhor fase da sua vida havia passado. Agora só desejava viver o resto com resignação e um pouco de tranqüilidade. [...] Mamãe era tipicamente urbana, mas, como sempre, só pensou no bem-estar do marido e lá se foi com ele, depois de se desfazer de tudo, viver entre os lavradores. Obrigada a se aposentar, passou a cuidar da casa, a dar comida aos porcos e galinhas. Fez um canteiro de flores e uma hortinha ao lado da casa. Suas raízes, não conseguiu replantar. (NERY, 1984, p. 136)

João Nery cria esse cenário do retorno do pai e da reconfiguração da relação entre esse e a mãe de uma forma que considero poética e sensível, ainda que tímida no que condiz à ditadura, mas corajosa para os momentos em que escreveu e publicou. Restava à imaginação do leitor ou leitora, na década de 1980, preencher, ou não, as lacunas desta narrativa, já que as memórias do comandante Paulo de Mello Bastos só foram publicadas em torno de 20 anos depois, nos livros *Salvo Conduto: um vôo na história*, de 2003; e *A Caixa-Preta do Golpe de 64*, de 2006<sup>93</sup>.

No quinto capítulo da segunda parte, como já foi elucidado, Nery elabora uma narrativa sobre consultas médicas e resultados de exames. Também nesta trama, conta a sua irmã mais velha, Mariana, e ao seu cunhado, chamado de “Garcia”, sobre a sua transição:

Tudo corria razoavelmente bem, quando achei que chegara a hora de escrever a meus familiares, contando o que estava acontecendo. Convidei Mariana e Garcia para um jantar em nossa casa, mas pedi que viessem sem as crianças, pois iríamos ter de conversar sobre assuntos sérios. Comecei descrevendo a minha dupla vida e como isso me angustiava. Abordei o fato de nunca me ter sentido mulher e da confusão de me verem como homossexual. Falei-lhes do transexualismo, da minha alegria ao descobrir essa equipe e do porquê de estar me submetendo a todos esses exames. Refeitos do impacto, meu cunhado foi o primeiro a se manifestar. Num tom brincalhão, quebrando a seriedade do contexto, exclamou: — Você é um felizardo! Vai ser o primeiro homem a escolher o tamanho do pau! — Caímos todos na gargalhada e, a partir desse instante, tudo ficou mais fácil de ser dito. (NERY, 1984, p. 140)

<sup>93</sup> Para saber mais, acesse: <<https://www.familiabastos.net/livros>>. Último acesso em: 28/04/2022

Como é possível perceber através do excerto acima, o relato presente na obra esboça uma reação de receptividade e bom humor. O autor também compartilha que Mariana e Garcia preocuparam-se com as questões médicas e, ainda, comentaram que a expressão de gênero de João confundia seus vizinhos e até mesmo seus filhos, corroborando para a sua argumentação em relação ao “enlouquecimento” que gerava “viver dois gêneros”.

No desenrolar da conversa, o narrador pergunta ao casal se tinham notícias sobre seus pais e Leila, pois havia enviado cartas partilhando a situação para eles e, também, para Van. O único retorno que obteve nesse momento foi sobre “[...] estarem todos muito chocados com as novidades, não dizendo quais” (NERY, 1984, p. 142).

Em relação à irmã mais nova, como foi dito, essa manifestou apoio e, em Erro de Pessoa, colocou-se à disposição para obter informações no hospital de *Stanford*, “[...] um dos centros americanos especializados em cirurgias transgenitais” (NERY, 1984, p. 142). Conforme vimos nos capítulos anteriores, a partir da década de 1960 muitas clínicas voltadas para transição de gênero e para o estudo das transexualidades foram abertas nos hospitais universitários estadunidenses. Reflito se essa não foi uma das maneiras de informar, e até mesmo “educar”, o/a leitor(a) sobre as transidentidades.

No que concerne à reação da mãe, do pai e de Leila, Nery relata que demorou dois meses para receber uma carta de retorno, de autoria da mãe, mas que trazia notícias sobre os três. Em sua escrita, expressa que as novidades geraram transtornos nos familiares. Em suas palavras,

Perguntava-me o que ganharia anulando a minha vida passada, toda a minha carreira, em prol de um futuro incerto, cujas únicas garantias seriam as de me tornar um ser amorfo e marginal. A seu ver, além de não conseguir me tornar totalmente um homem, eu deixaria de ser mulher. Seria a perda da identidade, e ela não podia se conformar [...]. Chegou, inclusive, a citar homossexuais conhecidos, como exemplos de pessoas que, embora enfrentassem os ditames sociais, conseguiram, de uma forma ou de outra, se realizar profissionalmente. Eu, enquanto nesta condição de homossexual, dolorosa para ela, a consolava por haver tantos na mesma situação. Eu viver com uma mulher, ela ainda tinha possibilidade de aceitar, mas me submeter a uma operação irreversível, mudando o sexo com o qual nasci, era uma verdadeira castração, o clímax da autoagressão! Em relação ao meu pai, mencionava que estava tão chocado, que não tinha condições de falar comigo nem de discutir o assunto. Quanto a Leila, também estava traumatizada com as notícias recebidas. Embora a reação deles não me surpreendesse, fiquei abalado. Principalmente pela omissão completa de papai. (NERY, 1984, p. 152-153)

O autor conta que retornou à mãe buscando explicar que seu “intuito estava longe da mutilação” e partilhando suas angústias sobre seu corpo. Todavia, sua mãe passou, em seu entendimento, de um tom racional para um tom apelativo, culpabilizando-se pela “inversão” do filho, o que gerou grande incômodo em Nery, que considerava a si mesmo responsável pela sua “condição”. Sobre isso, ele afirmou: “Se pudesse haver um responsável por tal

situação, seria eu, talvez por não ter sabido introjetar adequadamente os valores que me fariam um ser adaptado à nossa cultura” (NERY, 1984, p. 153). Honestamente, eu mesmo já me senti assim inúmeras vezes, me achava “errado”, muito antes de conhecer Erro de Pessoa.

Todos esses entraves familiares geraram em Nery uma sensação de desamparo e solidão. Em seguida, ele relata que amigos também o abandonaram assim que souberam de sua transição e que restava, desde então, “unhas ruídas e cigarros multiplicados [...] Amanda, Marina e o marido” (NERY, 1984, p. 154).

\*\*\*

Nos quatro últimos capítulos desta segunda parte de Erro de Pessoa, denominados *Retribuindo a ajuda*, *Mais um obstáculo*, *A saída do labirinto* e *A hora das decisões*, Nery retorna a sua trajetória em busca da realização da hormonioterapia e de procedimentos cirúrgicos voltados à transição de gênero.

O capítulo oitavo, em especial, soou-me uma aula sobre as discussões de gênero, sexo e sexualidade nos campos científicos psi, biomédico e social daquele momento. Nesta parte do texto, Nery narra a história de uma conferência sobre “disforias de gênero” que contou com a presença de médicos, psicólogos e antropólogos; estadunidenses, argentinos e brasileiros; além da sua mesma como uma “amostra-cobaia” — como ele mesmo caracteriza — e de uma mulher transexual também na mesma condição. Neste capítulo, ao dissertar sobre as palestras e discussões, conta histórias como as de Magnus Hirshfeld e Christine Jorgensen, já apresentadas nos capítulos primeiro e segundo do presente trabalho. Finaliza com um discurso eloquente contra a patologização das transidentidades, ao ser convidado a se exhibir no meio do salão, para cumprir seu papel de “amostra-cobaia”<sup>94</sup>.

No capítulo posterior, o autor debruça-se sobre o acompanhamento psicoterapêutico que vinha cumprindo. Conta que apresentou fotos de sua infância, debateu “exaustivamente” sobre masculinidade, feminilidade, sexualidade, transexualismo e autoimagem e até sessões junto com sua companheira, Amanda, foram realizadas. Conforme o tempo passava, Nery foi tornando-se cada vez mais impaciente por compreender que já não havia mais o que debater e perceber que Felipe, o psiquiatra, estava relutante em lhe dar um diagnóstico. Eis que ao confrontá-lo, descobre que tinha razão, Felipe afirma que tinha dúvidas se o transexualismo existia, que poderia dizer que João era homossexual, mas trans jamais.

Revoltado, Nery critica o médico e vai em busca da “saída do labirinto”. Assim, no décimo capítulo narra a visita que faz a Vitória/Farina em “Melópolis” (São Paulo), conta que

---

<sup>94</sup> Tratarei deste discurso no terceiro tópico deste capítulo.

o cirurgião o recebeu bem e indicou um psiquiatra amigo seu para que consultasse. Dessa maneira, o autor encontra no “Dr. Lourenzo” a primeira saída do labirinto de gênero/sexo no onde se encontrava, que aceita lhe dar o laudo após entrevistar Nery e sua mãe.

Desse momento em diante, a trama volta-se para outras problemáticas decorrentes das futuras transformações corporais: a perda da profissão, do currículo, do histórico e, possivelmente, do afeto de algumas pessoas queridas. Buscando prevenir-se, Nery retirou seu dinheiro do banco e investiu em um apartamento que colocou para alugar e conseguiu ser demitido dos trabalhos, recebendo assim indenizações. Com Amanda combinou que viveriam do salário dela e da renda do novo imóvel. Também relata que a ansiedade aumentava exponencialmente, proporcionando-lhe reações físicas como insônia e diarreia.

Aqui vislumbramos uma face cruel do regime de exceção cisheteronormativador: uma imensa limitação do campo de possibilidades, o ceifamento de projetos de vida e a precarização das vidas transmasculinas. Afinal, uma série de elementos relevantes para transitar seu percurso biográfico fora da marginalização — acesso ao trabalho, à educação, à rede de apoio, à própria história e histórico — são cortados nessa produção sócio-histórica de ceifamentos de possibilidades de existir (VELHO, 1999; SKIDMORE, 2017; BUTLER, 2019; 2020; MANION, 2020; CHAVES, 2021).

Embora tenha expressado choque, descontentamento e indignação às decisões de Nery sobre seus processos corporais, sua mãe compareceu na entrevista com o psiquiatra Lourenzo. Após ambos saírem de suas sessões e se reencontrarem na casa de Mariana, conversaram sobre suas entrevistas, e sua mãe contou que levou fotografias de Nery da época em que se vestia “como menina” e buscou interromper seu processo. Dessa maneira, em meio a lágrimas, confissões, abraços e colos, mãe e filho tiveram uma longa e delicada discussão. Contudo, ao final, se reconciliaram e ela passou a respeitar a identidade de gênero de Nery. O capítulo termina com a notícia de que ela havia enviado uma carta ao psiquiatra em favor da cirurgia.

#### **4.2. Tornando o sonho realidade: João Walter Nery relata suas metamorfoses**

Na parte final de Erro de Pessoa, João Walter Nery tece uma narrativa que vai desde suas primeiras cirurgias relacionadas à transição de gênero até sua adaptação à “vida nova”. Esta terceira parte, como já foi explicado, possui onze capítulos que totalizam 57 páginas.

Minha análise em torno do espaço biográfico constituído nessas páginas está dividida da seguinte maneira: primeiro, debruçar-me-ei nos relatos em torno de suas modificações corporais; posteriormente, atentar-me-ei às suas relações familiares e sociais de modo geral; por fim, irei abordar a questão da documentação e da (i)legalidade.

\*\*\*

O autor inicia seu relato em *O começo da metamorfose*, na página 193. Primeiro, conta que ganhou um laudo “positivo” para “transexualismo” de Lourenzo e, assim, finalmente, poderia iniciar suas transformações corporais. Ao ilustrar a euforia gerada pela decisão, afirma que “Gritava como um louco, como se acabasse de ser premiado na loteria” (NERY, 1984, p. 193). Após, começa a narrar a viagem para Melópolis, onde hospedam-se — ele e Amanda, que sempre que possível o acompanhava — em uma pensão pertinentemente chamada de “Libertador” e, logo após, encontram-se com Vitório para almoçar e discutir os trâmites das cirurgias, sendo a escolha do lugar de sua realização a questão mais perigosa a se decidir:

— E onde vai me operar?

— Isso é outra coisa que é preciso esclarecer. O lugar que consegui é uma clínica particular, cujos donos são colegas meus. Evidentemente, estão a par de tudo, mas, para não comprometê-los, você não fará ficha e só permanecerá um dia hospitalizado. Não receberá visitas e nem deverá dar o endereço para ninguém... (NERY, 1984, p. 194-195)

Conforme é possível verificar no trecho acima, até mesmo a presença de Amanda seria, a princípio, proibida. Entretanto, Nery conseguiu negociar com o cirurgião e sua esposa pôde acompanhá-lo. Posteriormente, discorreu sobre a clínica e o seu quarto, descrevendo-os como pequenos, e introduz na história a enfermeira que o atendeu durante esse processo, chamada de “Violeta”, que estava a par do sigilo necessário e foi caracterizada por de Nery como “uma santa depois de tudo que agüentou comigo” (NERY, 1984, p. 196).

Com base nessa narrativa, é possível vislumbrar formas de realização de cirurgias clandestinas em meio à ditadura cishetero-militar: sem registros, poucos profissionais da área da saúde para atender o/a paciente e completo sigilo.

Inclusive, uma questão interessante que percebi tanto em Erro de Pessoa quanto em Viagem Solitária, é que o autor estabelece uma trama na qual a cirurgia ocorre próxima ao seu aniversário e, logo após o procedimento, Amanda leva um bolo com uma vela para celebrarem as datas (cirurgias e aniversário). Entretanto, a data de nascimento de João Walter



Nery está como 12 fevereiro de 1950 em sua página na Wikipedia Brasil<sup>95</sup>, por exemplo, enquanto, nos livros, menciona as datas das entrevistas com o psiquiatra Lourenço — anteriores e pré-requisito para a cirurgia — como 01 de março (Erro de Pessoa) e 03 de março (Viagem Solitária), deixando a articulação da cronologia de seu espaço biográfico um pouco embaralhada, o que me parece mais uma estratégia de manutenção de sua segurança, iniciada em 1977 e que teve continuidade no Brasil pós-ditatorial.

Nery também compartilha detalhes da preparação para os procedimentos cirúrgicos, a forma como esses ocorreram e como ele se sentiu. Conta que a raspagem dos pelos pubianos lhe gerou uma sensação de humilhação e que não permitiu a presença de Amanda na cena. Outra vez, seu constrangimento perante o sistema, concernente à genitália — e a significação dela como “feminina”, manifestou-se.

Nessa primeira metamorfose Nery teve as mamas retiradas e o peitoral remodelado, por meio de uma mamoplastia masculinizadora. Ainda, ganhou uma neouretra, posicionada acima do clitóris, para ficar na localização correta onde se encontraria, posteriormente, seu neopênis. De acordo com seu relato, as cirurgias duraram cinco horas.

Ao despertar, teve reações um tanto quanto graves: febre, náuseas, inapetência, tremor e incontinência urinária. Por recusar-se utilizar a “comadre”<sup>96</sup>, pela primeira vez urinou de pé:

Quando veio o primeiro jato, levei um susto. Não caiu dentro do vaso!? A dor era fina, mas o prazer de estar urinando para cima era o maior do mundo! As sensações se misturavam. Porém, quando foi chegando ao final, a urina escorreu pelo restante da genitália. Contorci-me todo. Parecia que estava em chamas! (NERY, 1984, p. 198)

Penso ser relevante ponderar a significância para uma performance de gênero masculina normativa urinar em pé. Logo, não é uma surpresa que para Nery esse ato simples tenha sido prazeroso, pois lhe permitiu aproximar-se de uma possibilidade de performar gênero comumente restrita a corporalidades cismasculinas, aquelas que são socialmente reconhecidas como possíveis e reais, aproximando-o, de certa maneira, do “campo da realidade”, em seu “tornar-se homem”.

Porém, as dificuldades da recuperação seguiram. Em sua narrativa, o autor descreve e elogia o companheirismo e cuidado da esposa para consigo, ao passo que compartilha suas angústias pela solidão em que ambos se encontravam naquela situação delicada:

Acima de tudo, havia a sensação de estarmos ilhados. Não podíamos comunicar a ninguém onde estávamos. Amanda sentia-se responsável e preocupada em que nada me acontecesse. Não conhecíamos ninguém na cidade e Vítório havia-se ido sem avisar quando retornaria. Sabíamos que no dia seguinte teríamos que sair dali, mas, e

<sup>95</sup> Endereços eletrônicos: página da Wikipedia - <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o\\_W.\\_Nery](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_W._Nery)>; Facebook - <[https://www.facebook.com/joao.wneryii/about\\_contact\\_and\\_basic\\_info](https://www.facebook.com/joao.wneryii/about_contact_and_basic_info)>. Último acesso em: 14/04/2022.

<sup>96</sup> Recipiente utilizado, geralmente em ambientes hospitalares, para coleta de urina.

se as dores aumentassem? (NERY, 1984, p. 198)

Novamente, a precariedade que atravessava — e atravessa — a vida de sujeitos transmasculinos transparece no texto de Nery. Tal precariedade, como vimos, extrapola a delimitação temporal do regime ditatorial cishetero-militar, levando em consideração que o processo de desumanização de pessoas de gênero inconforme possui uma história longínqua e que, em “Brasis democráticos”, seja na Primeira República (1889-1930), seja na década de 2020, sujeitos que *transgrediram* e *transgridem* gênero encontram inúmeros entraves para o acesso à cidadania e o reconhecimento social como humanos com direito a viver e existir (GREEN, 2019; BUTLER, 2019; 2020; AGUIAR, 2020; BENEVIDES, 2022). Entretanto, certamente a clandestinidade e o *modus operandi* de um regime que fazia muitos de seus próprios cidadãos inimigos de Estado intensificou a precarização do processo de Nery, tal qual suas escolhas de escrita, como já foi abordado (GREEN; QUINALHA, 2014; QUINALHA, 2018).

Dando seguimento a sua narrativa, Nery relata que Vitório foi verificar o decurso da sua recuperação, o que proporcionou alívio ao casal: “Foi como se víssemos um porto para o nosso barco à deriva.” (NERY, 1984, p. 199). Apesar do cirurgião ter considerado a cirurgia “um sucesso!”, chamou atenção para o uso abusivo de mercúrio e informou que ele estava com cistite, receitando-lhe antibióticos e repouso.

As páginas seguintes são extremamente emocionantes para mim<sup>97</sup>, pois tratam do momento em que Nery se enxergou após a mamoplastia. De acordo com o autor,

Ao se completar uma semana, fui ao consultório tirar os pontos. Estava louco para arrancar as ataduras e ver logo os resultados. De luvas, pinças e gases, Vitório me desenrolou. Abaixei a cabeça e coleí o queixo no peito. Vitório gostou: — Fique erecto ou não posso trabalhar! Supliquei-lhe então: — Deixa eu ver só um pouquinho... Esperei uma vida por esse momento, e agora você vai me proibir? É uma sacanagem... — Vitório pediu à ajudante que trouxesse um espelho. Quando me olhei, escancarei o sorriso. — Que tal, gostou? Ainda está inchado e com hematomas, mas daqui a algum tempo, estará novinho em folha! — preveniu ele. Eu mal conseguia falar. Fiquei louco de vontade de passar a mão pelo peito: estava lisinho... lisinho... e era realidade! [...] Quando saí dali, estava de curativo, mas sem faixa. A camisa colada ao peito, como sempre sonhei. (NERY, 1984, p. 199-200)

Pela primeira vez Nery se via, ao menos parcialmente, em seu próprio corpo. É evidente que ele sempre esteve ali e que aquele corpo que habitava era parte constituinte de sua subjetividade. Mas, como já foi comentado, era forte seu sentimento de inadequação entre a corporeidade que significou enquanto “masculina” e a sua, independente da sua própria subjetivação de gênero como homem.

<sup>97</sup> Considerando o grau de identificação dessa experiência de “se enxergar pela primeira vez” ou “renascer”, como muitos significam. Minha significação expressei em um poema, disponível em meu blog. Link para acesso: <<https://pensantesfragmentos.wordpress.com/2022/05/06/tempo-navalha/>>.

Mais uma vez, não pretendo com isso afirmar que “ser trans” é “sentir-se no corpo errado”, mas sim, apontar para duas questões: primeiro, que em meio à cisheteronormatividade os processos de subjetivação e constituição de si estão relacionados às referências produzidas pela cistema. Segundo, que a maneira com a qual nós produzimos desejos sobre os outros e sobre nossos corpos, após já termos desenvolvido uma identidade de gênero, estará inevitavelmente relacionada aos regimes biopolíticos disciplinas e farmacopornográfico da cisheteronorma (PRECIADO, 2018; BUTLER, 2019; 2021). Ainda, tudo isso independe dos significados que historicamente foram dados aos corpos de maneira generificada e binária, no sentido de que homens cisgêneros heterossexuais, por exemplo, também formulam significados para si acerca do que é um “corpo masculino” e buscam produzir-se de acordo com esses referenciais<sup>98</sup> (ROHDEN, 2011; PRECIADO, 2018).

Todavia, apesar de ter enxergado *seu* peitoral, o autor relata que se tornava cada vez mais crescente a agonia para se reconhecer em seu corpo, para “nacer”. Compartilha, no capítulo terceiro, intitulado *Lutando sozinho*, que a angústia e o sentimento de abandono foram ocasionados pelo fato de que Vitório não iria realizar a próxima etapa da sua transição: uma cirurgia de pan-histerectomia, que remove o útero, por não se tratar de uma cirurgia plástica. Em sua narrativa, Nery elucida que a decisão de realizar tal procedimento cirúrgico naquele momento foi sua, pois não havia uma ordem rígida para isso, porém, em suas palavras: “Os fatores decisivos para fazê-la logo eram: o alívio que eu sentiria por parar de ‘monstruar’ e a desobrigação de tomar hormônios importados e caros para inibir a produção dos produzidos pelos ovários. Acima de tudo, ela me proporcionaria resultados gratificantes imediatos” (NERY, 1984, p. 215).

Desse modo, pediu indicações de especialistas para Vitório, para Porto, para seu cunhado médico (casado com a irmã Leila) e para Teresa, a ginecologista amiga da família com quem consultou quando ainda era adolescente em busca de *hackear* gênero. A questão é que Teresa não sabia de sua transição, “como ela iria encarar toda a história?” (NERY, 1984, p. 216).

Felizmente, Teresa encarou o processo de maneira muito receptiva, despontando *A segunda metamorfose* (capítulo quarto). Descrita como “simpática”, “confiante”,

---

<sup>98</sup> Inclusive, as cismasculinidades heteronormativas promovem práticas que (re)engendram as masculinidades hegemônicas. Numa perspectiva butleriana, acredito que é importante observarmos o fenômeno da performatividade como *citacionalidade* (BUTLER, 2019), ou seja, buscar uma contínua manutenção dessas práticas de produção de si que, em muitos momentos, estão vinculadas a ideias de passado. Um exemplo radical e, por isso mesmo, excelente, é a cena dos homens cisgêneros supremacistas brancos que invadiram o Capitólio estadunidense em janeiro de 2021 (MARINS; AUGUSTO, 2021). O que há de “natural” naquela performance de masculinidade?

“acolhedora” e “brilhante”, a personagem escuta a história de João e se comove: “— Quando ouvi pela primeira vez a palavra transexualismo, num congresso, lembrei-me imediatamente de você. Nunca o enquadrei perfeitamente como um homossexual. [...] Esse não é um problema só seu, mas de todos nós” (NERY, 1984, p. 217).

Mais uma vez, o que há de “verdadeiro” no excerto pouco importa. O relevante para minha análise é observar a forma como, através da sua escrita, Nery não somente produziu a si, mas tensionou discursos necropolíticos, desumanizadores e abjetificadores sobre pessoas trans a partir de uma escrita biopoderosa atrelada a uma política para a vida (PRECIADO, 2011; MBEMBE, 2016; BUTLER, 2019; 2020; CHAVES, 2021).

É perceptível, também, similaridades nas características das personagens que proclamaram discursos a favor dos direitos trans até este momento da narrativa, para além do próprio autor, pois tanto Farina quanto Teresa são brancos e médicos. De uma forma interessantíssima, com ou sem intenção, Nery delega em Erro de Pessoa a um discurso biomédico a contraposição do saber-poder biomédico vigente, patologizador e desumanizador acerca das transidentidades.

Nery segue a narrativa contando que Teresa se referiu a ele no masculino desde o princípio e que se revelou “de uma humanidade sem limites”, pois, além de conseguir um médico para efetuar sua pan-histerectomia, também o tratou como “filho”, revoltando-se com o pai dele que ainda não havia se manifestado sobre a situação do próprio filho.

“Dr. Gabriel” foi o “médico-santo” que realizou a cirurgia em Nery. Foi descrito como um homem velho, experiente, franco, solidário e respeitoso. No que concerne à cirurgia, todos os trâmites ocorreram de maneira similar às anteriores, Nery não preencheu nenhuma ficha e tinha uma enfermeira ciente de seu caso, a única que lhe cuidou, chamada “Margarida”. Houve, entretanto, duas diferenças significativas: primeiro, a cirurgia ocorreu em um hospital; segundo, ele permaneceu nesse estabelecimento por cinco dias. Assim, mesmo passando por um pós-cirúrgico difícil como o anterior, precisou inventar desculpas para não ser examinado por médicos(as) plantonistas e outros(as) enfermeiros(as).

No capítulo quinto, *Os efeitos da segunda cirurgia*, o autor discorre sobre a gratidão que sentiu pelo atendimento e cuidado de Dr. Gabriel e Margarida, contando:

No último dia de curativo, entreguei ao Dr. Gabriel um poema que escrevera no hospital, no qual me expressava emocionado com o seu gesto. Encabulado, ele retrucou que leria em casa com calma. Pedi a Margarida que visse qual tinha sido a despesa de medicamentos e presenteei-a com um buquê de flores. (NERY, 1984, p. 222)

Além disso, compartilha que Mariana, sua irmã mais velha, e Garcia, seu cunhado,

tinham pagado suas despesas hospitalares, o que lhe fez sentir muito grato, afirmando que “A cada dia que passava, esse casal me penetrava mais fundo. Nunca poderia imaginar que a mana mais distante na minha infância, se tornaria a mais aconchegada nesta fase tão decisiva” (NERY, 1984, p. 222).

Embora na história de Nery ele tenha cruzado com personagens cisgêneros generosos e solidários, como vimos até agora, é extremamente problemático depender da “boa vontade” de alguns indivíduos para se ter acesso, em última instância, a si próprio. A histórica omissão do Estado brasileiro diante das atrocidades cometidas contra pessoas de gênero inconforme — o genocídio da população trans; a falta de políticas públicas para a diversidade de gênero e sexual; bem como discursos dissimulados que fomentam mitos de que vivemos em um Estado plenamente democrático alimentam a necropolítica que ceifa vidas trans cotidianamente, tornando-se, assim, um Estado genocida — assassino e *suicidário* (JESUS, 2013; MBEMBE, 2016; 2017; GOULART, 2021). De acordo com Vincent Pereira Goulart,

Nesta esteira, as necropolíticas não só acontecem por meio de uma facada ou um tiro, por exemplo, mas por aparatos técnicos do Estado, o qual mune a agenda genocida sorrateiramente nas vias institucionais e jurídicas do país. **Não é coincidência que Demétrio, Ares, Soren e tantas outras pessoas T ficaram sem chão e sem perspectiva alguma de vida.** A incriminação e a punição dessas vidas, através das lógicas de inimizade, são fomentadas pela caça às bruxas contemporânea, por religiões fundamentalistas, pela ofensiva antigênero e por discursos de extrema-direita. [...] O jargão “somos todos iguais” nega a transfobia, os assassinatos e ainda ativa outro discurso que afirma que demandas específicas de saúde da população trans, por exemplo, como os procedimentos de hormonização e cirúrgicos tratam-se de “privilégios” e meramente estéticos. [...] políticas públicas como o Processo Transexualizador, criado em 2008, recebem investimento ínfimo, espaços estes e serviços relegados à própria sorte, visto que não é de interesse do Estado manter essas populações vivas. (GOULART, 2021, p. 64-66, grifos meus)

Desse modo, também podemos compreender que parte da singularidade da história de Nery ocorreu devido aos atravessamentos de classe e raça que lhe proporcionaram acesso a lugares, sujeitos e conhecimentos que auxiliaram e impulsionaram sua transição. Ainda, soma-se a isso os discursos políticos aos quais seu pai estava alinhado — voltados para uma esquerda democrática e nacionalista, o que permitiu com que Nery criasse laços com algumas pessoas abertas a respeitar suas *transgressões*.

\*\*\*

Nos capítulos II, III, V, VIII, IX e X — *A prova dos nove, Lutando sozinho, Os efeitos da segunda cirurgia, Os impactos do renascimento, O encontro com meu pai e De volta às origens* — Nery tece narrativas sobre relacionamentos, sobretudo o conjugal, com Amanda, e familiares, com foco no pai, mãe e irmãos.

Nery relata que o primeiro grande desafio que encarou neste sentido, após as cirurgias iniciais, foi conhecer a sua sogra, “dona Carmem”, que chegou de surpresa no apartamento em que o casal morava, enquanto ainda estava se recuperando. Assim, ele diz que, de pijama, abriu a porta e que, quando percebeu quem estava à sua frente, precisou mudar de postura rapidamente para “soar mais masculino”, pois, em suas palavras:

A mulher me estudava de cima a baixo. Eu pensava: “Destá vez não escaparei.” Imaginei rápido uma desculpa para estar em casa àquela hora do dia, em plena semana. Era preciso uma boa história. Não sabia por quanto tempo ela permaneceria conosco e não poderia sair depois para disfarçar. — A senhora deu sorte de me encontrar em casa hoje. Justamente ontem começaram uns cursos na faculdade, e resolveram dispensar as aulas para que todos os alunos de Psicologia pudessem assisti-los [...] Evidentemente, ela desconhecia o fato de eu estar desempregado e engoliu a trama sem dizer nada, enquanto percorria com os olhos tudo dentro da casa.

Torna-se visível, a partir do excerto acima, que “soar mais masculino” ultrapassa os timbres da voz. Afinal, Nery busca uma justificativa para estar no ambiente doméstico durante o dia, horário no qual deveria estar exercendo sua masculinidade branca de maneira adequada<sup>99</sup>, ou seja, trabalhando a fim de cumprir seu “papel de homem provedor”.

A conversa seguiu-se, tendo Amanda e o interior do estado como assuntos principais. Em determinado momento, toca a campainha. Era Suzana, prima de João que não fazia ideia de sua transição:

Suzana raramente aparecia, e logo agora resolvera me fazer uma surpresa. Tratava-me, como o resto da família, no gênero feminino; como é que eu poderia preveni-la para mudar o gênero, se nem a par da situação ela estava? Desconhecia meus planos, assim como as cirurgias. Maquinei um meio, que não fosse ostensivo, de afastar as duas. — D. Carmem, a senhora não quer tomar um banho e trocar de roupa, para se sentir melhor? Enquanto isso, preparo um chazinho para tomarmos. — [...] Mal a porta do banheiro fechou, chamei Suzana à cozinha. Mas como iria lhe dizer que eu não era mais mulher? Era uma notícia um tanto bizarra! O tempo, porém, era escasso para muitas explicações e diplomacias. A premência da necessidade deu-me coragem. Expus-lhe rapidamente a minha nova condição e falei-lhe do meu receio da sogra descobrir. Suzana nem piscava. Tive a impressão, mais uma vez, de que sua respiração ia parar. — Mas, Jo-a-na... — Fiz-lhe sinal para que falasse mais baixo. — Suzi, por favor, controle-se... Sei que é muita coisa ao mesmo tempo, mas, também, há muito que a gente não se vê... Se acha que não tem condições de me chamar de João, então, sinto muito, mas peço que vá embora. Infelizmente, sua chegada foi na pior hora do mundo! Estava querendo vê-la para conversarmos com calma, mas hoje é impossível. Escuta, ela desligou o chuveiro. Vai sair logo. Vamos fazer uma coisa: fique só um tempinho, tome o chá e se arranque. Invente uma desculpa qualquer, finja que esqueceu um compromisso, sei lá, mas não me abra a boca, por favor. — Suzana percebeu minha aflição e resolveu concordar. — Está certo. Não vou demorar, mas não fique tão nervosa... — Nervoso, Suzana, nervoso.

<sup>99</sup> Conforme mencionado na introdução deste trabalho, compreendo que há campos de possibilidade diferentes para homens exercerem práticas de produção de si no que condiz às masculinidades. No que concerne a tais diferenciações, entendo que são (re)engendradas nas relações de poder de forma hierárquica com base em raça, etnia, sexualidade, gênero/sexo, diversidade corporal, regionalidade, entre outros marcadores sociais. Por exemplo: exercer a paternidade ou possuir uma postura paternalista; e trabalhar, prover e obter sucesso econômico, são alguns dos elementos associados a (e atualizados) por uma performance de masculinidade branca. (VELHO, 1999; CONNELL, 2005; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013; SIMAKAWA, 2015; MESSERSCHMIDT, 2018; VIGOYA, 2018; BUTLER, 2019)

Cuidado! Vá se habituando... Ih, o chá! Esqueci de fazer o chá! Pegue rápido uma panela pequena que está aí no armário à sua frente. (NERY, 1984, p. 205-206)

A chegada de Amanda no apartamento, nesta história, traz alívio para o final. Contudo, ao ver a prima ir embora e a sogra se entreter com a filha, Nery relata que “deu sumiço” em todo “material comprometedor que estivesse à vista” (NERY, 1984, p. 207). Toda essa narrativa evidencia o constrangimento e o medo provenientes da necessidade de elaborar estratégias para esconder que nasceu em um corpo que foi designado como de mulher.

Ao ir ao cinema e a um restaurante com as duas, Nery relata uma situação mais curta, porém similar, pois precisou “fingir que era cisgênero” para a sogra em público, tendo que ignorar um ex-colega de trabalho que buscou lhe cumprimentar. É relevante observar que essas cenas expõem, novamente, a precarização das vidas trans: a angústia voltada para possíveis ostracizações sociais; ter que se manter em segredo por saber que as modificações corporais às quais foi submetido eram criminalizadas; ter consciência de que sua própria subjetivação no que condiz à gênero era patologizada, demonizada e marginalizada.

A estadia da sogra durou cerca de uma semana e, nesse meio tempo, o autor compartilha essas situações caracterizadas como “estressantes e mobilizadoras”, concedendo um amplo espaço no texto para uma discussão sobre casamento e parentalidade. Dona Carmem os pressionava para formalizarem a relação em um cartório e para lhe darem netos.

Dessa maneira, nesse momento da narrativa se sobressai, outra vez, a imposição da cisheteronormatividade, outro motivo gerador de angústia a Nery naquele período, porque não tinha documentação e nunca teria esperma. Assim, observo que o regime cisheteronormativador produz sofrimento psíquico e subjetividades conflitantes em relação à cisheteronormatividade. Por exemplo: Nery, na obra, deseja ser pai e relaciona diretamente paternidade a ser um homem com uma genitália peniana que, através do sêmen, irá fecundar uma mulher que, por sua vez, tem uma vagina e útero<sup>100</sup>.

Nos capítulos terceiro e quarto, o autor aborda a reação da família à efetivação de suas cirurgias. Primeiro, compartilha a reação de sua mãe, de Leila e de “tia Estela”, personagem que introduz neste capítulo:

A família, diante do consumado, não teve outra saída senão admitir a minha nova imagem. Mamãe continuava escrevendo, preocupada em como seria daqui para a frente, e torcia para eu ser feliz. Nas cartas que lhe mandava, passei a me tratar no masculino e a assinar “João”. Ela, com esforço, fazia o mesmo, embora, vez por outra, aparecesse um “minha filha”. Da Leila, só recebi uma carta, na qual ainda me chamava de Joana, confessando que lhe soava falso a minha mudança. Não demonstrava a mínima boa vontade em se esforçar para adquirir novos hábitos em

<sup>100</sup> Posteriormente, em *Viagem Solitária*, ele dedica a parte IV do livro às memórias de sua experiência como um pai transexual e, ainda, o capítulo décimo oitavo inteiro da obra é dedicado às experiências de homens trans grávidos.

relação a mim. Tia Estela, irmã de mamãe, teve uma aceitação imediata. Tratava-me carinhosamente por “Joãozinho”. Sua viuvez fê-la mergulhar mais profundamente na arte de viver. (NERY, 1984, p. 213)

Conforme podemos verificar, a mãe de Nery seguia em seu próprio trânsito para ressignificar a relação com o filho, enquanto a irmã Leila também dava continuidade à postura intransigente e transfóbica. A nova personagem, tia Estela, por sua vez, foi quem recebeu João Walter Nery, literalmente de braços abertos em seu terreno, para onde ele e Amanda se mudaram depois de finalizadas as cirurgias.

Outra resolução familiar importante foi com seus sobrinhos, aos quais buscou explicar a situação de maneira simplificada após a “segunda metamorfose” (pan-histerectomia), aproveitando o período no qual recuperava-se da cirurgia na casa da sua irmã Mariana. Segundo o autor, disse às crianças que tinha nascido com dois sexos e se operado para ficar com apenas um. A reação dos meninos, em suas palavras, foi a seguinte:

O caçula de seis anos recebeu a notícia com uma deliciosa naturalidade: — Mãe, e agora, eu chamo ele de “tio João”? — O mais velho, de novo, surpreendeu a todos com sua maturidade: — E os documentos, como vão ficar? — A reação dos meninos foi uma lição para os adultos. Enquanto estes tinham mil dificuldades sobre como tratar, sem saber como me explicar aos conhecidos, os garotos pareciam ver tudo mais claro e não complicavam o óbvio. [...] Eu me deliciava com a espontaneidade dos sobrinhos. Certa ocasião em que passavam um fim de semana lá em casa, o caçula, olhando para o antigo pote onde eu guardava as bolas de gude, perguntou: — Tio, essas bolas você ganhou quando ainda era menina, não foi? — Quando manifestavam alguma curiosidade, expressavam-na sem rodeios: — Seu pinto é igual ao meu? — A naturalidade era tamanha, que poderia me causar complicações futuras. Resolvi explicar-lhes que o meu caso ainda não era entendido e aceito por todo mundo. Portanto, eles só deveriam contá-lo para as pessoas mais próximas, que me conheceram antes da operação. (NERY, 1984, p. 223)

Faz-se pertinente ressaltar o uso hábil da tecitura da cena com os sobrinhos para criticar “os adultos”, apresentando possibilidades de interlocuções “espontâneas” e “descomplicadas” da cisgeneridade perante a transgeneridade, que rompem com o cissexismo e a cismatividade. Contudo, novamente a problemática da segurança se apresenta.

A narrativa sobre o último familiar com o qual reconciliou-se encontra-se no capítulo nono que, como o título indica, trata do reencontro de Nery com seu pai. No período em que o autor passou pela transição de gênero física, seus pais estavam morando com Leila e o marido no Norte do país, conforme já foi mencionado. Dessa maneira, foi próximo a um natal no qual os pais de Nery passaram no Rio de Janeiro que o encontro aconteceu.

Teresa, a ginecologista e amiga da família que considerava João um filho, nessa narrativa obteve um papel crucial: primeiro, ligou para o pai de Nery, reuniu-se com ele, o incentivou a rever o filho e a respeitá-lo; depois, ligou para Nery, contou-lhe sobre o ocorrido e informou que seu pai “já deveria estar chegando”. Logo depois, o “velho” chega:



Ao ver o velho diante de mim, não agüentei. — Ô paiê... — Foi um abraço forte e longo. Tão intenso e comovente como não lembro de jamais ter dado em papai. [...] A conversa foi difícil, como eu esperava. Acho, porém, que tanto ele quanto eu conseguimos fazer nossos partos. Num clima de muita emoção, transmitimos o quanto nos amávamos, e como estávamos ambos ressentidos. Entretanto, algumas frases ditas por ele me faziam vê-lo com profunda ternura. — Acho que não soube compreendê-lo desde quando você era criança. — É, pai. O amigo, o companheiro, o filho que sempre fui, nunca foi realmente visto. Talvez você não pudesse, ou não quisesse vê-lo... Mas, pelo menos, fico feliz de ter um dia podido dizer isto a você. — Num outro instante, percebi o quanto ainda faltava para que ele me entendesse. — Se eu fosse você, nunca teria optado por essa solução. Talvez seja covardia minha, mas acho que preferia continuar mulher a vida inteira a enfrentar uma mesa de operações. Além do mais, como ficará agora a sua situação, sem trabalho e sem documentos? — Pai, minha opção não foi bem esta. Não optei por ser um transexual. O fato de nunca ter me sentido mulher não posso considerar como uma escolha. A opção foi assumir a minha insatisfação perante a sociedade. Não posso afirmar que chegaria ao suicídio se continuasse na condição de mulher, mas pelo menos, posso garantir que seria uma pessoa muito descontraída e infeliz. O maior medo de todos em relação a estas cirurgias era que, sendo irreversíveis, eu pudesse vir a me arrepender, não podendo mais voltar atrás. Não vejo nas cirurgias a última das saídas, mas “a única” para mim. E o tempo está mostrando a vocês o que eu sempre soube: que esta era realmente a melhor solução. Hoje me sinto mais aliviado e liberto para viver, e capaz de fazer muitas coisas de que antes não tinha coragem... — Como o que, por exemplo? — Poder dizer, por exemplo, que me orgulho de ter um pai como você. Depois de tudo que aconteceu, está aqui de novo, ao meu lado, reformulando seus valores, enfrentando suas dificuldades, que sei não serem poucas, para vir me ver. Desta vez, velho, pode ter certeza: não falhou nem como pai nem como amigo. — O velho puxou um lenço e se levantou. — Bem, quero ver se nesta casa tem algo que preste para comer. — Ele caminhou até a cozinha e abriu a geladeira. (NERY, 1984, p. 241-242-243)

A partir da cena tecida por Nery, é possível refletir acerca das relações entre o pai e o filho no escopo das masculinidades. Primeiro, por que tamanha ausência? É necessário lembrar que o pai de João Nery, Paulo de Mello Bastos, nasceu em Alagoas no ano de 1918. Logo, é possível imaginar sua dificuldade no que concerne a dialogar sobre sentimentos e, também, em transitar junto com o filho ao reconhecimento de sua identidade de gênero masculina. Afinal, a invenção do nordestino foi permeada por disputas discursivas acerca de masculinidade nas quais, em nenhum momento, pessoas com vagina poderiam ser consideradas homens. Além disso, apesar do comandante de Mello Bastos ser descrito como um pai carinhoso, atencioso e presente na medida do possível, ele também não deixava de ser um homem do seu tempo, um homem cuja constituição da subjetividade ocorreu em meio a discursos sobre masculinidade nos quais meninos-machos não choravam, eram fortes, logo, distantes de sentimentalismos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013).

Também é interessante observar a dificuldade de compreensão do pai em relação à subjetividade e escolhas do filho no que tange a seu corpo, bem como o fato de ambos colocarem no corpo, em alguma medida, a significação de gênero. Afinal, mesmo que Nery tenha ciência da sua identidade de gênero autopercebida, refere-se ao próprio corpo como "de mulher". A incompreensão do seu pai, todavia, volta-se também para a própria produção da

subjetividade em si, colocando a transição em um lugar de escolha, com dificuldade de compreender a visceralidade da questão.

A maneira honesta e corajosa com a qual Nery se abriu com o pai traz à tona em sua escrita, mais uma vez, o tema delicado do suicídio. Novamente, é necessário observar o caráter social desse fenômeno. A despeito de Nery estar dissertando sobre as suas experiências subjetivas, conforme vimos anteriormente, o regime de exceção cisheteronormativador é atravessado pela necropolítica e (re)produzido por instituições, discursos, autoridades... E por um Estado genocida-suicidário (JESUS, 2013; CHAVES, 2021; GOULART, 2021).

Por fim, essa narrativa delicada de uma reconciliação do pai com seu filho apresenta uma cena sobre práticas de produção de si em torno de *masculinidades positivas* (MESSERSCHMIDT, 2018), as quais se referem a performances de masculinidade que buscam elementos que não sejam violentos e/ou hierarquizantes para se constituir. Daí, considero que, na cena narrada, a coragem está no diálogo; a bravura, em usar as palavras e o destemor, em enfrentar a sensação de vulnerabilidade para reconstituição dos laços afetivos.

Nery volta a discorrer sobre sua família no capítulo décimo, *De volta às origens*, no qual narra a visita que ele e Amanda fizeram aos pais no Norte. Primeiro, conta sobre as mudanças na casa e nos hábitos da mãe e do pai e, depois, fala sobre as suas transformações na maneira de se relacionar com eles, pois percebeu que finalizar sua transição, “renascer”, o tinha “aberto afetivamente”. No que concerne à relação com o pai, como podemos verificar no excerto abaixo, essa seguiu sendo reconciliatória, recebendo dele reconhecimento e apoio:

Para minha surpresa, porém, quando regressaram do compromisso, o velho me chamou, entre aliviado e contente: — Pronto! Agora você já poderá ir à casa de Pepita. Depois do almoço, contei-lhe o que acontecera com você. — Foi muito difícil, pai, contar-lhe a história? — Que nada! Por que, havia algum problema? — O velho riu, brincando para disfarçar, o que sempre fazia quando queria minimizar uma situação difícil. (NERY, 1984, p. 245)

Sua mãe, da mesma maneira, buscava acolher o filho e a nora: “[...] tentou agradar-nos ao máximo. Fazia as comidas que eu gostava e conversava muito com Amanda. Pela primeira vez, eu era tratado como um filho homem e casado” (NERY, 1984, p. 245). Através do excerto, também podemos vislumbrar a cisheteronormatividade, desta vez, implicada com o reconhecimento de sua identidade de gênero. Questiono: seria essa uma espécie de reformulação da heteronormatividade, tendo em vista que a cisgeneridade, supostamente, é um “pré-requisito” para as relações afetivo-sexuais hetero (SIMAKAWA, 2015)?

Ao final do capítulo, o autor tece uma narrativa acerca do reencontro com sua irmã Leila e compartilha duas conversas que tiveram, nas quais a irmã continuou recusando a

tratar-lhe pelo pronome e nome corretos e também, em um momento de discussão acalorada, questionou-o o que fazer com o seu passado em relação à “Joana” e com a morte de “uma irmã que não morreu”, como pode-se ver abaixo:

— Não posso negar que seu problema me atingiu e atinge ainda. Não é fácil perder uma irmã a cujo enterro a gente não compareceu. [...] O que faço agora com o meu passado? A minha infância e adolescência compartilhadas com Joana? Você a matou! É difícil saber ter amado alguém que nunca existiu realmente da forma que se pensava! [...] Não é uma cirurgia, uma mudança de nome ou de papéis, que faz com que alguém veja em você outro ser! [...] o que faço com você no meu passado? [...] — Como Leila jogaria com seu passado só dizia respeito a ela. (NERY, 1984, p. 247)

Tal argumentação de Leila me remete às discussões acerca da temporalidade trans e fragmentação da ilusão biográfica trans empreendidas por Jack Halberstam (2005) e Juno Nedel Mendes de Aguiar (2020), respectivamente. Afinal, a fragmentação do percurso biográfico efetuada por sujeitos trans, diante das concepções cisnormativas e moderno-coloniais de biografia e temporalidade, pressupõe, parafraseando Aguiar, “nascer sem certidão de nascimento e morrer sem certidão de óbito”. Ainda de acordo com o autor, ao discorrer sobre Mário da Silva,

Um sujeito como ele está necessariamente à margem do tempo institucional, pois habita uma espécie de limbo jurídico. Sua vida nos lembra de que a identidade é definida narrativa e historicamente – de acordo com conceitos, visões, ideias, experiências disponíveis em um determinado tempo histórico – e não biologicamente. [...] Ao fragmentar o seu percurso biográfico, assumindo outra identidade, Mário da Silva tensiona a concepção do sujeito moderno como alguém que possui uma identidade integrada, única, estável. Ele tensiona a ilusão comum e socialmente bem fundamentada da unidade de si-mesmo. Tensiona também a noção de permanência, um dos fundamentos da cisnormatividade. Sua identidade não tem como fundamento a mesmidade, já que nasce a partir de uma fragmentação: o eu do passado e o eu de a partir de agora. Aliás, Mário da Silva não pretende ser o mesmo – é na ruptura radical com a mesmidade que nasce “Mário da Silva”. [...] há um conjunto de valores, regras e narrativas sobre modos corretos de vida que impõe um senso de propósito e um modelo fixo de futuro que dá sentido ao percurso biográfico dos sujeitos. Casar, ter filhos e arrumar um emprego foram alguns dos marcadores biográficos com maior importância social para as classes médias brasileiras na década de 1950. (AGUIAR, 2020, p. 72-73, 76)

Dessa maneira, compreendo, no que concerne ao espaço biográfico de Nery e a sua produção de si, que a desavença com a irmã escancarou sua ruptura com um percurso biográfico moderno-colonial cisnormativo. Embora ele elabore uma narrativa que possui uma continuidade na afirmação de sua identidade de gênero autopercebida, as fragmentações biográficas são inegáveis aos olhos do sistema: mudança de nome, de gênero/sexo, de corpo, de documentação. Nascer sem morrer (BOURDIEU, 1996; HALBERSTAM, 2005; LUGONES, 2008; ARFUCH, 2010; AGUIAR, 2020).

\*\*\*

Nos capítulos sexto e sétimo, intitulados *O transexual: um brinquedo da sociedade?* e *O caminho para a terceira metamorfose*, João Walter Nery conta como conseguiu sua nova certidão de nascimento e aborda a questão da documentação para pessoas trans.

A história se inicia com a chegada de Selma, mulher transexual, seu marido e seu filho no apartamento em que Nery vivia com a esposa, que ofereceram abrigo ao casal para levarem a criança para consultas médicas no Rio de Janeiro. Após longas conversas sobre histórias de vida e transição, Selma questiona Nery o motivo pelo qual ele ainda não tinha “tirado documentos novos”. Ele elucida que a ideia já tinha lhe ocorrido, mas que não sabia como concretizá-la, afirmando ainda: “sentia uma mescla de medo e revolta por ter que praticar um ato ilegal devido ao atraso legislativo do país” (NERY, 1984, p. 228).

As estratégias escolhidas para dar procedimento à saga foram: vestir roupas velhas e largas e falar pouco. Dessa maneira, Nery simularia que era dos confins de algum interior brasileiro e de origem humilde e, por isso, ainda não tinha certidão de nascimento.

Entretanto, algo que foi decidido somente em cima da hora, no momento em que o funcionário questionou, foi a idade com a qual ele seria registrado: 19 anos — e ele tinha 28. Quem respondeu, de sobressalto, sua idade, foi Selma. Surpreso, João lhe questionou enquanto voltavam para casa o motivo dessa decisão, eis que ela lhe explica que foi pela sua “cara lisa” e para corroborar com a ideia de que ele estava se registrando para servir ao exército. Aliviado, Nery reflete: “Ela estava certa. Realmente, era bem mais sensato. Além do mais, a idade com a qual ficaria era o que menos importava no momento. **O essencial era que eu tinha dado o primeiro passo para a minha legalização (ou ilegalização?).**” (NERY, 1984, p. 229, grifos meus).

Logo após ter sua nova certidão de nascimento em mãos, Nery e Amanda viajaram novamente para “Melópolis”. Ao tentar viajar com o documento, descobre que ele não tinha muita validade como identificação, mas sim para a obtenção dos outros documentos. Amanda precisou “salvá-lo”, se responsabilizando por ele e inventando uma história de que a mãe de João estava quase morrendo em um hospital. Somente assim, conseguiram embarcar no trem.

A partir dessas narrativas concernentes à problemática do acesso à documentação e à cidadania, é possível estabelecer uma reflexão sobre a precarização das vidas trans, através da articulação entre: 1) os vetores de poder cisheteronormativadores no Estado moderno-colonial — os regimes biopolíticos e a necropolítica; e 2) fragmentações biográficas trans e o nome próprio como uma espécie de instituição. Pois, tanto o registro primeiro, baseado na generificação de uma genitália, quanto a impossibilidade de retificação da própria documentação para o gênero e o nome autopercebidos e afirmados, são dois componentes

“entranhados e proliferadores” do regime de exceção cisheteronormativador.

Ambas as omissões do Estado produzem hierarquizações sociais, subjetivações, práticas de produção de si e precariedade na vida de sujeitos que sequer são considerados “existíveis”. Ainda, é necessário compreender o nome próprio um elemento-chave, na contemporaneidade, para a elaboração de ideias de “Eu”, de narrativas de si, de biografias individuais e de circulação e envolvimento do sujeito em meio à sociedade (BOURDIEU, 1996) — inclusive, acrescento, do tornar-se sujeito perante a sociedade. Dessa forma, o inaccessível de pessoas de gênero inconforme à possibilidade de se nomear, ou de receber um nome com o qual se identifiquem, é mais uma das maneiras de desumanizá-las. Afinal, supostamente, quem não tem nome, não existe. Ou, ainda, de criminalizá-las e marginalizá-las, como vimos ocorrer não somente com João Walter Nery, mas com as outras pessoas cujas narrativas de transgressão de gênero foram compartilhadas aqui.

#### 4.3. A fabricação do falo: falocentrismo e cisnormatividade em Erro de Pessoa

No segundo capítulo da terceira parte de Erro de Pessoa, *A prova dos nove*, como já vimos, é narrado que dona Carmem, mãe de Amanda e sogra de João, passou uma semana no apartamento que João Walter Nery compartilhava com a esposa. Por conseguinte, o autor ficou extremamente preocupado com a possibilidade da sogra descobrir que havia nascido em um corpo significado como de mulher. Desse modo, a fim de atribuir mais “veracidade” à sua performance de gênero, Nery empreendeu uma verdadeira saga em busca de um objeto que pudesse simular um pênis para a sogra não estranhar a falta de volume no lugar do corpo onde ficaria essa genitália. De acordo com o autor,

Pensei [...], pela primeira vez, na **obrigatoriedade social de portar um pênis postiço**. Mas como? De quê? Principiei dando uma olhadela geral ao meu redor. O que eu poderia usar para suprir a falta? Teria que ser algo macio e não muito grande, com um formato apropriado. Mas o quê? Olhava, olhava, pegava um objeto parecido, experimentava-o, não servia. Não me decidia por nada. Botava sempre um defeito qualquer. Verifiquei que o meu grau de exigência estava alto e que, com isso, não iria resolver a tempo o impasse. Um dia, porém, quando saía do banho, ao puxar a toalha, uma das meias penduradas no ferro da cortina veio junto. Eureka! Enrolei as meias, amassando-as um pouco para não ficarem tão arredondadas, obtendo um formato melhor, semelhante ao que precisava. Coloquei-as dentro das cuecas. Temporariamente, estava resolvido o problema. [...] Amanda deve tê-lo percebido, mas não disse palavra. [...] Não me sentia ridículo. Havia uma justificativa, um alibi nobre. Entretanto, mesmo depois que D. Carmem partiu continuei a usá-lo. [...] Inicialmente, só em público. Percebi, porém, que era ridículo portá-lo na rua e, ao chegar em casa, como num ato mágico, ele desaparecer de mim. Fazia-se urgente uma lógica! Como, de agora em diante, assumiria o meu nome de João, a minha identidade masculina, eu necessitaria de um pênis para poder me apresentar diante de pessoas

que não me conheciam. Enquanto não tivesse um verdadeiro, teria que ter um fabricado. A resolução definitiva de não mais tirá-lo, só a tomei num fim de semana em que fomos ao banho de mar numa praia distante. Coloquei um calção de pano grosso (os tecidos finos, quando molhados, marcam muito o formato do pênis), e como não havia sunga, botei por debaixo dele a cueca com meu pênis mecânico. (NERY, 1984, p. 209-210, grifos meus)

Conforme vimos ao longo dessa dissertação, o primeiro “pré-requisito” para ser considerado homem em nossa sociedade é nascer com um pênis e, com este corpo dito “masculino”, “de homem”, relacionar-se sexualmente — não necessariamente afetivamente — com mulheres cisgêneras. Afinal, a “inteligibilidade cisgênera [...] pressupõe a inteligibilidade heterossexual como decorrência” (SIMAKAWA, 2015, p. 57), ou seja, a cisheteronormatividade funda a heteronormatividade e, assim, a cisheteronormatividade se retroalimenta.

Entretanto, não basta nascer com um corpo considerado masculino, o pertencimento a este sistema binário de gênero necessita ser reiterado, como também já viemos discutindo neste trabalho (BUTLER, 2015; 2019; SIMAKAWA, 2015). Contudo, a fim de performar uma cópia legitimada de uma originalidade fabricada pela (e fabricante da) cisheteronormatividade (BUTLER, 2019), João Walter Nery percebeu, conforme assinala na citação acima, que era necessário, por questões sociais, simular um pênis. Dessa forma, neste tópico buscarei analisar a relação entre pênis, falo, falocentrismo e cisheteronormatividade no espaço biográfico de Nery, a fim de elaborar uma reflexão acerca do assunto, tensionando o mito do “homem de verdade”.

Primeiro, se faz necessário retomar as discussões acerca de masculinidades, no que concerne aos comportamentos e características que se tornaram práticas de produção de si de “ser homem” provenientes de uma matriz cisheterossexual, branca e moderna-colonial. Afinal, a contínua fabricação do mito do “homem de verdade” relaciona-se a concepções de “homem ideal” historicamente situadas e, também, diferenciadas pelos atravessamentos de classe, raça, gênero, sexualidade, regionalidade, entre outros (KIMMEL, 1998; CONNELL, 2005; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013; MESSERSCHMIDT, 2018; PRECIADO, 2018; VIGOYA, 2018; RODRIGUEZ, 2020). Desse modo, o que busco discutir aqui, de forma bastante breve, é a relação entre as práticas de produção de si e os discursos relacionados à genitália peniana na fabricação da ideia de “homem de verdade” e, mais especificamente, no “tornar-se homem” de Nery.

Ademais, é pertinente destacar que, apesar da possibilidade de exercer masculinidades hegemônicas seja restrita de acordo com as hierarquizações sociais da moderno-colonialidade ocidental, as práticas relacionadas ao falo são acessíveis a todos homens designados como tais

ao nascer. Contudo, atravessamentos como o racismo e a colonialidade de gênero implicam em produções de modelo de masculinidades diferentes para homens cisgêneros brancos, negros e indígenas também no que condiz ao pênis/falo e à virilidade (QUIJANO, 2005; 2009; LUGONES, 2008; MESSERSCHMIDT, 2018; VIGOYA, 2018; SEGATO, 2021).

No que concerne aos discursos sobre cismasculinidades negras, estão presentes a hipersexualização e uma espécie de “hiper-virilização”, sendo constituídos estereótipos de homens que possuem intensa libido, realizam práticas sexuais — cisheterossexuais — com frequência e, também, são “férteis”. Esse estereótipo, por sua vez, fundamenta o mito do homem negro estuprador (DAVIS, 2016; VIGOYA, 2018). Em relação às cismasculinidades indígenas ocorre um movimento discursivo oposto. No intento de docilização e controle dos corpos nativo-americanos, criou-se a infantilização e, por conseguinte, “emasculação”, “hipossexualização” e “hipo-virilização” do homem cisgênero indígena (SEGATO, 2021).

As cismasculinidades brancas, por sua vez, tornam-se, nesses discursos, o eixo equilibrado das masculinidades: nem hiper, nem hipo, sexuais e viris na “medida certa” para os padrões da ciscolonialidade do poder. Todavia, isso não significa que a relação entre homem, pênis e sexualidade cisheterocentrada anula-se nessa normatização racializada das performances de gênero masculinas. Pois, o homem cisgênero branco deveria cumprir a função da masculinidade na matriz cisheteronormativa: tornar-se pai e realizar práticas sexuais cisheterossexuais (SIMAKAWA, 2015; VIGOYA, 2018).

Ainda, é pertinente retomar que o falocentrismo é fundamental na produção contínua do mito do “homem de verdade” em solo brasileiro<sup>101</sup>. Desse modo, quando João Walter Nery se dá conta de que era **preciso** portar um pênis para performar sua identidade masculina socialmente, não se trata de um simples desejo voltado para a “aquisição” de uma genitália ou para a “transformação” da sua genitália em outra. Trata-se da necessidade de performar uma masculinidade branca que fosse socialmente reconhecida no final da década de 1970. Trata-se de tornar-se “homem de verdade” aos olhares alheios, sobretudo para manter sua segurança na busca de tornar-se o homem “de verdade” que ele era.

Assim, a partir da confecção do seu pênis com meias e a crescente utilização dele no seu cotidiano, o autor relata que mais uma angústia começou a intensificar-se na sua relação consigo — da autoimagem *versus* corpo. A falta de um pênis que considerasse “verdadeiro”, o qual obteria através de uma neofaloplastia, fazia-se cada vez mais presente em seus anseios relacionados à sua “metamorfose”.

---

<sup>101</sup> Como vimos nos trabalhos de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013), Fabíola Rohden (2011), James Naylor Green (2019) e foi discutido na introdução e no primeiro capítulo desta dissertação.

Dessa forma, em *O caminho para a terceira metamorfose*, sétimo capítulo da obra, Nery tece uma narrativa sobre a busca para submeter-se à cirurgia de neofaloplastia. Contudo, ele não desenvolve um relato sobre o procedimento, como elaborou em relação às “metamorfoses” anteriores. Ainda assim, afirma, em Erro de Pessoa, ter passado por mais esta transformação corporal e aborda os momentos antecedentes do procedimento.

Nery relata um encontro com Vitório, no qual discute com o cirurgião sobre os desejos de transexuais em realizarem operações nas genitálias — a supracitada neofaloplastia e neovulvovaginoplastia — e, posteriormente, o médico lhe fornece uma explicação sobre este procedimento cirúrgico, conforme podemos observar nos excertos abaixo:

— [...] **Acho que ninguém gosta de entrar na faca, mas que outro jeito existe?** — A pergunta despertou a veia filosófica do cirurgião. — A vida é muito singular. Tudo, realmente, depende da perspectiva pela qual o sujeito encara um problema. Veja só: outro dia, atendi a um caso de urgência. Era um rapaz que tinha cortado os pulsos ao descobrir que era estéril... Entretanto, os transexuais preferem fazer uma série de operações, passar por situações dolorosas, tanto físicas quanto emocionais e sócio-econômicas para ter um pênis ou uma vagina sofríveis e se tornarem, definitivamente, pessoas estéreis, perdendo até, quem sabe, a capacidade orgástica! — Repentinamente, minha descontração se esvaiu. Sem querer, Vitório tocara num dos pontos mais difíceis para mim. Eu ainda tinha dúvidas quanto ao fato das cirurgias me fazerem perder esta capacidade. [...] Perguntei-lhe sua opinião sobre o assunto [...] — Infelizmente, é uma opção que cabe a você fazer. Sei que não é fácil, mas, nas condições operatórias atuais, a irrigação na ponta do pênis é precária. Será na base onde poderá haver uma maior sensibilidade. Assim mesmo, não será a específica do tipo sexual, mas a que é sentida como em qualquer parte do corpo. Acredito que, durante pelo menos um ano, a região fique insensível. Não vou iludi-lo. Será difícil ou quase impossível, dentro de um critério médico, você obter o orgasmo. No entanto, como psicólogo, deve saber melhor do que eu que a excitação sexual depende muito da predisposição psíquica do sujeito. Portanto, não posso afirmar categoricamente o que acontecerá. — Desabafando, mas sem querer demonstrar abatimento pelas nefastas informações que acabara de ouvir, eu disse: — É uma opção muito idiota! **Para ter um corpo compatível, amado e aceito**, tenho de perder o prazer sexual! Não é estúpido ter que optar entre estas alternativas? Mas como não me resta outra, irei até o fim. De que me adianta ter prazer num lugar errado, de uma forma insatisfatória, num corpo trocado, sem conseguir me entregar inteiramente à pessoa que amo? [...] Estes são os esquemas que tracei para as suas futuras cirurgias. Não costumo fazer isso, mas como você insistiu em ficar a par de tudo... — O cirurgião foi rabiscando num papel, e completando com uma gesticulação significativa, em que consistiriam as operações restantes, detendo-se mais na que faria dali a dois dias. Paradoxalmente, sentia-me mais tranqüilo ao constatar a sinceridade de Vitório em me precaver dos perigos possíveis de que sabia não estar isento, como o de poder ocorrer em qualquer etapa uma necrose, ou até de aparecerem mais fistulas e tudo ter de ser refeito. Se os planos dessem certo, as cirurgias seriam espaçadas em mais ou menos dois ou três meses, conforme a minha recuperação. (NERY, 1984, p. 231-232, grifos meus)

No trecho acima, é possível observar o desenvolvimento do desejo de possuir um pênis atrelado à ideia de “tornar-se um homem de verdade”, bem como o uso que João Walter Nery faz, outra vez, de seu espaço biográfico para elucidar questões pertinentes às transexualidades no período. Ainda, faz-se evidente a diferença entre os discursos de Nery e Vitório, pois o médico tende a individualizar os processos subjetivos relacionados à corpo,



gênero e sexo e o autor, por sua vez, tende a homogeneizar as subjetividades trans.

A citação inicia com o trecho grifado: “Acho que ninguém gosta de entrar na faca, mas que outro jeito existe?”, frase que denota, a meu ver, dois elementos: a visceralidade do desejo de João e a homogeneização da sua compreensão — no período — das experiências trans/transsexuais. Primeiro, penso ser relevante frisar que os desejos de Nery em relação ao seu corpo não se estendem homogeneamente a toda coletividade transmasculina, bem como as produções do si-mesmo e das relações que estabelecemos entre identidade de gênero e corporeidade, ao longo da vida, são historicamente situadas e variam de acordo com as hierarquizações sociais e particularidades biográficas de cada indivíduo (ÁVILA, 2014; COLLINS, 2015; 2016; AGUIAR, 2020; BUTLER, 2021; CUNHA, 2021).

Dito isto, retomo a outra parte grifada no excerto: “Para ter um corpo compatível, amado e aceito”. Com base nas compreensões elencadas e nos dois trechos grifados, entendo que Nery, em meados dos anos 1970, constituía compreensões acerca das masculinidades e do “ser homem de verdade” comuns ao seu tempo — cisheteronormativas — e, dessa maneira, produziu uma subjetividade historicamente situada, mas não tão particular<sup>102</sup>, na qual parece que o encontro do seu Eu-inaugural com seu corpo se realizaria por completo, somente, após a “aquisição” de um pênis orgânico que substituísse sua genitália significada-significadora “de corpos femininos” (PRECIADO, 2018; BUTLER, 2019; 2021; CUNHA, 2021).

No capítulo seguinte, intitulado *Os impactos do renascimento*, Nery elabora uma narrativa sobre sua vida após a transição-metamorfose, na qual aborda os efeitos da hormonização com testosterona sintética, sua euforia diante de um peitoral reto e liso e, também, como era seu neofalo. Em suas palavras,

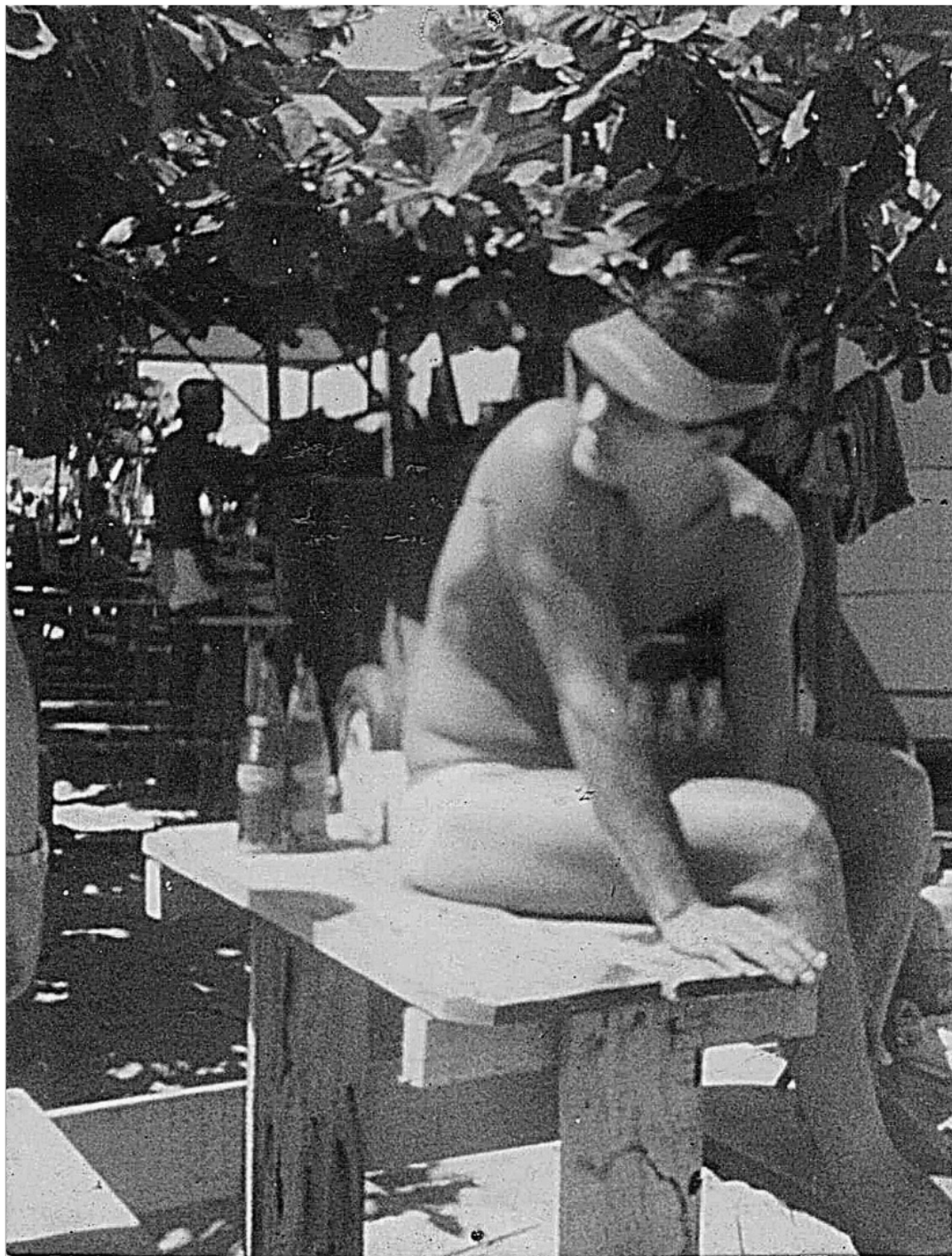
Difícilmente alguém entenderia como é possível se ficar tão alegre com o fato de urinar em pé, sem ter que tirar as calças; fazer amor sem recursos artificiais; poder ir à praia sem ficar preocupado com o fato do pênis escorregar de dentro do calção ou, depois, ter que ainda secá-lo. Sobretudo, poder, depois de tantos anos, me desnudar por inteiro diante de Amanda. [...] Entretanto, este nascimento também me trouxe problemas. Meu pênis ficava semi-erecto, mas num grau que me permitia praticar o coito. Fora colocado numa posição que não o deixava tão empinado a ponto de tornar impraticável o convívio social. Urinar perante outros em mictórios públicos me constrangia, embora não a ponto de me impedir de fazê-lo. Nunca me iludi achando que a cirurgia me tornaria um homem fisicamente normal. Desde o momento em que tinha optado por ela, estava cômico de que a ciência médica tinha suas limitações. O que poderia obter era uma forma mais saudável e feliz de conviver comigo e com os outros. Foi através desta consciência inicial do que realmente poderia conseguir, que aprendi a me bastar com o que conseguira. Meu pensamento era que, agora, estava melhor do que antes. Eu estava cômico das futuras complicações que poderiam advir e da possibilidade de um dia perder minha companheira e sair em busca de outra. Não seria tarefa fácil explicar as cicatrizes, o pênis frio, seco e sempre erecto ou mesmo a minha longa e complicada história. (NERY, 1984, p. 238-239)

<sup>102</sup> Tendo em vista, por exemplo, a grande busca por processos de transição de gênero a partir dos anos 1960 nos Estados Unidos.

Para analisar o trecho acima, primeiro é necessário lembrar que Erro de Pessoa foi lançado em 1984. Compreendo, dessa maneira, todo o capítulo nono da obra, sobretudo a citação destacada, como parte de uma estratégia do autor para ser reconhecido de acordo com a sua identidade de gênero. Por que afirmo isso? Devido à constituição do seu espaço biográfico após 1988, mas de maneira mais contundente de 2011 em diante, a partir de Viagem Solitária, autobiografia na qual João Walter Nery relata que nunca realizou uma neofaloplastia. Inclusive, em agosto de 2018, em Porto Alegre, Nery compartilhou que “ainda” não tinha um pênis (NERY, 2018).

Dessa maneira, parece-me que a tecitura de cenas nas quais narra ter um corpo com um neofalo são estratégias de proporcionar coerência e valor biográfico para a sua narrativa de si (BOURDIEU, 1996; ARFUCH, 2010). “Coerência”, inclusive, é uma das palavras que o próprio autor utiliza para caracterizar seu trânsito de gênero: “O espelho voltava a ser o meu grande companheiro. Mas, agora, ao me deslumbrar, sentia-me mais forte e íntegro. Não procurava propriamente beleza, mas a **coerência**, e isso eu encontrava cada vez mais” (NERY, 1984, p. 238). Considerando que, com o livro, João Nery buscou tensionar o sistema e fazer despontar a luta pelos direitos de pessoas transmasculinas no país (NERY, 1984; 1985; 2011), bem como os modelos de masculinidade e cisheteronormatividade vigentes no período, compreendo que o autor considerou necessário buscar todo reconhecimento social possível de que tinha “se tornado homem”, inclusive porque, até os dias atuais, a possibilidade de fala (e de ser ouvido) está intrinsecamente atrelada ao falo.

**Figura 08: João aos 34 anos (1984) em Vila Velha (ES)**



**Fonte:** acervo pessoal de João Walter Nery, disponibilizado em seu perfil no Facebook.

#### 4.4. A fabricação da fala transgressora: o espaço biográfico de João Walter Nery e os direitos trans

No tópico final desta dissertação, buscarei, como o título indica, analisar o espaço biográfico de João Walter Nery no que concerne aos direitos trans. Para tanto, retomo as discussões apresentadas na introdução acerca da biopotência das autobiografias e narrativas de si trans no tensionamento do regime de exceção cisheteronormativador (CHAVES, 2021).

Conforme elucidado anteriormente, considero o espaço biográfico de Nery como uma produção *transgressora* e uma manifestação biopotente de “política para a vida” (CHAVES, 2021). Desse modo, compreendo que o autor fomentou a produção de novos campos de possibilidade ao tensionar o regime de exceção cisheteronormativador ao compartilhar seus processos de autodefinição *trans* e, dessa forma, impactar a formação e fortalecimento de uma coletividade transmasculina no Brasil, exercendo um papel de articulador de tramas intersubjetivas (VELHO, 1999; COLLINS, 2000; ARFUCH, 2010; NERY; MARANHÃO FILHO, 2013; FREITAS, 2014; GASPODINI; NERY, 2014; CHAVES, 2021). Ao produzir efeitos de verdade em um sentido distinto à cisheteronormatividade, promoveu efeitos de ruptura do regime de verdade em torno da relação corpo-gênero, apresentando as transmasculinidades como possibilidades de relações de si para consigo às pessoas de gênero inconforme na era farmacopornográfica (FOUCAULT, 1979; COLLINS, 2000; FOUCAULT, 2006; PRECIADO, 2018; BUTLER, 2021; CHAVES, 2021; CUNHA, 2021).

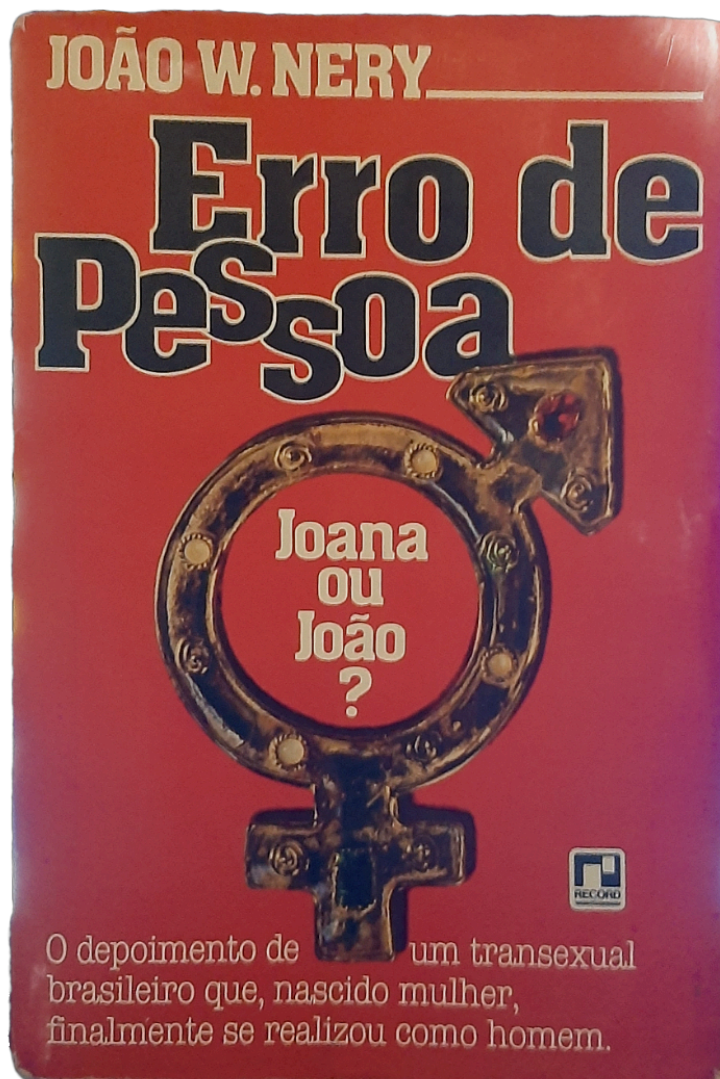
Com base no exposto, pretendo, primeiramente, investigar trechos selecionados de Erro de Pessoa, bem como sua capa, contracapa, dedicatória e nota do autor. Após, analisarei duas entrevistas cedidas por Nery — para a *Folha de São Paulo* e para a TV Manchete, ambas em 1985 —, junto ao supracitado capítulo *A anatomia não é o destino*, parte do livro *Destino*, publicado em 1988.

\*\*\*

A capa de Erro de Pessoa (figura 09) tem fundo vermelho e possui, na cor branca, no seu canto superior esquerdo, o pseudônimo do autor “João W. Nery”, que viria a se tornar uma espécie de nome social a partir da década de 2010. Após, em letras de tamanho significativamente maior, está escrito “Erro de Pessoa” e, logo abaixo, encontra-se uma imagem que une os símbolos de Vênus e Marte (feminino e masculino). Dentro do símbolo, por sua vez, está a questão: “Joana ou João?” e, logo abaixo, os dizeres: “O depoimento de um transexual brasileiro que, nascido mulher, finalmente se realizou como homem”.

A contracapa da obra (figura 10), também de cor vermelha, contém logo acima o texto: “O transexual: um brinquedo da sociedade?”, que se trata do título do capítulo sexto da terceira parte do livro. Abaixo, uma foto em preto e branco: uma pessoa aparentemente branca e transmasculina — de corpo magro, com pequenos seios aparentes por dentro de uma camisa fechada até o colarinho, cabelos curtos, calça e cinto —, com uma mão sobre uma máquina de escrever e a outra em frente ao rosto, segurando um cigarro que faz com que uma fumaça cubra seu rosto. Do lado direito dessa imagem estão três “prévias” do que se encontra na obra, divididas nas fases de desenvolvimento do autor: “criança: — Aos sete anos me apaixonei pela primeira vez. Foi por uma coleguinha, com cara de índia. Tímida e com um jeitinho que me desajeitava todo.”; “adolescente: — A senhorita quer dançar? tive vontade de rir, mas a comédia não permitia.”; “e depois: — cama não se discute. sente-se. tudo vai dar certo, tenho absoluta certeza — profetizou, tapando minha boca com os dedos”.

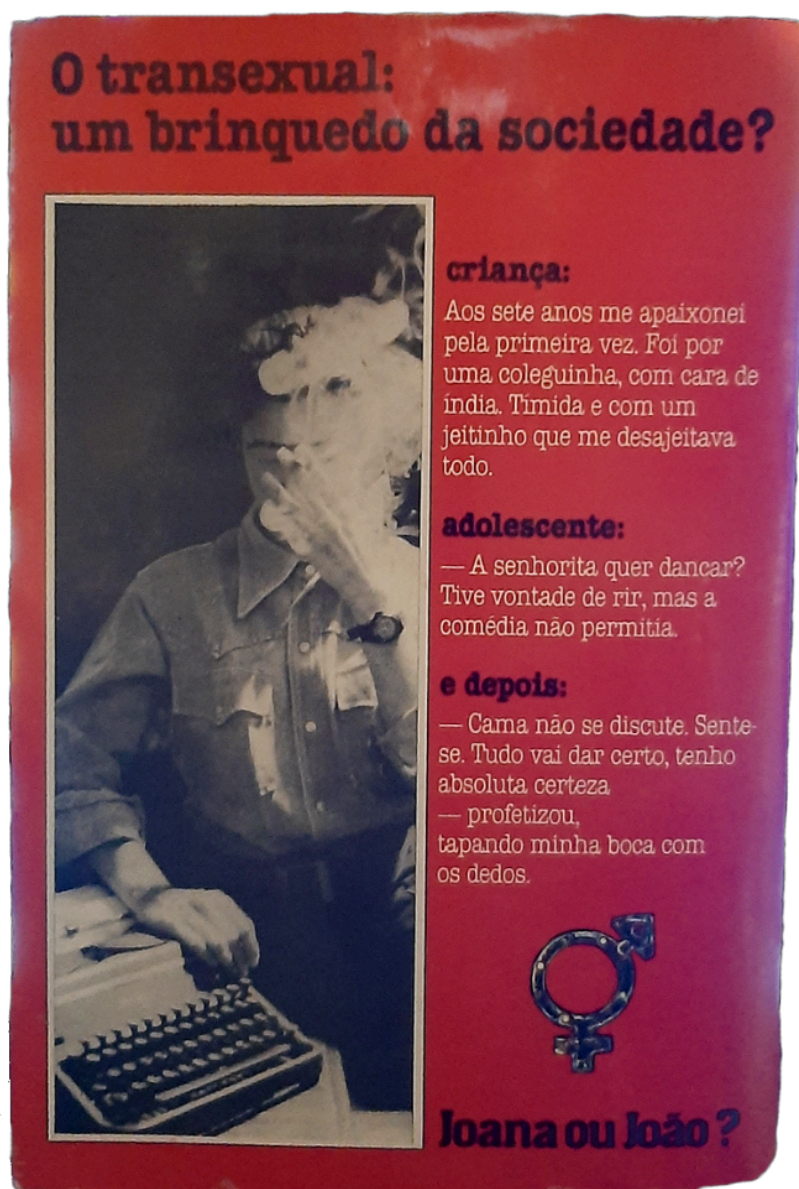
Figura 09: Capa de Erro de Pessoa (João W. Nery, 1984)



Fonte: acervo pessoal do autor.



Figura 10: Contracapa de Erro de Pessoa (João W. Nery, 1984)



Fonte: acervo pessoal do autor.

Os discursos que a obra traz consigo em sua capa e contracapa, seus conteúdos paratextuais, apresentam de maneira breve e chamativa Erro de Pessoa. Primeiro, o título e o subtítulo, da forma como foram dispostos junto ao símbolo Vênus-Marte, proporcionam uma ideia de questionamento à cisnormatividade. Logo após, o texto que se segue demonstra de maneira mais evidente — e de acordo com a linguagem e compreensões da época — sobre o que se trata o livro: relatos, narrativas, um depoimento de si sobre a transição de gênero.

A contracapa, por sua vez, proporciona destaque ao atravessamento heteronormativo da obra através dos trechos selecionados, bem como introduz a coerência biográfica e identitária — em termos de identidade de gênero — que o autor se dispõe a elaborar

(BOURDIEU, 1996; HALL, 2006; ARFUCH, 2010). Afinal, a partir dessas escolhas textuais, Nery inicia o compartilhamento de sua compreensão — historicamente situada, inclusive em sua trajetória — de que homens são obrigatoriamente heterossexuais. Além disso, considero que a fotografia proporciona a possibilidade do(a) leitor(a) imaginar João W. Nery. Por fim, traz o signo da transgressão no título de capítulo localizado na parte de cima da contracapa, o qual desenvolve ao longo da obra.

É pertinente destacar, também, a dedicatória do livro: “Este livro é um grito e o dedico a todos os injustiçados (quer por motivos sociais, jurídicos, econômicos, políticos, físicos, emocionais, etc.), que lutaram ou ainda lutam por seus direitos, ‘se endurecendo, mas não perdendo a ternura jamais’” (NERY, 1984, p. 5). E, para finalizar essa “apresentação” da obra, a nota do autor, que segue abaixo:

Escrevi este livro enquanto me recuperava das cirurgias e não podia trabalhar, **por não ter mais direito aos documentos civis e curriculares**. Meu **objetivo**, antes de qualquer pretensão literária, foi o de **documentar as sensações que fui tendo das vivências ambíguas no transcurso da minha vida — o de ter nascido homem, aprisionado num corpo de mulher**. Sei não ser o único, mas um dos poucos que, além de viver este dilema dual, pode ter condições não só de expressá-lo no papel, através de um total desnudamento diante dos leitores, como também de **denunciar a hipocrisia e ignorância sociais diante de um problema sério, profundo, e até agora, unicamente humano. Esta não é propriamente a história da minha vida, mas da minha sexualidade**. Alguns fatos — que talvez façam falta — foram esquecidos; outros, omitidos pelo meu **“filtro” de interesse**, e outros ainda, modificados, para não comprometer ninguém. Em meados de 1984, o Presidente não sancionou a lei (aprovada na Câmara e no Senado), que permitiria as cirurgias transgenitais. Atualmente, apenas uma dúzia de países, entre os mais desenvolvidos, aprovam estas operações, respeitando o transexual e reconhecendo a sua conseqüente mudança de identidade sexo-social. Em decorrência, usei pseudônimo para assinar a obra, assim como os nomes e alguns dados dos personagens são fictícios. [...] Até agora, não tive a oportunidade de conhecer nenhum **transexual feminino** com quem pudesse conversar, trocando informações a nível experiencial. (NERY, 1984, p. 7)

Acredito que estas duas partes do livro são extremamente importantes para compreendê-lo. Primeiro, porque Nery evidencia que faz escolhas na elaboração de sua narrativa, como omissões, a criação de elementos fictícios e o foco em abordar sua “sexualidade” — aqui entendida como sua identidade de gênero, mais especificamente como o processo de produção de si como transhomem devido a sua subjetivação primária em termos de gênero. Dessa maneira, se faz pertinente trazer as ideias de pacto autobiográfico e de verdade (LEJEUNE, 1994), pois, a partir do exposto, torna-se evidente o signo de veracidade relacionado a um contrato estabelecido por Nery com seus e suas leitores(as) em sua primeira autobiografia que, ao invés de afirmar “revelar uma verdade sobre si”, admite a ficcionalidade na elaboração de suas narrativas e as limitações de seu relato de si (LEJEUNE, 1994; ARFUCH, 2010; BUTLER, 2021).

Além disso, o autor expõe com veemência a intencionalidade do seu espaço biográfico

e seu discernimento acerca do contexto sócio-histórico e político que o impulsiona a fazê-lo, admitindo o caráter transgressor e militante de sua escrita. Assim, Nery já demonstra que faz da obra um projeto biopotente de tecitura de um campo de possibilidades nos quais as vidas trans sejam vivíveis.

Ademais, nos capítulos oitavo e décimo primeiro o autor produz narrativas voltadas para a luta por direitos trans e humanização da população trans. Primeiro, em *Retribuindo a ajuda*, tece uma cena na qual ele fala na “conferência sobre disforia de gênero” e, entre suas contribuições ao encontro, elabora o seguinte discurso:

— Considero que somos rebentos espúrios de uma **sociedade inóspita, que se recusa a nos aceitar em sua jurisprudência médica e legal**. Somos rejeitados porque **não correspondemos às suas aspirações preestabelecidas**, e transformamo-nos em **minorias asfixiadas**. Ela tenta, **em função do sexo genital de cada um, moldar seus filhos num só sentido**, seja para o “instrumental masculino” ou para o “expressivo feminino”, e por nós não nos sujeitarmos aos seus antolhos sociais, tornamo-nos **“objetos folclóricos”**. A lei deve visar à ordem e ao bem-estar social, e o que almejamos é justamente nos adaptar a esse meio. Sendo assim, a cirurgia passa a ser vista não como ponto de partida, mas de chegada. **Não somos insanos porque não somos doentes como a sociedade tenta nos colocar**. A sanidade não tem nada a ver com a normalidade, e me parece um conceito muito conveniente em função do momento histórico em que se vive. Haja vista no nazismo, onde as próprias instituições psiquiátricas mutilavam cérebros humanos ou asfixiavam com gás milhares de pessoas que diziam insanas. Sadios eram os membros da Gestapo ou da SS. Normal era acatar os princípios e ordens do Führer. (NERY, 1984, p. 172, grifos meus)

Através dessa eloquente narrativa, Nery coloca em sua autobiografia a denúncia do regime de exceção cisheteronormativador, da necropolítica e do genocídio promovidos pelo próprio Estado brasileiro. Protesta por políticas públicas e legislações que compreendam as transgeneridades como experiências de subjetivação humana tais quais as cisgeneridades. Manifesta-se contundentemente contra a patologização das pessoas trans e contra a cisgeneridade compulsória. Expõe, ainda, as incoerências do sistema ao fazer a comparação entre as concepções hegemônicas de sanidade/insanidade elaboradas no Brasil da década de 1980 *versus* as que eram produzidas na Alemanha nazifacista<sup>103</sup>.

Além disso, discorre sobre o fato dos sujeitos trans se tornarem “objetos folclóricos” em nossas sociedades, em detrimento da possibilidade de vivenciarem sua humanidade sendo reconhecidas como pertencentes a uma matriz de inteligibilidade “humanizatória”. Dessa forma, é possível refletir sobre a formação do “Eu-humano” em contraponto ao

<sup>103</sup> Sobre o genocídio da população trans no Brasil e o Estado brasileiro, ver: GOULART, Vincent Pereira. O suicídio-homicídio de pessoas trans e travestis e a cisheteronormatividade: marginalização e extermínio. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2021. 95p.; JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. In: MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). (In)Visibilidade Trans 2. História Agora, v.16, nº 2, pp.101-123, 2013.



“Outro-inumano” e perceber que em Nery havia uma compreensão desse processo de constituição sócio-histórica das subjetividades, corporeidades e relações humanas. Ainda, é relevante assinalar que a própria base da matriz “humanizatória” é ciscolonial, portanto, a desumanização da população trans e travesti constitui tal matriz (CARNEIRO, 2005; SIMAKAWA, 2015; BUTLER, 2019), desse modo, é necessário tensionar, criar fricções, brechas e rupturas nela, o que Nery faz através do seu espaço biográfico.

Por fim, no último capítulo do livro, *Um ano depois*, Nery relata sobre sua vida após percorrer seu trânsito de gênero. Com apenas duas páginas, produz um manifesto-denúncia biopotente, como podemos ver abaixo:

Agora, sob a luz, meus olhos vêem que tudo foi o resultado final e positivo de um desejo maciço e sincero. Começo a me lembrar desse último ano em que batalhei para conseguir tirar o restante da nova documentação. Consegui vencer mais este obstáculo com a ajuda de alguns amigos. Mas a vitória ainda não estava totalmente concretizada. Queria trabalhar, mesmo sem histórico escolar, sem títulos ou currículos que pudessem me escudar. Tornaram-me um analfabeto. Ter-me feito oficialmente um cidadão, mesmo de uma pátria que fazia questão de não me querer, era como se meus pulmões tivessem aumentado, duplicando-me a oxigenação. Sabia que quanto mais engajado estivesse no contexto, tanto maior seria o meu troco a esta sociedade. Obtive a possibilidade de oficializar meu casamento, de diminuir as pressões e desconfianças. Porém, casar com Amanda legalmente não modificaria de modo substancial nada na nossa relação. Facilitaria, por exemplo, eu poder ter filhos com ela por adoção ou inseminação artificial. Mas isto também seria uma escalada. [...] As cirurgias tinham me servido como um autêntico desnudamento para o vagido do meu ser. [...] Em momento algum, a menor centelha de arrependimento se acendera em mim. O alívio e a alegria que sentia eram incalculavelmente maiores do que qualquer imperfeição física. Essas cargas não eram vistas como perdas, pois, na verdade, nunca as tivera propriamente. [...] Eu tinha plena consciência de haver alcançado o ponto máximo que a ciência do meu tempo poderia ter-me oferecido. Mas confesso que ainda temo o pouco que tenho, do muito que consegui, não me baste para me dar a inconsciente euforia de aceitar despreocupadamente o jogo da vida. Não tive triunfos fáceis, mas os tive, e me sinto mais forte que nunca para continuar a opor resistência a todos os valores falsos que distorcem e violentam de algum modo, os homens em suas infinitas maneiras de ser. Sobretudo, lutarei para poder estar constantemente invadido por uma paixão limpa e profunda - que se tem milhões de vezes na vida - para recomeçar. (NERY, 1984, p. 249-250)

A partir desse relato, o autor aborda o seu “encontro consigo” — a aproximação com sua identidade de gênero — somado ao seu “tornar-se homem” — as práticas de produção de si voltadas para essa aproximação —, tecendo uma narrativa que defende a *euforia* de ser trans (AGUIAR, 2020). Ao mesmo tempo, segue denunciando a (re)produção do regime cisheteronormativador na cultura, sociedade e, sobretudo, pelo Estado brasileiro.

\*\*\*

Apesar de ter encontrado oito matérias de jornais acerca de Erro de Pessoa e de João Walter Nery, nas imprensas de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso — em pesquisa na

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional —, apenas em uma há narrativas de si do autor, a reportagem “João, o homem que nasceu Joana”, efetuada pelo jornalista Paulo Markun e publicada em 02 abril de 1985 na *Folha de São Paulo*. Dessa forma, irei analisar alguns trechos que selecionei da entrevista, a fim de seguir com a análise da produção de um espaço biográfico transgressor por Nery.

Figura 11: Matéria “João, o homem que nasceu Joana” de Paulo Markun para a Folha de São Paulo em abril de 1985

**FOLHA DE S. PAULO** Terça-feira, 2 de abril de 1985 — 27

# João, o homem que nasceu Joana

Em seu livro recém-lançado, “Erro de Pessoa — Joana ou João”, o psicólogo João W. Nery conta como mudou de sexo, perdeu sua identidade civil e até casou

**PAULO MARKUN**  
*Da nossa equipe de reportagem*

A palavra nem existe no Aurélio — que passa de “transsexual” para “transitar” — mas a discussão está colocada novamente, com o livro “Erro de Pessoa — Joana ou João”, de João W. Nery (Editora Record, 250 páginas, 30.000 cruzeiros). João W. Nery, 35, não existe — é um pseudônimo do autor, transsexual brasileiro que se submeteu a diversas operações. Joguei fora os velhos documentos, a carreira de psicólogo e professora e vive hoje sob falsa identidade, casado com uma mulher, desocupando o papel de homem 24 horas por dia. A história fez sucesso: a primeira edição está se esgotando e deve virar filme.

João é um criminoso. Desapareceu o artigo 129, parágrafo dois, inciso três do Código Penal, com uma pan-histerectomia. Ou seja: eliminou o útero, ovários, seios e parte do vagina, numa operação proibida no País. Mas ainda: pode ser preso por falsidade ideológica, já que usa documentos falsos. Apesar de tudo isso, João garante que é feliz. Seu livro, escrito na primeira pessoa, com prófeco de Antônio Lúcio, procura mostrar que ele nasceu com cabeça de homem e corpo de mulher. E que só assumiu seu verdadeiro eu aos trinta anos, quando uma série de

João se encicou no esporte, ganhou muitas competições. Termino estabelecendo uma relação com uma mulher, virou motorista de táxi, para exercer uma profissão masculina. Curso psicologia, passou a dar aulas. Tudo com documentos de mulher. E foi desenvolvendo o lado masculino: usava os gótes, usava gravata e camisas largas, ocultava os seios com uma bandagem.

**Vestido de homem**

“Andar vestido de homem na rua fazia com que eu me sentisse muito bem. O desgraçado era parecer um garoto imberbe, com uma voz de lagarta rachada. Cursei então a desenvolver uma observação mais dirigida e minuciosa para os detalhes do comportamento social masculino: a gesticulação, os hábitos, excêntricos, manuseios, etc.” (Pág. 67)

O tratamento deu certo. À medida em que a cirurgia se desceza, os preconceitos vão se dissolvendo — é difícil levar em conta que a figura masculina em minha frente não é realmente um homem, mas um produto da conjugação entre o psicológico e a ciência. João passou pelos assuntos masculinos com desenvoltura e chegou a se revelar um machista distorcido.

“A gente nasce homem ou mulher e é obrigado a se sujeitar a esta realidade. Eu vivi os dois lados de



O psicólogo João W. Nery casou e deseja ter um filho — mas nasceu mulher e se operou para mudar de sexo, sendo que viveu da infância

Fonte: MARKUN, Paulo. **João, o homem que nasceu Joana**. In: Folha de São Paulo. São Paulo, 02 ab. 1985. p. 27.

O texto se inicia explicando que a palavra “transsexual” sequer estava no dicionário Aurélio da época, mas que a discussão é colocada por João Walter Nery em Erro de Pessoa. Em uma breve apresentação do autor, Markun enfatiza suas cirurgias e a clandestinidade na qual vive devido à criminalização da histerectomia e da aquisição de documentos legais de acordo com a identidade de gênero autopercebida do indivíduo. Posteriormente, trata das intenções mobilizadoras de Nery ao elaborar sua autobiografia,

**João é minoria:** transsexual, ateu, marxista, inteligente. E disposto a brigar pelos próprios direitos — quer que o governo da “Nova República” faça o que o presidente João Figueiredo não fez: aprove uma lei permitindo as operações de mudança de sexo e a conseqüente alteração de identidade. João diz que só escreveu o livro com esse objetivo. Por isso hesita diante de publicidade grosseira — admite entrevistas, mas só quando conhece o entrevistador. E se protege sempre com o pseudônimo. (MARKUN, 1985, p. 27)

Com base no excerto acima, algumas questões relevantes são elucidadas em relação à autobiografia Erro de Pessoa: primeiro, apesar de utilizar o termo “burguesia” e falar sobre sua falta de crenças, é nesse momento que Nery se afirma de forma evidente ateu e marxista,

o que certamente atravessa seu processo de escrita autobiográfica. Segundo, a intencionalidade imediata da publicação do livro em 1984: pressionar os governos pós-ditatoriais a aprovarem uma legislação que permita os trânsitos de gênero/sexo.

Todavia, demorou cerca de 13 anos para que o Estado brasileiro começasse a se *transformar* nesse sentido, processo, a meu ver, ainda em trânsito. Destaco, contudo, dois exemplos: primeiro, a descriminalização das cirurgias de histerectomia, neovulvovaginoplastia, mastectomia masculinizadora e neofaloplastia em 1997; segundo, a decisão, em março de 2018, do Supremo Tribunal Federal, de garantir os direitos da população trans à retificação de sua documentação com base apenas na identidade de gênero autopercebida e socialmente afirmada. Ainda, a figura de Nery é extremamente relevante nesse cenário, evidenciado pelo próprio nome do Projeto de Lei 5002/2013 — “Lei João Nery” — de Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Érika Kokay (PT-DF), que versava sobre Identidade de Gênero. Por não ter sido aprovada na Câmara dos Deputados, o STF interviu, a utilizou de base e garantiu nossos direitos (ANASTÁCIO, 2018).

**Figura 12:** Entrevista cedida por João Walter Nery à jornalista Solange Bastos, sua irmã, para a TV Manchete em março de 1985



**FONTE:** NERY, João W. Entrevista com João W Nery para Tv Manchete em 1985. 29/08/2017. 17min53s

Entre as repercussões, também chamo atenção para a supracitada entrevista no Programa de Domingo, na TV Manchete, em março de 1985 (figura 12). Realizada por Solange Bastos, sua irmã mais nova, tal entrevista durou em torno de 20min, tempo no qual é

possível vislumbrar apenas a silhueta de João W. Nery. Bastos inicia a entrevista explicando que, por questões de segurança, quatro das cinco pessoas entrevistadas não poderão aparecer nas câmeras<sup>104</sup> e Nery, no decorrer do programa, responde o que lhe motivou a escrever *Erro de Pessoa*:

[...] Eu quero, sobretudo, com a publicação desse livro, abrir uma polêmica em torno de um problema que existe e que a nossa sociedade faz questão de não ver. O transexual é muitas vezes confundido como travesti ou como homossexual, e ele só é aceito, quer dizer aceito entre aspas, se for como uma figura folclórica, ou seja, passível de caricatura ou ridicularização. Como manchete ele pode existir. O que incomoda é quando nós queremos nos enquadrar anonimamente como qualquer um, ou seja, **exercer o nosso direito à cidadania**. (NERY, 1985, 2min48s - 3min33s, grifos meus)

Outra vez, a denúncia na fala de Nery expressa de maneira contundente o lugar para o qual o Estado, a cultura e a sociedade brasileira buscaram e buscam colocar pessoas trans. Um lugar de subjugação tamanha que a norma era/é impedir o acesso a qualquer direito e, em última instância, à própria vida, à própria existência (BUTLER, 2019; BUTLER, 2020; CHAVES, 2021). Ainda, faz-se relevante notar que o primeiro homem transexual — que se tem registro — a falar na televisão nacional obteve esse acesso à fala através dos seus relacionamentos interpessoais e dos marcadores sociais que atravessam a sua biografia e a de sua família. Afinal, no Brasil, ser branco, sudestino e de classe média permite com que um indivíduo tenha acesso a um campo de possibilidades maior e mais próximo dos âmbitos dos poderes hegemônicos (VELHO, 1999; COLLINS, 2015; 2016).

Esses mesmos atravessamentos sociais e laços interpessoais possibilitaram com que Nery estabelecesse vínculos com figuras como Antônio Houaiss, Darcy Ribeiro, Eduardo Mascarenhas e o supra-referenciado neste trabalho Gilberto Velho<sup>105</sup>. Assim, inserido no meio intelectual brasileiro, participou da elaboração do livro *Destino*, de autoria coletiva, no qual escreveu *A anatomia não é o destino*. Compartilhando reflexões sobre os processos de formação das “identidades” sociais articulando-as com relatos de si, Nery escreve:

Cheguei à conclusão que somos bonecos manipulados pelo social. [...] E no meu caso houve uma discordância gritante, a ponto de me levar a fazer uma cirurgia que todo mundo coloca como uma automutilação. Eu não vejo por esse prisma. Acho que a cirurgia ainda é uma saída saudável para o transexual. É o meu caso. O transexual pode até depois que se operar, parar. Bem, eu não cheguei até onde queria. Não estou

<sup>104</sup> Foram entrevistados/as: João W. Nery; Joana, uma bioquímica e mulher transexual; um psicanalista e uma assistente social que trabalhavam com transexuais e não foram identificados/as; e Antônio Houaiss, que foi o autor da apresentação do livro *Erro de Pessoa* e conheceu a obra de Nery através do vínculo de ambos com Darcy Ribeiro.

<sup>105</sup> Na ordem apresentada no livro: Eduardo Mascarenhas, Joaquim Assis Dina Sfat, Alberto Goldin, Emeric Marcier, Ivo Pitanguy, Nélida Piñon, Eli Diniz, Martha Pires Ferreira, Aécio Cardoso, Mário Novello, Pedro Pellegrino, Leandro Konder, Luiz Paulo, Vellozo Lucas, Eduardo Prado, Cid de Oliveira, Ziraldo Alves Pinto, Gilberto Velho, Joel Birman, Luiz Alberto Gómez de Souza, Thereza Cristina Barros, Michel Robin, Luiz Viegas de Carvalho, João Bethencourt, João Nery.

evidentemente satisfeito porque a cirurgia, a ciência, não conseguiu me transformar num homem como eu gostaria, no meu imaginário, simbólico, o cacete a quatro... Mas está melhor que antes. A visão é de ganho sempre. Aí dá pra levar. Mas hoje questiono inclusive essa necessidade de eu ter que me submeter ainda a essa obrigação de ser homem, de ter que ser homem ou ter que ser mulher. Porque eu sou um ser social e por mais que eu ainda questione esses valores ideologicamente, meu desejo ainda está submetido a eles. Ser um homem não é ter um falo, isso me é claro. Nunca tive e não duvido de que sou um homem dentro dessa cultura, desses valores. Agora daí a não me sentir aleijado, inferiorizado, em nível de desejo, é outra coisa. E é isso que hoje tento trabalhar. Porque a cultura não me dá espaço de ser alguma coisa que não seja homem ou mulher. Sou obrigado a me definir. [...]. Enquanto ser social quero dividir minha afetividade e quero ter o outro na minha vida, quero ser desejado como me sinto. Mas como, com esse corpo? Eu sou meu corpo também. Eu não dou banho no meu corpo, eu tomo banho. Meu corpo é um sujeito. [...] Tudo bem, eu desejo ser um homem, gostaria demais de ejacular. Também me incomoda esse desejo. Por que é tão importante isso? O que botaram na minha cabeça, pôrra? E não é só na minha mão. O pior é isso. Hoje vivo num mundo masculino e a maioria dos homens, com raríssimas exceções, têm essa visão. Não sei como eles viveriam sem o falo [...] Acho que futuramente vai ser possível escolher o sexo do bebê, o homem vai poder engravidar, vai haver transplantes de útero para os homens, vai ser o samba do crioulo doido. Então talvez possa ser assim, em que o negócio é amar alguém e depois ver o sexo que ele tem. (NERY, 1988, p. 111, 114, 118)

É interessante perceber as mudanças nesse espaço biográfico de Nery, tecido anos depois. Suas compreensões sobre transexualidade, “ser homem” e relações de gênero/sexo e sexualidades se modificaram do final dos anos 1970 para os anos 1980, de maneira a não sentir mais a necessidade de construir uma narrativa para si em que alegasse possuir um pênis. Ele ainda questiona fortemente a generificação dos corpos com base em duas genitálias (lembrando que genitálias intersexo, diante do sistema, são “corrigidas”, comumente de forma cruel) e a limitação binária imposta às produções de subjetividade. Por fim, Nery compartilha uma visão de futuro voltada para o acolhimento da diversidade de gênero e sexual, para a pluralização e democratização das possibilidades de “ser” — o si-mesmo — e se tornar homem, mulher, ambos, ou nenhum dos dois.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O homem saiu da Tabacaria (metendo troco na algibeira das calças?).*

*Ah, conheço-o: é o Esteves sem metafísica.*

*(O Dono da Tabacaria chegou à porta.)*

*Como por um instinto divino o Esteves voltou-se e viu-me.*

*Acenou-me adeus gritei-lhe Adeus ó Esteves!, e o universo*

*Reconstruiu-se-me sem ideal nem esperança, e o Dono da Tabacaria sorriu.*

*(Álvaro de Campos / Fernando Pessoa - Tabacaria)*

No decorrer deste trabalho, percorremos fragmentos genealógicos da produção da cisheteronormatividade e historicizamos cisgeneridade, transexualidade, gênero, sexo e sexualidade de modo geral sob uma perspectiva transmasculina-transfeminista e *queer* que se inspira nos feminismos decolonial e interseccional. A partir disso, algumas questões, pelo menos para mim — e espero que para você(s) —, tornaram-se mais evidentes, ao passo que outras se tornaram mais latentes.

Ao “acompanharmos” Xica Manicongo, Magnus Hirschfeld, Lili Elbe, Michael Dillon, Charles Hamilton, Charles Williams, Joseph Lobdell, Madame Satã, Cintura Fina, Maria de Lourdes, Jandir, Edmundo de Oliveira, entre outros, foi possível vislumbrar algumas das complexidades subjetivas e materiais que atravessam as biografias dos sujeitos em seus processos de produção de si. Ainda, foi possível compreender que estas complexidades envolvem de atravessamentos de hierarquizações sociais que compõem os campos de possibilidades pelos quais os sujeitos se constituem. Tais atravessamentos, por sua vez, decorrem da matriz branca, cisgênera, heterossexual, moderno-colonial e, da década de 1980 para cá, neoliberal, que busca manter homens, brancos, cisgêneros, socialmente heterossexuais, burgueses e provenientes do Norte-global ocupando as posições de poder na complexa rede que tece e é tecida pela história e seus jogos de poder.

Assim, mais uma vez vou ao encontro de Benito Bisso Schmidt (2021), ao entender que as (auto)biografias, na contemporaneidade, são importantes para criarmos horizontes de possibilidades de outros mundos, nos quais as performances de gênero/sexo e desejo legitimadas e inteligíveis sejam plurais. Nos quais, aliás, não haja as ideias de legitimidade e inteligibilidade — que sejamos todos ilegítimos, monstruosos e profanos sem culpa nem punições.

No concernente ao espaço biográfico de João Walter Nery, respaldado na compreensão do campo de possibilidades que permitiu seu autoforjar, é possível compreender como os elementos da branquitude e da classe social lhe “abriram caminhos”. Contudo, também observamos que sua trajetória foi marcada por marginalizações e pela precarização das vidas trans, sobretudo pelo estigma da patologização, pela ininteligibilidade e pela abjeção. Ainda, é latente o quanto a ditadura cishetero-militar impactou tanto a sua trajetória quanto a de seus familiares, posto que seu pai era um líder sindicalista e próximo de João Goulart. Porém, tal impacto emerge em Erro de Pessoa através da ficcionalidade e das omissões, no intento de proteger a si e à família das perversões do regime ditatorial.

Nery demonstra *coragem de existir* ao relatar a si mesmo sem receio de cometer “incongruências biográficas” ou de admitir ficcionalidades e omissões em seu texto. Ademais, para além de fragmentar sua biografia ao transicionar, em seu espaço biográfico, de 1977 a 1988, vislumbramos transformações de suas compreensões sobre si, sobre as relações de gênero, sobre os processos de subjetivação e as relações sociais. De certo modo, Nery admite as fragmentações em si. Também é pertinente retomar suas estratégias de combate à desumanização e patologização das transidentidades, através das quais produziu a si e fabricou fissuras no sistema, a partir de uma escrita biopotente voltada à democratização das possibilidades de ser e estar em termos de corpo, gênero/sexo e sexualidade.

Além disso, com base na investigação realizada, também se tornam perceptíveis os atravessamentos da historicidade na produção do Eu-inaugural e na relação do sujeito consigo no que concerne à identidade de gênero, tanto na constituição, quanto nas possibilidades de afirmação social. Desse modo, penso fazer-se pertinente para a historiografia considerar o autoforjar dos sujeitos em suas aproximações e/ou afastamentos de seus “si-mesmos”. No que diz respeito a esses processos subjetivos-históricos de João Walter Nery, em seu “tornar-se homem”, faz-se visível os impactos dos regimes biopolíticos disciplinar e farmacopornográfico, com destaque para o primeiro na formação de seu Eu-primário e o segundo na sua “aproximação consigo” para realizar-se ao transgredir as imposições de gênero cisnormativas.

Por fim, considero que a discussão acerca do espaço biográfico de Nery como biopotente para a produção de efeitos de verdade tensionadores do regime de exceção cisheteronormativador impacta, particularmente, o significado de “ser homem” na contemporaneidade brasileira. Desse modo, finalizo esta dissertação com uma breve reflexão sobre o significado de “ser homem”, gerada em mim pelo “efeito João Walter Nery” — e tantos outros *transgressores* —, e pelo processo de realizar o curso de mestrado:

O que significa ser homem, então? Ser homem não significa nada em especial. Ser homem significa ter produzido seu si-mesmo identificando-se com elementos e características que foram, por sua vez, historicamente consideradas como pertencentes às masculinidades. Nesta sociedade na qual gênero é uma forma primária de atribuir significado ao si-mesmo, estes elementos são significantes do que é considerado ser sujeito, ser humano, viver em sociedade. "Ser homem" ou "ser masculino" parte do processo de tornar-se "humano".

Ser homem é algo múltiplo, complexo, incoerente, inconcluso, em permanente transformação. Ser homem é afirmar-se homem, independente de práticas de produção de si e de corporeidade.

Ser homem é ter vagina, seios, menstruar, ser penetrado e poder gerar, caso um homem habite um corpo com tais características e potencialidades.

Ser homem é dançar, rodopiar, usar maquiagem, encher-se de "frufus", vestir saias, pintar as unhas, sentar com as pernas cruzadas, ser gentil, manifestar carinho, ternura e cuidado, caso um homem possua esses traços de personalidade e os exerça como práticas de produção de si.

Ser homem é desejar, beijar, trocar carícias, fantasias, prazeres e histórias afetivo-sexuais com outros homens, caso um homem expresse tal desejo em sua orientação sexual.

Volto à pergunta inicial: o que significa ser homem? O que faz de um homem, "homem"? Nada, para além do ser. Não por uma escolha consciente, não porque decidiu, porque quer ser homem. Não porque nasceu homem, por um traço genético ou por causa de uma genitália. Sim porque nasceu em uma sociedade na qual, através de processos históricos longos, demorados e incipientes, um sistema gênero/sexo e desejo se estabeleceu e se (re)estabelece cotidianamente. Nesse sistema, a figura "homem" foi inventada e, como sujeitos dos nossos tempos, não podemos fugir de subjetivarmo-nos de acordo com os sis/cis/temas de referência que nos fazem disponíveis.

Ser homem é, simplesmente, tornar-se homem primeiro, de maneira inconsciente e, segundo, de forma consciente, acolhendo sua subjetivação em termos de gênero, sua identidade de gênero, afirmando-a e tornando-se, a partir disso e em direção ao ideal subjetivo e individual de "homem" que o sujeito cria para si, simplesmente, mais um homem.



**FONTES**

1. NERY, João W. **Erro de pessoa**. Rio de Janeiro: Record, 1984.
2. NERY, João W. **Entrevista com João W Nery para Tv Manchete em 1985**. Publicado por: \_\_\_\_\_. 29/08/2017. 17min53s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=D8DKky-KFvI>>. Último acesso em: 05/05/2022.
3. MARKUN, Paulo. **João, o homem que nasceu Joana**. In: Folha de São Paulo. São Paulo, 02 ab. 1985. p. 27.
4. NERY, João W. **A anatomia não é o destino**. In: MASCARENHAS, Eduardo et al. Destino. Rio de Janeiro: Terceira Margem. 1988. p. 109-118.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Juno Nedel Mendes de. **Habitando as margens: a patologização das identidades trans e seus efeitos no Brasil a partir do caso Mário da Silva (1949-1959)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2020.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: a invenção do “falo”**. São Paulo: Intermeios, 2013. 254p.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história?**. In: GONÇALVES, M. A. et al (Orgs). Qual o valor da história hoje?. Rio de Janeiro: FGV Editora. 2012.
- ANASTÁCIO, Márcio. **Vitória Trans: STF garante efeitos do PL João Nery**. In: Jornalistas Livres. 03/03/2018. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/vitoria-trans-stf-garante-efeitos-do-pl-joao-nery/>>. Último acesso em: 07/10/2019.
- ANTUNES, Lena. **Por que não reconhecer Lourival Bezerra como homem trans é falha institucional**. In: Huffpost. 06/02/2019. Disponível em: [https://www.huffpostbrasil.com/entry/lourival-bezerra-homem-trans\\_br\\_5c5af2d2e4b087104759a645](https://www.huffpostbrasil.com/entry/lourival-bezerra-homem-trans_br_5c5af2d2e4b087104759a645). Acesso em: 16/06/2020
- ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2010.
- ÁVILA, Simone Nunes. **FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
- AZEVEDO, Rafaela Costa de. **João W. Nery: [trans]passando a ditadura civil-militar brasileira**. In: Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidades (CONAGES), 13. 2018, Campina Grande. Anais. Campina Grande: Editora Realize. 2018. Disponível em: <[http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/TRABALHO\\_EV112\\_MD1\\_SA12\\_ID164\\_11052018161437.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/TRABALHO_EV112_MD1_SA12_ID164_11052018161437.pdf)>. Último acesso em: 30/09/2019.
- BANKE, Luck Yemonja; TENÓRIO, Leonardo Farias Pessoa. **Transmasculinidades no Brasil: memórias de um movimento da invisibilidade à luta**. In: PFEIL, Bruno; LEMOS, Kaio (Orgs). A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil: das invisibilidades às demandas. Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos; Revista Estudos Transviades, 2021. p. 19-35.
- BEEMYN, Genny. **A Presence in the Past: a Transgender Historiography**. In: Journal of Women's History, vol. 25, n. 4. Winter. 2013.
- BEEMYN, Genny. **Transgender History in the United States**. E-book. 2014. Disponível em: [https://www.umass.edu/stonewall/sites/default/files/Infoforandabout/transpeople/genny\\_beemyn\\_transgender\\_history\\_in\\_the\\_united\\_states.pdf](https://www.umass.edu/stonewall/sites/default/files/Infoforandabout/transpeople/genny_beemyn_transgender_history_in_the_united_states.pdf). Último acesso em: 02/10/2019.
- BELL, Jen; TELFER, Nicole. **Como homens trans, pessoas não-binárias e de gênero fluido podem ocultar os seios?** In: Hello Clue. mar. 2019. Disponível em:

<<https://helloclue.com/pt/artigos/ciclo-a-z/como-homens-trans-pessoas-nao-binarias-e-de-genero-fluido-podem-ocultar-seios>>. Último acesso em: 14/04/2022.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021**. 2022. Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>>. Último acesso: 11/02/2022.

BENITO, Emilio de. **OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais**. In: El País. 2021. Disponível em:

[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/18/internacional/1529346704\\_000097.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/18/internacional/1529346704_000097.html). Último acesso em: 23/04/2021.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. 3ª ed. Salvador: Editora Devires, 2017. 252p.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo**: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002. 185p.

BINDER. In: Cambridge Dictionary. Dicionário Online de Língua Inglesa, Cambridge University. 2022. Disponível em:

<<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/binder>>. Último acesso em: 10/04/2022

BONASSI, Brune Camillo. **Cisnorma**: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017. 121p.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). Usos e abusos da História oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2015.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do 'sexo'. São Paulo: n-1 edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica. 2020. 189p.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica. 2021.

CAMPUZANO, Giuseppe. **Reclaiming Travesti Histories**. In: IDS Bulletin, vol. 37, n. 5. Brighton. 2006. p. 34-39

CAMPUZANO, Giuseppe. **Contemporary Travesti Encounters with Gender and Sexuality in Latin America**. In: Development, vol. 52, n. 1. Washington. 2009. p. 75-83

CARNEIRO, Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2005

CASALI, Daniela Tremea. **Espécies vegetais com potencial para serem utilizadas na hormonização de pessoas Trans\***. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas). Departamento de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2018

CERTEAU, Michel de. **A Operação Historiográfica**. In: . A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1982. pp. 105-119.

CERTEAU, Michel de. **História e Psicanálise: entre ciência e ficção**. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2011.

CHAVES, Leocádia Aparecida. **A escrita autobiográfica trans como estratégia de resistência e organização: vaga-lumes na escuridão de nosso tempo**. Tese (Doutorado em Literatura). Programa de Pós-Graduação em Literatura, Departamento de Teoria Literária e Literaturas, Universidade de Brasília. Brasília: UNB. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **The power of self definition**. In: \_\_\_\_\_. Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment. 2 ed. New York: Routledge, 2000. p. 97-121

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. In: Revista Sociedade e Estado – vol. 31, n. 1, jan.-abr. 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão**. In: MORENO, Renata (Org.). Reflexões e práticas de transformação feminista. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 4). São Paulo: SOF, 2015, p. 13-42.

COLLINS, Patricia Hill. **Se perdeu na tradução? feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória**. Tradução: Bianca Santana. In: Parágrafo. São Paulo, n 1, vol 5. jan-jun, 2017. p. 6-17

CONNELL, Raewyn W. **Masculinities**. 2ed. Los Angeles: University of California Press. 2005. 362p.

CONNELL, Raewyn. MESSERSCHMIDT, James W. **Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito**. Estudos Feministas. Florianópolis, 21(1), 2013.

CUNHA, Eduardo Leal. **O que aprender com as transidentidades: psicanálise, gênero e política**. Porto Alegre: Criação Humana. 2021. 157p.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo. 2016.

FÁBIO, André Cabette. **A história de Mário da Silva, um trans na década de 50**. In: Nexo Jornal. ago. 2016. Texto digital. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/08/26/A-história-de-Mário-da-Silva-um-trans-na-década-de-50>>. Último acesso em: 01/05/2022.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond. 2005. 301p.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Cuerpos Sexuados: La política de género y la construcción de la sexualidad**. Barcelona: Melusina. 2006. 305p.

FEINBERG, Leslie. **Transgender Warriors: making history from Joan of Arc to Dennis Rudman**. Boston: Beacon Press. 244p.

FERREIRA, Matheus Yago Gomes. **“Sejam bem-vindos ao meu canal”**: videografias de si de homens trans e possibilidades para uma história do tempo presente. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019. 148p.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes. 2006. 679p.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade do saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2013a.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 2013b.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 3: O cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 2013c.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 4: As confissões da carne**. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREITAS, Rafaela Vasconcelos. **Homens com T maiúsculo**. Processos de identificação e construção do corpo nas transmasculinidades e a transversalidade da internet. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2014.

GALUPPO, Adriana. **Cidade queer**: uma autobiografia plural. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. 147p.

GASPODINI, Icaro Bonamigo; NERY, João Walter. **Transmasculinidades: provocações introdutórias**. In: DIFANTE, Édison Martinho da Silva; PICHLER, Nadir Antonio; GUIMARÃES, Willian (Orgs.). *Filosofia, homoafetividade e mulheres: questões emergentes*. Passo Fundo, RS: Méritos, 2014. p. 75-90.

GOMES, Angela de Castro. **Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo**. In: \_\_\_\_\_ (org). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2004. p. 7-24.

GOULART, Vincent Pereira. **O suicídio-homicídio de pessoas trans e travestis e a cisheteronormatividade**: marginalização e extermínio. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2021. 95p.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. 2ed. São Paulo: Unesp. 2019.

HALBERSTAM, Jack. **In a Queer Time and Place**: Transgender Bodies, Subcultural Lives. Nova York: New York University Press, 2005

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A. 2006. 104p.

HARAWAY, Donna. **Saberes Localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: Cadernos Pagu. Campinas: UNICAMP. 1995. p. 07- 41.

HILLSTROM, Laurie Collier. **Defining Moments**: The Stonewall Riots. Detroit: Omnigraphics Inc. 2016.

ITAQUI, Cintia. **Possibilidades de acesso à Educação Superior**: a experiência do TRANSEMEM Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle. Canoas, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unilasalle.edu.br/bitstream/11690/1118/1/citaqui.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Travessia**: caminhos da população trans na história. In: GREEN et al (orgs). História do Movimento LGBT no Brasil. 1ed. São Paulo: Alameda. 2018. p. 379-392

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Transfobia e crimes de ódio**: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. In: MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). (In)Visibilidade Trans 2. História Agora, v.16, nº 2, pp.101-123, 2013

JESUS, Jaqueline Gomes de. **XICA MANICONGO**: A TRANSGENERIDADE TOMA A PALAVRA. In: Revista Docência e Cibercultura. Rio de Janeiro. v. 3, n. 1, jan-abril 2019. p. 250-260.

KIMMEL, Michael Scott. **A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas**. Horizontes antropológicos. Porto Alegre, ano 4, n. 9, 1998.

LAGOEIRO, Fernanda Gabrielle. **Infantilização é um dos maiores desafios encarados por mulheres com deficiência**. In: CasaUm. abril 2022. Disponível em: <https://www.casaum.org/infantilizacao-e-um-dos-maiores-desafios-encarados-por-mulheres-com-deficiencia/>. Último acesso em: 02/05/2022.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015.

LAQUEUR, Thomas. **Da linguagem e da carne**. In: Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos à Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. pp. 13-40.

LEJEUNE, Philippe. **El pacto autobiográfico**. In: \_\_\_\_\_. El pacto autobiográfico y otros estudios. Madrid: Megazul-Endymion. 1994. p. 49-89.

LEVANDOVSKI, Rafael Vieira. **DITADURA E EDUCAÇÃO**: o Rio Grande do Sul e o Colégio estadual Júlio de Castilhos (1964-1985). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021. 179p.

LIMA, Michele Pires; SAMPAIO, Patrícia Melo. **Pederastas e meretrizes**: trabalho, crime e cotidiano nos jornais de Manaus (1967-1972). In: GREEN et al (orgs). História do Movimento LGBT no Brasil. 1ed. São Paulo: Alameda. 2018. p. 157-176

LOPES, Fábio Henrique. **Cisgeneridade e historiografia: um debate necessário**. In: NETO, Miguel Rodrigues de Souza; GOMES, Aginaldo Rodrigues. História & Teoria *Queer* (orgs). Salvador: Devires. 2017. p. 77-99.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria queer. Uma política pós-identitária para a Educação.** Estudos feministas. Florianópolis, 2, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação.** Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2007, 9ª ed.

LUGONES, María. **Colonialidad y Género.** Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No.9: 73-101, julio-diciembre 2008.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial.** In: Estudos Feministas. Florianópolis: UFSC. 2014. p. 935-952

MACEDO, Greice Adriana Neves. **O Grupo Palmares (1971 - 1978) e suas estratégias de enfrentamento ao racismo da Ditadura de Segurança Nacional Brasileira.** Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2020. 124p.

MACHADO, Leandro. **Frente Negra: a história do movimento que apoiava o integralismo e foi pioneiro do ativismo negro no país.** In: BBC News Brasil. 13 de junho de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53000662>>. Último acesso em: 10/03/2022.

MANION, Jen. **Female Husbands: a trans history.** Cambridge: Cambridge University Press. 2020. 355p.

MATZNER, Andrew. **Stonewall Riots.** In: GLBTQ Encyclopedia. 2015. Disponível em: . Último acesso em: 29/01/2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** Tradução: Renata Santini. In: Arte & Ensaios. n. 32. dez 2016. p. 122-151

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade.** Traduzido por Marta Lança. Lisboa, Portugal: Antígona, 2017.

MESSERSCHMIDT, James W.; MESSNER, Michael A. **Hegemonic, Nonhegemonic, and “New” Masculinities.** In: MESSERSCHMIDT, James W. et al (eds). Gender Reckonings: New Social Theory and Research. New York: New York University Press. 2018. p. 35-56

MOL, Annemarie. **Política ontológica.** Algumas ideias e várias perguntas. In NUNES, J. A. & ROCHA, R. (eds.): Objetos Impuros. Experiências em estudos sociais e ciência, pp. 63-174. Porto: Edições Melhoramentos, 2008.

MORANDO, Luiz. **Enverga, mas não quebra - Cintura Fina em Belo Horizonte.** Uberlândia: O sexo da palavra. 2020. 334p.

MORANDO, Luiz. **Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969).** In: GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan (orgs). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 53-82

MOTTA, Laura de Oliveira. **“SOU PECADOR... E OS OUTROS?”: MASCULINIDADES, PRODUÇÃO DE SI E ALTERIDADE NA AUTOBIOGRAFIA DE DOCA STREET (1976-2006).** Monografia (Licenciatura em História). Departamento de

História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021. 56p.

MUSEU DA TV. **Solange Bastos** - biografias. In: Museu da TV, Rádio & Cinema. Texto digital, s. d. Disponível em: <<https://www.museudatv.com.br/biografia/solange-bastos/>>. Último acesso em: 10/04/2022.

NASCIMENTO, Caíque. **“ERRO DA NATUREZA”? A CONSTRUÇÃO DA CORPORALIDADE TRANS NO DIÁRIO DE PERNAMBUCO (1970 – 1985)**. In: XIII Encontro Estadual de História - História e Mídias: Narrativas em Disputa. 2020. Anais. Associação Nacional de História, Seção Pernambuco. Disponível em: <[https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1602117768\\_ARQUIVO\\_a6412d7e19002bed4a39cc5997985557.pdf](https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1602117768_ARQUIVO_a6412d7e19002bed4a39cc5997985557.pdf)>. Último acesso em: 08/04/2022

NASCIMENTO, Júlio Ferro Silva da Cunha. **Nem só de hormônio vive o homem: representações e resistências de homens transexuais (1984-2018)**. In: Aceno – Revista de Antropologia do Centro- Oeste, 6 (12): 96-112, agosto a dezembro de 2019. ISSN: 2358-5587

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. 192p.

NEER, Anahí Farji. **Sentidos en disputa sobre los cuerpos trans: los discursos medicos, judiciales, activistas y parlamentarios en Argentina (1966-2015)**. Buenos Aires: Editorial Teseo. 2020.

NERY, João Walter; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral. **João W. Nery: A trajetória de um trans homem no Brasil: do escritor ao ativista**. In: Periódicus. n. 4, v. I, nov. 2015 - abr. 2016. p. 169-178.

NERY, João Walter; MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. **Transhomens no ciberespaço: micropolíticas das resistências**. In: MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). (In)Visibilidade Trans. História Agora, v.16, nº 2, p. 139-165, 2013.

NUGEN. **Dia da Visibilidade Trans: uma linha do tempo da luta e dos direitos de travestis, transexuais e transgêneros**. 2021. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nugen/2021/01/29/dia-da-visibilidade-trans-uma-linha-do-tempo-da-luta-e-dos-direitos-de-travestis-transexuais-e-transgeneros/>. Último acesso em: 22/04/2021.

NUZZI, Vitor. **Piloto de Jango, morre o comandante Mello Bastos, do CGT e da ‘república sindicalista’**. In: Rede Brasil Atual. jun. 2019. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2019/06/morre-comandante-mello-bastos-jango/>>. Último acesso em: 20/04/2022.

OPAS. **Versão final da nova Classificação Internacional de Doenças da OMS (CID-11) é publicada**. In: Organização Pan-Americana de Saúde. fev. 2021. texto digital. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/noticias/11-2-2022-versao-final-da-nova-classificacao-internacional-doencas-da-oms-cid-11>>. Último acesso em: 03/05/2022.

OYEWUMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo. 2021



OLIVEIRA, Augusta da Silveira de. **“TENHO O DIREITO DE SER QUEM EU SOU”**: o movimento de travestis e transexuais em Porto Alegre (1989-2010). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **Por que você não me abraça?** Reflexões a respeito da invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros. In: SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos, vol. 15, n. 28. São Paulo. 2018. p. 167-179

PASCHOAL, Marcio. **Rogéria**: uma mulher e mais um pouco. Rio de Janeiro: Sextante. 2016. 272p.

PETTIS, Ruth M. **Homophile Movement, U.S.** In: GLBTQ Encyclopedia. 2015. Disponível em: . Último acesso em: 29/01/2021.

PINTO, Ana Luiza Santos Rocha; GUSMÃO, João Victor Soares. **CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO: UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA E UM DIREITO FUNDAMENTAL**. In: Revista Científica do Curso de Direito. Vitória da Conquista. n. 4. 2021. p. 38-54. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/rccd/article/view/8988>>. Último acesso em: 08/04/2022.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRECIADO, Paul B. **Multidões Queer**: notas para uma política dos “anormais”. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 19(1): 312, jan/abril 2011.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto Contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições. 2018.

QUEIROZ, Luiz Gonzaga Morando. **Vestígios de protoativismo LGBTQIA em Belo Horizonte (1950-1996)**. In: Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, vol. 1, n. 4. Cuiabá, 2018. p. 62-76.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do Poder e Classificação Social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). Epistemologias do Sul. Coimbra: Edições Almedina. 2009. p. 73 - 117.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005. p. 117-142. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod\\_resource/content/1/colonialidade\\_do\\_saber\\_eurocentrismo\\_ciencias\\_sociais.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf). Último acesso em: 20/01/2022

QUINALHA, Renan. **Uma ditadura hetero-militar**: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN et al (orgs). História do Movimento LGBT no Brasil. 1ed. São Paulo: Alameda. 2018. p. 15-38

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista.** Brasil - 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 2014.

ROCHA, Lucas. **Revoltante! Lorena Muniz, mulher trans que foi abandonada inconsciente dentro de clínica em chamas, morre em São Paulo.** In: Hugo Gloss Brasil. fev. 2021. Disponível em: <<https://hugogloss.uol.com.br/brasil/revoltante-lorena-muniz-mulher-trans-que-foi-abandonada-inconsciente-dentro-de-clinica-em-chamas-morre-em-sao-paulo/>>. Último acesso em: 02/05/2022

RODRIGUEZ, Shay de los Santos. **Homens não nascem homens: tornam-se homens.** In: In: Revista Estudos Transviados, v. 1, n. 2, p. 119-133, set. 2020. Disponível em: <https://revistaestudostransviados.files.wordpress.com/2020/10/revista-estudos-transviados-v.-1-n.-2-setembro-2020.pdf>. Acesso em: 11/01/2021.

ROHDEN, Fabíola. **“O homem é mesmo a sua testosterona”:** promoção da andropausa e representações sobre sexualidade e envelhecimento no cenário brasileiro. Horizontes Antropológicos, 17 (35): 161-196, 2011.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença:** sexo e gênero na medicina da mulher. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

ROSSI, Amanda. **A História de Waldirene - 'Monstro, prostituta, bichinha':** como a Justiça condenou a 1ª cirurgia de mudança de sexo do Brasil. In: Site do Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assistência à Pessoa Trans Professor Roberto Farina da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Disponível em: <<https://nucleotrans.unifesp.br/producao-de-conhecimento/materias-jornalisticas/a-historia-waldirene>>. Último acesso em: 12/02/2022.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Biografia e regimes de historicidade.** In: MÉTIS: história & cultura, v. 2, n. 3. Caxias do Sul. 2003. p. 57-72

SCHMIDT, Benito Bisso. **Contar vidas em uma época presentista:** A polêmica sobre a autorização prévia. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs). O que pode a biografia. São Paulo: Letra e Voz. 2021. p. 17-32.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura:** biografia e ética. In: História (São Paulo), v. 33, n. 1. São Paulo. 2014. p. 124-144.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n. 2. jul-dez 1995, p. 71-99.

SEGATO, Rita. **Gênero e colonialidade:** do patriarcado comunitário de baixa intensidade ao patriarcado colonial-moderno de alta intensidade. In: \_\_\_\_\_. Crítica da colonialidade em oito ensaios - e uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. 346p. 2021. p. 85-119

SILVA, Alseni Maria da. **Capacitismo.** In: Portal Centro de Ciências Sociais Aplicadas. 2021. Disponível em: <<https://ccsa.ufrn.br/portal/?p=13358>>. Último acesso em: 02/05/2022.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes:** uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade) - Instituto de Humanidades,

Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2015. 244p.

SKIDMORE, Emily. **True Sex: The Lives of Trans Men at the Turn of the 20th Century**. New York: New York University Press. 2019. 272p.

STEINBOCK, Eliza. **The early 1990s and Its Afterlives: Transgender Nation Sociality in Digital Activism**. In: *Social Media + Society*. Out. - dez. 2019. p. 1-12. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2056305119881693>>. Último acesso em: 20/03/2022.

STRYKER, Susan. **Transgender History**. Berkeley, CA: Seal Press, 2008.

STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen (eds). **The Transgender Studies Reader**. New York: Routledge. 2006.

TAVARES, Felipe C. **Hegemonia e Movimentos Sociais: a Teoria Política de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe**. In *Revista de Movimentos Sociais e Conflitos*. Porto Alegre: v. 4, n. 2, Jul /Dez 2018, p. 23-44.

TEDESCO, Losandro Antonio. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres**. Dourados-MS : UFGD, 2014. 63 p.

TEDESCO, Caio de Souza. **Gênese do ser homem em mim**. In: *Fragmentos Pensantes*. Blog pessoal. 2017. Disponível em:

<<https://pensantesfragmentos.wordpress.com/2017/12/26/genese-do-ser-homem-em-mim/>>

TEDESCO, Caio de Souza. **“Nós somos complexos”**: historiografia *queer* na contemporaneidade - uma análise da operação historiográfica no *National Museum: LGBT History and Culture*. Monografia (Licenciatura em História), Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

TEDESCO, Caio de Souza. **Pode a Educação Transgredir a Cisnormatividade?**. In: Portal ECOA/UOL. 15/12/2020. Disponível em:

<<https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opiniaio/2020/12/15/pode-a-educacao-transgredir-a-cisnormatividade.htm>>. Último acesso em: 08/02/2022.

TEDESCO, Caio de Souza. **Das masculinidades que transgridem**: João Walter Nery e a ruptura do significado de “ser homem” no Brasil. In: PFEIL, Bruno; VICTORIANO, Nathan; PUSTILNICK, Nicolas (orgs.). *Corpos Transitórios: narrativas transmasculinas*. Salvador: Editora Devires, 2021, p. 113-133.

TEDESCO, Caio de Souza. **Eu e ela**. In: *Fragmentos Pensantes*. Blog pessoal. 2021. Disponível em: <<https://pensantesfragmentos.wordpress.com/2020/04/03/699/>>. Último acesso em: 20/04/2022.

TEDESCO, Caio de Souza; ALMEIDA, Diana. **Por um ensino de História que transgrida a cisnormatividade**: reflexões provocativas e provocadas pela experiência docente no Coletivo pela Educação Popular TransENEM (2016-2019). In: WIRTH, Ioli Gewehr; FONTOURA, Julian Silveira Diogo de Ávila; PRESTES, Liliane Madruga (orgs.). *Diálogos insurgentes durante a pandemia: vozes para uma educação (trans)formadora*. Marília: Lutas Anticapital, 2021, p. 123-139.

TEDESCO, Caio de Souza. **reflexões de madrugada**. In: Fragmentos Pensantes. Blog pessoal. 2021. Disponível em: <<https://pensantesfragmentos.wordpress.com/2021/03/28/reflexoes-de-madrugada/>>. Último acesso em: 20/04/2022.

TRIBUNA SC. **Foi em Itajaí a primeira cirurgia de mudança de sexo no Brasil. Há 61 anos**. In: Tribuna SC: notícias de Balneário Camboriú, Itajaí e Navegantes. 2020. Texto digital. Disponível em: <<http://www.tribunasc.com/home/2020/02/25/foi-em-itajai-a-primeira-cirurgia-de-mudanca-e-sexo-no-brasil-ha-61-anos/>>. Último acesso em: 04/05/2022.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1999

VENSON, Anamaria Marcon; PEDRO, Joana Maria. **Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia**. História Oral, v. 15, n. 2, p. 125-139, jul.-dez. 2012.

VERAS, Elias Ferreira. **CARNE, TINTA E PAPEL: A EMERGÊNCIA DO SUJEITO TRAVESTI PÚBLICO-MIDIATIZADO EM FORTALEZA (CE), NO TEMPO DOS HORMÔNIOS/ FARMACOPORNOGRÁFICO**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

VERAS, Elias Ferreira. **Travestis**: visibilidade e performatividade de gênero no tempo farmacopornográfico. In: GREEN et al (orgs). História do Movimento LGBT no Brasil. 1ed. São Paulo: Alameda. 2018. p. 347-356

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. **Outras histórias de Clio: escrita da história e homossexualidades no Brasil**. In: NETO, Miguel Rodrigues de Souza; GOMES, Aguinaldo Rodrigues (orgs). História & Teoria *Queer*. Salvador: Devires. 2017. p. 123-142.

VIEIRA, Amiel. **Intersexo e instersexofobia: Até quando ser eu será um problema?, por Amiel Vieira**. In: Revista Fórum. 16 de julho de 2021. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/debates/intersexo-e-instersexofobia-ate-quando-ser-eu-sera-um-problema-por-amiel-vieira/>>. Último acesso em: 30/11/2021.

VIGOYA, Mara Viveros. **As cores da masculinidade**: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa America. Tradução: Allyson de Andrade Perez. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens. 2018. 222p.

ZUBARÁN, Maria Angélica. **O acervo do jornal O Exemplo (1892-1930)**: patrimônio cultural afro-brasileiro. In: Revista Memória em Rede. vol. 5. n. 12. Pelotas, 2015.

WAKIMOTO, Diana Kiyu. **“You need to know your history”**: Histories and Historiography of Queer Communities in the United States with Emphasis on California. In: \_\_\_\_\_. Queer Community Archives in California Since 1950. Tese, Doutorado em Filosofia. School of Information Systems. Science and Engineering Faculty. Queensland University of Technology. 2012. p. 13-39.

WITTIG, Monique. **One is not born a woman**. In: ABELOVE, Henry et al (ed.). The Lesbian and Gay Studies Reader. New York: Routledge. 1993.